FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Partido Socialista Brasileiro-PSB

POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

SEMINÁRIO

Brasília, 15 a 17 de outubro /1999

Diretoria Executiva Nacional da
Fundação João Mangabeira - FJM - 1999/20001

Diretor Geral:
Sen. Roberto Saturnino Braga

Diretor Administrativo:
Carlos Siqueira

Diretora de Cursos:
Professora Margarida Vieira

Diretora de Finanças:
Stael Cavalcanti Alencar

Diretor de Assessoria:
Waldo Silva

Fundação João Mangabeira
SHIN QL 10 - Conj 2 - Casa 8 - Lago Norte - Brasília-DF
Telefax: 577-2901 - CEP: 71250-025

PSB - Partido Socialista Brasileiro
Primeira Secretaria Nacional
Câmara dos Deputados Anexo II - Bloco das Lideranças
Sala118 - Brasília-DF - CEP. 70160-900
Fones: (061) 318-5198 Telefax: (061) 224-8493
site:www.psbnacional.org.br / e-mail:psbnacional@tba.com.br

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

PSB Partido Socialista Brasileiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
1999

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

ORGANIZAÇÃO:
Carlos Siqueira

REVISÃO:
Carmen Soriano Puig

TAQUIGRAFIA:
Lívia Costa
Marcelo Costa

CAPA:
TC Gráfica e Editora Ltda

IMPRESSÃO:
TC Gráfica e Editora Ltda

ÍNDICE

Abertura 5
Senador Saturnino Braga
Dep. Luiza Erundina
Carlos Siqueira

Painel I – Política e Marketing 13
Chico Malfitani 14
Bernardo de Souza 20
Domingos Leonelli 20
Debates 34

Painel II – A Situação do Município como Ente Federativo e a Questão Fiscal 71
Célio de Castro 72
François Bremaeken 82
Serafim Correia 95
Francisco Rocha 101
Debates 105

Painel III – Experiência de Administrações Socialistas 131
Luiza Erundina 132
João Ananias 149
Kátia Born 161
Márcio França 167
Reinaldo Melgaço 179
Debates 183

Painel IV – Plataforma Comum de Governo para os Candidatos Socialistas às Prefeituras e Câmaras Municipais 219
Edmundo Carvalho 220
Raimundo de Oliveira 231
Fernando Madueño 241

Painel V – A Importância das Câmaras Municipais e dos Vereadores na Fiscalização dos Atos de Governo ou no Apoio às Administrações Municipais do PSB 255
Pedro Dallari 255
Debates 266
Encerramento 308

SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

DIA 15/10/99

ABERTURA

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do Partido Socialista Brasileiro) - Gostaria de pedir aos companheiros que se acomodem pois iremos proceder à composição da Mesa desta primeira sessão de abertura, que deverá durar, no máximo, 15 minutos. Em seguida, teremos a primeira Mesa de debates de hoje, que será sobre Marketing e Política.

Já temos o prazer da presença dos Conferencistas: o Publicitário Chico Malfitani, o Deputado Bernardo de Souza e o nosso companheiro Domingos Leonelli.

Convido para assumir a Presidência da Mesa o Senador Saturnino Braga, Diretor-Geral da nossa Fundação, que pedimos seja saudado com aplausos socialistas. (Palmas.)

Convido a companheira Vice-Presidente Nacional do PSB, Líder do nosso Partido na Câmara dos Deputados e ex-Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, também saudando-a com os nossos aplausos. (Palmas.)

Convido a Profª. Margarida Vieira, ex-Diretora-Geral e querida colega de Diretoria da Fundação João Mangabeira. (Palmas.)

Convido o Sr. Lourenço Prado, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores, que nos dá o prazer, a convite do nosso companheiro Carlos Zimmer, de estar aqui conosco. (Palmas.)

Tenho também a honra de convidar o companheiro Oliverio Medina, membro das FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que também se encontra aqui para prestigiar a abertura do nosso evento. (Palmas.)

E o nosso querido Deputado Federal José Antônio Almeida, Presidente do PSB do Maranhão. (Palmas.)

Convido agora todos os companheiros para, antes de passar a palavra ao nosso Presidente Nacional, ouvirmos de pé o Hino Nacional.

Companheiros e companheiras, passamos agora, com muita satisfação, a palavra à companheira Luiza Erundina para fazer uma saudação em nome da Executiva Nacional do PSB.

A SRA. DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA – Companheiro Saturnino Braga, Senador do nosso Partido, em nome de quem eu saúdo todos os companheiros da Mesa e as companheiras e companheiros presentes a este Seminário.

Quero, em nome do nosso Presidente Nacional, que lamentavelmente, por razões justificáveis, não pôde comparecer à Abertura deste evento, e também em nome da Executiva Nacional, apresentar as boas-vindas a todos e dizer da expectativa do nosso Partido em relação a este evento, que nos prepara certamente para enfrentar a tarefa mais importante nos próximos meses e no próximo ano, que é a disputa municipal. Este Seminário vai nos possibilitar conhecermos as várias experiências e modos de gestão socialista que se realizam pelo país afora, pouco conhecidas entre nós e certamente já definidoras de uma marca do modo socialista de governar sobretudo em nível do poder local, que é a instância de poder mais próxima do cidadão, portanto a que possibilita uma relação mais direta e mais imediata com êle, e certamente aquela com maior possibilidade de se revolucionar a gestão pública. Tenho andado pelo país afora, tenho conhecido direta e pessoalmente as experiências de governo socialista em grandes, pequenas e médias cidades e dá para perceber que o PSB tem gestões municipais exemplares, criativas, inovadoras e definidoras de um método, de uma forma e de um compromisso político na gestão das cidades, nos municípios e no exercício do poder local.

Este Seminário, além de outras iniciativas que a Fundação João Mangabeira já vem realizando, tem cumprido um papel fundamental na nossa formação, num momento extremamente importante da vida do nosso país. O PSB surge nacionalmente como uma alternativa de poder e isso vem aumentando o sentido afirmativo de que somos uma alternativa de poder no país, e as eleições municipais são um teste importante para nos auto-afirmarmos e para também nos fazermos respeitar pela outras forças políticas, certamente somando com outros partidos quando nos convier, sobretudo no nosso campo, no sentido de disputarmos, conquistarmos e transformarmos o poder neste país e colocá-lo a serviço da população, dos setores populares, da sociedade em geral, mas, particularmente, dos segmentos em relação aos quais o PSB, em toda a sua história, vem demonstrando o seu compromisso e sua razão de ser, que é servir como instrumento de mudança, principalmente no interesse das camadas populares, dos setores empobrecidos, os excluídos deste país.

Portanto, eu os saúdo, apresento-lhes as boas-vindas em nome da Executiva Nacional, particularmente em nome do nosso Presidente Nacional, o Governador Miguel Arraes, e certamente vamos sair deste Seminário melhor

preparados e mais reforçados no cumprimento da tarefa que o nosso Partido, o nosso povo e a sociedade brasileira nos confiam, que é disputar, conquistar e reconquistar - naquelas que já o conquistamos - o poder nas cidades mais importantes do nosso país.

Sejam bem-vindos. Vai ser uma oportunidade inclusive de encontro humano, de gente com gente, pessoa com pessoa, para realmente nos conhecermos melhor e para nos ajudarmos mais num desafio enorme que é conquistar o poder local para colocá-lo a serviço do nosso povo, esse povo sofrido, tão marcado pelos efeitos perversos dessa política econômica do Governo federal e dos Governos estaduais que a reproduzem nos seus estados e municípios.

Muito obrigada, sejam bem-vindos e sucesso, cumprimentando inclusive os Dirigentes da Fundação pela iniciativa e dizendo que o Partido muito depende dela para se afirmar como alternativa de poder em nosso país. Muito obrigada e sejam bem-vindos. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Quero passar a palavra ao Senador Saturnino Braga.

O SR. SENADOR SATURNINO BRAGA – Antes que ele passe eu já tomei. Para dizer aos companheiros da satisfação que temos com a presença de vocês aqui, uma presença bastante significativa, demonstrando o interesse das nossas bases partidárias e particularmente das bases formadoras da Fundação João Mangabeira neste Seminário que é de importância fundamental. Isso nos deixa bastante estimulados e queremos agradecer especialmente a presença dos nossos convidados que compõem conosco a Mesa, ao lado da nossa líder, Deputada Erundina, e da nossa professora e mestra, Profª. Margarida, e do nosso Secretário sempre diligente, quase perfeito, Carlos Siqueira. (Palmas.)

O objetivo é procurar melhorar ao máximo o desempenho do nosso Partido nas eleições municipais do ano que vem, que são eleições, desnecessário dizer, fundamentais para a solidificação da base partidária. Os nossos vereadores e os nossos prefeitos vão enraizar e solidificar a base partidária sobre a qual vai se erguer todo o edifício político-institucional da representação partidária na vida política do país.

Essa eleição para nós é um teste muito significativo. Temos que responder a esse teste de uma maneira muito afirmativa. Razão pela qual é importante caprichar na preparação desde logo. Estamos nos antecipando, estamos ainda no mês de outubro, por conseguinte a um ano praticamente das

eleições, mas começamos a nossa preparação agora exatamente porque damos importância extraordinária a um desempenho do Partido nas eleições do ano que vem, que demonstre, de maneira cabal e definitiva, a importância da nossa presença política no quadro nacional e o destemor com que vamos enfrentar todas as tentativas de liquidação dos partidos que ainda não são grandes, como é o caso do nosso PSB. Nós vamos mostrar a toda a Nação brasileira que não dependemos de cláusula a, b, ou c, de barreira daqui ou de acolá, porque o Partido Socialista vai superar todas essas tentativas de oprimir e de liquidar as representações menores. E a resposta a este teste vai ser dada nas eleições do ano próximo.

Temos que cumprir essas etapas independentemente de termos ou não nos quadros partidários figuras presidenciáveis. Se tivermos, e é muito provável que tenhamos, será muito melhor. Mas independentemente de termos um presidenciável, dois, quem sabe, três presidenciáveis disputando um congresso, uma convenção fantástica no ano 2002 para ver quem vai ser o Presidente da República, independentemente disso vamos crescer pelo trabalho de base, pelo conteúdo e pela forma da atuação nossa a partir da eleição do ano que vem e por isso temos que nos preparar com todo afinco. (Palmas.)

A programação deste Seminário procurou ser bastante objetiva, compreendendo debates e exposições referentes ao conteúdo de campanha: o que deve ser a substância de uma programação, de uma proposta do Partido Socialista para o âmbito municipal nas suas diferentes vertentes, evidentemente com a particularidade de cada município, mas algumas diretrizes têm que ser comuns nas propostas do nosso Partido para todos os municípios em que disputar a eleição no ano próximo. E esse conteúdo é importante, razão pela qual é tema de dois painéis e ainda trazendo como contribuição essencial a experiência das administrações municipais que, enfim, se pautaram por este conteúdo que vamos procurar imprimir de forma generalizada nas nossas candidaturas do ano que vem.

Mas, a par do conteúdo, é importante a forma também, a forma da campanha. E procuramos também nos dedicar a isso, por exemplo, já no primeiro painel de hoje que diz respeito exatamente à política e marketing, a questão do marketing que é fundamental para o êxito eleitoral.

Além do painel de hoje, trouxemos para o conhecimento dos companheiros, uma contribuição de última hora e por isso não está incluída em nenhum item, mas pode ser objeto de leitura e de discussão a partir do dia de amanhã. Trouxemos uma proposta que julgo muito interessante, embora não a tenha lido ainda com detalhe. É uma contribuição de dois companheiros do Rio de Janeiro, notadamente da Fundação João Mangabeira: o Ricardo Pacher

e o Luís Henrique Lima. Trata-se de uma cartilha orientadora da campanha sob o ponto de vista formal; como se deve organizar uma campanha, nos mínimos detalhes, como deve proceder cada candidato de forma a organizar uma campanha exitosa no âmbito municipal; os requisitos mínimos de organização.. Acho que isso é fundamental, juntamente com o tema do marketing que vamos discutir hoje, e a proposta de programa apresentada pelos companheiros de São Paulo, de conteúdo mínimo de um programa. Temos a intenção e firme propósito, de oferecer aos companheiros um pouco mais à frente - infelizmente não pudemos complementar isto até o dia de hoje - entrar também na questão das pesquisas eleitorais. Vamos produzir um vídeo, que vamos distribuir às seções estaduais e, através delas, aos candidatos municipais, de como organizar minimamente um grupo de pesquisa em cada estado que oriente, porque hoje todos os companheiros sabem que pesquisa é um fator fundamental de êxito em campanha e as pesquisas feitas por institutos profissionalizados são em geral bem-feitas e constituem uma orientação formidável, porém são dispendiosas, são caras. Muitas vezes os nossos companheiros, que sempre dependem de recursos e os tem em quantidade bastante limitada, não têm condição de contratar pesquisas. Então a formação em cada estado de um pequeno grupo de pesquisa capaz de orientar minimamente as nossas candidaturas pelo menos nos municípios principais do estado eu acho que é um fator muito importante. Estamos cuidando disso a tempo de fornecer este material de informação a todos os companheiros, a todos os estados logo no início do ano que vem.

Enfim, acho que é um momento muito importante para nós, regozijamo-nos com a presença bastante numerosa, bastante representativa da nossa base partidária e da base da Fundação João Mangabeira em todos os estados, damos boas-vindas aos companheiros e o nosso viva ao PSB com a sua perspectiva brilhante para o ano que vem quando vai reafirmar a sua presença de maneira absolutamente inquestionável e independente de qualquer adesão de maior visibilidade que venha a ocorrer daqui até lá.

Viva o PSB, parabéns aos companheiros que se deslocaram para vir aqui se dedicar a este assunto que é de transcendental importância! Vamos à vitória no ano que vem a partir da preparação que começa hoje neste Seminário! (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Gostaria de registrar com satisfação a presença entre nós do Deputado Eudoro Santana, Presidente do PSB do Ceará; do companheiro Deputado Bernardo de Souza, do Rio Grande do Sul, do Secretário de Planejamento de Natal, aqui representando a Prefeita Wilma Faria; do Secretário de Saúde do

Paraná, o companheiro Armando Raggio; do Deputado Federal Djalma Paes, Presidente do PSB de Pernambuco; e de tantos outros companheiros de direção partidária, de dirigentes da Fundação João Mangabeira nos estados, que estão aqui para participar deste evento que entendemos ser, além de uma preparação das eleições, também o início da discussão de um tema do Congresso Nacional, que é a questão das eleições municipais, uma política, a construção de uma plataforma comum dos candidatos socialistas que deverão procurar dar identidade ao partido, adaptando o seu discurso comum nacional às peculiaridades municipais em cada um dos seus locais de disputa.

Também gostaríamos de dizer que nós da Direção da Fundação entendemos que este processo não será naturalmente concluído no Seminário. Aqui ele apenas tem início e deve desaguar no Congresso, onde haverá um grupo especial para discutir o tema das eleições municipais, com a contribuição valiosa dos companheiros da Fundação João Mangabeira que aqui se encontram. É então a partir do Congresso, que tem a competência para definir a política para as eleições municipais, que o PSB partirá, como tão bem disse o nosso Presidente e Senador Saturnino Braga, para as eleições municipais do ano 2000, das quais certamente sairá com vitória ainda mais expressiva do que a de 1996, quando quase triplicou o número de seus prefeitos e vereadores.

Gostaríamos, também, de informar os companheiros sobre a dinâmica que vamos adotar sob a condução do nosso Presidente Saturnino Braga. Teremos, em seguida, ato contínuo ao desfazimento desta Mesa, o primeiro debate sobre Política e Marketing; amanhã, pela manhã, teremos *A Situação do Município como Ente Federativo e a Questão Fiscal*, onde o companheiro Prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, também Coordenador da Frente Nacional de Prefeitos, nos dará o prazer de participar, e bem assim, o companheiro Gilson Menezes, que é Presidente da Associação Nacional de Prefeitos. Como se vê, os nossos prefeitos estão dirigindo as associações nacionais dos seus pares. Ainda nosso convidado especial, especialista em Direito Tributário e membro do IBAM, o Dr. François Bremaeken, e desde já agradecemos não só ao Dr. François, mas, sobretudo, ao IBAM, instituto com sede no Rio de Janeiro que tem dado uma valiosíssima contribuição no planejamento das administrações municipais. Contatado por nosso Presidente, o Senador Saturnino Braga, felizmente aceitou o convite e aqui já se encontra, para nossa satisfação. Também o companheiro Serafim Correia, que é um especialista na questão tributária e deve estar entre nós em poucos instantes.

Na parte da tarde, estaremos aqui com as Experiências de Administrações Socialistas, onde teremos a companheira Luiza Erundina, a

Prefeita de Maceió Kátia Born, o Prefeito João Ananias, de Santana do Acaraú-CE, o Prefeito Márcio França, de São Vicente-SP, a Prefeita Wilma Faria e o Representante da Prefeitura de Belo Horizonte, se não o próprio Célio de Castro, que parece que tem uma viagem para o exterior já na parte da tarde.

E no domingo teremos um espaço, em que não foram convidados muitos conferencistas exatamente para permitir uma participação ainda maior nos debates por parte dos companheiros do auditório, porque vamos passar uma exposição do companheiro Edmundo Carvalho, que é Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira em São Paulo e também por um especialista em questão de água e saneamento do Rio de Janeiro, Dr. Raimundo de Oliveira, substituindo o Deputado Alexandre Cardoso que viaja à Europa em caráter de urgência. Em seguida, durante toda a manhã até às 13h, teremos um debate onde gostaríamos mais de ouvir as pessoas que estão no plenário, com suas propostas, suas experiências, seus estudos. Aqui também vamos dispor de material sobre as administrações do PSB que deverá chegar esta noite e amanhã já estará exposto para os companheiros.

Assim, esperamos que não só possamos sair daqui fortalecidos pelo fato de estarmos nos preparando para o 7° Congresso Nacional do nosso Partido e para as eleições municipais, mas também pelo convívio, o congraçamento e a integração que caracterizam os membros desta Fundação João Mangabeira - que cada dia avança na sua organização. O Senador Saturnino deverá dar posse, no final da última sessão deste Seminário, à 10ª Seção Estadual, que será a do Distrito Federal e brevemente também às de Pernambuco e de Goiás. Então já vamos partindo para 13 seções sob direção eficiente e capaz, que nos permite trabalhar democraticamente e facilita a integração, porque temos uma forma de trabalhar que faz com que as atividades fluam de maneira extraordinariamente pacífica, sem conflitos, e isso nos ajuda muito e permite que este clima possa também se estender às demais seções estaduais. Afinal de contas, sempre entendemos que a Fundação João Mangabeira não é um espaço de disputa política. Aqui nós temos um espaço de reflexão e de elaboração de políticas públicas municipais e de formação política. Acreditamos que esse é o principal papel de um Partido Socialista, que não existirá e nem será um partido se não houver uma formação política capaz de criar uma massa crítica que possa elaborar programas que solucionem os problemas da nossa população a partir dos municípios, mas também dos estados e também nos preparando para um dia sermos governo da própria federação brasileira, se tivermos os companheiros preparados política e administrativamente para enfrentarmos os desafios imensos das contradições sociais tão agudas que vive o nosso país.

Queremos agradecer aos companheiros convidados, em especial ao companheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, um país que está em luta, pedimos os aplausos ao companheiro, (Palmas), o companheiro que representa aqui o escritório dessas forças, que já tem inclusive embaixada em alguns países da América Latina e da Europa e que brevemente esperamos que a Colômbia, como o Brasil também, possa conquistar e resgatar a cidadania dos seus povos e a cidadania latino-americana.

Agradecemos também os Deputados Federais, o companheiro José Antônio Almeida, a companheira Guida, o companheiro da Contec, o companheiro Lourenço Prado e a todos os demais.

Vamos, então, dar por encerrada esta primeira parte, agradecendo aos companheiros da Mesa e a todos os demais companheiros, para passarmos á formação da Mesa que ato contínuo iniciará o primeiro debate sobre Política e Marketing.

Muito obrigado. (Palmas.)

Painel I

POLÍTICA E MARKETING



Expositores:

Chico Malfitani – Publicitário

Dep. Bernardo de Sousa – PSB/RS,

Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira/RS

Domingos Leonelli – Membro da Executiva Nacional do PSB

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Vamos dar início ao primeiro Painel do Seminário sobre Política e Marketing, convidando os companheiros Chico Malfitani, Dep. Bernardo de Sousa e Domingos Leonelli.

Passamos a palavra ao companheiro Chico Malfitani para fazer a sua exposição. Em princípio, vamos pensar em 20 minutos para cada Expositor e depois abrimos aos debates, mas, evidentemente, dizendo que não há este rigor total na cronometragem. O que importa é que os companheiros, dentro dessa limitação razoável, consigam passar aos outros as suas idéias.

A SRA. DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA – (Fora do microfone – inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Agradeço a intervenção da nossa companheira Erundina, porque realmente foi uma falha da Mesa não ter apresentado, imaginei que fosse conhecido da maioria, mas foi muito oportuna a intervenção da Erundina.

O SR. CHICO MALFITANI (Publicitário) – Em primeiro lugar, queria dizer que se tem uma campanha de que me orgulho, de todas as que fiz, foi a da Luiza, fomos até companheiros de governo, e São Paulo está realmente precisando que a Luiza volte porque está um caos lá. Maluf e Pitta realmente afundaram São Paulo. (Palmas.)

Estou perto aqui do Saturnino e da Luiza e sou péssimo orador, então gostaria que esta intervenção inicial minha fosse bem pequenininha, porque eu gostaria mais que transformássemos isso num bate-papo. Política e marketing é tudo, então, o que eu vou falar sobre tudo? Também já tive a honra de fazer duas campanhas do PSB, em Natal, uma do prefeito anterior, que até acabou saindo do PSB, o Aldo Tinoco, e a da atual Prefeita Wilma de Faria. Até hoje só fiz campanhas para o PT, para o PSB e para o PDT e espero continuar só fazendo estas campanhas, não tenho a mínima vontade de trabalhar para outros partidos.

Posso até começar falando sobre essa questão da política e do marketing, da importância do marketing, até contando uma historinha que ocorreu comigo há pouco tempo em São Paulo. Fui procurado por diversas agências de médio porte e de grande porte para formarmos uma parceria visando as próximas eleições, para trabalhar com marketing político etc. Em todas as minhas reuniões com essas agências grandes, médias, multinacionais, aquela coisa toda, levantei uma questão que acho que ainda não foi levantada no Brasil, infelizmente. A mídia toda, esse pensamento neoliberal, esse pensamento único que hoje parece

que existe no Brasil, através da mídia, do neoliberalismo valoriza muito essa coisa do primeiro mundo. E o que a mídia nunca valoriza nessa área de comunicação é que no primeiro mundo...

(troca de fita)

... democratas não trabalham para republicanos e vice-versa. E aqui no Brasil é o samba do crioulo doido, o sujeito faz campanha para o PT no Piauí, faz campanha para o PPB no Rio Grande do Norte, faz campanha para o PSB em Natal, quer dizer, é uma salada mista. Então, eu achava na minha inocência que seria interessante para uma agência grande ou média, ao querer fazer uma associação comigo, uma pessoa que está há muitos anos trabalhando com marketing político, primeiro como militante e depois acabei virando essa coisa do profissionalmente, sem esquecer sempre a minha condição de militante; que essas agências poderiam estar até interessadas, se não do ponto de vista ideológico, pelo menos do ponto de vista de mercado, elas que valorizam tanto o mercado, porque afinal de contas os setores de Centro-Esquerda têm ótimas perspectivas daqui para a frente. Não só no Brasil como na América Latina, todos os resultados estão mostrando isso, as últimas eleições para as prefeituras mostraram isso. Eu falei: eu topo fazer qualquer coisa com vocês, abrirmos uma agência em conjunto, mas desde que essa agência se comprometesse apenas a atender partidos de Centro-Esquerda. Sabemos que o quadro partidário brasileiro é complicado, eventualmente você pode ter uma pessoa de pensamento de Centro-Esquerda num partido como setores do PMDB, alguma coisa assim; mas sem a gente transigir de ir para o PFL, para o PPB, para o PSDB etc. Eu já achava a princípio que isso não seria uma conversa bem aceita pelas agências; mas achava que do ponto de vista de mercado poderiam até dizer: realmente a América Latina caminha para isso, o Brasil caminha para isso, essa política neoliberal aí está esgotando a paciência do povo brasileiro. Mas para minha surpresa foi uma questão unânime. Quando se fala em trabalhar para partidos de Centro-Esquerda, as agências todas tiram completamente o pé do acelerador. Não, se vamos trabalhar vamos trabalhar para todo mundo. Aliás, todo mundo por quê? O dinheiro está do outro lado, o dinheiro não está do lado do PSB, do PDT e do PT. Vamos fazer campanha pobre, já começa por aí. Então, eles querem fazer campanha onde tem dinheiro.

Então, acabamos não fazendo negócio. Não vou fazer, vou continuar trabalhando sozinho mesmo como sempre fiz, com a minha consciência muito tranqüila, que o melhor poder que queremos ter é poder dormir com a consciência tranqüila quando põe a cabeça no travesseiro, fazer campanha para quem a gente acha que pode fazer um governo melhor para a população.

Eu dei esse exemplo só para dizer como essa questão dos partidos de Centro-Esquerda ainda têm um preconceito enorme por parte dos meios de comunicação e da sociedade como um todo. Não posso dizer que sou marxista de carteirinha, li Marx, muitas coisas eu adoto na minha visão política, mas o Marx disse uma coisa que achei muito interessante:

"As idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante".

Ele disse isso numa época em que não tinha TV Globo, não tinha o Jornal do Brasil, o Estadão etc. Então, já naquela época onde os veículos de comunicação tinham uma força mínima, ele já dizia que as idéias de quem domina, os valores de quem domina uma sociedade são passados para os dominados. Se ele chegasse aqui hoje ele ficaria abismado, porque hoje os valores da classe dominante estão sendo permanentemente passados pelos veículos de comunicação, principalmente pela televisão. Então, a Direita tem a televisão, tem os jornais, tem as rádios, tem os valores dela sendo passados todos os dias para a população e a população assimila isso. Isso explica que às vezes muita gente que é vítima dessa política neoliberal seja seu apoiador..

E nós, de Centro-Esquerda, o que fazemos quando temos nossos minutinhos no horário eleitoral, ou quando é governo, como nós trabalhamos essa questão da comunicação? Tive várias experiências em campanhas e alguma experiência muito interessante no Governo da Luiza quando fui durante dois anos e meio Secretário de Comunicação dela. E a gente sofrendo: o PT podia dar certo em qualquer lugar do Brasil menos em São Paulo. Então, o cerco que se fez ao Governo da Luiza via mídia foi uma questão brutal. Isso sem falar nos problemas internos com o próprio partido que também eram brutais. Eu sou petista ideologicamente, mas deixei de fazer campanha há muito tempo, fui até adversário do PT em Natal na última campanha por problemas de divergências internas, por uma série de coisas, a minha paciência esgotou, talvez até volte a conseguir trabalhar com o partido.

Então, o que a gente faz quando está no poder, como é que a gente trabalha a comunicação? Vamos separar isso em duas partes. A primeira parte é a da campanha eleitoral. O Saturnino falou bem sobre essa questão da forma e do conteúdo. Publicitário não tem que interferir no conteúdo. O publicitário extrapola e mete os pés pelas mãos quando começa a querer substituir o político, o processo político, o conteúdo político. O que eu tenho que fazer e os publicitários têm que fazer é pegar o conteúdo, aquilo que vocês querem passar para a população, e transformar isso na forma que achamos mais agradável e mais adequada para o veículo de comunicação, para a televisão, para o rádio, para o *outdoor*.

E aí entra a forma. Muitas vezes nós que somos de partidos de Centro-Esquerda confundimos forma com conteúdo, achamos que a forma é que determina o conteúdo. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Vou dar um exemplo. Eu posso dizer para vocês: precisamos mudar o Brasil! Com cara de ódio, de raiva; e posso dizer sorrindo: precisamos mudar o Brasil!, que são duas maneira de dizer a mesma coisa. O que eu senti em muitas campanhas, principalmente do PT, do PSB, do PDT, é que às vezes há uma confusão. Como nós somos oposição, não é preciso que mostremos a nossa raiva na televisão ou no cartaz para dizer a mesma coisa que pode ser dita com alegria. Acho que isso é uma questão muito importante. Os partidos de Centro-Esquerda têm que perder essa coisa do ranço, da cara feia. Infelizmente a população brasileira gosta de transformar as coisas com alegria. Isso eu aprendi em todas as campanhas, pesquisas etc. Portanto, essa é uma questão importante para se determinar entre forma e conteúdo.

Outra questão que acho também muito importante, falou-se aqui um pouco sobre pesquisa. Não dá para fazer campanha sem se fazer pesquisa. Agora, não dá para fazer campanha obedecendo a tudo que a pesquisa diz, porque a pesquisa, como a publicidade é apenas o instrumento para se levar um projeto político para frente, a publicidade não é um fim em si própria, ela é um meio de vender valores, que queremos vender. A pesquisa não deve determinar como deve ser uma campanha, ela apenas deve ser um instrumento de avaliação da campanha. Qual é o problema básico do brasileiro hoje? É a questão do emprego. Então vamos todos os partidos falar sobre a questão do emprego. Quer dizer, todo mundo vai repetir a mesma coisa: o candidato da Direita, da Esquerda, do Centro, do Meio. A pesquisa é um instrumento e assim deve ser vista.

Na época do Governo da Luiza fizemos muitas pesquisas qualitativas, participávamos de reuniões dessa pesquisa etc. Pesquisas qualitativas são grupos que nós reunimos e você fica do outro lado de um espelho vendo o grupo discutir um determinado assunto e a pessoa não está te vendo. Existem situações muito engraçadas, havia um cerco da imprensa muito grande contra o Governo da Luiza, porrada todo dia no jornal e na televisão, sumiu uma caixa de fósforo na escola da periferia mais longínqua eram manchetes nos jornais etc. Então havia uma coisa pesada. Eu me lembro muito bem de uma reunião com um desses grupos de pesquisa e a pesquisadora começou a instigar, isso no pior momento do Governo, a hora que o pau estava comendo solto: o que você acha do Governo da Luiza Erundina? Péssimo! E você? Uma porcaria. E você? Horrível, uma droga. E para os mesmos integrantes do grupo: o que vocês acham da saúde no Governo Luiza Erundina? O governo é ruim, mas

ela fez oito hospitais e realmente lá perto da minha casa o hospital funciona muito bem, o posto de saúde é maravilhoso etc. A outra a mesma coisa: minha vizinha levou o filho no hospital e foi muito bem atendido, mudou muito, está ótimo, mas o governo é uma porcaria. E na educação? Ah, na educação essa mulher investiu, realmente a escola melhorou muito, a merenda está ótima, os professores são bem pagos, mas o governo é péssimo. E dos sacolões? Ah, essa foi uma grande idéia dela, o sacolão é ótimo, mas o governo é uma porcaria.

Claro que tentamos mudar isso no tempo e conseguimos, não é, Luiza? Então, essa coisa da imagem é um negócio. Não importava que as coisas estavam sendo feitas, mas a imagem que se vendeu o tempo inteiro foi que o governo era ruim, estava afundando São Paulo, Luiza Erundina era a culpada das enchentes, era a culpada de tudo, era um massacre diário.

Aí tentamos trabalhar e acho que tivemos um relativo êxito. Perdemos o preconceito. Aí entra a coisa do preconceito. Fizemos uma concorrência pública – a Luiza tem a primazia de ter sido a primeira política do Brasil a ter realizado uma concorrência pública para contratação de uma agência de propaganda. A partir daí que começaram a ocorrer as concorrências públicas para contratação de agências. Primeiro porque os partidos de Esquerda não trabalhavam com propaganda. Não mexo nisso porque é uma coisa que só a Direita faz! O que nós sempre discordamos, porque a propaganda é apenas um instrumento. Pegava lá os antigos Opala, que a ditadura usava para levar preso político para lá e para cá, então você fala: nunca mais vou andar de Opala! A propaganda era o carro, era o Opala, era só o instrumento.

Então, a Luiza teve essa primazia de trabalhar com uma agência de propaganda, foi feita uma concorrência, passamos a anunciar, fizemos campanhas publicitárias polêmicas, chegamos a usar até o Jack Palance em campanha publicitária da prefeitura. Por isso que eu digo, voltando àquela parte inicial: quando nós temos o horário na televisão, aqueles três minutinhos do horário eleitoral, ou quando estamos no Governo, o que a gente tem que fazer, a gente tem que abominar a comunicação ou a gente tem que ser o mais criativo possível, a gente tem que ser o mais comunicativo possível para tentar se contrapor naqueles três minutos às outras 23 horas e 57 minutos que a Direita tem na mão. É aí que está o desafio. E para isso é preciso, em primeiro lugar, perder o preconceito, ter coragem, investir em propaganda é tão importante quanto construir casas populares porque se nós perdermos a batalha da comunicação a Direita estará sempre no poder. E o cidadão tem o direito de estar bem informado.

Sou jornalista por formação, trabalhei em quase todas as emissoras de televisão, em quase todos os jornais, acabei virando publicitário, na verdade como militante do PT virei curioso em campanha, comecei a fazer aqueles programas nacionais e estaduais do PT desde 84 e aprendi com alguns publicitários e acabei virando publicitário por acaso, mas sou jornalista de formação. Posso dizer a vocês com segurança que não existe democracia verdadeira nos meios de comunicação no Brasil. Esse é o primeiro ponto. Os veículos de comunicação, fundamentalmente a televisão, que é o que mais informa a massa da população, passam apenas a visão de um lado da sociedade, o outro lado não é passado. Então, nós temos que utilizar o nosso horário eleitoral na televisão, quanto estamos no governo utilizar a comunicação sem preconceito para informar a nossa outra visão de sociedade.

Esse foi só um apanhadinho geral, queria encerrar essa primeira parte da minha intervenção e gostaria muito de ser perguntado, inquirido, encostado na parede pelos companheiros sobre essa questão da publicidade, da propaganda, o esquema Duda Mendonça de fazer campanha, o esquema do Malfitani, como funciona, como é essa coisa de fazer campanha em todos os lugares para todos os partidos, faz o mesmo discurso para o Arraes e o mesmo para o Maluf. Acho que aí fica uma coisa muito mais dinâmica.

Agradeço pela atenção de terem me ouvido, sei que como orador sou meio embaralhado, o que eu sei mesmo é fazer comercial de TV.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Muito bem, cumpriu 20 minutos cravados.

Vou passar a palavra ao nosso Deputado Bernardo de Souza, mas eu não resisto e abuso do privilégio de estar aqui presidindo a Mesa para fazer um comentário ou outro que me ocorre naquele momento, depois eu esqueço e às vezes a oportunidade do comentário torna-o mais denso.

Os partidos de Esquerda têm uma tradição revolucionária pela violência, pela revolução armada, isso é uma tradição. A concepção da Esquerda antiga era conquistar o poder através de uma vanguarda representativa dos interesses da classe trabalhadora, que era maioria, conquistar pelas armas, pela revolução armada e depois implantar o socialismo e formar as novas gerações dentro da mentalidade socialista. Essa era a concepção antiga, que não se preocupava tanto em conquistar a massa popular, bastava ter um partido consciente, ativo,

corajoso e decidido para tomar o poder daquela maneira, usando a violência. Isso significava que a função do partido estava muito ligada à incitação do ódio à burguesia, à classe dominante, ao explorador; quer dizer, era necessário que o partido que representava a vanguarda dos interesses da classe trabalhadora estivesse imbuído do ódio àquela dominação e essa incitação ao ódio fazia parte da estratégia de atuação e de militância da Esquerda antiga. A Esquerda atual, a Esquerda moderna, vamos também nós usar essa expressão, concluiu que este é um caminho errado porque, conquistado o poder, para mantê-lo a primeira coisa a fazer é implantar uma ditadura, do contrário, desaba tudo. E na implantação dessa ditadura, pronto, está aí o sistema de partido único, de ditadura, que acaba dando no que deram as experiências primeiras.

Então, a nossa estratégia é conquistar a massa, é trazer a massa para o ideal socialista. E aí essa conquista não se faz mais pela incitação ao ódio, mas pelo contrário, a conquista se faz pelo amor, pela adesão, pela compreensão, pela conscientização e pela adesão da massa ao ideal socialista.

Isso que o companheiro falou de incitar o ódio, de falar com ódio, ou de falar com simpatia e com amor, distingue bem as duas estratégias dos partidos de Esquerda correspondentes, quer dizer, a tradição antiga revolucionária armada e a estratégia atual, moderna de valorizar a democracia como um valor em si, fazer questão dela junto com o socialismo e de ter que conquistar a massa e, por conseguinte, praticar uma política, um marketing, um estilo de campanha adequado a essa nova visão.

Desculpem o comentário, mas não resisti à idéia de fazê-lo na medida em que o nosso companheiro Malfitani levantou esta questão.

Passo a palavra ao Deputado Bernardo de Souza para a sua exposição.

O SR. BERNARDO DE SOUZA (Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira/RS) – Quero saudar o nosso Senador Saturnino Braga, que mais do que Senador e Presidente, Diretor-Geral da nossa Fundação, é um orgulho para nós do Partido Socialista Brasileiro, e é um orgulho da política brasileira, homem que é respeitado e que merece ser acatado e respeitado por toda uma história e uma trajetória linear, retilínea, qualificada. Se precisasse provar - não precisa - bastava só registrar esta intervenção que ele fez; perfeita, que valeu por uma aula maravilhosa que sintetizou o essencial. A questão da comunicação nas esquerdas tem a ver com se nós temos uma proposta de conquista democrática do poder ou uma conquista autoritária.

Quero saudar o quase perfeito companheiro Carlos Siqueira, quero dizer que divirjo do Senador Saturnino porque acho que o Carlos é perfeito. Meu amigo de longa data, que apesar do que disse hoje de manhã até hoje não conseguiu me flagrar em divergência com ele, não vai conseguir jamais. Se há uma pequena divergência ele deve estar certo e eu devo estar errado.

Quero saudar o caro Chico Malfitani, que nos premia com a sua manifestação e tem premiado o Brasil com lúcidas intervenções profissionais e qualificadas; e o nosso grande amigo e pensador ilustre da vida política brasileira, Domingos Leonelli, que certamente vai fazer o fecho de ouro desta intervenção.

Não posso deixar de saudar a nossa grande Deputada e líder Luiza Erundina e o grande Deputado e amigo Djalma Paes aqui presente.

Caros amigos, caras amigas, parceiros amigos da Fundação João Mangabeira: No início da década de 60 o mundo vivia no auge da chamada Guerra Fria. Os mais jovens talvez não lembrem. Era o momento agudo da divisão geopolítica do mundo, a Alemanha dividida, e Berlim estava incrustada na Alemanha Oriental. E ali na Alemanha e em Berlim foram travados alguns dos embates mais duros, até quase militares da chamada Guerra Fria. E há um momento histórico, que registro na minha memória e que tem que ver com o assunto de hoje. Lembro de uma fotografia, do então presidente americano John Kennedy, num comício em Berlim ocidental, cercado de uma multidão de centenas, milhares de pessoas, num momento agudo e grave, porque Berlim ocidental podia ser isolada fisicamente da Alemanha Ocidental, e os Estados Unidos lhe davam grande suporte logístico, político, militar e ideológico. E o Presidente Kennedy foi lá fazer uma visita. Estava nesse grande comício. E tem uma frase dele, que ele pronunciou em alemão, de profundo significado para a sua linha de pensamento. No meio daquela multidão de berlinenses ocidentais ele disse: eu sou um berlinense. E aquilo correu o mundo. Claro que estimulado pelas agências de propaganda do ocidente, pela imprensa do ocidente, mas aquilo teve sentido, porque era a forma pela qual o Presidente Kennedy, no contexto da guerra fria,dizia que era um berlinense. E ninguém ficou com dúvida do que ele estava querendo dizer ali. E foi levado a sério. Aliás, ele quase nos levou a uma guerra mundial pouco depois.

Isso me remete a uma outra frase de um presidente americano, que acho que não acertou no ponto. O Presidente Bill Clinton, num certo momento, foi interrogado sobre se algum dia na vida tinha fumado maconha. E ele ficou na dúvida, porque ele tinha uma origem na juventude, nos movimentos contestadores da juventude, nos universitários que eram contra a guerra do Vietnã. Se ele dissesse que não fumava maconha ele estaria renegando o passado

e a juventude com quem ele tinha convivido. Mas se dissesse que fumava maconha ele estava também de certa maneira declarando algo que o americano não aceita com muita facilidade. Então ele produziu uma frase: "fumei mas não traguei", que na verdade não deu certo. Quando o Presidente Kennedy disse: eu sou um berlinense, a frase deu certo, porque ele estava dizendo uma verdade. Quando o Clinton disse: fumei mas não traguei, os dois lados viram que ele estava mentindo.

Isso nos remete a uma questão que me parece crucial, que é a verdade a ser dita. Há jeitos certos e errados de dizer a verdade. Pode haver jeitos certos e errados de dizer a mentira também. Quanta gente mentirosa é bem sucedida no mundo também na política, embora não só: na religião, no direito, na medicina, na igreja e claro que na política. Mas acho que essa questão da verdade é crucial.

Há uma outra passagem – é a última que eu uso para referência nesta pequena intervenção – também de um presidente americano,. Era o Bush concorrendo à presidência. E ele estava num daqueles clássicos debates com o oponente e ele anunciava que não haveria aumento de impostos. E isso estava sendo discutido como impossível, dada a conjuntura econômico-financeira dos Estados Unidos. E ele disse: não vou aumentar impostos. Ele se dirigiu ao público pela televisão: leiam os meus lábios, eu não vou aumentar impostos. Isso teve um impacto grandioso. Há quem considere esse um momento decisivo da campanha eleitoral, mas ele depois, na presidência, aumentou os impostos. Mas para dizer que ele enfrentou, olhando para a televisão, para o povo americano, que era o eleitor, dizendo o que ele pretendia que fosse uma verdade. O povo brasileiro que quer mudar está ansioso, nervoso e impaciente com políticos que até pregam e propõem a mudança, mas nos quais ele não identifica seriedade, confiabilidade. E me parece que esta é a matéria prima essencial de um discurso político.

O Malfitani exatamente mencionava essa questão pelo seu ângulo e nós estamos plenamente de acordo. Na verdade, quem trabalha com as estratégias de comunicação não pode pretender substituir o discurso. Se alguém diz que quer mudar o Brasil e o mundo, caberá, quem sabe, ao assessoramento de comunicação dizer o tom, o jeito, olhe meus olhos, leia meus lábios; mas certamente, em nome da seriedade, jamais se recomendaria: diga que fumou mas não tragou. Mas um publicitário sério poderia dizer ao Kennedy: diga que é um berlinense, porque ele era um berlinense realmente no seu compromisso político, ideológico, tático e até militar.

Ontem à noite, acompanhado do meu permanente e grande amigo Carlos Siqueira, estivemos numa livraria e ali eu comprei um livro da grande pensadora Hanna Arendt, que se dedicou longamente a discutir o totalitarismo

e o anti-semitismo e ela tem um belo ensaio em torno da verdade e da política. E começa dizendo assim – na falta de mais subsídios e argumentos peço licença para citar duas outras frases dela –, o tema é verdade e política:

> *"O tema destas reflexões é um lugar comum. Jamais alguém pôs em dúvida que verdade e política não se dão muito bem uma com a outra e até hoje ninguém que eu saiba incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade."*

E depois de algumas considerações, diz:

> *"Por que assim? É da essência mesma da verdade o ser impotente e da essência mesma do poder ser embusteiro?"*

Essas reflexões, que ela arremata obviamente ponderando sobre a importância da verdade, ela que depois escreveu artigos maravilhosos sobre os famosos documentos do Pentágono e sobre a importância de o povo saber a verdade, ela arremata concluindo que é imperioso que se diga a verdade sempre.

Não há pregação política séria – é o que quero sustentar aqui, sei que isso nos unifica a todos, estou até repisando um lugar comum para nós que partilhamos dessas convicções – não há proposta política séria que justifique a chamada razão de estado, que permita mentir, enganar, passar informações incompletas e passar informações falsas.

É de Norberto Bobbio uma das mais belas páginas sobre o poder visível e o poder invisível, onde ele faz longas considerações para arrematar uma obviedade de que a visibilidade é própria da democracia e o oculto, a razão de estado são próprios das ditaduras. E é exatamente porque não dizem tudo, porque sonegam, porque mentem, porque escondem, que as ditaduras conseguem se impor e sobreviver.

É importante que reflitamos sobre isso porque todo debate eleitoral pode ser sedutor no desafio para a vitória, que é o que se quer. Quem concorrer a prefeito ou a vereador estará em busca da vitória. Cada um de nós tem a íntima e legítima convicção de que está defendendo as boas causas. E podemos a cada momento receber a sedução íntima, interna, de dentro para fora de não dizer uma verdade inteira, de ocultar uma informação porque a causa estaria justificando que se ocultasse, ou, em linguagem mais rude, que se mentisse.

O que eu gostaria de sustentar aqui é que não. Não há vitória que valha esse preço. A Esquerda não pode pretender mudar o mundo, construir novas sociedades, novos mundos, novos modelos, novos modos de viver se ela arrancar partindo da mentira, porque a mentira escraviza definitivamente o mentiroso, ele fica refém eterno.

O Presidente Bill Clinton nunca mais vai poder falar direito sobre fumar maconha, porque ele mentiu de alguma forma ali e este é um tema que é vedado para ele definitivamente. O Presidente Kennedy se vivo fosse poderia repetir que ele era um berlinense, porque ele estava dizendo uma verdade. O Presidente Bush não poderá nunca mais pedir aos americanos que leiam seus lábios, porque ele disse uma mentira.

Por isso, a sedução do marketing não pode jamais ser a sedução para que a forma suplante o fundo...

(troca de fita)

... envolvente e convincente de dizer as verdades que nós proclamamos. Não há nada mais trágico para um homem público do que um dia ser confrontado com um discurso que ele tenha que renegar, com uma frase que ele tenha que negar, com uma palavra de que ele se arrependa. E não há capital, patrimônio político, ético maior na vida pública do que poder repetir permanentemente as mesmas palavras. Claro que mudar de opinião, ser convencido, compreender fatos novos é da lógica da vida, do mundo e da psicologia humana. Isso é evolução, mudança de opinião que até se confessa lisamente, que os políticos até não gostam de fazer.

Quando um político – não estou generalizando, vale para nós aqui, claro – muda de opinião, não gosta de dizer que mudou de opinião como se isso fosse vergonhoso. Ele quer dizer que já tinha dito, naquele discurso vocês não entenderam bem, mas depois daquela vírgula, na verdade que eram dois pontos, eu estava querendo dizer, com aquele verbo que não estava bem aplicado, isso que estou dizendo hoje. E isso as pessoas acabam captando, é isso que eu quero transmitir. O eleitor brasileiro ou o de qualquer lugar do mundo, que tem como única arma na democracia – e o Senador nos alertou muito bem disso – o seu poder de eleger, constituir ou desconstituir uma hipótese de governo, ele está sequioso de pessoas que lhe digam verdades, ele quer políticos confiáveis. E por isso até aceita algumas opções com as quais não concordamos, que nos desagradam e que até nos desiludem, porque ele identifica bem ou mal em alguns candidatos da Direita uma confiabilidade maior do que alguns candidatos da Esquerda. Culpa do povo? Evidentemente que não. Não vamos reproduzir a clássica afirmação estúpida de Pelé de que o povo não sabe votar. Certamente ele pode estar mal informado, pode estar mal orientado, pode compreender incompletamente a grandeza e os fatos todos do mundo e da política. Mas quando nós políticos nos apresentamos ao eleitorado, à opinião pública e à sociedade pregando, propagando, difundindo, sugerindo, nós estamos aceitando um debate. Há um jeito, modo, forma, aparência de fazer a campanha

política, o discurso político e a proposta política. Isto é dos especialistas, que certamente não somos nós. Mas há um conteúdo que é inarredavelmente nosso: nós vamos dizer se somos ou não somos berlinenses. E esta é uma opção política incontornável. Nós vamos ter que dizer se fumamos ou não maconha em algum dia de nossas vidas se alguém nos perguntar isso e se tragamos ou se não tragamos. Mas esta verdade, se é que ela é posta para nós, ela deve ser dita por inteiro.

O que remete só a um pequeno assunto com o qual eu vou arrematar e acho que já estou abusando da paciência dos companheiros e amigos que me brindam com atenção. É uma questão relevante sobre a visibilidade dos homens públicos. Além destas questões estratégicas, , eleitorais existem algumas questões de fundo, porque a visibilidade, palavra tão batida, a transparência, o conhecimento público dos fatos é um imperativo sem o qual não há democracia. Por isso, acho que o nosso Partido, entre as tantas bandeiras de sua pregação e de suas proposições, quando estivermos inclusive definindo os itens para as campanhas municipais do ano que vem, deve incorporar algumas questões que tem que ver com isto. Por exemplo, me parece que é intolerável, inadmissível e injustificável que pelo menos os agentes políticos: presidente, ministros, deputados federais, estaduais, senadores, governadores tenham direito ao sigilo bancário. Isso pode ser dado aos particulares, aos homens públicos não. (Palmas.) Esses sigilos todos são dados, se são, aos particulares. Mas quem faz a opção pela vida pública tem que compreender que alguns aspectos da sua vida privada, não as opções afetivas, sentimentais, sexuais, isso é um direito de cada qual, é um limite intransponível, mas as questões que tem que ver com isso que é público, a corrupção ou o risco de, a certeza de haver ou não haver corrupção ou peculato, tudo isto nós temos que compreender que tem no sigilo bancário e no sigilo fiscal uma proteção para o crime e para a irregularidade. E se o nosso Partido sustentar essas bandeiras ele estará podendo olhar nos olhos do povo e podendo pedir ao povo que leia nos lábios, desde que depois nós cumpramos o que estamos dizendo.

Vejam bem os falsos dilemas que são propostos em defesa do sigilo. A questão do sigilo bancário, por exemplo. Quando se diz: examinar a conta de um político – um deputado estadual que seja, vou por-me no centro da questão para facilitar o exemplo – isso vai mexer com as suas atividades privadas, se gastou dinheiro e no que gastou. É muito simples, vamos abrir as contas bancárias pela receita. Podemos dizer que as despesas bancárias estão protegidas pelo sigilo. Em que alguém gastou o seu dinheiro não interessa a ninguém, mas que dinheiro entrou na conta corrente do político, da mulher do político e do filho do político, isto é importante para a sociedade, até

porque a corrupção do político não se mede pela saída, pela despesa, mas pela receita bancária e pelo patrimônio.

Para mostrar que só quem pode olhar o povo de frente é que pode querer que o povo esteja à frente. Quem acha que o povo é massa de manobra, pode até ter sucesso. Quanta gente tem tido sucesso assim tristemente? Mas este definitivamente não é o nosso caminho. Ainda que nós tenhamos alguma dificuldade a mais, falar verdades ante quem fala mentiras pode até retardar a nossa propensão ao sucesso eleitoral e as possibilidades de mudança da sociedade, porque dizer verdades nem sempre é uma coisa tão agradável quanto dizer mentiras, para quem ouve. Mas o preço que nós estaremos pagando se não formos claros, francos e verazes e o capital que estaremos acumulando, politicamente falando, eticamente falando, se ao contrário formos claros, francos e verazes nos porão certamente numa posição altaneira perante a história. E este é o grande patrimônio.

Há uma música de um gaúcho, Lupicínio Rodrigues – a música dele era uma questão mais afetiva e sentimental mas tem num certo momento uma frase que é um rompante quase gongórico, que era do estilo das suas frases, em que diz, a propósito de uma situação afetiva, mas vale para o momento: "a vergonha é a herança maior que meu pai me deixou." Esta frase eu acho que nós da Esquerda podemos abraçar. Que a vergonha seja a herança maior, não do nosso pai, mas a herança maior que nós possamos deixar para os que vierem depois. Se nós não pudermos ter o grande sucesso que a causa merece e que as nossas propostas estão a encaminhar para o Brasil, pelo menos deixemos aos que vierem depois, como herança, um compromisso com a verdade, com a seriedade, com a franqueza. Que para nenhum dos políticos da Esquerda, especialmente para outros candidatos, paire jamais a dúvida de que a verdade vale mais do que a mentira. E que o marketing sirva apenas para por holofotes na verdade, mas nunca para fazer a mentira parecer verdade ou para permitir que a verdade desapareça ou sucumba diante da mentira. Holofotes para a verdade e a mentira deve ser relegada à lata do lixo, porque é assim que o povo fará quando puder compreender as diferenças se formos aptos a apresentá-las à sociedade.

Era isto. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Agradecemos a intervenção formidável do companheiro Bernardo e peço desculpas aos companheiros, não resisto, vou fazer mais dois comentários. Não sei se ganha ou perde, mas pelo menos eu alivio o meu anseio.

O Bernardo recordou muito bem esse episódio do Presidente Kennedy em Berlim. Tempos depois eu li comentário seu, a propósito da importância do sentimento na política. Quer dizer, a política se faz não apenas pela razão, a razão é fundamental, é a base de sustentação, mas o sentimento, a convocação do sentimento é decisivo nas disputas eleitorais. E ele então dizia que havia tido o povo alemão na conta de um povo frio, porque altamente disciplinado, um povo educado no rigor da disciplina. E naquele momento ,ali em Berlim, ele compreendeu que o povo alemão era um povo altamente passional e sentimental, apenas tinha aquele sentimento e aquela paixão represados pela disciplina, mas era um povo capaz, e evidentemente os episódios do nazismo e dos discursos e das convocações de Hitler mais do que demonstram isso. Mas, depois de dizer que era berlinense e receber toda aquela manifestação, teve a sensação de que nunca sentira um apoio tão caloroso em toda a sua vida política e percebeu que se ao terminar aquele discurso dissesse assim: vamos todos ao muro, aquela massa toda ia derrubar o muro de Berlim e podia ser uma tragédia. Ele então se conteve e terminou mais moderadamente, até com receio de que o excesso de emoção levantada naquele pronunciamento dele pudesse produzir uma conseqüência catastrófica.

Outro comentário é que o Bernardo também se lembrou da frase infeliz do Clinton a respeito do fumar e não tragar. Eu me lembrei de uma outra, quando ele disse a propósito do episódio com a Mônica, que sexo oral não era sexo. Foi absolutamente infeliz, deu uma polêmica miserável, mas ele ficou mais desmoralizado ainda do que estava antes.

Enfim, essa coisa da verdade também me trouxe a lembrança de um episódio que se passou comigo. Há uma corrente toda de opinião e até uma corrente de sustentação filosófica, Platão foi o primeiro a dizer que os únicos seres humanos que tinham o direito à mentira eram os médicos e os políticos. Os médicos para animar os seus pacientes quando eles estavam muito mal e os políticos para exatamente produzir o sentimento positivo na população. E na base dessa assertiva de Platão desenvolveu-se. Depois Max Weber veio procurar explicar isso e definiu o que era ética de convicção e ética de responsabilidade, essas coisas que no fundo procuravam fundamental a idéia da razão de estado, quer dizer, que o político tem uma responsabilidade tal em certas situações que ele tem o direito de mentir. E esse direito, na medida em que avança o espírito democrático, na medida em que avança a consciência da importância da verdade e da transparência na democracia essas invocações de razões do estado vão ficando cada vez mais para trás. E nós, especialmente nós socialistas, que tiramos da ética e da afirmação dos valores morais uma força muito grande na sustentação do nosso ideário, para nós a verdade realmente é uma condição

essencial, é uma condição sine qua non. É evidente que temos que buscar o auxílio dos especialistas às vezes para apresentar a verdade de uma forma ou de outra, aí tocando na questão do sentimento que é importante num momento de decisão eleitoral.

Mas eu na minha vida política passei por um episódio, paguei um preço altíssimo por isso, mas não me arrependo. É a primeira vez que estou falando disto assim, junto a companheiros. Um episódio da prefeitura, onde por circunstâncias políticas eu me isolei. E isso também é um erro muito grande, a gente se isolar politicamente é um erro terrível, e na Câmara do Rio, eram dois vereadores em 42 e a Câmara foi tomando uma série de medidas de sufocação das finanças da prefeitura e a prefeitura que já era uma prefeitura cronicamente falida, quando eu assumi a prefeitura do Rio estava de falência, não tinha pago o décimo terceiro do ano anterior, estava com a sua conta no Banco do Brasil bloqueada porque não pagara as prestações de um empréstimo que tinha junto ao Banco do Brasil, os salários do funcionalismo completamente defasados, depois de um trabalho muito grande conseguimos equilibrar tudo isso. Mas depois veio o rompimento com o PDT, o cerco na Câmara e o garroteamento foi de tal maneira que a prefeitura não tinha mais como se sustentar financeiramente. E faltando seis meses para o término do meu mandato eu fui à televisão e disse que a prefeitura estava falida. Era uma verdade. Agora, talvez tenha sido uma forma errada de dizer a verdade. O fato é que eu paguei um preço político altíssimo em termos de ser acusado e de uma forma quase unânime por toda a mídia de ter levado como prefeito a prefeitura à falência, paguei um preço político altíssimo.

Mas, passado o tempo, eu verifiquei que calou junto à população a idéia de que eu tinha falado a verdade e que a verdade é uma coisa importante, porque o político precisa de ter antes de tudo a confiança do eleitorado e da população a qual ele se dirige. O conceito de verdadeiro ficou também associado a minha imagem em decorrência daquele episódio que quase a totalidade das pessoas achou que tinha sido extremamente infeliz e possivelmente foi em muitos aspectos, mas o fato é que depois de ter pago esse preço durante algum tempo eu verifiquei que também tinha somado à minha imagem uma força muito grande decorrente do fato de naquele momento crítico eu ter dito uma verdade extremamente difícil de ser dita e isso deixou uma lembrança no povo que ficou presente e passou a me valer, por exemplo, na última eleição, que foi uma eleição majoritária e difícil contra candidatos de poder econômico pesadíssimo.

Então, acho que para nós socialistas essa questão da verdade é essencial, é decisiva, é fundamental porque o fato de enfraquecermos eticamente as nossas

posições nos tira mais de metade da nossa forma, seguramente uma parcela decisiva da nossa força, da nossa capacidade de inspirar confiança ao eleitorado e de conquistar o povo e a maioria para as nossas bandeiras, as nossas propostas, os nossos ideários.

Foi muito importante o Bernardo ter colocado esta questão da verdade em seqüência ao depoimento do nosso companheiro a respeito do marketing, porque as duas coisas não são absolutamente incompatíveis, muito pelo contrário. Exige-se totalmente que a gente sempre coloque a verdade, agora a forma de apresentação da verdade tem que ser carregada de algum tipo de aconselhamento, algum tipo de profissionalismo mesmo que saiba fazer com que essa verdade toque o sentimento da população porque a eleição se ganha é no sentimento muito mais do que na razão, embora a razão seja essencial.

Desculpem uma vez mais essas divagações, mas esses comentários ficam aqui na minha língua e a cócega é muito grande.

Vou passar agora ao nosso companheiro Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (Membro da Executiva Nacional do PSB) – Quero agradecer duas vezes ao nosso companheiro Presidente Saturnino pela iniciativa e organização, juntamente com o companheiro Carlos Siqueira e os demais companheiros que compõem a nossa Fundação, pela organização e pela realização deste Seminário. E a segunda vez pelas reflexões que nos brindou, interferindo com muita propriedade neste debate.

Quero também registrar a inteligência e a seriedade do título desse debate, que é Política e Marketing. Felizmente não é marketing político, como se isso pudesse suprir todas as questões da propaganda, da comunicação. Portanto, quero parabenizar mais uma vez os organizadores e dizer que as intervenções que fizeram aqui o meu querido companheiro Malfitani e o companheiro Bernardo de Souza, que hoje na reunião do diretório já nos demonstrava a força da sua palavra e a lógica de aço do seu raciocínio, colocada aqui como primeiro tema da questão da comunicação, que penso que com muita adequação, que é a questão da verdade.

A verdade, se alguém tem alguma dúvida a respeito do que significa a verdade no século XX pelo menos, podemos tomar dois grandes líderes e dois grandes formuladores deste século: um de Esquerda, Wladimir Lenini e outro de Direita, Goëbets. Lenini dizia que toda verdade é revolucionária; Goëbets dizia que a mentira repetida muitas vezes acaba se transformando numa verdade. Aí nós temos a diferença básica, essencial, ideológica da concepção de verdade. E infelizmente para os meus 53 anos na condição de publicitário como profissão,

de político, de ex-deputado, de ex-candidato, ou seja, já sentei nos vários lados do balcão, como cliente, como profissional, como conselheiro, como coordenador de campanha, infelizmente os dois têm razão. A mentira repetida muitas e competentemente vezes se transforma em verdade; e a verdade, felizmente, é sempre revolucionária. É verdade que a verdade é sempre revolucionária. A concepção de revolução que era confundida com a idéia de insurreição e hoje não é mais, mas sim de processo de transformação, muitas vezes a verdade precisa de um tempo maior, de um processo mais prolongado, de uma luta muito mais profunda, muito mais revolucionária para se afirmar do que a mentira que às vezes passa muito rapidamente e se transforma mesmo, pelo menos na mente das pessoas, em verdade.

Acho que também foi muito conveniente a colocação que o Malfitani fez referindo-se o tempo todo à propaganda, a propaganda como forma de organizar a matéria prima da política, ou de qualquer movimento político é a informação. A informação é transformada pela boa técnica publicitária numa peça. Isso é diferente, muito diferente do chamado marketing político, que nesse sim implica além das técnicas da transformação de uma informação num material de agradável comunicação, num *jingle*, num comercial de televisão, num anúncio de jornal, numa peça, num cartaz, num *outdoor*, o marketing político envolve outros elementos muito permanentes antes, durante e depois das campanhas eleitorais, aí sim com o que penso que é a grande questão da comunicação no nosso século e será o grande desafio do século XXI que é a democracia da comunicação, a democracia nos meios de comunicação. Nós conquistamos no Século XX, definitivamente, a liberdade de imprensa. Hoje a ausência da liberdade de imprensa é um acidente. Acidentalmente nós temos regiões no mundo que não têm liberdade de imprensa, até porque quando elas se globalizaram ficou impossível, mesmo em regiões sob ditadura não ter a liberdade de imprensa. A ditadura se exerce até por outras formas, mas a liberdade de imprensa está assegurada, dificilmente alguém impede de alguém entrar na Internet, entrar numa rádio, enfim, não há como controlar mais a liberdade de imprensa. Mas infelizmente há como controlar a liberdade de o cidadão ser informado. Em nosso país infelizmente não podemos afirmar que os cidadãos brasileiros têm o direito pleno à informação. No meu estado e acredito que em vários outros uma rede de comunicação de televisão, que é o veículo de maior poder de comunicação, chega a 80% de audiência, isso significa que tudo que uma cidade ou uma região pensa de si própria é aquilo que é comunicado por aquele meio de comunicação.

Não há como se pensar – e Malfitani lembrou os anos de Erundina, eu posso lembrar época dramática igualmente traumática e de violência até física

do Governo de Lídice, em Salvador, em que a cidade não podia ver-se a si própria. Um cidadão que não consegue ver o seu governo, governos são proibidos na prática de se comunicarem com a população se os seus governantes não estiverem de alguma forma vinculados a alguns meios de comunicação. Essa é uma questão da democracia no Século XXI. Você pode conquistar o poder político e não exercê-lo plenamente, porque numa cidade passando de um milhão de habitantes não tem prefeito que consiga mais se comunicar de porta em porta, de casa em casa. É impossível pensar o exercício da democracia sem a comunicação. Essa que acho que é a questão que temos que nos aprofundar ainda mais. A democracia de massas, a democracia da sociedade industrial, a democracia do Século XXI é impensável sem a questão dos meios de comunicação. Em nosso país, especialmente aqui, na América Latina como um todo, mas aqui no Brasil muito particularmente o controle dos meios de comunicação pelo grande capital, que é um grande capital articulado com vários outros setores do sistema de produção de informação e até de circulação de informação, provedores de Internet, as grandes estradas cibernéticas, todos sob controle de grupos que se articulam entre si, além de se articularem com bancos e com a atividade privada do capital.

Então, esta questão do controle dos meios de comunicação e da manipulação – travei como deputado numa discussão da lei de imprensa com o meu querido amigo agora ministro do Presidente Fernando Henrique, o nosso querido Aloysio Ferreira Nunes um debate que considero ilustrativo. Eu tinha colocado nessa lei um dispositivo que penalizava, que considerava crime a manipulação. E especificava dizendo que o tratamento de um mesmo fato de forma diferenciada, diminutiva, pejorativa etc. era considerado manipulação. Ele disso: isso é um absurdo, isso vai ferir a liberdade de imprensa, vai ferir a liberdade de comunicação! Eu disse: Aloysio, permita-me que eu ilustre a minha proposta, que foi aprovada aliás depois desse exemplo. A Rede Globo decidi que o Deputado Luís Eduardo Magalhães, que era o Presidente da Casa, não deve mais continuar com o prestígio que tem. Basta, sem mentir – essa que é a questão que quero levantar aqui – sem mentir formalmente, sem montar, apenas filmando e editando todas vezes que ele se levanta da sua mesa para fumar, que é um hábito que não seja a ser um pecado, um crime, quantos de nós não tem esse hábito! No entanto, se diariamente isso for registrado, repetido e comentado, ou apenas registrado, dentro de um mês nós temos a decomposição da imagem de um Presidente de um dos Poderes. Ou se a Rede Globo, no seu estado, Aloysio, resolve todas as vezes que se referir ao Deputado Aloysio Ferreira Nunes disser: o deputado que foi vice do Governo de Orestes Quércia é acusado de corrupção. Não estou nem afirmando, não

preciso nem dizer, nem provar que o Quércia foi corrupto ou não, não estou dizendo que foi, foi acusado, não estou mentindo, apenas estou qualificando, dizendo a verdade, mas qualificando de forma manipuladora. E essa é uma questão que não estou falando de nada que a maioria dos companheiros em medidas diferenciadas já não tenham convivido com esse tipo de violência contra a verdade e de violência contra os direitos do cidadão serem informados.

Mas o marketing político – quero até dizer, Malfitani, em 1972, meu compadre Cláudio Barreto, que é até hoje publicitário, nós fomos fazer uma campanha de um prefeito no interior e usamos essa expressão – se não me engano a revista Veja estava começando em 72...

(troca de fita)

... numa outra coisa muito mais complexa. Os governos estão se exercendo combinando técnicas de comunicação, de pesquisa, de controle da opinião pública com obras e serviços. As obras e serviços muitas e muitas vezes não são mais aquelas necessárias ao verdadeiro desenvolvimento, mas muitas vezes aquelas que são medidas, pesquisadas, controladas e que são passíveis de comunicação. Eu diria que a Direita hoje governa com grandes obras passíveis de serem filmadas, gravadas e projetadas e com o seu poder de mídia ela representa, expressa esse poder de realização muitas vezes superior até ao que é efetivamente realizado. E a Esquerda: Erundina, Lídice, Saturnino enfrentaram e enfrentam, os companheiros todos prefeitos, a dramática, a brutal questão da Esquerda, da democracia, da visão democrática. A reivindicação democrática é sempre fragmentada. A reivindicação democrática é sempre a reivindicação de um bairro, de uma rua, de uma ponta de rua, de uma pequena cidade. A exigência da fragmentação da reivindicação democrática tem muito mais dificuldade de ser comunicada do que a realização das grandes obras. E isso é no mundo inteiro. A reivindicação democrática, a fragmentação dessa reivindicação tem encontrado uma dificuldade enorme nos nossos publicitários, tem sido um desafio e muitas vezes parece estranho – eu insisti muito nisso e acho que foram as coisas que marcaram mesmo durante o Governo de Lídice, com todas as dificuldade, a ausência de comunicação substitui falta de dinheiro, por exemplo – mas em projetar, em trabalhar para o conjunto da sociedade aquilo que está sendo realizado mesmo com essa fragmentação de atendimento. Baseado no contrário, porque eu vivi a experiência dramática como candidato a prefeito da nossa administração ter asfaltado um bairro inteiro, mais de cinqüenta ruas, que viviam na lama total, de colocarmos serviços nesse bairro, e depois eu pedindo lá o voto etc., aí uma moça, jovem senhora grávida, eu disse: tudo bom? Pois é, aqui foi bom, mas a rua lá de cima continua esburacada!

Era a propaganda de massa, porque aí entra no marketing a utilização das outras formas de comunicação. Não dá, é impossível, é bobagem, é luxo de publicitário imaginar que toda comunicação se faz na campanha, ou que essa coisa que o Malfitani já desmistificou, de que o publicitário ganha eleição ou que resolve-se tudo com uma boa publicidade de campanha eleitoral. Não, no nosso estado a Direita tem três: ela tem a propaganda oficial do governo do estado – e na Bahia, por exemplo, só em um ano foram 38 milhões de reais, dos quais mais de 70% para os meios de comunicação da família do Senador Antônio Carlos Magalhães, é um dinheiroduto do bolso do povo direto para o bolso da família dele – mas é a propaganda oficial do governo do estado, combinada com o noticiário, com o controle, porque a Rede Globo posa de âncora, de ter um jornalismo livre, equânime, bota 50 vezes o Genuíno, bota 1 vez a Erundina etc., mas o controle político das retransmitidoras é outra questão essencial, os noticiários das redes globos são todos controlados pelos políticos que desde o tempo de Sarney em diante detêm praticamente 80% das retransmitidoras da Rede Globo em nosso país. A Direita controla a retransmissão da Rede Globo em nosso país. A Direita mais radical, como é o caso do Senador Antônio Carlos Magalhães, e as posições de Centro tendentes a Direita, que é o caso do nosso Governador Tasso Jereissat, e por aí a gente vai dando as várias tendências, mas quase todos controlados politicamente.

Quero concluir a minha intervenção, cheguei a anotar aqui essa frase que vai me ajudar ainda mais no futuro: que a mentira escraviza o mentiroso. É verdade, mas a mentira também tem escravizado as vítimas da mentira em nosso país. E a nossa luta pela verdade não pode ser uma luta ingênua, não temos o direito à ingenuidade, tanto nós que somos eventualmente parlamentares, representantes do povo, temos mandato, somos pagos pelo povo, como aqueles que não sendo pagos diretamente, somos indiretamente, temos a obrigação de sermos também competentes e não temos nenhum direito à ingenuidade. Não há como não conhecer, reconhecer e se possível enfrentar esses mecanismos. Temos pelo menos cinco maneiras de dizer a verdade, é preciso escolher a cada instante a melhor, a mais eficiente dessas maneiras, não deixar de dizer a verdade, mas é preciso levar em conta permanentemente que essa verdade tem que estar associada a movimentos reais da política. Assim como a Direita trabalha o marketing político, nós temos que trabalhar o movimento político, auxiliado pela propaganda política. Essa que eu acho que talvez seja uma idéia matriz para uma visão de comunicação da Esquerda e do nosso Partido Socialista.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Agradecemos a contribuição do companheiro Leonelli, encerrando brilhantemente este Painel e vou fazer um breve comentário a respeito do que ele lembrou da malfadada verdade de Goëbets, de que toda mentira repetida infinitas vezes acaba virando uma verdade. O contrário também, nós podemos aproveitar esse aforismo pelo lado positivo. Quer dizer, uma verdade repetida muitas vezes ela convence mais do que uma verdade dita de uma forma esquecida e em outra ocasião distante, o que quer dizer o seguinte: que numa campanha é importante o candidato escolher duas ou três verdades e fixar-se nelas e repetilas freqüentemente, porque isso dá capacidade de convencimento maior do que se ele se dispersar em mil verdades, ainda que sejam mil verdades. Agora, a forma de escolher entre uma das cinco formas do Bresth, isso é da competência do nosso companheiro Malfitani e dos seus colegas, que são especialistas, isso é uma especialidade que se desenvolve com preparo, com estudo e com experiência.

Vamos abrir as inscrições. Vamos apelar para que não se desenvolvam discursos paralelos, mas questões objetivas e ligeiras observações. Vamos fazer inicialmente blocos de três perguntas.

O SR. LAIRSON RODRIGUES BUENO (Vice-Presidente do PSB de Campo Grande/MS) – Gostaria de fazer duas indagações baseadas nas exposições dos senhores da Mesa. Primeiro, para o Deputado Bernardo de Souza, do PSB/RS, tendo em vista que achei muito interessante a proposta sobre a visibilidade e o conhecimento dos assuntos, em especial sobre a questão do sigilo bancário, fiscal e telefônico. Gostaria de sugerir ou pelo menos provocar no sentido de que independente da legislação eleitoral ou política do país, por que não poderíamos iniciar esta libertação do sigilo bancário, fiscal e telefônico pelo próprio PSB quando do registro das candidaturas?. Essa é uma primeira questão.

A segunda, para Domingos Leonelli, membro da Executiva Nacional do PSB, uma outra provocação dentro desse garroteamento dos meios de comunicação, vamos assim dizer, por que o PSB juntamente com outros partidos progressistas não propõe a criação de um prêmio aos meios de comunicação isentos, equânimes e transparentes?

Eram essas duas colocações que gostaríamos de fazer em nome de Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Agradecendo a concisão do companheiro, eu chamo João Ananias.

O SR. JOÃO ANANIAS (Prefeito de Santana do Acaraú/CE) – Gostaria, primeiro, de demonstrar, sem me arvorar de falar por todos, a extrema felicidade deste tema e a felicidade maior da escolha dos palestrantes. Os três foram perfeitos e com os arremates do Senador Saturnino que complementou e transformou esta palestra para nós extremamente enriquecedora.

Gostaria de fazer uma colocação aos palestrantes, principalmente quando se trata dessa questão eleitoral puramente, nós, os partidos de Esquerda, formos atraídos todos para o terreno eleitoral, nós que temos a raiz revolucionária, mas fomos e desembocamos definitivamente nos processos eleitorais, inclusive temos dificuldades, no nosso estado e na maioria dos estados brasileiros, de mantermos unidade da Esquerda fora dos períodos eleitorais, temos dificuldades inclusive nos períodos eleitorais pela falta de prática, da vivência, da busca dessa unidade e isso é a meu ver um erro histórico que estamos cometendo e estamos num terreno que nos é completamente desfavorável. Não que sejamos a via eleitoral, mas estamos atraídos e estamos num terreno completamente desfavorável, onde nós entramos numa correlação de forças completamente desigual, eles com a mídia garroteada, como foi bem colocado aqui, com a mídia completamente voltada para os interesses do poder econômico, casado com o poder político, formando um círculo vicioso, eles com o poder econômico para bancar as campanhas, eles com o poder constituído, que têm a maioria das capitais, das prefeituras, dos governos, e nós, mesmo com a verdade, com a contestação que está aí, mas sem instrumentos de colocarmos essa verdade num espaço mais amplo de chegarmos a ela, já que os meios de comunicação definitivamente, como disse o Leonelli, eles hoje interferem e comandam todos os processos eleitorais. Acho que temos aí uma grave questão sobre o que fazermos, como driblarmos uma situação de fato?

Partindo de um princípio e um fato – perdoe-me o Senador que pediu que fôssemos concisos – mas queria citar um fato, que acho que também é um erro nosso, que estamos aqui buscando respostas. Eu era deputado estadual e numa das famosas passeatas que sempre fazemos, a Esquerda sempre faz, andando pela rua principal do centro de Fortaleza, eu e um deputado estadual do PT, o João Alfredo, e defendendo a questão da previdência, três carros de som bombardeando às alturas a defesa dos interesses dos trabalhadores, o comércio plenamente aberto e os comerciários às portas das lojas a olhar-nos como se fôssemos alienígenas. E nós ali a defendermos, guardiães dos interesses dos trabalhadores, deles, e não estávamos sendo compreendidos, ou talvez porque não soubéssemos, ou não estivéssemos nos comunicando com eles. E eu até comentei com o deputado: tem alguma coisa errada na nossa praxes, no nossa forma de nos comunicar com o povo. E quem nos derrota nas eleições?

Justamente o segmento da população, o segmento que talvez seja o alvo fundamental dos nossos discursos e da nossa luta. Será que não há um erro de comunicação, não há um divórcio entre o que nós pensamos e o que nós falamos e como nós falamos para os nossos possíveis eleitores.

Eram essas comunicações que eu gostaria de deixar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Vamos chamar o Serafim Correia.

O SR. SERAFIM CORREIA (Presidente do PSB/AM) – Quero inicialmente cumprimentar a Mesa pela feliz iniciativa, pelo convite aos expositores e sem me estender muito, mas pedindo a permissão de vocês para contar uma historinha e depois formular a pergunta.

Em fevereiro de 1996 eu era vereador em Manaus, pretendia ser candidato à reeleição e num determinado momento – vou dizer o nome aqui porque não tem segredo nisso – o Deputado Arthur Virgílio Netto, que hoje é meu adversário político, mas àquela altura era meu aliado, os dois fazíamos oposição ao Governo do Amazonas, ao Amazonino, de que hoje o Arthur é aliado – ele chegou em Manaus e me telefonou: eu quero conversar contigo, porque acho que você é a pessoa a ser o nosso candidato a prefeito. Mas eu, eu sou vereador, eu nunca fui candidato a prefeito, isso é um vôo muito alto e as pesquisas estão indicando que o Mestrinho tem 50% dos votos, o Nonato Oliveira, que era o candidato do PDT, tem 35% e eu vou entrar aonde? Ele disse: pois é, você tem menos do que 1%, mas eu quero conversar contigo, quero que você ouça um analista da Vox Populi, que ele vai mostrar que é você que vai para o segundo turno. Está com brincadeira, isso não é hora de brincar! Mas venha aqui no hotel. Eu fui lá no hotel, sentamos ele, o analista da Vox Populi e eu. Aí ele disse: a Vox Populi foi contratada pelo PSDB nacional e fez um trabalho em todas as capitais. Então nós temos o retrato de todas as capitais. Qual é a primeira constatação? Os prefeitos do período 93/96 a grande maioria está caracterizada por grandes obras, porque eles tiveram nesse período um volume de recursos muito superior aos prefeitos do período 89/92. Então eles levam essa vantagem. Por conta disso, o sentimento da população é de que deve haver continuidade. Portanto, os atuais prefeitos, o candidato que eles indicarem, só se houver um acidente de percurso, mas eles vão todos para o segundo turno. E em contrapartida, quem vai para o segundo turno com eles é exatamente aquele candidato que represente o inverso, que seja a mudança, que tenha o discurso do social, que não tenha essa característica de grandes obras. E aí ele foi abrindo a pesquisa. Por exemplo, em São Paulo o Maluf pode lançar um poste que o candidato dele vai para o segundo turno. E

quem vai para o segundo turno é o antiMaluf e o antiMaluf em São Paulo é a Erundina. O Serra ser candidato é uma besteira, já dissemos isso para ele. Mas a MCI fez uma outra pesquisa e disse que ele deve ser candidato, ele vai quebrar a cara. No Rio de Janeiro, quem o César Maia indicar vai para o segundo turno e o antiCésar Maia vai junto. Aí ele foi fazendo essa análise para mim e entrou na questão de Manaus. Em Manaus, o candidato apoiado pelo atual prefeito e pelo atual governador vai para o segundo turno. Eu disse: mas ele não tem nem candidato ainda! Ele disse: não importa. Se ele lançar um posto vai para o segundo turno. E quem vai para o segundo turno com ele é um candidato que tem o perfil da mudança, que seja oposição a isso, que tem um discurso afirmativo e esse candidato é você. Eu sou vereador, você disse que na pesquisa eu tenho menos de 1%, como é que sou eu? É você porque tem o perfil e tal. Eu disse: eu quero tempo, essa é uma situação muito delicada, quero ter essa pesquisa para estudar, para ler com calma etc. E de fato fiquei 10 dias matutando sobre aquela possibilidade, hesitei no início e depois me convenci que aquela pesquisa remedava a realidade. E aí as pessoas mais chegadas: estou contigo, mas você sabe, só tem 3 minutos e meio na televisão, o Gilberto tem 15 minutos e estão com 50% na pesquisa, o Nonato está com 30% e tem menos de 1, você vai perder o mandato de vereador. Eu disse: estou convencido tecnicamente de que vou para o segundo turno. Inclusive eu fui num programa de televisão e disseram: mas você não tem nenhuma chance, a apresentadora dizendo para mim. Eu disse: olha, eu vou para o segundo turno, não sei com quem eu vou, mas quem vai sou eu. Aí começou a campanha, a gente com 3 minutos e meio, os outros com 15, 12 e tal. A coisa foi, foi e quando entrou na reta final – no início eu nem aparecia na pesquisa do Ibope, no início eu estava em quinto, depois eu aparecia em quarto, aí a Rede Globo local só deu até o terceiro colocado – aí quando chegou na reta final – eu tenho uma amiga que é deputada federal em São Paulo e ela estava num jantar onde estava o Montenegro. E o Montenegro disse: eu tenho uma surpresa lá em Manaus, o candidato do PSB que está lá atrás vai para o segundo turno, porque a tendência da reta e tal, fez a demonstração e ela me ligou: olha, Serafim, você vai para o segundo turno. Mas o resultado do Ibope aqui hoje disse que eu continuo em quarto. Ela disse: isso está manipulado, o Ibope fez a pesquisa mas fez também a projeção. E na projeção você vai para o segundo turno. Aí a coisa foi pegando, foi pegando e realmente eu passei para o segundo turno, o Mestrinho ficou em terceiro e o Nonato ficou em quarto. Depois eu perdi a eleição por 0,25. Quer dizer, todo mundo contra nós: Rede Globo, SBT, Record, Difusora, os jornais todos contra nós e eu perdi por 0,25.

Contei essa história para dizer da importância da pesquisa qualitativa

para orientar o partido na decisão. Então acho que é o momento, gostaria de ouvir o depoimento dos três companheiros, mas desde já adianto a minha sugestão de que a Fundação João Mangabeira, principalmente nos maiores centros tenha a preocupação de realizar pesquisas desse tipo, não é pesquisa para saber quem está na frente e quem está atrás, a pesquisa qualitativa para saber quais são os discursos, qual é a tendência do eleitorado, qual é o perfil, para que possamos nos orientar. Eu levava uma vantagem enorme, porque eu sabia o que ia acontecer, o Mestrinho não sabia, porque ele não acredita em pesquisa e o Nonato também não. Eu ia para o debate com os dois, eles crentes que estavam abafando e eu aqui no meu discurso de mudança: é preciso mudar isso, a preocupação com a educação, a saúde, e eles falando em obras. Quer dizer, o discurso de obras era do candidato do Governo, nenhum outro candidato tomava esse discurso. E o discurso da oposição tinha que ser o da mudança.

Então era essa a minha contribuição. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Vamos passar aos expositores para as respostas a esse grupo de três.

Gostaria de dar um esclarecimento. Eu me referi, logo no início, que nós, a Fundação estava preparando um vídeo sobre exatamente instruções de como montar um grupo local de pesquisa que sirva aos candidatos pelo menos nas principais cidades. Pois esse vídeo, esse trabalho foi desenvolvido pelos nossos companheiros em Manaus, o Prof. Henrique, que está aqui, um profissional do ramo, ele que preparou este roteiro que acho que vai nos ser extremamente útil e nós vamos fazer isso e distribuir aos companheiros.

Bom, vamos começar pela mesma ordem: primeiro o companheiro Malfitani, depois o Bernardo e depois o Leonelli.

O SR. CHICO MALFITANI (Publicitário) – O sistema de poder que governa o Brasil desde 1500 tem os recursos, tem o dinheiro, tem a mídia etc. E o que a gente faz? Na verdade é o que fazer? Que é a pergunta do nosso prefeito. Quer dizer, estamos irremediavelmente perdidos, vamos defender, quer dizer, pelo lado estereotipado da coisa, estamos com a verdade, aquilo que o deputado do Rio Grande do Sul falou, vamos expor a nossa verdade e se ela não chegar ateamos fogo às véstias e morremos como os bons lá no Vietnã, ou fazemos como Jesus Cristo que estava com a verdade e morreu crucificado e demorou 200 anos para os católicos acreditarem nele. Vamos perder o preconceito. Quero fazer uma autocrítica com relação aos meus "companheiros de marketing político", que acho um negócio horroroso mesmo.

Entrar no jogo do marketing político de deixar publicitário dizer para vocês qual é o conteúdo que vocês devem fazer: essa verdade você não pode dizer etc. Eu concordo plenamente com o que foi dito.

Agora, há várias maneiras de dizer a verdade. Vou dar um exemplo lá detrás, dois exemplos com o Lula. Um, eu lembro que num debate em 82 quando ele foi candidato a governador, um desses jornalistas neutros, tipo Bóris Casoy da vida, dizia o seguinte: Lula, você marxista, leninista, socialista... Ele respondeu: eu sou torneiro mecânico. E é uma verdade, ele era torneiro mecânico. Quer dizer, não caia na provocação, isso é uma coisa prática para quem está na administração ou quem está na campanha. Se você sabe que a Direita vai usar isso, a mídia vai usar isso contra você não caia na provocação, porque aí é atear fogo às vestes. Então, se a gente assume um governo, a prefeitura está quebrada – e vai ser a maior parte das prefeituras que os futuros candidatos vão pegar, prefeituras arrasadas etc. – o que dá para fazer? Dá para pegar todos os garis da prefeitura, botar uma lata de cal na mão e começar a pintar as guiar, limpar... Vamos fazer isso, quer dizer, vamos tentar dar visibilidade ao nosso trabalho. Lembro que no Governo da Luiza tinha gente dentro do Governo que dizia: basta fazermos um bom trabalho que ele será reconhecido no fim. Não existe isso, precisa ser comunicado, isso vale para uma cidade de cinco mil habitantes.

O que eu acho é o seguinte: dá para ganhar eleição? Claro que dá. Dentro desse panorama horroroso que existe aí podemos ganhar. Agora, como vamos ganhar a eleição? E pior do que isso, como vamos nos manter no poder? Como é que ganha uma eleição em São Paulo ou em Salvador, com essa coisa do Antônio Carlos Magalhães, e como é que se mantém no poder com esse bombardeio que vai existir desde o primeiro dia de governo. É, em primeiro lugar, prestando atenção em qual a repercussão que a Direita, que a mídia, que os adversários vão fazer de cada ato administrativo ou ato privado que você for fazer. Quer dizer, se o Bill Clinton tivesse pensado um pouquinho nisso antes de trazer a Mônica Levinsck para o seu gabinete, se ela ia guardar o vestido, ou o charuto etc. Então, existe possibilidade de se chegar ao poder. A eleição da Luiza Erundina em São Paulo, no centro do capitalismo financeiro do país, na segunda maior capital da América Latina, mostrou que isso é possível. E aí há exemplos enormes, o Célio de Castro, a Wilma de Faria, o exemplo do Brizolla, o Lula quase ganhando as eleições de 89, o Olívio Dutra, o Tasso Genro.

Estive no Rio Grande do Sul agora nesses feriados, eu sou um admirador profundo do povo do Rio Grande do Sul porque é um povo politizado.

Lembro que num das entrevistas do Brizolla, o que acontece que no Rio Grande do Sul é diferente? É que as pessoas comeram e estudaram. Já há uma diferença, se como e se estuda consegue entender o que infelizmente grande parte do nosso país as pessoas mal comem e pouco estudam, porque a classe dominante não dá essa oportunidade.

Então, o que acho é o seguinte: há o que fazer. Agora, o que fazer é saber utilizar os atos administrativos, saber utilizar a palavra...

(troca de fita)

... é a técnica, porque não existe comunicação alternativa. Isso eu sempre acostumei a dizer: se existisse uma comunicação alternativa, algo que substituísse a televisão em termos de comunicação, a GM, a Coca Cola, a Ford já tinham descoberto isso, porque ela não ia gastar dinheiro à toa. Então, a planfetagem nunca será mais eficiente do que um comercial de TV, porque senão a Coca Cola fazia a planfetagem, gastava muito menos e vendia mais Coca do que anunciando na TV. A Esquerda precisa perder o preconceito de trabalhar a comunicação. Como a técnica, apenas a técnica, não vai substituir o discurso, mas vai dizer qual é a melhor maneira de se fazer esse discurso.

Vou voltar, mais uma vez, à campanha de 82 do Lula para governadór, que a maior parte de vocês não viu. Naquele tempo ainda existia a Lei Falcão e só podia aparecer o rosto do candidato e vinha lá o currículo. E a campanha do Lula era: vote em Lula, ex-ajudante, curso primário incompleto, ajudante de tintureiro, torneiro mecânico, um brasileiro igualzinho a você, e nós entusiasmados, achando que isso aí era revolucionário, que era uma maravilha. Teve um comício em frente ao Pacaembu com 100 mil pessoas, ganhamos a eleição, era uma loucura, aquela festa etc. E quando abrem as urnas terminamos em quarto lugar. Eu lá fazendo boca de urna e vinha lá um sujeito com sandália havaiana, um pobre coitado lá que tinha mal o que comer e eu distribuindo o meu folhetinho do Lula. O sujeito: eu não vou votar no Lula, um cara igual a mim, eu não sou capaz de fazer nada eu vou votar num cara que é igual a mim?

Depois eu fui entender. Tinha uma vizinha minha, eu era amigo de um rapaz vizinho, chamava-se Osvaldo, e a mãe dele era italiana, tinha lá o horário eleitoral e apareciam os candidatos a deputado. Aparecia: fulano de tal, Joaquim dos Santos, ex-exilado político, ex-preso político, lutou contra não sei o que etc. E ela falava assim: Osvaldo, venha ver os presos todos aparecendo na televisão, os bandidos, tudo bandido! Porque a gente achava que era do cassete aquilo, ex-exilado...! Agora, que entendimento as pessoas tinham daquilo? Então, a gente não precisa dar a cara para bater, é isso que costumo dizer.

Então, temos que usar a comunicação da maneira competente e como técnica, que a Direita usa. Não adianta a gente querer em três minutos do horário eleitoral ensinar a mais valia para as pessoas. Eu fiz curso de ciências sociais e teve gente que ficou cinco anos no banco da escola estudando comigo e não se convenceu da mais valia nem do marxismo tendo oito horas por dia de aula. Como é que em três minutos vai querer mudar a cabeça das pessoas? Quer dizer, é o horário de propaganda eleitoral.

E foi o Saturnino que disse isso. Gente, nós temos quinhentas verdades para dizer neste país. Agora, vamos escolher uma ou duas e martelar, repetir, porque é verdade isso. Uma mentira repetida insistentemente vira uma verdade. É o que a Direita tem feito com a máxima competência desde 1500. Então nós temos que usar a mesma técnica. Não adianta dizer: está aqui o nosso programa, vamos defender a educação, a saúde, a educação etc. e tal. Nós vivemos numa sociedade de comunicação de massa onde as pessoas estão acostumadas a ouvir: o que é Coca Cola? Coca Cola é isso aí. A Coca Cola não diz: a Coca Cola é um líquido marrom, inventado por um farmacêutico, nos Estados Unidos, em 1930, que tem enxofre, que é bom para desentupir pia, é gostoso para dar arroto etc. e tal, ela não vende a Coca Cola. A Coca Cola é isso aí, é emoção. Então, o que é o PSB? O PSB é isso aí, é mudança, é isso aí, é com a gente! Temos que perder esses preconceitos. Nunca abrir mão de falar a verdade. Nisso eu concordo plenamente. Se a gente entrar no jogo deles de começar a enganar o povo... É importante a pesquisa, agora, se a pesquisa vai por uma linha diferente de conteúdo da nossa, não vamos porque ganhar a eleição é importante. Agora, acumular forças é muito mais importante.

Agora, tem que escolher um ponto correto. Vamos dar o exemplo da campanha do Maluf e do Pita. O Maluf era prefeito e o Pitta era o sucessor, era o poste, um poste preto que foi escolhido lá porque era novidade do malufismo. Qual foi o *slogan* de campanha? São Paulo não pode parar! E repetiram isso o tempo inteiro. Então foi martelado aquilo o tempo inteiro, o tempo inteiro e aquilo valei. Agora, depois você paga por isso. O Maluf disse lá na campanha: se o Pitta não for um bom prefeito nunca mais votem em mim. Ferrou, acabou. Aí a Esquerda usou isso nas duas campanhas seguintes e o Maluf não consegue mais se eleger enquanto que o Pitta é um horror. Então, tem que utilizar publicitariamente isso.

Eu estava nos Rio Grande do Sul esses dias e vi os comerciais do PPB na televisão. Eles sabem utilizar. Então, aparece um lá que botam o bigodão do Olívio e pessoas da população falando: pois é, Olívio, tu és mais competente que o Míster M que fez desaparecer só um carro no palco; você de uma penada

só fez duas fábricas de automóvel desaparecer do Rio Grande do Sul. Quer dizer, eles estão usando a técnica da comunicação de uma maneira competente. O PT lá e outros partidos têm que se comunicar de uma maneira competente. Isso num estado politizado, dividido. Então, tem jeito de fazer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bernardo.

O SR. BERNARDO DE SOUZA (Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira) – O Lairson levanta uma questão sobre isso que eu falei tangencialmente do sigilo bancário que é um aspecto da informação completa para o eleitor. Não era exatamente o tema do nosso debate aqui, mas tem que ver com isso, porque nós estamos trabalhando com a idéia que nós temos que ser claros, francos e verazes na campanha e evidentemente durante o mandato. Não podemos dar a mentira do Clinton, da maconha, nem a do Bush, que fala sério mas depois não cumpre o que promete.

Esta idéia de que os candidatos do Partido Socialista Brasileiro, nosso Partido, por conta própria fizesse isso eu acho uma idéia maravilhosa.

Vou contar um fato muito peculiar. Eu fui durante muito tempo ligado ao PMDB. O PMDB era o único partido de oposição permitido no Brasil. Um dia eu vi na televisão uma matéria com um vereador sendo entrevistado na cadeia, numa cidade longe, no norte do país, longe para nós gaúchos, que era do PMDB. E o microfone entrou pelas grades da cadeira. Que coisa horrorosa, como é que esse cara é do mesmo partido do que eu? Como é que eu posso ser do mesmo partido deste criminoso etc.? Acho que uma coisa importante, acho que tem que ver com isso aí da imagem e da marca, que não desfigura a verdade, nós temos que ter uma identidade que fique evidente e clara para todos nós; que o candidato a vereador lá do extremo norte ao extremo sul, de qualquer recanto do Brasil, ou candidato a prefeito, ou a vice, ou a deputado ou senador no futuro, que nós tenhamos algumas marcas que nos identifiquem e que nos distingam claramente. Daí essa idéia de que temos que ter, para a eleição do ano que vem, um conjunto de propostas. A idéia, não li ainda exatamente esse texto, mas pelo menos tenho sustentado isso, é que nós apresentemos ou quando somos os candidatos hegemônicos, ou quando estamos emparceirados nós sempre tenhamos as bandeiras que as pessoas saibam: isto é do PSB! Claro que há bandeiras que nós defendemos, mas que todo mundo já sabe que não são nossas, porque são das Esquerda em geral: 10% para a saúde, devemos continuar sustentando, mas nunca ninguém vai dizer que é do PSB porque não é. Mas em compensação podemos desenvolver um conjunto de proposições que sejam as nossas, a nossa marca e mesmo nas

alianças nos devemos, como sugestão aos programas conjuntos, que as pessoas digam: ah, isso é do PSB, seja de que estado for.

Isso quer dizer, Lairson, que isso não é propriamente um compromisso de campanha, não é um programa de governo, ou de ação parlamentar, mas pode ser uma marca do nosso candidato. Vamos mostrar declaração de renda, vamos mostrar a declaração de bens, vamos deixar uma procuração para sei lá quem, para o presidente da câmara ou para alguém, para saber a receita, os ingressos nas contas bancárias. Acho que discutindo com detalhes, que são importantes, acho que isso pode ser uma marca do Partido. Acho a idéia muito boa. Até que venha uma lei que diga que todo cidadão tem direito a todas as informações de qualquer político ou de qualquer partido. Acho que nós podemos saltar na frente. Imagino que não tenhamos nada a esconder. É diferente.

Em segundo lugar, queria dizer que compreendi as aflições do Ananias, o nosso grande prefeito, e a angústia de que a gente fala para o povo e às vezes é nas camadas populares que nós identificamos as rejeições às nossas propostas. Aí é uma questão política e é uma questão existencial. Lembro sempre daquele filme O Homem Elefante, aquela figura meio monstruosa que apareceu na Inglaterra. Um homem inteligente, mas todo deformado, chamavam ele de Homem Elefante. E transformou-se ele numa espécie de moda na Londres da época, convidaram o Homem Elefante para tomar chá. As damas da sociedade, as *ladys* convidavam e ele ia lá, tomava chá. Era um acontecimento. Só que ninguém gostava dele. Então, numa cena ele já está assim incorporado aos hábitos sociais e culturais urbanos e um dia o médico encontra ele chorando no chão: o que foi que houve? Eu sou humano, eu sou humano! É um clamor que diz: eu sou gente. Nós políticos às vezes costumamos bancar o Homem Elefante e dizer: nós somos humanos.

Então, compreendo essas aflições. Queria dizer o seguinte: acho que existe duas coisas, uma questão conceitual e política que é a seguinte: na democracia só existe um direito, que é do povo escolher o seu preferido. Ninguém tem direito a ganhar eleição numa democracia. É duro dizer isso quando se perde, mas temos que partir desse princípio: ninguém tem direito a ganhar uma eleição. Porque se alguém tem direito a ganhar uma eleição, vamos partir do princípio de que se a eleição não der o resultado desejado ela não serve e aí nós estamos justificando quase tudo que é absurdo antidemocrático. Então, só há um direito na democracia, isso é conceitual e teórico, só o povo tem direito numa democracia de fazer a escolha. Se ele não escolhe o meu partido, a minha proposta ou o meu nome, é um direito que o povo tem. Isso

é terrível do ponto de vista existencial, ser rejeitado quando se tem a convicção de que se está com a boa causa, mas é um direito do povo. O que nós temos que fazer é não pôr a nossa auto-estima a depender de eleição. Se nós vincularmos a auto-estima pessoal a um resultado eleitoral nós nos destroçaremos existencialmente, afetivamente e isso é um terror. Eu sei que é duro perder eleição, eu já perdi umas, já ganhei outras. Quando se perde é um horror, é triste, é duro, mas nós temos que ter a convicção democrática: foi o povo que quis assim. Claro que quando há manipulações a gente denuncia.

Vamos partir do princípio de que se o povo não está votando nas nossas teses, nas nossas causas, ou há manipulação e temos que denunciá-las, teoricamente é um arcabouço jurídico que pode limitar isso, não acabar, mas nós também temos que reconhecer que nós também cometemos equívocos na nossa comunicação, nós erramos muitas vezes. Até pela arrogância – não é para nós aqui nesta sala, mas em tese, a Esquerda – pela arrogância de achar que é porta-voz do futuro e da mudança. É essa tese que o Senador falou da vanguarda autoproclamada, portadora dos novos tempos, nós estamos aqui para fazer a humanidade encontrar o seu destino de felicidade usando os meios necessários. Aí os fins justificam os meios, quando chegamos nessa tese não tem mais limites para isso.

Então, se nós temos uma arraigada convicção democrática, nos entristeceremos com a derrota, nos prepararemos para novos embates, porque a democracia supõe a repetição dos embates, mas temos que reconhecer que é direito do povo fazer a sua escolha.

Claro que há políticos que dizem verdade e não se elegem, mas há os que dizem verdade e se elegem. A Erundina tenho certeza que se elegeu dizendo verdades, o Deputado Djalma se elegeu dizendo verdades, o Senador Saturnino se elegeu dizendo verdades. Ou nós vamos dizer que eles se elegeram com mentiras? E nós sabemos que não, não é nenhuma cortesia de companheiros. A verdade também elege, nem sempre elege, mas também elege. Estou citando três figuras que nos orgulham a todos, ética e politicamente. Para saber que a verdade não é um espantalho, nós não podemos pegar o político mentiroso que nos ganhou a eleição num certo lugar para dizer que é a mentira que triunfa. Tem que olhar os exemplos das verdades triunfantes, das seriedades vencedoras, das qualidades reconhecidas, das circunstâncias em que o povo identificou, e votou, e elegeu, e constituiu. Só que isso não é definitivo, a Erundina, o Djalma, o Saturnino vão ter que disputar novas eleições. Não sei se se repetirão as vitórias ad eternum, talvez não, mas a verdade elege, é bom registrar isso.

E por final, só para registrar a manifestação do Serafim, nosso grande companheiro, que para tristeza de todos nós por índices mínimos não conquistou a prefeitura da importante capital do Norte, é verdade, algumas coisas nós temos que reconhecer, não há eleição perdida, são banalidades que estão sendo ditas agora aqui, e não há eleição ganha até o último minuto. Eu me lembro que li sobre a eleição da Deputada Erundina, quando uma atriz, Beatriz Segal, registrou, quando foi a curva da vitória da Erundina na Prefeitura de São Paulo, e vi uma entrevista da atriz, que estava no Rio e não ia votar. E aí no dia da eleição ela se perguntou: o que eu estou fazendo aqui que não vou votar em Erundina em São Paulo? Pegou um avião e foi votar na Erundina. E nós sabemos por tudo o que se acompanhou que foi naquela reta final que se desenhou a vitória que parecia quase impossível. Então, não há eleição perdida, não há eleição ganha.

Outra obviedade, o mundo não termina hoje à meia-noite, nós nos encontraremos, muitas vezes se ganha hoje se ganha depois, perde-se hoje e pode-se ganhar depois.

Com relação a um registro que o Malfitani fez do Lula, ele até citou o exemplo: o senhor é marxista, leninista. Eu sou torneiro mecânico. É uma resposta inteligente, mas ele não respondeu com a verdade, ele fugiu de responder a verdade ali. Ele tinha que dizer se era ou se não era. Aliás, talvez por isso ele nunca tenha conseguido se eleger presidente e tentou três vezes. A resposta, o senhor é marxista, leninista; não, sou torneiro, é inteligente, é esperta, mas o povo sabe que ele fugiu da resposta. Ali ele não disse a verdade.

O Fernando Henrique disse uma verdade na eleição para a prefeitura, eu me membro, que tinha fumado maconha e que não acreditava em Deus. Perdeu a prefeitura, mas é duas vezes o Presidente da República.

Então, acho que as verdades se acumulam porque o mundo não termina hoje de noite, e nós os políticos nos encontraremos, nos reencontraremos, voltaremos a nos encontrar porque a democracia é este eterno renascer dos reencontros, das mensagens e das esperanças constantemente renovadas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (Membro da Executiva Nacional do PSB) – Eu serei muito rápido. Acho as duas idéias do companheiro Lairson boas. Em uma vejo muita dificuldade, não sei se a curto prazo poderíamos realizá-la, dar um prêmio para os meios de comunicação. E confesso que teria muita dificuldade, pelo menos no plano nacional, o meio

que merecesse esse prêmio e depois quem divulgasse, ainda mais complicado ainda. Provavelmente o que ganhar esse prêmio terá índices muito pequenos de divulgação, um prêmio meio secreto.

Agora, acho que a idéia de tornar uma prática, uma marca das nossas candidaturas a quebra do sigilo bancário, acho isso muito bom. Excelente idéia, acho que a colocação você pegou no ar a excelente formulação do companheiro Bernardo e sugiro até que você transforme isso já em tese para o nosso congresso, para que seja aprovado e que seja uma das indicações para o nosso congresso. Que só seja dada legenda do nosso Partido a quem apresentar autorização, o próprio Partido. Acho que isso é uma coisa que não custa nada e é excelente, isso é uma marca.

E quero insistir mais nessa linha. Quero, para não repetir o que os companheiros já disseram, o que eu concordo, mas essa idéia da marca do PSB não pode ser apenas uma marca publicitária, ela tem que ser construída com movimentos de decisões políticas profundas. Eu tenho defendido, estou tentando formular uma modesta tese com a ajuda de outros companheiros para que a gente defina que não tem marketing, como não tem propaganda se não houver o produto. Nós temos que definir com clareza o nosso produto. Eu penso que hoje a grosso modo nós temos o PT e o PCdoB como partidos de Esquerda fundamentais, com um vínculo muito profundo com os movimentos organizados sindicalmente. Acho que nós temos que ter presença sindical, com propostas diferenciadas do PT, basicamente propostas que superem o corporativismo, mas devemos nos concentrar e construir uma marca própria numa área não-corporativa; ou seja, devemos procurar ser o partido daqueles que não tem nem emprego nem sindicato das maiorias e também dos extratos dos segmentos sociais que não sendo sindicalizados são fundamentais, as novas profissões, as atividades de médios e microempresários. O que o empresário pequeno é senão no fundo, no fundo um trabalhador de uma grande empresa? O que um dono de farmácia é que não um empregado que não tem carteira assinada dos grandes laboratórios? Então, essas são alianças naturais, nós não podemos ter uma idéia de que constitui um patronato, evidentemente que é uma área muito mais difícil. Em Salvador trabalhamos muito, estamos reorganizando o nosso partido em cima de ambulantes, feirantes. É complicado, porque uma coisa é um operário de uma fábrica que se organiza naturalmente no seu sindicato por objetivos muito definidos; outra coisa é um motorista de táxi, um ambulante, um feirante, que é um pequeno empresário, cada cabeça é um mundo basicamente individualista, mas esse individualismo está caindo, nós temos que perceber isso e trabalhar novas formas de coletivismo, de coletividade mesmo em segmentos marcados por esse individualismo, que é uma marca do sistema capitalista.

Bom, então penso que temos que retomar a idéia da revolução democrática, de fazer no Brasil no século XXI o que a França fez no século XIX, realizar a revolução democrática que é o que está necessitando ainda. Nós não realizamos a nossa revolução democrática ou burguesa ainda. Evidente que não será uma mera repetição dessa revolução democrática ou burguesa, mas tem uma característica muito forte disso que são marcas que podem nos caracterizar. Esses partidos, embora muito importantes, eles têm dificuldades de trabalhar nessa faixa porque o peso da corporação é muito forte. Eu tenho dito que perdi muitos votos dizendo a verdade, mas me posicionei abertamente contra, por exemplo, aposentadoria de professor universitário aos 25 anos. Acho um absurdo isso. Agora, a maior parte dos deputados do PT também acharam um absurdo e tiveram que votar favoravelmente porque era uma exigência do movimento sindical que é o que controla o PT e o que determina as ações do PT. É claro que ao mesmo tempo que tem essa dificuldade tem a facilidade. Essa é a força e a fraqueza do PT. Temos que conhecer nossas forças e fraquezas e expressá-las também na comunicação.

Acho que você deu uma contribuição excelente nesse sentido.

Essas considerações que faço penso que também respondem um pouco as preocupações do Ananias, do meu companheiro, bravo prefeito de Santana de Acaraú, que é um exemplo de seriedade, de coragem. Agora, eu acho que essa angústia que passa pelo Ananias é a mesma que estamos discutindo aqui. Precisamos saber o que fazer e é muito difícil, não é fácil, o que estou dizendo aqui não é uma coisa automática, simples, fácil, rápida. O PT levou anos e cresceu, é preciso que a gente compreenda, o PT cresceu taticamente combatendo não foi nem a Direita e nem a Arena, na época, o PT cresceu se diferenciando do PMDB, que éramos nós, naquela época. Você não pode ter um partido se não tiver a coragem de se diferenciar. Essa é uma questão essencial. Nós queremos a revolução. O PCB morreu em nome de ser escudeiro do bom senso. Ele tinha uma visão estratégica basicamente correta, mas não tinha a visão tática, abdicou da sua própria identidade em nome dos interesses gerais e com isso não pôde nem servir aos interesses gerais.

Então, temos que ter uma estratégia correta, mas temos que ter também a coragem, a habilidade, a competência, a rapidez e até, não digo a esperteza, mas a vivacidade de marcarmos as nossas diferenças aonde elas forem possíveis, para poder sermos o instrumento que terá o conjunto da sociedade. Se não ficamos com a verdade sobre o conjunto mas não pode intervir nela. O PT teve essa visão muito clara, ele primeiro se diferenciou, marcou a diferença dos seus concorrentes e acho que hoje nós temos que um pouco, não repetir a

experiência do PT, mas quem nutre hoje o crescimento do PSB é obviamente o PT, o PCdoB, o PDT. É natural que seja assim, os partidos ocupam esses campos. Não podemos ter a ilusão de que vamos ganhar os eleitores do PFL, temos que disputar é nesse campo e aí então ampliar mais. O que não podemos é nos limitar e nos condenar um pouco como faz o PT, que condena a Esquerda a ser eternamente oposição, porque a posição política do PT nos conduz a isso, a sermos eternamente oposição. Eles podem porque eles têm estruturas que lhe permitem a eternização na oposição. Esse controle do mundo sindical é muito perigoso porque acomoda, o movimento sindical não precisa do poder até para fazer política, até para existir mesmo, tem estrutura, pode viajar etc. Quem não tem essa estrutura tem que conquistar os governos municipais para poder operar a política real. E temos que compreender isso. Há uma certa perversão nesse cooperativismo que é a renúncia à essência da idéia revolucionária. Não precisa transformar, basta reivindicar maximamente. Vocês não vêem os companheiros do PT nem mesmo do PCdoB que falam em insurreição armada, mas não propõem nada de concreto nesse sentido, nem dão nenhum passo nesse sentido, limitam a sua atividade sindical a extremar a reivindicação, o que lhes dá um certo conforto nas suas bases, lhes dá um certo conforto eleitoral, mas não estão na realidade, porque pára ali naquele campo e o nosso campo tem que ser mais amplo. E a política de comunicação nossa tem que atender a essa diferenciação.

Finalmente, quero alertar o companheiro Serafim e a nós todos, o relato do Serafim me deixou e a todos, acredito, assim sem ar, porque é uma história fascinante. Temos impressão pelo relato dele de que contratando uma boa empresa de pesquisa que vai nos acontecer a todos a mesma coisa. Não vai. Ele contou uma história que é fantástica, é verdadeiríssima a história. Quero alertar para o seguinte: isso é um caso específico, um caso que aconteceu lá. E lembrar que dessa coisa do marketing, da propaganda, a melhor contribuição que nós demos, a ferramenta mais adequada, aquilo que nós poderíamos dizer que é uma coisa da cientificização, da tecnologização da política é a pesquisa, essa é a melhor contribuição, é a idéia de conhecer o pensamento do nosso povo, conhecer as suas sensações, conhecer o que pensa o povo. E é preciso fazermos porque os nossos inimigos fazem. Nós trabalhamos com as nossas idealizações, o que a gente pensa que o povo quer e a Direita trabalha com aquilo que o povo efetivamente quer.

Então, essas diferenças, acho que o moderno pensamento revolucionário, o moderno pensamento político socialista no mundo tem que ao mesmo tempo criticar com o máximo de profundidade possível esta manipulação dos processos políticos e da transformação da política em marketing, mas sem

abrir mão e sem trabalhar com os instrumentos efetivos que isso possa nos fornecer para a nossa ação transformadora. É isso aí. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bem, companheiros, nosso Painel está interessantíssimo e a permanência de vocês aqui é um atestado, mas já são 9h30min, acho que todos estão cansados, eu pelo menos estou, então sugiro o seguinte: há sete inscritos, vamos ouvi-los todos em seguida e depois fazermos uma resposta única e com a possível brevidade. Agora, com um apelo mais veemente à brevidade.

Sinelson, por favor.

O SR. LUÍS CARLOS SINELSON (Secretário-Geral PSB/ Águas Lindas) – Quero apenas abrir um espaço aqui para parabenizar os professores presentes, classe da qual faço parte há dezenove anos.

A minha preocupação é a seguinte: está-se falando em marketing e política e tal. Eu sou ingresso no PSB há pouco tempo, menos de um ano e toda vez que entro em alguma coisa eu entro de cabeça. Tenho seguido os jornais e a mídia de um modo geral, sempre procurando alguma coisa a respeito do PSB. E temos visto que o PSB não ocupa muita coisa na mídia. O que temos visto é o PSB pegando carona em alguns eventos nacionais, como foi o caso da marcha dos 100 mil, onde fizeram questão de mostrar uma pessoa, uma militante com uma bandeira, de maiô tomando banho no fosso da Câmara. Achei aquilo meio estranho...

(troca de fita)

... de Irecê, na Bahia, que uniu-se ao bispo Marcelo Crivela, da Igreja Universal e criaram ali um quibuts, entre aspas, falando que esse prefeito inclusive tem pretensões de chegar ao Governo da Bahia se o ACM assim permitir.

Então, resumindo isso tudo a minha preocupação é a seguinte: não existe nenhuma estratégia do PSB – essa pergunta vai aqui para o companheiro Domingos Leonelli – ocupar mais e sermos um pouco mais agressivos nessa mídia? Porque estamos vendo aqui em Brasília o tempo todo propaganda eleitoral. E as pessoas que me conhecem, que pelo fato de estar ocupando educação, as pessoas vão um pouco atrás e querem saber das opiniões: mas o seu partido não aparece na televisão, a gente não ouve falar do PSB, não faz propaganda, o que está acontecendo? Então a minha pergunta era esta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiro Roni, de Goiás, por favor.

O SR. RONI (GO) – Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Mesa e dizer que estou mais uma vez, depois de ter participado há alguns dias de um curso da Fundação, fascinado com a clareza e a qualidade do debate.

Quero, na verdade, fazer uma proposta. Antes disso quero dizer da experiência de Goiás nas últimas eleições. A maioria de vocês sabem o que aconteceu em Goiás, o Senador Íris Rezende que deveria ganhar a eleição disparadamente no primeiro turno perde a eleição para um candidato que no início tinha 3%, 2% nas pesquisas iniciais. E aí vejo os especialistas falando aqui a respeito disso e a experiência do nosso companheiro lá em Manaus e ficamos observando isso. Em Goiás aconteceu praticamente isso. Nós tínhamos um candidato que ganharia, como eu já disse, no primeiro turno a eleição e depois um candidato que não ganharia, tanto que brincavam com ele na imprensa dizendo que ele seria favorecido com a bolsa universitária que o Íris ia dar porque ele não tinha terminado o curso superior. E o que aconteceu? Parece que ele foi muito esperto na mídia e passou a dizer a verdade de uma maneira muito clara, trouxe o Nerso da Capitinga, um personagem famoso que se identificou com a sociedade de Goiânia, ele pegava uma panela e falava: isso aqui é uma panela e aqui dentro da panela está a mulher do Íris, o irmão do Íris etc. e tal. E se identificou com isso. E do outro lado estava lá uma imprensa, uma mídia fortíssima com o Íris falando a mesmice. Diante disso, o Marcondes venceu as eleições e o Íris perdeu. Mas do outro lado estava a Esquerda que podia ter um discurso para ganhar a eleição, mas enquanto isso tínhamos lá o PT, o Osmar Magalhães que era o candidato, ia para a imprensa falar de funcionário público. Ele ia lá com a cara carrancuda falar do funcionário público. Não estou aqui falando mal do funcionário público. Mas quem é o funcionário público hoje para a sociedade? É o cara que trabalha pouco, atende mal e recebe bem.

Diante disso, acho que poderíamos pensar, e é uma proposta para que pensássemos talvez um logotipo para o PSB, alguma coisa nesse gênero, se é importante ou não pensar isso. É uma proposta que eu queria deixar, porque socialismo e liberdade é uma frase histórica e de fundamental importância, mas o que é socialismo e o que significa liberdade nos dias de hoje é um caso a ser pensado.

Era essa proposta que eu queria deixar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiro Mário, do Ceará.

O SR. MÁRIO (CE) – Meu boa noite, eu não poderia deixar de me

dirigir aos meus compatriotas do Norte, do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste, eu que vim lá do Ceará. Já que algum falou aqui em exemplo, vou também falar rapidamente do meu. Sou vereador em Fortaleza. Moro num bairro bastante pobre, que é o conjunto José Valdo, e na campanha eu não tinha a menor chance de ganhar a eleição. Todo mundo sabia disso inclusive eu. (Risos.) Achava mesmo que não ganharia uma eleição para vereador na quinta capital do país sem nenhum dinheiro. Eu gastei na campanha 400 reais, inclusive provei na minha declaração ao TRE.

Já que falaram aqui na questão da verdade e da credibilidade, isso é fundamental. E também acho que não é conveniente para alguém que pretende ser vereador chegar de última hora e lançar a candidatura sem antes ter algum trabalho na comunidade. Eu não tinha dinheiro, como não tenho, mas em compensação eu tinha um trabalho de contestação e sobretudo de politização do povo do meu bairro. E o Chico Malfitani me deixou meio assustado quando disse não acreditar muito nos meios alternativos de comunicação, quando ele prioriza muito a televisão. De certo modo isso convence, mas em determinadas circunstâncias a eleição de vereador para um partido pequeno e para quem não tem recurso é de assustar a sua afirmação, porque tenho certeza de que muitos aqui não vão ter espaço em televisão e nem dinheiro nem sequer para fazer o programa.

O SR. CHICO MALFITANI (Publicitário) – Você tem toda razão. Essa observação minha é só para eleições majoritárias.

O SR. MÁRIO MAIA (Vereador/CE) – Eu me recordo que li na Veja sobre a campanha da Erundina, num carro velho, e antes a Maria Luísa, ganhou a eleição e de forma brilhante. Uma semana antes da eleição, a Maria Luísa que é minha grande amiga, estava com 4% nas pesquisas. Ela foi dormir derrotada e amanheceu Prefeita de Fortaleza, a primeira prefeita eleita na capital.

Vou encerrar meu exemplo dizendo o seguinte: eu tive uma votação em 86 bairros de Fortaleza, só que um, dois, três votos, mas no baixo em que moro eu tive 99% dos votos, tive 3.387 votos no bairro em que moro, praticamente todo o bairro votou em mim. (Palmas.) E eu não ganhei a eleição, fiquei como 1° suplente. Teve gente que teve 1.500 e ganhou, eu tive quase 3.500 e não ganhei. Vim entrar agora me beneficiando com a vitória do Sérgio Novaes, vereador brilhante que tive a grande responsabilidade de substituir, aliás o melhor vereador de Fortaleza durante 10 anos.

Portanto, para encerrar, os meios de comunicação, Malfitani, porque me parece importante o carro de som, aquela panfletagem. Vou encerrar com

um pequeno exemplo: uma senhora chegou para mim e disse: Sr. Mário Maia, você é candidato e eu nunca te vejo na televisão enquanto que os outros aparecem diariamente. É verdade, a senhora nunca me viu na televisão, mas a senhora me vê todos os dias aqui na sua calçada e falando a verdade para a senhora. Isso é verdade, vou votar em você, porque o meu vizinho ali que é candidato depois que ele começou a aparecer na televisão nunca mais veio aqui.

Portanto, esta é a mensagem que queria deixar para os companheiros, que eleição para vereador não é brincadeira, é uma eleição disputada palmo a palmo. E nós que somos de um partido de oposição, de Esquerda, geralmente não temos dinheiro, não sei os companheiros aqui do Sul e do Sudeste, eu sei da minha realidade. Mas é fundamental essa questão da verdade, de ir ao eleitor, tem que suar a camisa mesmo, porque eleição de vereador não é fácil. No meu bairro agora só porque eu ganhei todo mundo está pensando que fácil, estou sabendo que no meu bairro já tem 18 candidatos.

Portanto, acho fundamental a questão da verdade. Era só isso e um abraço a todos. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Jaci.

A SRA. JACI PROENÇA (Diretora-Geral da Fundação João Mangabeira, Seção MT) – Presidente, peço-lhe permissão para informar a todos os companheiros e companheiras que a Fundação de Mato Grosso completou dois anos de existência. Foi a primeira fundação a se instituir nos estados. Quero informar inclusive que no dia 10 de setembro tomou posse a nova Diretoria dessa Fundação, gostaria até que se levantassem: Moisés Suris, que é o Diretor Administrativo (Palmas.); Marco Antônio Caco, que é o Diretor Financeiro (Palmas.); e os outros dois infelizmente não puderam estar aqui hoje. Tínhamos mais quatro companheiros de Mato Grosso participando e estamos aguardando mais três para participar deste Seminário.

Quero agradecer do fundo do coração todo o apoio que a Fundação Nacional, quando a Profª. Margarida Vieira era Diretora-Geral e agora o Senador Saturnino, as atividades que a Fundação tem desenvolvido no Estado, que tem sido reconhecidas de grande valia para a formação política da militância lá no nosso Estado.

Com relação à questão em discussão, inclusive o companheiro Moisés e eu estamos participando de um curso de formação lá em Mato Grosso, pela Escola do Legislativo, onde tem sido reafirmada inclusive essa posição já de pensadores de outros séculos de que política e poder é uma encenação, é um teatro e dos quais a imagem construída pela mídia é fundamental para a

manutenção desse jogo político e do próprio poder, dos quais também a verdade e a transparências não são compatíveis.

Então, fico extremamente feliz não por ter vacilado com relação a essas posições do nosso Partido, mas por a gente estar aqui nos realimentando com relação às nossas posições, posições de reafirmação da verdade em contraposição à mentira. Isso para nós é muito importante estarmos frisando sempre e contrapondo inclusive uma das mentiras que tem sido utilizada como uma verdade de que o povo gosta de ser enganado, o povo não gosta da verdade, o povo gosta de ser comprado.

Nossa posição e muito clara com relação a isso, nós somos contrários a esse tipo de concepção de política, de político, a qual nós queremos construir e reafirmar. Portanto, fico muito feliz por este momento.

Com relação às alternativas de comunicação, precisamos delas sim, nós necessitamos de condições e de espaço para colocarmos não só a nossa imagem, que às vezes um segundinho na televisão num período de campanha eleitoral, só mostram *flaschs*, você não tem nem tempo de falar seu nome. Então, precisamos de espaços e de alternativas e condições para passarmos não só a nossa imagem, mas a nossa linguagem e a nossa mensagem. Fica sempre aquela pergunta: será que a nossa alternativa de comunicação vai ser sempre só essa do corpo a corpo ou podemos utilizar de outros mecanismos e alternativas que talvez já tenham sido experimentadas em outros municípios? (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiro Henrique, do Amazonas.

O SR. HENRIQUE (Diretor da Fundação/AM) – Eu queria me aproveitar da presença de ilustres expositores com vastas experiências para tentar obter algumas informações em cima de um fato concreto que estamos observando e que diz respeito ao marketing nos governos. Para isso vou me utilizar e vou dar continuidade à história do Serafim. Ele parou em 96 no 0.02% em que ele perdeu. E ele falava de um poste, que na realidade em São Paulo existia um poste e que em Manaus também existia um poste e que o poste foi eleito. E ele se comportou como um poste durante dois anos, negando-se a si mesmo, sem identidade, dizendo que as suas ações eram ações do governador, que as suas idéias eram idéias do seu mentor, que era o governador; ou seja, ele fez todo um trabalho de negar-se a si mesmo tentando aproveitar-se da popularidade que o governador possivelmente ainda teria. Foi necessária uma segunda derrota o ano passado, em 98, onde nós perdemos, não por 0.2, mas por 2% já que se tratava de uma eleição estadual, sendo que

na capital nós ganhamos. Perdemos por 0.2 em 96, em 98 ganhamos na capital e as perspectivas são muito boas para o ano que vem dada a continuidade desse processo.

A pergunta vai no seguinte sentido: durante dois anos ele negou-se absolutamente enquanto homem público, enquanto portador de uma identidade em termos de marketing. Mas no início deste ano, em janeiro precisamente ele vem adotando uma nova postura e que acredito que isso possa estar acontecendo em outras capitais e com outros prefeitos. A gente resume da seguinte forma: pelo menos duas ou três vezes por mês ele vem inaugurando um grande projeto. Faço questão de dizer isso até para desmistificar um pouco, porque sabemos que essa imagem vem sendo passada para o Brasil também e precisa ser desmistificada, até porque algumas lideranças até de oposição têm ido à nossa cidade e tem ficado um pouco estupefatas com o que tem acontecido por lá, quando na realidade é preciso que esclareçamos alguns pontos. O prefeito vem se utilizando mensalmente de do lançamento de dois ou três grandes projetos que dizem respeito a grandes necessidades da população, como saneamento de igarapés, como questões relacionadas à educação, relacionadas a minoria, meio ambiente, enfim, grandes questões, grandes projetos. Na realidade esses grandes projetos se transformam em monstruosas publicidades. Eles recebem uma carga de publicidade oficial muito grande por parte tanto do governo como por parte dos meios de comunicação nos seus editoriais, nos seus jornais locais e tudo mais. Mas na prática esses grandes projetos e essas monstruosas publicidades se transformam em pequenas ações. Exemplo: ele anuncia o saneamento dos igarapés de Manaus e saneia um pequeno trecho de um igarapé. Passa o tempo e anuncia um grande projeto na área do atendimento à criança e resolve o problema de vinte ou vinte e cinco crianças. Lança-se um novo projeto na área de zoneamento ecológico e ele resolve o problema de uma pequena fatia da cidade. Ou seja, é uma sucessão de grandes temas, que recebem uma publicidade monstruosa, mas se transformam em pequenas ações.

Se alguns anos atrás havia uma contraposição entre mudança e continuidade, estamos observando que para o ano que vem, pelo menos no nosso caso e algumas que observamos em outras capitais, essa polarização pode não ocorrer até pela incorporação por parte deles de grande parte dos discursos sociais da oposição, da Esquerda mesmo. Ou seja, uma tentativa de modernizar o seu discurso, de rejuvenescer a Direita mesmo de alguma forma

Por outro lado, observamos que na prática política dos partidos de Esquerda atualmente existe um certo caminhar em direção à formação de

frentes de Centro-Esquerda como já tinha sido colocado anteriormente pelo nosso publicitário convidado. Isso vai implicar certamente numa – não sei se o termo é muito pesado, mas – redefinição ou pelo menos numa incorporação de novos elementos para identidade da Esquerda. Se antes nós precisávamos fazer um discurso mais ideológico, talvez precisamos agora conquistar um pouco mais de confiança e respeito junto à população. Estou falando de confiança e respeito porque são muitos preconceitos que a população nutre com relação aos partidos de Esquerda. E precisamos conquistar isso junto à população também.

A dúvida, onde eu queria a colaboração da Mesa, é a seguinte: esse tipo de ação, essa associação contínua de fatos um atrás do outro gerados com grande publicidade isso cria, parece-me, no curto prazo, tanto que nos assustou lá essa sucessão de fatos, isso cria uma certa surpresa na população, que tende a receber isso de uma forma até maravilhada, mas com o passar dos meses nós temos observado um certo cansaço por parte da população, nada disso foi medido ainda, faltam alguns instrumentos para isso. Mas começamos a observar que essa criação de expectativas tem gerado um certo cansaço na população. E como estamos a exatamente um ano das eleições, queria saber se isso pode, de fato, caso não se transforme em grandes ações, vir a cansar a população e se revelar numa grande tragédia, numa grande mentira governamental lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Agora o nosso companheiro Carlos Siqueira.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Gostaria de cumprimentar os nossos expositores pelo brilhantismo, que não é novidade para ninguém, já são nossos conhecidos todos eles, o único visitante mas também já conhecido nacionalmente o Malfitani, o nosso amigo e companheiro Bernardo e também o companheiro Leonelli, que nos brindaram aqui com excelentes exposições.

Quero dizer o seguinte: quando a Fundação João Mangabeira teve a idéia de lançar e começamos a divulgar este evento, alguns companheiros disseram: mas você não acha que está muito cedo para falar sobre a questão de eleições municipais? Eu disse: não, não acho porque nós já erramos várias vezes neste Partido com relação à questão de preparação para as eleições municipais. Deixamos, por exemplo, para discutir com os nossos prefeitos depois deles eleitos, na eleição passada. Inclusive há um livro publicado sobre os anais desse encontro que houve, mas nós não tivemos a capacidade – aí me incluo nessa crítica – de como partido ter um acompanhamento e uma cobrança dos prefeitos. Por exemplo: houve um determinado prefeito que me ligou e

disse: olha, não vou botar fulano para ser secretário. Eu disse: não quero saber quem você vai pôr para secretário, acho que o importante de um partido político como o nosso é cobrar dos seus administradores que política ele está exercendo na prefeitura, se a administração dele corresponde minimamente ao ideário de um partido socialista, claro que considerando as condições políticas, administrativas, o tamanho e a disponibilidade de recursos materiais e humanos de que ele dispõe. Isso nós temos felizmente apesar desta falha da direção partidária, temos verificado e amanhã todos nós teremos a oportunidade de ver aqui nas exposições que serão feitas por pelo menos seis prefeitos do Partido Socialista, em que há experiências altamente positivas e que essas experiências não são sequer conhecidas do nosso próprio Partido. Acho que vai ser uma oportunidade excelente.

Por que elas não são conhecidas? Toda a Esquerda de um modo geral tem dificuldade na área de comunicação, mas acho que o PSB é singular nessa parte, porque o pior partido de comunicação do país, não há outro. Então, precisamos discutir com mais antecedência e nos prepararmos para reverter esse quadro.

Para vocês terem uma idéia, apenas dois pequenos exemplos: tivemos o Dr. Jamil Ministro da Saúde. Eu fui chefe do gabinete dele. Durante um ano quase que ele esteve à frente do Ministério, ele não teve assessor de comunicação, com o enfrentamento que ele resolveu fazer com os laboratórios, e todos os dias em que ia despachar com ele já não agüentava mais de dizer: tem duas, três, dez opções de assessoria e ele adiou até o dia em que resolver nomear, quando a portaria foi para o Diário Oficial, ele pediu demissão primeiro, antes de que o assessor de comunicação fosse nomeado.

Outro exemplo, só para ilustrar, que resume essa preocupação que nós temos, por exemplo: eu participei também do segundo Governo do Dr. Miguel Arraes. Num programa que eu coordenava, veio o jornalista do Diário Oficial. A primeira página do Diário Oficial divulgava determinados programas, que eles chamavam programas de massa e tal. E eu dei todas as informações, e a jornalista colocou um número muito menor do que eu tinha dito. Quer dizer, geralmente os governos aumentam os números do que fazem, o nosso diminui. Eu fiquei estupefato.

Mas essa é a comunicação que nós precisamos mudar. Acho que esta é uma oportunidade de tratarmos desta questão da comunicação, acho que realmente a escolha dos companheiros foi feliz, mas quero dizer que a Fundação João Mangabeira também – o Senador Saturnino já adiantou isso e nós vamos nos empenhar, todos da direção não só da nacional, mas, sobretudo, com os

companheiros das direções estaduais, no sentido de que ela assuma um papel nessas eleições municipais com relação às comunicações e com relação à questão da pesquisa.

O Henrique, Diretor da Fundação, que me antecedeu, talvez não quis falar hoje, mas ele tem um projeto concreto que acho que a fundação vai dizer: nós temos que assumir esse projeto, que é um projeto de realização de pesquisa. Ele já faz isso em Manaus, pesquisa qualitativa. Precisamos bancar financeiramente esse projeto do Henrique, que é um projeto da Fundação João Mangabeira da Seção do Amazonas, temos que profissionalizar companheiros nos estados e dar uma contribuição efetiva aos nossos candidatos no próximo ano. Estamos há menos de um ano das eleições e acredito que esta será uma grande contribuição na medida em que os nossos candidatos permanentemente serão assistidos por uma equipe que poderá lhes fornecer informações importantíssimas para que quando eles forem se comunicar tenham base no que vão dizer. Na realidade a fala do político tem que ter uma base na realidade e não pode ser a realidade do achismo, senão a realidade cientificamente comprovada através de pesquisas eficientes. E isso nós esperamos mais uma vez atender a esse desafio que hoje nos está colocado para a Fundação João Mangabeira.

Já que a Fundação pretende colaborar com o Partido para que tenha uma plataforma comum dos candidatos socialistas, que também haja uma vinheta que circule nacionalmente para identificar, por exemplo, essa proposta do Lairson e outras propostas que certamente irão surgir e emergir do debate que ocorrerá nos próximos dois dias, para que possamos colocar isso numa vinheta, distribuir para todos os nossos candidatos e é uma obrigação, quer dizer, todos os candidatos, pelo menos os majoritários, terão que passar essa vinheta que identifique, porque as ações nós já temos, não vamos inventar nada, vocês vão verificar pelas experiências que serão expostas aqui. Nós temos coisas extremamente positivas nas nossas administrações. Então precisamos tornar isso público.

Olha, o orçamento participativo não foi uma invenção do PT. O primeiro orçamento participativo do país foi feito em Pelotas na gestão do companheiro Bernardo de Souza, Prefeito de Pelotas. Só que o Bernardo à época era do PMDB, e o PT corretamente se apropriou da idéia, vem executando, mas soube transmitir, soube comunicar à sociedade uma proposta correta e hoje é tida como uma proposta do PT, que inclusive também é exercitada por alguns municípios governados pelo PSB.

Tive a oportunidade de compartilhar, durante vinte dias no segundo turno, o sofrimento que o Serafim Correia passou lá, porque ele não perdeu a

eleição, a eleição foi tomada, porque os 2.558 ou 2.559 votos que foi a diferença que ele teve em relação ao candidato que ganhou as eleições não foi uma questão de perder. Eu sei por tudo que nós passamos lá. Mas também foi uma falta, o Serafim não estava, o Partido também não estava adequadamente estruturado lá e nem tinha o apoio necessário das direções nacional e estadual que pudesse ter superado e certamente ele estaria amanhã aqui nesta mesa transmitindo sua experiência que sei altamente positiva pelas suas qualidades.

Portanto, companheiros, penso que é um momento importante, quero também transmitir a minha satisfação e a minha alegria por ver que a nossa Fundação tem conseguido realmente mobilizar companheiros da melhor qualidade para realizar trabalhos que vem sendo realizados e que inclusive não são do conhecimento do conjunto do Partido e que está se criando neste Partido um corpo de pessoas, um grupo de pessoas nos diferentes estados que vão, dentro dos próximos anos, dar uma mudança qualitativa na ação política do PSB, tanto nas administrações municipais, como nas câmaras de vereadores, como nas assembléias legislativas, que vai caracterizar a nossa identidade que tanto nos questionamos sobre ela, apesar de termos uma história espetacular, comprometida com o socialismo e liberdade, que já tem mais de 50 anos e que também é uma questão que nós precisamos explicitar e comunicar à sociedade essa ideário, que nas próximas campanhas e nos próximos embates iremos participar seguramente com mais qualidade e nos comunicando de maneira mais eficiente com os eleitores e obtendo assim um resultado seguramente melhor do que os que obtivemos até o momento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiro Salomão, do Tocantins.

(troca de fita)

O SR. SALOMÃO (Vice-Presidente do PSB/TO) – Sou vice-presidente do Partido em Tocantins, sou Jornalista com 22 anos de estrada, mas na condição de filho de professora rural e marido de professora, gostaria de pedir a vocês que hoje, no Dia da Professora, déssemos uma salva de palmas para a professora que conquistou a maior cidade deste País, Luiza Erundina. (Palmas.)

Gostaria de reforçar a proposta do sigilo bancário. Acho que deve ser do nosso Partido. É um ato simples, mas que deve fazer parte do Partido. Na medida em que o candidato vai entregar os seus documentos para a Justiça Eleitoral, que cada candidato faça também a entrega do ofício ao juiz, fazendo a quebra do seu sigilo bancário. (Palmas.)

O companheiro Chico disse que a panfletagem perdeu lugar para a mídia eletrônica. É verdade. Mas em alguns lugares, como o nosso, ainda temos que usar aquele recurso do "quem não tem cachorro caça com gato". Temos em Palmas cinco emissoras de televisão, um é do CNT, que transmite direto do Paraná, outra é afiliada da Globo, vocês já conhecem, e as outras três pertencem ao Governador Siqueira Campos. Então, lá realmente não temos como usar a mídia eletrônica.

A outra, Chico, aí é mais uma brincadeira com relação ao poste, ao Pita. Acho que talvez vocês perderam a eleição porque imaginaram que tinha um poste preto. Era um pé de laranja o que o Maluf tinha apresentado.

E queria de fazer a pergunta e dirigi-la ao Senador Saturnino Braga, que já apanhou da verdade. Nós temos uma verdade para ser dita na nossa cidade. Lá as eleições são disputadas e depois compradas. No Brasil inteiro conhece-se boca de urna, como aquela militância que foi proibida, mas que todos os partidos fazem, aquela movimentação de distribuir o santinho na boca da urna, abordar o eleitor. Lá nós temos um outro sistema de boa de urna: os candidatos da força financeira, da força governamental cadastram o eleitor e dias antes vão na casa do eleitor e o contratam, numa média de 50 reais, para fazer boca de urna. Na verdade ele está comprando o voto.

Agora eu pergunto: a gente prega a verdade, devemos dizer a verdade. Como é que vamos dizer para ele eleitor? Você diz a ele: pega o dinheiro e vota no outro, você está dizendo a ele para ser falso. Agora, se você não diz isso, ele vota em quem pagou. Então eu perguntaria ao Senador: se existem cinco tipos de dizer a verdade qual é a verdade que nós devemos dizer ao nosso eleitor em Palmas? (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Finalmente, o último é Rogério, de Rondônia.

O SR. ROGÉRIO AMORIM (Representante da Prefeita de Pimenta Bueno/RO) – Boa noite, companheiro. Quando se fala de Rondônia tem-se uma visão de que é tão longe, não é? E mais ainda que há alguns anos trazia a história de Rondônia marcada pelo tráfico, deputados e tal. Mas com orgulho estamos aqui, meu nome é Rogério Amorim, estou representando a Prefeita Profª. Inês Zanol da Cidade de Pimenta Bueno, hoje Presidente da Comissão Provisória do PSB em Rondônia. Não poderia deixar de registrar, diante da troca de experiências e de sagradas experiências de campanha por não ter dinheiro, assim no ano de 96 quando naquela época a Profª Inês Zanol era Secretária de Ação Social no Estado teria que sair candidata a vice-prefeita

na composição do governador. E quando falávamos que na época ela era Secretária, mas antes era vereadora, que a Vereadora Inês Zanol seria candidata a prefeita, todos falavam: eu voto nela; quando falavam que era candidata a vice: eu não voto nela. E tivemos que romper. Na época o PMDB já tinha feito a sua convenção, já estava tudo fechado e chegamos nela e dissemos: rompemos hoje ou perdemos as eleições. Havia uma tradição muito grande de há mais de 14 anos que o mesmo grupo vinha manipulando a política. E rompemos com o governador e saímos candidatos numa composição de PSB, PT e PV. Não tínhamos dinheiro, veio uma doação de 15 mil reais na época e fomos à rua. Tivemos que andar muito de casa a casa, tivemos reuniões todos os dia, também tive que sair candidato a vereador, tive 42 votos. A minha maior curiosidade era saber quantos votos eu tinha. Depois que perdi as eleições, todo mundo votou em mim, nunca consegui encontrar quem não votou em mim. E ganhamos as eleições com uma diferença de 212 votos.

Tínhamos, além do governador, contra nós, com a ira dele, o deputado que era líder dele e pudemos contar ainda com o juiz eleitoral, que no dia 2 foi para a rádio e de cinco em cinco minutos dizia que a Inês Zanol tinha sido cassada, que ela tinha roubado títulos e estava distribuindo títulos. Foi um arraso naquela noite. No outro dia tivemos que fazer milagre, colocar a Inês Zanol em cada seção para o pessoal ver que era mentira. Quando chegamos no final do dia, achávamos que tínhamos perdido as eleições, mas aí foi consagrada a Inês Zanol.

Diante dessa administração tivemos uma pessoa que sempre nos orientou, que foi o companheiro Valdo Silva. O PSB naquela época, no Estado de Rondônia, passava por momentos difícil. Um deputado, que era presidente, sujou a imagem do Partido. Ganhamos as eleições e começamos a trabalhar com orçamento participativo. Fomos para as ruas, fomos para os bairros, fazíamos plenárias e hoje temos um saldo positivo. De cara a prefeita comprou logo quatro ônibus e quiseram cassá-la. A Câmara de Vereadores pegou pesado mesmo e queria cassar, mas enfim deu por água, porque nas gestões anteriores cada grupo de vereadores tinha determinado a secretaria em suas mãos. E um vereador que há mais de 14 anos está no poder tinha a educação na mão. E quando quebrou esse monopólio ele se irritou. E aí começou a provocar uma CPI para cassação da prefeita. Mas depois um parecer do Tribunal de Contas elogiou a atitude dela.

E hoje, diante de todo o trabalho de mais de dois anos na administração já foram construídas mais de 39 casas populares entregues a custo zero, já foram comprados mais de 39 maquinários entre Kombi, ônibus, patrol, retro,

regadeira. Um outro problema que tínhamos também é que as mulheres quase batiam na prefeita. Ligavam para ela e diziam: vou jogar o lixo na porta da sua casa, porque só tinha um caminhão que andava 15 metros e estava quebrado. Hoje temos quatro caminhões. Quer dizer, são frutos da administração Peessebista, a única no Estado de Rondônia, temos uma prefeita que hoje desfruta de 70% de aprovação da comunidade, temos o projeto Canaã, um projeto roda viva do Governo federal, hoje se constroem 79 quilômetros de estradas, quer dizer, hoje temos um grande trabalho. E temos revertido toda aquela crítica que a então candidata teve na época, porque foi a primeira candidata mulher no município de Pimenta Bueno e o pessoal criticava. E quando achávamos que os homens iriam achar ruim, iriam ser machistas, eles diziam assim: nada melhor do que colocar uma mulher na casa para organizar. Quando a casa está desorganizada, deve-se colocar uma mulher. E foi assim consagrada.

E aqui o que eu queria colocar, Sr. Secretário Carlos Siqueira, é que divulgasse mais o trabalho dos companheiros prefeitos, vereadores e deputados. É pouco divulgado. São várias experiências. E quando vamos falar do PSB as pessoas perguntam: mas que partido é esse? As nossas experiências deveríamos compartilhar e assim estaríamos nos fortalecendo mais.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bem, companheiros, vamos encerrar com as respostas, agora com o apelo veemente para que os nossos expositores, que também devem estar tão cansados quanto todos nós, sejam breves nos seus comentários finais.

Companheiro Chico Malfitani.

O SR. CHICO MALFITANI (Publicitário) – Vou tentar resumir. Existem realidades de pequenas cidades, pequenas comunidades e cidades como São Paulo e governos estaduais. Talvez não fui muito claro aqui, acho que a culpa foi minha, é aquela coisa de a gente viver em São Paulo e achar que o mundo é São Paulo. Grande parte das coisas que disse aqui se referem a campanhas majoritárias para grandes prefeituras de grandes cidades, para governos estaduais e para presidência da república, é óbvio. E até a Luiza que já fez algumas campanhas comigo sabe que quando a gente entra em horário eleitoral e campanha para vereador, eu sempre fui contra que o vereador aparecesse lá com um segundo, porque a televisão não vai eleger o candidato a vereador porque ele vai aparecer duas vezes durante noventa dias para dizer: meu é Francisco Malfitani, sou, só. Só quem vai ver é a família, porque o resto não vai nem reconhecer de tão rápido que é.

Maia, achei demais o que você falou, você tem a mais absoluta razão. Para a campanha de vereador ganha a eleição quem tem o trabalho de base. Não é a televisão que vai eleger o vereador de jeito nenhum, a não ser que o vereador tenha vinte minutos todos os dias na televisão.

Então, campanha de vereador é uma coisa absolutamente diferente de uma campanha para governo do estado etc. O vereador também tem que vender o seu peixe. É o que quero resumir aqui como sugestão para vocês. O panorama é muito favorável para o crescimento dos partidos de Centro-Esquerda, e o PSB tem uma perspectiva muito grande que já vem das últimas eleições. Aquela coisa que o Domingos falou de representar os desorganizados, que são a maioria, acho um caminho muito interessante para o PSB, do ponto de vista de quem somos nós e de que lado estamos. Acho que o PSB tem uma imagem um pouquinho antiga ainda. Eu como publicitário sinto ainda uma coisa meio antiga. E não está batendo com a realidade, porque é um partido que está crescendo brutalmente. Então precisaria se modernizar um pouco na forma. E quem sabe até no conteúdo. Aí é questão que não tenho nada a ver com isso. Na forma eu acho que seria muito interessante. Acho que divulgar a competência dos diversos governos é uma questão muito importante. Existem prefeitos importantes do PSB que devem ser divulgados. Agora, como divulgar? Como fazer isso? Fazendo panfletagem? Panfletagem é na cidade pequena, é o vereador etc. Agora, para vender o PSB nacionalmente não é com panfletagem que vocês vão conseguir. Então é importante ocupar os espaço que o PSB tem igual a todos os partidos, aí o tempo de televisão é igual nesse período que vai até o horário eleitoral, até julho os partidos têm nacionalmente 20 minutos duas vezes por ano, aí todos os partidos têm tempos iguais na televisão fora do período eleitoral, para fazer uma comunicação competente na forma, mostrando os conteúdos, divulgar as obras, as realizações dos prefeitos e tentando já mostrar essas imagem que vocês vão discutir aí sobre qual será a imagem do PSB, que partido é esse? Não se pode abrir mão de ocupar esses horários que são dados gratuitamente pelo TRE, de ocupar com competência esse horário na televisão, que o PSB acabou nem utilizando este ano.

Um dos que fizeram pergunta disse: todo mundo aparece, por que o PSB não aparece? Pode aparecer, o TRE dá esse horário para o PSB, para todos os partidos e em tempos iguais. E é um tempo importantíssimo porque aparece no horário nobre da televisão.

Lembro-me de que fiz campanha para o PDT o ano passado e tínhamos 20 minutos na TV, no primeiro e no segundo semestres, mesmo com uma bancada mínima. Então, não sei se há diferença de tempo de acordo com

a bancada. Valeria a penas vocês darem uma olhada nesse tempo. É diferente do horário eleitoral em época de eleição. Fora o horário eleitoral em época de eleição sei que todos os partidos, os que têm representação na Câmara dos Deputados, têm 20 minutos em nível estadual e 20 minutos em nível nacional e x número de minutos de inserções.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Você me permite um esclarecimento?

O SR. CHICO MALFITANI (Publicitário) – Claro.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Na verdade você tem trabalhado mais com partidos um pouco maiores, o nosso está em crescimento. O fato é o seguinte: os partidos que não conseguiram atingir nas últimas eleições 5% para a Câmara dos Deputados, o que se chama Cláusula de Barreira, os que não alcançaram isso não têm esse tempo. Eles têm direito apenas a ou dois programas de 5 minutos em cada semestre, e nos estados, por exemplo, o Paraná conseguiu, São Paulo conseguiu, Pará conseguiu, mas o Tribunal Superior Eleitoral tem entendido que nós não temos direito aos programas estaduais. Daí o nosso empenho de nas próximas eleições superar essa tão Cláusula de Barreira para que inclusive possamos ter essa possibilidade, que é excelente.

O SR. CHICO MALFITANI (Publicitário) – Então, o Partido precisa crescer para poder mostrar a cara, não tem jeito.

Quero dar um exemplo para vocês. Acho que o fato de ter um minuto na televisão você pode ter uma projeção. Temos o exemplo do Eneas que do ponto de vista publicitário – não tinha nenhum grande publicitário por trás dele, nenhuma grande agência – mas, naquela época, ele ir para a televisão e dizer: meu nome é Eneas! o levou ao terceiro lugar da eleição presidencial. Houve um apelo, não estou dizendo que o Eneas é exemplo de alguma coisa neste país. Vamos procurar abstrair o conteúdo de quem é o Eneas. Ele encontrou uma maneira criativa de durante um minuto se tornar o terceiro candidato mais votado a presidente da república, na frente do Orestes Quércia, do Leonel Brizzola, homens de história. Então, a criatividade pode às vezes, nem sempre você acerta na mosca, aliás a tendência é a maior parte das vezes errar, mas em alguns momentos você tem criatividade.

O exemplo do rapaz de Goiás foi uma coisa concreta, o que o Perillo fez lá, pegando o Nelson da Capetinga, pegou uma panela e falou: está todo mundo aqui na mesma panela! Foi uma maneira criativa do que dizer, fazer um discurso na televisão: são todos frutos da mesma panela! Então, é aproveitar a criatividade para vender uma mesma idéia. É a coisa da forma e do conteúdo.

Outra coisa importante que talvez tenha que ficar claro é que numa eleição temos que dar um motivo principal para eleitor para votar ou no partido ou no candidato. Por exemplo: eu voto no Maluf porque ele rouba mas faz, faz obra etc. Então, quem gosta de obra, acha que o cara rouba mas faz ele vai votar no Maluf; quem acha que a Marta vai ser a transformação vai votar na Marta; quem acha que a Luiza Erundina é a segurança do melhor governo que São Paulo teve até hoje na Prefeitura de São Paulo vai votar na Erundina. Então, é preciso ter uma marca. Cada um de vocês, tanto como candidato a vereador como a candidato a prefeito ou governador, precisa dar ao eleitor um motivo principal para ele escolhê-lo.

Por exemplo, lá em Natal foi feita uma pesquisa de que a Wilma era a melhor prefeita de Natal nos últimos anos. A propaganda martelou isso o tempo inteiro: a Wilma é melhor para Natal! Quem foi a melhor vai ser a melhor e com isso nós conseguimos estancar o crescimento do PT lá que era muito grande e a Wilma ganhou as eleições. Quer dizer, não adianta querer falar tudo ao mesmo tempo, não adiante num processo eleitoral tentar fazer com que a consciência do eleitor brasileiro do dia para a noite mude completamente.

Então é preciso escolher fundamentalmente em cada uma das campanhas um motivo principal. Isso não quer dizer que você não vá dizer outras coisas, mas a linha principal tem que estar norteada em cima de uma proposta, de uma proposta de postura, que pode ser a honestidade, a ética, ou de uma postura administrativa.

Quanto à questão de Manaus, que foi perguntado aqui, a propaganda é aquela coisa. Ele faz uma obra pequena e projeta isso, bota uma lente de aumento e isso tem um efeito durante determinado período. Mas se depois de um determinado período essa obra está restrita só àquela pequena área, esse efeito pode virar contrário. É muito difícil para mim de longa, não estou lá, mas um palpite acho que deveria ser feita uma pesquisa para ver o que a população está pensando disso, acho que não pode ser uma coisa meio de achismo, mas penso que a tendência natural é que se essas obras não são de peso para o conjunto da população elas passem a ter um aspecto negativo a longo prazo. E se a imagem do prefeito já era muito ruim durante os três primeiros anos, não é no último ano que a coisa se reverte num passe de mágica. Aliás é a primeira impressão a mais forte. Isso é uma coisa muito importante também, a primeira impressão de quando se assume um cargo os primeiros atos sejam talvez os mais importantes, são aqueles que vai mais marcar a administração.

Sobre a questão do sigilo bancário foi muito comentado aqui. Vou falar do ponto de vista de publicitário. Se eu tivesse que trabalhar para um partido em que todos os candidatos abrissem mão do sigilo bancário, telefônico não, se todo candidato deste partido abrisse mão do sigilo bancário seria uma bandeira para ser vendida de uma maneira magistral. Agora, isso tem que ser levado às últimas conseqüências. Se é para valer é para valer, se todo mundo vai abrir mão mesmo, se não vai ter problema. É uma questão clara, isso é uma coisa que não é uma sacada, isso pode virar pela culatra. Então, do ponto de vista publicitário seria estrondoso isso, um país carente de gente ética e honesta se você pudesse vender um partido onde todo mundo abre mão do sigilo bancário e vai às últimas conseqüências, acho que é um crescimento enorme para o partido.

E alguém que falou aqui naquela coisa de se pega o dinheiro e vota no outro. Eu chegaria para o sujeito e diria o seguinte: ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão. Esses caras roubaram o povo brasileiro; pega o dinheiro e vota na gente. A verdade tem que ser dita, é óbvio, mas também não dá para a gente meter uma faca no próprio peito. É aquilo que o Domingos fez questão de dizer, sabemos os instrumentos, temos que usar nossa verdade com um pouco de maquiavelismo, porque se não for assim nós vamos dormir sempre com a consciência tranqüila e vamos perder o resto da vida. A cada derrota da Centro-Esquerda são milhões de pessoas que são ou desempregadas, ou que estão sofrendo nos postos de saúde, nas escolas, não dá para esperar 10 gerações para começar a mudar, porque serão 10 gerações que serão destroçadas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bernardo de Souza, com a palavra.

O SR. BERNARDO DE SOUZA (Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira) – Na verdade, a mais complexa das exposições era a do Chico, não cabe aqui fazer nenhum registro maior a não ser cumprimentar a Fundação e agradecer ao Senador Saturnino e ao Carlos não só pela oportunidade que nos dão, mas pela magistral posição de condução de nossa Fundação. Na verdade, essa é sem dúvida nenhuma a mais preparada e qualificada fundação de algum partido no Brasil e acho que é da Fundação João Mangabeira que nós vamos extrair as reservar intelectuais, conceituais, éticas e de capacitação, para que o nosso Partido possa ser a grande alternativa que nós queremos que seja para o povo brasileiro.

Não tenho como tratar de tantas questão, acho que nem eram para mim as perguntas. Só quero abordar essa questão que foi dita pelo

companheiro de Tocantins sobre o negócio do pessoal que dá o dinheiro e pede para votar em mim, direta ou indiretamente. Eu tenho uma visão um pouquinho diferente. É com verdades, verdades inteiras e se diz: quem te dá dinheiro te dá porque tem, porque está sobrando e pensas que tu és coisa, objeto e mercadoria. Esta é uma verdade. A tua verdade é que tu precisas de dinheiro e estas recebendo o dinheiro que tu mereces e que este sistema injusto não te dá. Agora, faça o que a tua consciência te manda. Três verdades e a pessoa saberá o que fazer. (Palmas.) Não há nenhuma tergiversação aí.

Há uma figura meio legendária do Rio Grande do Sul, Sepete Araju(?), que era um líder dos índios missioneiros. Na verdade no Rio Grande do Sul nós fizemos um marketing dizendo que nós somos o estado mais politizado do Brasil e as pessoas estão acreditando. Cada ver que ouço dizer: o Estado do Rio Grande do Sul, um estado tão politizado... Não estou acreditando que é verdade, nós todos somos politizados, mas nós gaúchos somos um pouco mais exibidos que os outros. Mas o Sepete Araju era uma figura, na época em que estavam definindo os limites entre Portugal e Espanha no Rio Grande do Sul, as missões jesuíticas, que eram espanholas, foram transformadas em domínio dos portugueses. E os índios tiveram que ser arrastados, eram uma espécie de sem-terras ou bóia-frias da época, e levados para lá e para cá para se acomodar as fronteiras que os reis de Espanha e Portugal na Europa decidiram. E o Sepete Araju liderou um levante dos índios, que acabou derrotado, claro, circunstâncias até tecnológicas não permitiriam a vitória. Mas é dele uma frase maravilhosa, quando ele acabou comandando os exércitos dos índios Guaranis em rebelião: *"Digo não ao espanhol que me vende, digo não ao português que me compra."* Acho que esta frase do Sepete Araju mal comparando ou adaptada é a resposta de ser dada nesse caso aí quando alguém quer comprar votos. Receber o dinheiro não é encanar, é receber o dinheiro que merecer, porque ninguém recebe esse dinheiro sem precisar; de quem está dando porque pode, porque está sobrando; e quem está dando de má fé está me tratando como coisa. Eu equacionaria muito bem esse problema, não teria dificuldade.

Vou ler uma poesia do Brecht, que é interessante porque ele fala do ser humano com a propriedade que lhe é própria. É dirigida aos generais.

"General, teu tanque é um carro poderoso.

Ele derruba uma floresta, esmaga cem homens,

mas tem um defeito, precisa de um motorista.

General, teu bombardeiro é poderoso,

ele voa mais veloz que um vendaval

e carrega mais carga do que um elefante,

mas tem um defeito, precisa de um engenheiro.

General, o homem é muito útil,

ele pode voar e pode matar,

mas tem um defeito, pode pensar."

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (Membro da Executiva Nacional do PSB) – Acho que já está encerrada a nossa... brilhantemente e juntando as duas coisas, pensamento e emoção. E afinal o que é a poesia.

Queria apenas registrar que eu penso ter percebido de vários companheiros – já anotei aqui cada uma das intervenções – a necessidade de nós atualizarmos, tanto o nosso sistema de informação, de comunicação interna, como a nossa própria imagem. E aí sim definirmo-nos melhor como produto, digamos assim, e ter uma melhor embalagem.

Agora, é preciso que façamos inclusive alguns registros. Acho que à nossa executiva – e faço parte dela com muita alegria – há uma autocrítica a fazer: nós erramos quando por questões internas mesmo não aproveitamos uma coisa que vale muitos milhões de dólares, que é o nosso tempo na televisão. Por um problema nosso na executiva este ano nós não aproveitamos os mesmo cinco minutos que o PCdoB, ou seja, muitos partidos até menores que o nosso já aproveitaram. Houve um erro da nossa executiva, da qual faço parte, um erro coletivo, problema que não foi viabilizado. Então, essa falta tem essa justificativa e essa explicação, porque às vezes nós pensamos: mas não aparece por quê? Não aparece por causa disso, porque este ano houve essa falha e coisa que vamos corrigir, estamos alertados, não vai se repetir tenho certeza disso...

(troca de fita)

... ninguém deixa de ter um parente candidato a vereador, então a disputa é muito acirrada. Mas acho que não devemos abrir mão de um posicionamento nacional. Essa eleição será uma eleição nacionalizada, uma

eleição em cima de temas nacionais. Além da disputa concreta no bairro, da caracterização pessoal, da confiança pessoal, de todas essas questões que envolvem a disputa política, que vocês sabem melhor do que nós todos, mas é fundamental o nosso Partido trabalhar, fornecer uma munição nacional para o combate em cada cidade, em cada bairro, é fundamental que tenhamos uma imagem diferenciadora do Partido. E essa lição também temos que aprender com o PT que nacionaliza praticamente todas as usas campanhas eleitorais, inclusive as campanhas municipais.

Um outro ponto que deveria ser objeto da nossa reflexão é que desde o começo do século, Lenin chegou a dizer, na época da revolução russa, que o jornal era mais importante que o partido, que podia existir um jornal sem partido e o partido se formar a partir do jornal, mas que o inverso era impraticável. A verdade é que a Esquerda, como um todo, possuidora de tantos meios, capaz de aproveitar com tanta competência a sua presença nos meios de comunicação, capaz de realizar grandes campanhas, de dizer que não tem dinheiro, é mentira, porque se tem dinheiro para fazer a campanha eleitoral, se consegue mobilizar os recursos, essa Esquerda como um todo não foi capaz de responder nacionalmente ao desafio de ter um jornal. A Folha, o Jornal do Brasil, o Estado podem suprir essa necessidade em termos de fluxo de notícia, mas não podem substituir o caráter de informação, de estruturação política que o jornal tem. Quero oferecer a reflexão, essa é uma verdadeira tragédia da Esquerda brasileira não ter sido capaz de sequer organizar um jornal. E aqui que se a Esquerda como um todo não foi capaz de fazer, acho que nós socialistas temos que começar a pensar nisso seriamente, a ter um jornal semanal, nem que seja mensal, mas que seja uma coisa sistemática, um jornal com uma função organizadora da nossa ação. Não é um jornal típico partidária, não, que na primeira folha tem o retrato do presidente, na segunda, do secretário, na quarta, dos deputados, é um jornal mesmo, um jornal político, capaz de acolher o debate, as posições contrárias, mas também orientar a militância. Quero trazer esse desafio à nossa reunião.

E, finalmente, gostaria de fazer uma terceira sugestão, que a nossa Fundação estude a possibilidade de fornecer aos nossos militantes, aos nossos diretórios municipais um modelo de petição de reclamação jurídica contra a propaganda enganosa e mentirosa que a Direita utiliza hoje com o dinheiro do povo. Isso é muito importante, é possível, a nossa legislação já permite isso, embora ainda fracamente, precisamos de mais legislação a esse respeito, nossos deputados federais devem se debruçar. Existe uma legislação parada na Comissão de Justiça, por determinação desde o Presidente Luiz Eduardo

Magalhães, uma legislação de informação democrática, que foi objeto de muitos e muitos acordos e que está paralisado; existe o Conselho de Comunicação Social parado no Senado da República, por determinação do Senador Antônio Carlos Magalhães, está na gaveta dele. São instrumentos legais essenciais sem os quais a discussão sobre comunicação fica muito em torno de técnicas. As técnicas são importantíssimas, mas o papel de um partido político é trabalhar a estrutura da comunicação brasileira. E nesse sentido o papel de um partido que ao meu ver deve pensar revolucionariamente é mudar essa estrutura que rege a nossa comunicação, que lamentavelmente já garante o direito à liberdade da imprensa, mas não assegura o direito do cidadão a uma informação isenta e certa.

Muito obrigado, parabéns à Fundação João Mangabeira, são excelentes esses debates.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bem, companheiros, o colega de Palmas, Salomão, dirigiu-me uma pergunta mas que já foi muito bem respondida pelo Chico Malfitani e pelo Bernardo. Eu só acrescentaria, e também no rastro do que disse o Leonelli agora, que existe uma lei recentíssima, aprovada, por unanimidade, na Câmara e no Senado, uma lei que teve origem popular de coleta de assinaturas, que é a lei contra a compra de votos, a lei contra a corrupção eleitoral especificamente contra o voto comprado. Então nós precisamos nos preparar para procurar identificar ou testemunhar a compra que é feita através desse mecanismo da boca de urna. A boca de urna paga não deixa de ser compra de votos explícita. Precisamos preparar mecanismos de reagir contra essa boca de urna, que é um dispositivo usado largamente por quem tem dinheiro para gastar, porque é caro, enfim, temos que estudar isso até com um pouco mais de profundidade junto a companheiros que nos dêem assessoria jurídica para ver como é possível caracterizar uma compra de votos através do dispositivo da boca de urna paga no dia eleição.

Acho que a pergunta do companheiros Salomão foi muito oportuna e nós vamos procurar assessoria jurídica para isso, e a resposta política foi muito bem dada pelos companheiros Malfitani e Bernardo.

No mais, 10h45min, foi uma demonstração de interesse e uma demonstração de validade e de qualidade da nossa mesa, dos nossos expositores e dos nossos companheiros presentes. Obrigado a vocês, parabéns a vocês, parabéns a nós todos e até amanhã, às 9h da manhã. (Palmas.)

DIA 16/10

Painel II

A SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO COMO ENTE FEDERATIVO E A QUESTÃO FISCAL



Expositores:

Dr. Célio de Castro – Prefeito de Belo Horizonte e Coordenador da Frente Nacional de Prefeitos.

Dr. François Bremaeken – Especialista em Direito Tributário (IBAM)

Serafim Correia – Economista e Auditor Fiscal da Receita Federal

Francisco Rocha – Secretário de Finanças do Município de Diadema

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Quero convidar os painelistas, o companheiro Carlos Siqueira, para ajudar na organização da mesa, e o nosso Prefeito Célio de Castro, de Belo Horizonte, com muita alegria para nós. (Palmas.)

Convido o Dr. François Bremaeken, do IBAM, que muito gentilmente acedeu ao nosso convite para compor este Painel, e o nosso companheiro Serafim Correia, de Manaus. O outro convidado seria o Prefeito Gilson Menezes, que, por motivos de última hora, não pode vir e enviou o companheiro Francisco Rocha, que é o Secretário de Finanças do Município de Diadema. (Palmas.)

Vamos dar início aos trabalhos. Passo a palavra ao nosso companheiro Prefeito Célio de Castro.

O SR. CÉLIO DE CASTRO (Prefeito de Belo Horizonte e Coordenador da Frente Nacional de Prefeitos) – Bom dia a todos, companheiros da mesa, companheiros do PSB. Desejo fazer um registro de agradecimento pelo convite da Fundação João Mangabeira para participar deste trabalho que julgo muito relevante pelos temas que estão sendo tratados e por aqueles que o serão.

Quanto a essa questão proposta hoje para a nossa discussão, quero abordá-la mais sob o ângulo político, não me referindo muito aos aspectos econômico, fiscal ou tributário, que já são bastante conhecidos e discutidos. Vou-me deter mais numa análise política e pretendo fazê-lo em quatro momentos: no primeiro, a colocação do problema da federação e dos municípios; no segundo, uma tentativa de periodização histórica dessa questão; no terceiro momento, pretendo discutir um pouco a chamada crise da federação e, finalmente, para encerrar, à guisa de uma conclusão provisória, precária, talvez levantar algumas hipóteses sobre alternativas para a crise federativa.

Vamos ao primeiro ponto: a colocação do problema sob o ângulo da crise da federação. Faço-o, relembrando uma entrevista que li há alguns meses, na Revista Veja, com o Professor Hélio Jaguaribe, considerado um dos ideólogos e formadores de opinião e diretrizes teóricas do Governo Fernando Henrique Cardoso.

O Professor Hélio Jaguaribe, nessa entrevista, diz que aos municípios e estados deve ser reservada apenas uma função gerencial; quem deve dirigir politicamente a federação é a União. Acrescenta que prefeitos e governadores devem se colocar na posição de gerentes e não de políticos. As decisões políti-

cas cabem, segundo a teoria do Sociólogo Hélio Jaguaribe, ao Presidente da República e sua equipe.

É importante verificar que essa colocação do Professor Hélio Jaguaribe, com a característica de ideólogo do sistema atual, permite uma análise clara do problema da federação: ele contrapõe, em tese, o conceito de federação ao de descentralização administrativa. Considero isso fundamental para entendermos como esse processo se apresenta hoje. Essa dicotomia entre federação ou processo federativo e descentralização administrativa não é meramente uma questão teórica, ela tem repercussões muito sérias na política como um todo.

Comecemos por caracterizar o que é federação. Federação ou organização federativa é a forma como o Estado brasileiro se organizou desde o Império, principalmente quando foi rompido. A forma federativa é uma decisão política, não administrativa. Os entes federados, estados e municípios, dentro do conceito político de federação, gozam de autonomia delegada por qualquer poder central, mas conquistada através do voto popular, que caracteriza a eleição não só dos prefeitos, como dos governadores, deputados estaduais e vereadores. Então precisamos fixar bem esse conceito.

A federação consagra, pelo menos entre outros três conceitos basilares, a autonomia dos entes federados, a caracterização política do exercício dos mandatos desses entes federados e, finalmente, o não-cabimento de delegação do poder central ou da União, uma vez que esse poder emana da fonte genuína, que é o povo, por intermédio da eleição.

Observemos, em contrapartida, o que significa a descentralização defendida pelo Professor Hélio Jaguaribe e por todo o Governo Fernando Henrique Cardoso, por toda a teoria e a prática do Governo Central. A descentralização aparece, em um primeiro momento, como um milagre, uma varinha de condão para resolver todos os problemas da federação brasileira: "Vamos descentralizar que tudo dá certo". "Descentralizemos" é a palavra de ordem; "façamos a descentralização" é a expressão mágica.

O que é descentralização? Na verdade, se ela for tomada no seu sentido mais rigoroso, não apenas no seu sentido apologético, a descentralização é uma desregulamentação da federação para permitir que sejam colocadas em ação as leis do mercado. A descentralização, na verdade, é uma prevalência absoluta do mercado, o que vai permitir, inclusive, que se faça uma relação muito próxima entre as propostas de descentralização e aquelas que os organismos financeiros internacionais, representantes do capital financeiro, fazem com muita freqüência: "Vamos descentralizar, vamos desregulamentar para conseguir maior eficiência administrativa". Essas são teses do FMI, Fundo Monetário Internacional, e

ficaram muito claras nas atas do Consenso de Washington. Descentralizar sob essa forma é atender a demandas do capital financeiro internacional, representado pelos seus organismos.

Não é essa a descentralização que defendemos, a desregulamentação ou abertura total: "Não há mais nenhuma regra, descentralizemos tudo para que o mercado possa prevalecer".

Então, nesse primeiro ponto, quero fixar bem o conceito de federação ou de sistema federativo, contrapondo-se a essa conceituação neoliberal de descentralização desreguladora. Isso não quer dizer que não devamos trabalhar em uma descentralização administrativa, mas descentralização não tem nada a ver – serei bastante enfático e radical nesse ponto – com federação; descentralização é medida administrativa, federação é um conteúdo profundamente político.

O segundo ponto sobre o qual me permito discorrer brevemente é uma tentativa de fazer uma sumarização rápida da história da federação brasileira. A federação brasileira tem um pressuposto, um fundamento. Por que o Brasil se organizou como federação? Podemos dizer que o principal motivo que sustentou a federação brasileira foi exatamente aquela expectativa de que através de um sistema federativo pudéssemos desenvolver economicamente este País. Esse é o fundamento da federação brasileira. Existem várias federações no mundo inteiro, cada uma com um fundamento diferente, algumas, por exemplo, para permitir que os grandes impérios subdivididos permaneçam unidos, outras querem conservar a autonomia relativa dos estados federados, como o exemplo típico americano, mas, no Brasil, a idéia, talvez ilusão, foi de que o processo federativo, por si só, teria uma dinâmica própria capaz de sustentar um desenvolvimento harmônico integrado. Evidentemente, essa idéia não levou em conta a dimensão continental do País, suas diversidades regionais e sua heterogeneidade. De qualquer maneira, esse foi o princípio basilar que sustentou a idéia da federação brasileira, que está muito consolidada no Brasil, na sua história.

Se precisássemos de um referencial histórico, poderíamos dizer que, de 1835 a 1845, no Rio Grande do Sul, ocorreu, talvez, o movimento armado de maior duração do País, que foi a Guerra dos Farrapos, na qual estava em questão exatamente a federação, por razões econômicas. Não cabe aqui fazer uma digressão sobre a Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, uma vez que ali estava presente a questão econômica em relação ao Rio Grande do Sul e o restante da federação.

A federação, no Brasil, aparece com essa característica, consolida-se sob essa forma. O Estado brasileiro – insisto nesse aspecto – organiza-se sob a forma federativa, isto é, os entes federados, União, Estados e municípios, são autônomos e independentes teoricamente.

O processo federativo no Brasil tem um marco contemporâneo que talvez possamos registrar que acontece exatamente por volta dos anos 80. Depois da luta contra a Ditadura, pelas Diretas Já e pela Anistia, houve um ascenso do movimento democrático popular. Então a federação começa a ser, novamente, colocada sob uma ótica correta, nos anos 80, da autonomia e da interdependência dos entes federados. Não vou-me deter muito nesse aspecto, mas situar que talvez a finalização, do ponto de vista jurídico e político, mais acentuada desse processo de acúmulo dos anos 80, foi a Constituição de 1988, que, como nenhuma outra, avançou de maneira profunda na construção da federação brasileira com essas características que citei. É importante verificar que a Constituição de 1988 aprofundou a autonomia política dos municípios e estados, mas principalmente a autonomia financeira, por intermédio dos dispositivos que consagraram um novo tipo de relação fiscal e tributária entre a União e os entes federados. Então a Constituição de 1988 é realmente um marco.

Seguido à Constituição de 1988, veio o contrário a esse movimento ascencional de luta popular. Nos anos 90, o Brasil, como o restante do mundo, é atingido pela avalanche neoliberal, que já começa a se manifestar de maneira ainda um pouco escondida ou escamoteada no Governo Sarney, aprofunda-se no Governo Collor e tem uma intensificação acentuada nos Governos Fernando Henrique Cardoso I e II, primeiro e segundo mandatos. Nesse momento, acontece uma reversão de toda aquela luta para dar à federação brasileira uma consistência maior. Diria que a partir de então a federação é literalmente revogada, passa a ser objeto de retórica, discussões interessantes, todas elas movidas por um grande sentimento de amor à federação, mas quanto mais se declara esse amor, mais ela é destruída. Hoje temos uma federação, diria, virtual, pois o Poder Central concentra tudo, os entes federados são meros atores secundários do processo federativo.

Nesse momento, a indagação fundamental é: por que aconteceu isso? É preciso situar a compreensão mais exata de um fenômeno que ocorreu, que é o aprofundamento da dependência do País do capital financeiro internacional. É muito fácil entender por que o capital financeiro internacional está interessado e determinado em destruir a federação brasileira. É porque o endividamento, desde Sarney, aprofundado com Collor e Fernando Henrique, deu-se através

da federalização da dívida. A dívida pública corresponde, hoje, a 8% do PIB e atinge a cifra espantosa de US$500 bilhões.

Evidentemente, se a dívida está federalizada, se o credor é o Governo Federal e quem cobra é o capital financeiro internacional, ele tem que concentrar recursos, então ele tem que colocar em ação todos os instrumentos de reforma fiscal e tributária para que os recursos sejam concentrados em nível de Governo Federal a fim de fazer face aos compromissos dessa dívida junto aos credores internacionais. Essa é a razão fundamental, não existe nenhuma razão teórica, embora o Sociólogo Hélio Jaguaribe tente dourar a pílula. Sejamos bem claros: a federalização da dívida é a contrapartida da federalização de todos os recursos em nível da União para fazer face à dívida. Não é por acaso que o Governo Federal trabalha, ou trabalhou este ano, para alcançar um superávit primário, exigência do Fundo Monetário Internacional, da ordem de aproximadamente US$20 bilhões. No orçamento encaminhado ao Congresso Nacional – está aqui a nossa bancada que sabe melhor do que eu -, o Governo propõe para o ano que vem que esse superávit primário alcance a quantia de US$30 bilhões. É preciso dizer que o Governo Federal está quebrado, não tem recursos e esse superávit será alcançado à custa dos municípios e dos estados, não haverá recursos para políticas públicas, para investimentos na área social, para obras fundamentais, porque todos eles estão direcionados para esse superávit primário, que é exatamente a contrapartida da federalização da dívida e, evidentemente, a concentração dos recursos. Então é possível entender essa breve síntese da história do federalismo brasileiro para dizer que ele caminhou num determinado momento de indefinição, num segundo momento de afirmação e num terceiro momento de destruição.

Passo imediatamente ao terceiro ponto sobre o qual pretendo discorrer: a crise da federação, que pode ser colocada como a crise do Brasil. Não terei tempo para discorrer sobre essa crise com a profundidade que os companheiros merecem, então vou apenas pontuar algumas características, alguns marcos dessa crise.

É comum, na análise que se faz a respeito da crise brasileira, dividi-la em vários tipos e tomar o todo pela parte. Se tomarmos os tributaristas, vamos dizer que o Brasil vive uma grande crise fiscal, que é manifestada por essa concentração a que me referi e pelos instrumentos utilizados pelo Governo Federal, de conhecimento de todos nós: reforma tributária e fiscal em votação no Congresso Nacional, FEF, Lei Kandir, etc. Então aí está a grande crise fiscal. Os tributaristas tentam provar que a crise brasileira é uma crise fiscal.

Os economistas, por outro lado, dizem que a crise é econômica. Evidentemente, eles têm razão em colocar a dimensão, a dramaticidade e a

gravidade da crise econômica. O País, hoje, encontra-se em estado de insolvência econômica, com uma dívida pública de US$500 bilhões, um déficit em transações correntes de US$40 bilhões, as reservas praticamente diminuídas, uma política suicida de juros extremamente altos, uma política cambial falsa, apoiada numa âncora artificial, tudo isso dá a dimensão da crise econômica e os economistas têm muita razão em dizer que há uma profunda crise, mas, por outro lado, retrucam, digamos assim, os sociólogos, com a crise social. Evidentemente, é social. Não vou, aqui, fazer lamentos sociais, mas apenas dizer que talvez o indicador mais grave da crise social, o mais dramático, penalizador e perverso seja o desemprego, que hoje atinge 20% da população economicamente ativa deste País. Só na minha cidade, que é a terceira capital do Brasil, existem 400 mil desempregados. Os companheiros podem perceber a dramaticidade dessa crise social, que, no desemprego, convoca todo um cortejo de penalizações e perversidades sociais. Fiquemos por aqui.

Os analistas políticos dirão que a crise é institucional, que se manifesta claramente numa desarmonia permanente entre os Poderes da União, Executivo, Legislativo e Judiciário. Não cabe a mim fazer observações que poderiam parecer agressivas aos Poderes da República, mas é preciso constatar que a predominância do Poder Executivo, imperial, coloca o Congresso, com as exceções de praxe, prostrado, torna o Poder Judiciário dilacerado pelas suas contradições e incapaz de proporcionar à população brasileira uma de suas maiores demandas: a justiça. Por outro lado, o Poder Executivo, exercitando, através de medidas absolutamente inconstitucionais, a revogação da Constituição de 1988. A Constituição, atualmente, é revogada por portaria, por decreto e por medida provisória. Então, na verdade, há um desarranjo institucional.

Finalmente, os analistas e comentaristas políticos editorialistas dizem que a crise é de governabilidade. Evidentemente, é também uma crise de governabilidade. O Poder Executivo, em que pese toda a sua prepotência e arrogância, perdeu o controle do País, porque delegou a gestão dos negócios ou dos interesses do País a assentos hegemônicos externos. Episódio ilustrativo aconteceu recentemente, numa das crises econômicas que o País atravessou, a crise cambial de janeiro, quando o Ministro Pedro Malan foi antes discutir alternativas em Washington, sem o Congresso e a nação saberem, sem o conhecimento de nenhum segmento social. Somente depois que ele obteve o beneplácito dos centros hegemônicos do capital financeiro em Washington, veio trazer a proposta para ser discutida com a nação e com o Congresso.

Observemos, então, que essas crises todas podem ser analisadas – e o fiz de maneira muito sumária – do ponto de vista de sua caracterização e de

seus fundamentos, mas diria que devemos procurar uma síntese para entender a crise brasileira, remontando à política. A crise brasileira é fundamentalmente política. Esses componentes todos que alinhavei de maneira muito sumária expressam a mais grave crise política que o País já atravessou e a expressão mais elucidativa dessa crise política é a crise do Estado brasileiro, que remete a questões muito sérias. Como o Estado brasileiro, que é o ente político mais significativo, está se comportando hoje? Diria que o Estado brasileiro perdeu as suas dimensões de governabilidade para a nação.

Não vamos nos deter em elogios ao Estado brasileiro, porque a sua história não é muito merecedora de tanto. O Estado brasileiro, sejamos sinceros, é profundamente autoritário, tem duas vertentes que o caracterizaram, em que pesem todas as lutas populares, e que hoje, ao comemorarmos os 500 anos da descoberta do Brasil, ainda são muito fortes: o escravismo e a herança colonial. Esse Estado debilitado passou por várias formas, mas talvez uma forma em que ele pode emergir, com todas as suas dificuldades, e sustentar um desenvolvimento nacional, foi o chamado Estado Desenvolvimentista, conhecido de todos.

Entretanto, o que existe no Estado brasileiro hoje? É um Estado desmontado, sucateado, cujas instituições, todas elas, estão submetidas à deliberação de um processo programado de destruição em benefício daquilo que mencionei: o Governo, desde Sarney, aprofundando-se com Collor e Fernando Henrique, deliberou, por uma demanda imperativa dos centros hegemônicos de que ele depende, do capital financeiro internacional, a sua destruição. Esse é, parece-me, o fundamento principal da crise brasileira. É uma crise política.

Posso concluir, se me permitirem um pouco de ênfase, que não adianta tratarmos a crise brasileira do ponto de vista econômico, não adianta fazermos lamento social, não adianta ficarmos insistindo em crises institucionais secundárias, temos agora de tratar a questão maior: estamos convocados, Partidos Políticos, sociedade, segmentos sociais organizados, a discutir a grande crise política do Brasil.

Historicamente, quando o Brasil entrou em crise política, ela sempre foi resolvida, porque sempre produziu impasses dramáticos, pela intervenção militar. Só na República, os militares, intervieram 49 vezes para resolver crises políticas. Felizmente, essa possibilidade parece afastada do horizonte do nosso País e traz a responsabilidade muito maior para nós, Partidos Políticos e sociedade, para que sejamos convocados a participar das alternativas de solução da crise brasileira.

Existe uma anedota jocosa, da época da Ditadura Militar, de que quando as crises se acentuavam nos governos militares, principalmente no último deles,

o Presidente, General Figueiredo, dizia: "É preciso chamar o Pires", que era o Ministro do Exército. Atualmente, eu diria: felizmente, é preciso chamar a nação para resolver a crise.

Por fim, queria dizer que é necessário nos determos um pouco mais nessa crise política do Estado brasileiro. Como um Estado entra em crise? Coloquei apenas algumas conseqüências dessa crise. Como entender que se destrói sistematicamente o aparelho de Estado? Como entender que se aliena o patrimônio nacional de maneira irresponsável através das privatizações? Como entender que se federaliza a dívida pública para federalizar os recursos para pagá-la? O que aconteceu afinal de contas?

Creio que é preciso aprofundar essa questão. Evidentemente, não vou poder fazê-lo aqui, com a profundidade necessária, mas talvez seja elucidativo começar a entender um fato aparentemente corriqueiro que aconteceu. Os companheiros lembram-se de quando foi colocado o leilão da Vale do Rio Doce para a sua privatização, uma das maiores empresas nacionais, saudável, equilibrada, com lucros repetidos e um grande serviço prestado à nação. Nessa privatização, houve vários concorrentes, mas entrou ...

(troca de fita)

... e ganho por um senhor chamado Benjamim Steinbruch. Quem é Benjamim Steinbruch? Ninguém sabia. O que se sabia a seu respeito vinha de algumas entrevistas que ele havia concedido à Revista Playboy sobre as suas preferências sexuais. Ninguém sabia quem era Benjamim Steinbruch, mas depois ficamos sabendo. Atrás de Benjamim Strainbuck, um novo personagem entrava em cena, nessa crise do Estado brasileiro: o capital financeiro internacional com seus aliados internos.

Começamos a entender, através desse exemplo corriqueiro que estou citando, que a crise brasileira está ligada, hoje, a uma nova estruturação das classes de poder. Diria, inclusive, que se quisermos fazer um corte histórico um pouco arbitrário, que aprendemos que o Brasil, o nosso País, de 1930 até recentemente, foi administrado por um tríplice condomínio e chegamos a dizer que cada um tinha um terço: o Estado brasileiro, a burguesia nacional e o capital financeiro. Essa foi a composição característica de 1930 para cá, até o desenvolvimentismo, em 1964. Desde 1964, aprofundando-se, insisto, com Sarney, Collor e Fernando Henrique, entra em cena um outro personagem: o capital financeiro internacional e seus sócios internos, que são banqueiros brasileiros que eram professores de economia, principalmente na Faculdade de Economia do Rio de Janeiro e na Unicamp, em São Paulo.

Há uma estória curiosa que talvez, um dia, deva ser escrita. Como um economista se transforma em banqueiro internacional? Os seus nomes são conhecidos: André Lara Resende, Gustavo Franco, Pérsio Arida, todos eles representantes desse capital que é o sócio majoritário do condomínio Brasil hoje. Se não entendermos uma nova configuração de classes, não vamos entender a crise brasileira, pois ela está fundada no fato de que entrou em cena uma nova classe poderosa, que tem um poder de fogo muito grande, domina o aparelho de Estado brasileiro, os meios de comunicação, inclusive a ideologia que hoje predomina na nação brasileira, e tem uma tradução partidária – é preciso que sejamos francos – chamada PFL, PSDB e setores do PMDB. É uma tradução supraestrutural dessa nova classe emergente.

Sintetizando, diria que o empresariado brasileiro está prostrado, o Estado brasileiro está debilitado e que a nova classe reina de maneira muito significativa e tem os seus representantes nesses Partidos que acabei de mencionar. Essa pequena observação pretende dar aos companheiros uma possibilidade de refletir sobre as razões da crise brasileira, para não ficarmos apenas no labor da denúncia ou exercitando uma lamentação social que não vai levar a nada. É preciso, inclusive, pararem os Partidos de Esquerda com essa vitimização que coloca sempre os coitadinhos, os pobrezinhos, os excluídos. Isso não é discurso de político, mas de religioso. Podem fazer o discurso religioso piedosamente lá, mas no Partido Político, não. Então é necessário voltar-se para uma análise – perdoem-me o termo – marxista das classes sociais para podermos entender o que está acontecendo no Brasil atualmente.

Finalmente, encerro com o último ponto. É um pouco de presunção: saídas para a crise. Evidentemente, não vou propor nenhuma receita, nenhuma postura apologética, mas tentar trabalhar algumas características que me parecem fundamentais para construir um projeto político que aponte para a saída da crise e o farei de maneira rápida.

Não há receitas ou milagres, mas há que haver um trabalho da sociedade aliado aos Partidos Políticos. Vou frisar esse termo: é a sociedade aliada aos Partidos Políticos e não o inverso. A sociedade deve vir em primeiro lugar. Com o maior respeito que tenho para com os Partidos Políticos, a sociedade hoje tem uma concepção mais avançada sobre as alternativas da crise do que todos os Partidos Políticos brasileiros, por isso a grave crise de representação que existe hoje. Todos os Partidos Políticos, tanto de Direita, quanto de Esquerda, vivem uma crise de representação, então voltemos para a sociedade. Que saídas podem ser pensadas dentro de uma perspectiva de análise, e não de proposta ou de receita?

Primeiro, temos que discutir, fundamentalmente, quatro questões: a nação, o Estado, o modelo econômico e a democracia. Cada uma delas demanda um aprofundamento. Comentarei apenas essas questões.

Quanto à questão de nação, precisamos recuperar o seu conceito. O sistema quer destruir a nação sob o argumento falacioso, o sofisma de que a globalização acaba com a nação. Não é verdade. É preciso retomar a nação como conceito de territorialidade, de cultura, de aplicação da técnica, do trabalho e do fazer político. Esse é o conceito de nação que não está revogado com a globalização. Nesse sentido, talvez fosse interessante – não tenho tempo de fazê-lo – que voltássemos a nos debruçar sobre o estudo de um grande brasileiro que está hoje em São Paulo, um baiano, geógrafo, Professor Milton Santos, que tem trabalhado essa questão da globalização e da territorialidade da nação de maneira muito precisa. Sugeriria, se me permitisse o Senador e os companheiros, que nos debruçássemos sobre a obra de Milton Santos, principalmente a mais atual.

A questão do Estado remete a uma pergunta que vou deixar aqui, mas não vou responder: que Estado nós queremos? Não somos contra a modernização, mas qual seria a modernização do Estado? Há deliberadamente – é preciso acentuá-lo – um embuste, uma falácia, uma mentira, segundo a qual a modernização do Estado equipara-se à sua programada destruição. O Estado brasileiro tem um papel importante no processo de desenvolvimento do País. Isso não significa aquela velha polêmica já ultrapassada entre estatismo e privatização, mas que nós, penso eu, devemos trabalhar por um Estado público, não um Estado privado, num conluio incestuoso com o capital financeiro, nem o Estado estatizante, que incorpora, muitas vezes, privilégios corporativos de castas. O Estado público, da sociedade, o Estado que não é inimigo da sociedade. Deixemos bem claro: a sociedade é maior do que o Estado; o Estado é um organismo da sociedade. Contudo, no Brasil, muitas vezes, o Estado contrapôs-se como inimigo da sociedade.

Quanto à questão do modelo econômico, é necessária a sua substituição por um outro. É fundamental colocar que o modelo econômico em vigor, todo ele, é construído sob o pressuposto de que o Brasil só pode se desenvolver mediante o endividamento externo, que comprovadamente tem levado a todas essas questões que comentei aqui. Esse endividamento que o Brasil faz é a causa principal das crises econômica, social, etc. É um endividamento irresponsável, que vem para privilegiar exatamente aqueles que especulam com o dinheiro da grande jogatina internacional que existe hoje.

Finalmente, a crise da democracia significa que a sociedade e o Estado brasileiro, tanto um como o outro, são freqüentados por posturas autoritárias.

Temos que radicalizar a democracia neste País, levá-la até as últimas conseqüências. Isso significa democratizar os Partidos Políticos em primeiro lugar, as instituições, os sindicatos, as formas de relação do Estado com a sociedade. Então é uma democracia que implica uma política de alta voltagem. Só se radicaliza a democracia através de uma grande atividade política. Se não fizermos isso, não teremos democracia, mas um arremedo de democracia.

Coloquei essas quatro grandes diretrizes: nação, Estado, modelo econômico e democracia sem nenhuma pretensão de oferecer saídas, mas como balizadores, penso eu, da possibilidade de construção de um novo projeto, modelo ou alternativa que se contraponha às atualmente existentes. Isso, seguramente, é uma tarefa nossa, dos Partidos, da sociedade, do povo brasileiro. Sei que estaremos à altura, neste momento histórico, principalmente quando vejo companheiros aqui tão interessados em discutir questões tão sérias como esta. Com isso encerro o que poderia trazer em termos de contribuição para este debate.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Agradecemos a exposição do nosso companheiro Prefeito Célio de Castro, caracterizando a crise brasileira como eminentemente política, resultante basicamente da hegemonia, do comando político do capital financeiro internacional e seus Partidos e grupos associados no Brasil.

Vou passar a palavra ao companheiro François Bremaeken, aproveitando para convidar a participar da mesa o nosso companheiro Vice-Presidente do Partido, Roberto Amaral, aqui presente. (Palmas.)

O SR. FRANÇOIS BREMAEKEN (Especialista em Direito Tributário – IBAM) – A todos, bom dia. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite que nos foi formulado por intermédio do Senador Roberto Saturnino ao IBAM para participar deste evento e de fazer um protesto, uma vez que deveria ter sido deixado para falar por último o Prefeito Célio de Castro, porque depois de sua brilhante apresentação ficamos, todos, um pouco acanhados.

Quero lembrar um ponto ao Prefeito Célio de Castro: na Constituição, o Parágrafo Único do art. 23 fala de uma lei complementar que deveria regular o pacto federativo, mas nunca houve. Já comemoramos 11 anos de Constituição, que foi toda reformulada, mas nunca houve o interesse em se discutir o pacto federativo. Recentemente, quando se começou a discutir a reforma tributária, que traz maiores preocupações para os municípios, novamente quis-se discutir

o pacto federativo, mas a questão que foi colocada é que não interessa discuti-lo agora, pois se o discutirmos não sairá reforma nenhuma.

Vou tentar trazer um pouco da nossa experiência do IBAM, de vinte e tantos anos, numa realidade mais próxima dos objetivos do próprio Partido, que está começando esse processo de sedimentação das bases, pensando na eleição do ano que vem.

Trouxe algumas transparências para apresentar. Temos, nessa transparência, uma idéia de como se reparte a carga tributária no País, ou seja, o que a União, os estados e os municípios conseguem arrecadar. No ano de 1989, primeiro pós-Constituição, em 1995, primeiro ano pós-Real, e em 1998, último ano, vemos que a União sempre concentrou mais de dois terços da arrecadação; os estados, um pouco mais de uma quarta parte e os municípios evoluíram de 2.6% para 5.3%. Esses são os recursos que os municípios conseguiram arrecadar. Será que foi uma arrecadação tão baixa motivada por uma incompetência generalizada dos municípios em coletar tributos? Não. Isso se dá exclusivamente pelo fato de que aos municípios foram destinados tributos de baixo poder de arrecadação. Se os municípios tivessem o ICMS para arrecadar, passariam a ter 26% de arrecadação; se os Estados ficassem com o IPTU e ISS, teriam apenas 5.3%.

Para corrigir essa situação ...

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Posso fazer logo uma pergunta? Ficou uma dúvida: em primeiro lugar, as transferências não estão aí.

O SR. FRANÇOIS BREMAEKEN (Especialista em Direito Tributário – IBAM) – Não, na seguinte entram as transferências.

Para corrigir esse quadro, desde antes da Constituição de 1988, existe todo um sistema de compensação, em que são colocadas as transferências constitucionais, isto é, os recursos que são repassados, seja da União para os estados, seja dos estados para os municípios ou da União para os municípios. O Fundo de Participação dos Municípios é o principal aporte de recursos, principalmente para municípios de pequeno porte – e os municípios de pequeno porte representam a maioria dos municípios do País, pois são 49,5% de municípios com menos de 10 mil habitantes. Existe uma concentração muito grande da população em relativamente poucos municípios.

Uma vez feita a compensação das transferências, líquidos, a União guarda ainda 57,5% dos recursos, o que é muito. Os estados baixaram um

pouco. De 26%, caíram para 25% e os municípios passaram a ter 16,8%. Será que para futuros administradores municipais o fato de ter os 16,8% da massa de recursos existentes no País é um grande negócio? Não, porque os custos de serviços dos municípios são muito maiores, muito mais penalizados, uma vez que eles gastam muito mais do que os 16,8%. Além daqueles 57,5% da União, uma vez que isso é o que a União arrecada, o que fica em função da arrecadação, ainda há, como disse o Dr. Célio, a grande dívida pública brasileira. A União vai ao mercado financeiro, todos os anos, buscar algo em torno de R$300 e poucos bilhões.

A União reclama que tem que passar o dinheiro do Fundo de Participação para estados ou municípios. Isso representou, no primeiro semestre, algo em torno de R$12 bilhões, mais ou menos uns R$6 bilhões para os municípios, outros R$6 bilhões para os estados, mas só de juros a União pagou R$76 bilhões e reclama que está com o orçamento justo, ainda tendo que repassar recursos para os outros entes federativos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Posso fazer uma outra pergunta?

O SR. FRANÇOIS BREMAEKEN (Especialista em Direito Tributário – IBAM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – O que aconteceu de tão importante em 1995 e em 1998 que aumentou tão significativamente para a União e reduziu para estados e municípios?

O SR. FRANÇOIS BREMAEKEN (Especialista em Direito Tributário – IBAM) – No caso, até parece que o Senador Saturnino olhou as transparências e vai fazendo o bote. Vamos ver o que foi acontecendo com estados e municípios para que eles, aparentemente, pudessem crescer na sua arrecadação. De fato tiveram, num primeiro momento, mais dinheiro. Foi dito que aumentaram os recursos para os municípios, mas eles não querem assumir os encargos. Uma grande mentira. Os encargos foram sendo repassados para os municípios, sim.

Muitos dos senhores lembram-se que já existiu Ministério do Interior, Ministério do Bem-Estar Social, LBA. Com todas as distorções que pudesse haver nesses organismos, eles colocavam bastantes recursos nos municípios, principalmente na área social, mas desapareceram do cenário nacional. E os serviços deixaram de acontecer para o cidadão? Não. Os municípios acabaram incorporando, às suas expensas, esses serviços e os mantêm até hoje: não fecharam as creches, os asilos, que continuam sendo mantidos pelos municípios e, em alguma coisa também, pelos estados.

O quadro que provocou essa redução dos recursos foi indiretamente, como disse o Dr. Célio, pois a dívida pública federal está sendo repassada para estados e municípios. Os municípios assumiram os governos e os atuais prefeitos, 29,5%, são aqueles que, em períodos anteriores, já o foram também. Todos eles são unânimes em dizer o seguinte: ser prefeito há oito ou doze anos foi uma coisa; ser prefeito hoje é algo completamente diferente. Para início de conversa, naquela época conseguia-se equilibrar o orçamento e levar as contas do município com a inflação alta; hoje, só o fato de não haver uma inflação muito alta já é um desastre para a federação como um todo, um desastre relativo, mas de fato, em termos de gestão fiscal dos números, porque hoje uma dívida pesada, de US$500 bilhões, é algo impagável mesmo. Antigamente, a inflação encarregava-se de jogar essa dívida para a frente, aumentá-la em termos reais, mas diluí-la. Isso acabou. Os municípios, hoje, vivem o seguinte quadro: assumiram dívidas acumuladas no passado que passaram a ser dívidas reais, que eles têm dificuldades em rolar, e, pior, os devedores estão cobrando as dívidas avidamente, seja o Governo Federal mesmo, seja as próprias concessionárias, que, antes públicas, agora, privatizadas, começam a cobrar essas dívidas mais intensamente; o aumento constante e desordenado, ou seja, essa descentralização aconteceu de forma desordenada, simplesmente o desmonte da máquina federal e, em muitos casos, os próprios estados, deixando de lado uma série de encargos, foram jogando as coisas para cima dos municípios, que não têm para quem passá-las; a extinção do IVVC, Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis, que, à época, dizia-se que era um imposto inflacionário, mas não baixou um centavo o preço do combustível na bomba depois da extinção do imposto e, hoje em dia, os argumentos para se criar o imposto seletivo, famoso Imposto Verde – na época o IVVC era de 3% -, não se baseiam no fato de que seja um imposto inflacionário, no entanto ele será de 9% - interessante como o tempo faz as situações mudarem, como se se estivesse olhando dentro de um caleidoscópio -; as dificuldades na cobrança de taxas pela prestação de serviços, uma vez que os municípios passaram a ter muitas das suas taxas, principalmente de iluminação pública, de limpeza das vias públicas, de pavimentação e uma série de outras, que eram cobradas, argüidas no Judiciário e vão constantemente perdendo. Ainda dão sorte quando, pura e simplesmente perdem, pior é quando, além de perderem, ainda têm que devolver os últimos cinco anos. Hoje, a solução que está sendo encontrada – pelo menos a que foi colocada na proposta de reforma tributária – foi incluir a possibilidade de cobrança de contribuições, embora seja tecnicamente um retrocesso, mas é a única viável. Dificuldades na cobrança do próprio ITPU progressivo, principalmente nas grandes municipalidades – Belo Horizonte teve esse problema, perdeu a possibilidade de cobrar o IPTU progressivo -; as retenções

de recursos, nitidamente quando se transfere a dívida pública para estados e municípios, pois simplesmente se tira dinheiro para custear a dívida pública, primeiro como Fundo Social de Emergência, em que se viu que o dinheiro não era aplicado na área social; quando aconteceu uma situação de calamidade em qualquer lugar, um prefeito foi pedir recursos e descobriram que também não era para emergências, então, quando foi renovado, já veio como Fundo de Estabilidade Fiscal, para desvincular recursos do orçamento da União a fim de, livremente, utilizá-los de outra forma ou, simplesmente, retirar de estados e municípios uma parcela de recursos que chegaram a representar, no FPM, algo em torno de 7,5% dos recursos do Fundo de Participação no início, mas agora, nos últimos anos passou a haver um redutor para os municípios; as perdas com a famosa desoneração do ICMS, decorrente da Lei Kandir, em que indiretamente os municípios acabaram sendo afetados, dependendo do estado ao qual pertençam, nos quais todas as simulações foram feitas, comprovando, por "a" mais "b", que R$3,6 bilhões voltariam para os estados, compensando as perdas de ICMS, mas nem em São Paulo – e até o Covas reclamava do Governo Federal e, para isso acontecer, a coisa era séria – nada daquilo que estava colocado no papel como simulação aconteceu. Em termos de reforma tributária futura, quando são apresentadas as simulações, dizem: "Vamos perder tal imposto, mas ganharemos um novo, vamos arrecadar mais tanto, etc.", há o receio de acontecer o mesmo acidente de cálculo que houve com a Lei Kandir, uma vez que se corre o risco de desestruturar a federação no momento em que houver uma queda de arrecadação; a renúncia fiscal generalizada, que é praticada tanto pela União, quanto pelos estados, os famosos incentivos fiscais, a guerra fiscal. Isso representaria, só de parte da União, uma perda no Fundo de Participação de algo em torno de 30% dos seus recursos. A criação de tributos não-partilhados: cria-se a CPMF, aumenta-se o IOF, aumenta-se a contribuição sobre o lucro, então a União aumenta as alíquotas de tributos que não são partilhados com os municípios e estados, guardando 100% e ainda chegou ao escândalo, no final do ano passado, quando lançou o Programa de Estabilidade Fiscal, de querer voltar com o FEF por mais seis anos, cobrando a sua retenção, aumentando a CPMF e ainda dizendo que, para não assustar o empresário, seria possível descontar esses recursos do Imposto de Renda, o que seria uma forma de sangrar mais ainda o Fundo de Participação. Pelo menos por hora, naquele famoso "saco das maldades" de Gustavo Franco, ainda não se voltou a pensar nessas alternativas. Os impactos diferenciados com a adoção do Fundef, que foram terríveis no Estado de São Paulo, porque grande parte dos municípios daquele Estado, principalmente os de grande porte, à exceção da capital, simplesmente não tinham aluno nenhum no ensino fundamental, então perdem, automaticamente, 15% do seu ICMS, do FEPM, do IPVA e, ainda, da sua

receita de impostos; a remuneração muito aquém da expectativa com o SUS. Levantamentos que foram feitos mostram que o ano de 1998 ...

... pelo município e os impactos diferenciados com a adoção de novos quocientes do Fundo de Participação, uma longa história, em que se está começando a aplicar um redutor que vai até o ano de 2002, por meio do qual os municípios vão perdendo uma parcela de recursos. Só não sentem muito porque o percentual de perda, em princípio, está sendo compensado com o aumento na arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, devido ao aumento da inflação.

Há uma cartilha para os vereadores, algumas orientações básicas, na qual dei uma olhada rápida e verifiquei que são coisas genéricas, mas, eventualmente, quando se estiver formulando questões como linhas a serem levantadas, deve-se atentar para o que, no IBAM, chamamos de síndrome da simetria, não imaginar que todos os municípios sejam iguais entre si, uma vez que a realidade das grandes capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, é uma e a daquela metade de municípios de menos de dez mil habitantes é outra, então os discursos podem ter princípios gerais muito semelhantes, porém, na hora de sensibilizar o eleitor, nem sempre as mesmas colocações serão válidas para os grandes e os pequenos municípios. À exceção de Santana do Acaraú, que é um município de menor porte, todos os outros são capitais ou municípios de grande porte, como vi no programa. O interessante é que, ao se tentar alcançar a base, consegue-se alcançar os municípios de grande porte, mais elitizados; naqueles da massa mesmo, onde há uma população mais humilde, de um modo geral, não se consegue pensar que às vezes, em termos de política, é muito mais fácil crescer o número de vereadores em um município pequeno, no qual é possível elegê-los com 20 votos, um prefeito, com 500 votos. Pode ser mais difícil também, em função das oligarquias locais e tudo o mais, conseguir uma fidelidade, pois já podem estar comprometidos com outros esquemas, mas é um alvo a ser perseguido, que pode ser mais difícil de ser atingido, contudo existe um coeficiente a partir do qual é mais fácil eleger um vereador ou um prefeito num município menor, que requer menos votos. A outra variável é derrubar as oligarquias locais ou aquelas com as quais estão comprometidos.

Aqui temos um outro dado interessante, apenas para dar uma visão de conjunto, de como se distribuem os municípios brasileiros, mostrando a sua diversidade. Como disse, os municípios não são simétricos, não devem ser vistos da mesma forma. Uma coisa é usar a média, o grande número, que, absolutamente, não quer dizer nada. Se hoje temos algo em torno de R$860

bilhões como PIB, uma população em torno de 166 milhões de habitantes, se fizermos a divisão, vamos encontrar uma renda per capita de R$5.500 ou R$5.800, então estaríamos num País fantástico, onde não existem pobres, mas a realidade da distribuição de renda mostra algo completamente diferente. Os municípios são nada mais, nada menos do que um espelho dessa sociedade e estão recortados. Em vez de termos uma grande média, dividimos os municípios em onze classes em função do seu tamanho de população. São dados ainda preliminares, de 1998, mas como tínhamos os dados do Rio de Janeiro, mas não tínhamos os de São Paulo, não tiramos a média dos dois. Só por aqui, já dá para ver a diversidade de realidades em termos de volume de recursos médios que esses municípios têm à sua disposição. Dirão que é natural que à medida que vá aumentando o tamanho, vá aumentando a receita, sim, mas o aumento per capita proporcionalmente é muito maior no grande município do que no de pequeno porte. Pelos dados dos anos anteriores, quando se passa daqueles municípios de um milhão a cinco para os de Rio de São Paulo, eles vão a dez ou onze vezes mais, é um pulo muito maior.

Ali temos a receita tributária dos municípios para ver que à medida que vai crescendo o tamanho do município, vai aumentando a proporção da sua receita tributária. Como os municípios têm impostos eminentemente urbanos, IPTU e ISS, basicamente, quando se aplicam as taxas, é na prestação de serviços urbanos, o próprio ITBI que os municípios têm a cobrar, as transações acontecem muito mais nos municípios mais urbanos do que nos mais rurais, então a tendência natural é de que a receita tributária vá ganhando terreno nos municípios de maior porte. Essa é a razão pela qual os municípios de pequeno porte não conseguem arrecadar muito, porque eles não têm uma base tributária tão ampla quanto a dos municípios grandes. Obviamente, inverte-se a posição das transferências, ali colocados FPM e ICMS. É lógico que, para os pequenos, é muito mais forte o FPM do que o ICMS. As operações de crédito pouco dizem e o restante que sobrou, as outras receitas, também.

Aqui, um pouco mais detalhada, a participação dos principais aportes de recursos dos municípios. A própria filosofia do repasse do FPM é de dar mais para os mais pobres e menos para os mais ricos, fazendo uma redistribuição dos recursos pelo País. Vemos que, naqueles municípios de um milhão a cinco milhões, o FPM cresce, então onde está a lógica? Os municípios das capitais, e boa parte deles está exatamente nessas duas faixas, têm, separados do bolo do FPM, 10% só para as capitais, por isso eles crescem, porque têm 10% dos recursos guardados para eles. Em termos de ICMS, por mais estranho que possa parecer, há uma certa homogeneidade, não existe uma distorção muito grande. É bem verdade que, como são resultados preliminares, essa

mostra tem que passar por uma correção, um ajuste dos dados, uma vez que eles estão muito mais carregados de municípios do Sul e Sudeste, que têm uma entrada de ICMS maior, do que dos municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Então, automaticamente, quando se fizer a correção, vai baixar aquela participação do ICMS nos municípios pequenos e aumentar nos municípios de grande porte. O ISS nitidamente cresce muito nos municípios de grande porte, porque é altamente concentrado ali. Isso é um ponto importante, a ser frisado quando falarmos sobre as propostas de reforma tributária, da eventual substituição do ISS pelo IVV e o que poderia ocasionar. O ITPU também, automaticamente, vai crescendo à medida que crescem os municípios; quanto às taxas, relativamente, não em volume de recursos, mas em termos percentuais, os municípios pequenos ainda conseguem arrecadar melhor do que o próprio ISS ou IPTU. Contribuição de melhoria, isso nem se fala, porque ninguém consegue arrecadar.

Diante de todo esse quadro, as entidades municipalistas, na época da reforma tributária, reuniram-se no Conselho Brasileiro de Integração Municipal, que era um fórum onde estavam as grandes entidades nacionais, houve uma comissão técnica, coordenada no IBAM, que apresentou uma proposta técnica, com pessoas integrantes de cada uma dessas entidades e daquelas estaduais, que foi levada a Brasília para esse conselho político que bateu o martelo, mudou algumas coisas e restou a proposta municipalista que está apresentada na Comissão da Reforma Tributária. Os municípios gostariam de guardar o ISS, o IPTU e o ITBI, incorporar novos impostos, que seriam o ITR, Imposto Rural, o IPVA, trazendo-o todo para o município, e voltar o IVVC, que era aquele imposto sobre combustíveis, e a ampliação do Fundo de Participação de 22% para 33%. Poderiam dizer que essa foi a proposta que mais chocou, mas se lembrarmos que há alguns anos os municípios tinham de FPM apenas 5% - começaram com 10%, ao tempo de Delfim Neto, baixou para 5%, depois voltou a subir devagar e, com a Constituição de 1988, passou de 17% para 20%, depois 0,5% a cada ano, até chegar aos 22,5% -, garantir a sua manutenção na participação do ICMS ou do eventual imposto que viesse a substituí-lo, inibir a guerra fiscal entre os municípios através da aprovação de uma nova lei complementar regulando o ISS, que é uma proposta da Abrasf, definindo domicílio tributário e as alíquotas máximas e mínimas do ISS. O item das alíquotas de tabelas e valores do IPVA seria coerente com os 100% do IPVA.

Introduziram um dispositivo que facilitasse a cobrança de taxas. Na verdade, os municípios gostariam que acabasse aquele parágrafo 2º que existe na Constituição que diz que as taxas não podem ter a mesma base de cálculo de

imposto e tirar uma outra palavra que fala em divisibilidade das taxas, porque há casos em que não há como estabelecer a divisibilidade, exemplo: iluminação pública, como dividir, já que está nas ruas e não atende especificamente ao domicílio? Esses seriam os itens, mas isso não está sendo contemplado.

Um dispositivo que restringisse os bloqueios de recursos do Fundo de Participação, principalmente em termos de INSS, que retém recursos do Fundo de Participação para cobrar as dívidas dos municípios, e vincular os recursos na área da saúde, inclusive vinculando mais os recursos da área da seguridade social do que previsto originalmente.

Agora, apenas para que os senhores tenham uma idéia dos eventuais encargos que haveria pela frente, aquilo que deveria ser discutido em termos de pacto federativo, que seria simplesmente, como disse o Dr. Célio, primeiro definir que Estado queremos – e também está na colocação do documento do Serafim – e o que se espera do Poder Público no futuro. Uma vez definido esse ponto, há que se definir o que competirá à União, aos estados e aos municípios. Depois que isso estivesse definido, aí sim, poderíamos dividir o dinheiro; sabendo quanto custa manter cada um, dividiríamos os recursos. Entretanto, o que sempre se fez, desde os idos de 1964, foi primeiro dividir o dinheiro e, depois, deixar os encargos rolarem, o que acarreta duplicidade de encargos, que podem ser arrecadados tanto pela União, pelos estados ou municípios, para, depois, todos se acertarem. Se isso não ocorre, quem paga a conta é a população, que recebe um serviço de péssima qualidade.

As competências municipais são: manter a guarda municipal, para proteger os seus bens e instalações, organizar e manter, com destinação obrigatória pela União e pelos estados de recursos técnicos e financeiros, na área do ensino, o fundamental, o infantil, o especial, a merenda escolar, o transporte escolar e o livro didático. Para isso tudo, o município sempre entra com dinheiro. Agora entrou o trânsito.

Na área do ensino, mesmo no ensino fundamental, em que, às vezes, o município tem menos da metade dos alunos, parte de seus recursos têm que ser colocados no Fundef para o estado manter. O que está acontecendo hoje – e ainda estamos calculando para saber direito quanto é – é um dado interessante: o MEC, ano passado, já lançou um relatório, mostrando os recursos a mais que entraram no Fundef, porém grande parte deles é, pura e simplesmente, um artifício contábil, porque um município como Guarulhos, Diadema e vários outros de grande porte de São Paulo ou do Brasil que tiver menos de 50% dos alunos tem que comprovar os 25% dos recursos alocados em educação e os 15% desses 25% que vão para o Fundef. Então eles, simplesmente, lançam

contabilmente que dispuseram desse dinheiro, mas ele vai para o Fundef e para o estado, que assume, faz os gastos, presta contas e diz que gastou o seu dinheiro e mais aquele que recebeu, mas o município também declarou que gastou, então, contabilmente, há uma duplicidade de lançamentos. Quando acontece o caso em que o Estado tem menos de 50% de alunos, ele repassa o recurso para o município e declara que gastou aqueles 15% do Fundef contabilmente e o município que recebeu a mais declara aquilo tudo que gastou. Então há sempre uma duplicidade de lançamentos que não se sabe ainda a quanto monta, mas talvez seja bem mais de 20% do bolo de recursos colocados ou lançados no Fundef.

Assumindo a gestão de ações do SUS, hoje em dia, como já falei, os municípios bancam mais de 70% dos gastos da área da saúde. Basta dizer que os procedimentos médicos não são reajustados desde 1995. Como há aqueles escândalos das entidades privadas que fazem o lançamento a mais de gastos na área de saúde para se ressarcirem em parte dos recursos, senão iriam todas à falência, já se diz até que alguns municípios fazem a mesma coisa, inventando procedimentos médicos para trazer mais dinheiro.

Além disso, os municípios assumiram a gestão na área social, promovem o ordenamento do solo e a proteção do meio ambiente e do patrimônio. Aí temos aquilo que sempre se chamou serviços de interesse local, aquilo que acontece no município, que as prefeituras fazem e bancam e o cidadão, enquanto vê aqueles serviços acontecendo, acha que é muito natural, mas no momento em que alguma coisa não funciona, na mesma hora protesta. O município está encarregado da edificação de edifícios e prédios públicos, sejam municipais e, em grande parte das vezes, federais e estaduais. Quanto aos órgãos dessas outras esferas de governo, se se quiser que se localize no município, se o prefeito disser que gostaria de ter um posto do INSS, ele terá que dar o terreno e construir o prédio. Ainda há esse ônus a mais, pois o município tem que construir coisas para os outros.

Quanto às vias públicas, se há buracos ou não, se estão calçadas, se são de terra, ou seja, a sua conservação é a prefeitura quem faz, assim como a conservação das praças e jardins, a iluminação pública, ou seja, o município não tem como cobrar pela iluminação pública, mas é ele quem tem que bancá-la. Se não houver, o cidadão reclama do prefeito.

Há outro ponto interessante, que foi conversado rapidamente com a Erundina. Falou-se que a Erundina fez postos de saúde, mas o governo é ruim, fez escolas, mas o governo é ruim, asfaltou, mas o governo é ruim. Isso aconteceu porque a população não sabe discernir e nunca é dito a ela o que é

competência da União, do estado e do município, então qualquer coisa que não funcione no município não será reclamada ao Presidente da República nem ao governador, mas ao prefeito ou ao vereador, que estão mais perto. Assim acontece com relação à limpeza pública, à fiscalização sanitária, à defesa civil, tudo isso é bancado pelo município. Há ainda uma série de pequenos itens que, se o município não bancar, simplesmente não vão existir, tais como: a unidade municipal de cadastramento, que vai para o INCRA, em que o município coloca o funcionário, uma sala à disposição, paga uma série de despesas. Se o município não pagasse isso, não haveria unidade municipal de cadastramento. A pressão que o cidadão faz sobre a prefeitura é que se esse serviço não existir e ele tiver que ir ao município vizinho, ele dirá: "Que porcaria de município eu tenho, porque o vizinho tem, mas eu não tenho aqui!" A mesma coisa acontece em relação à Junta de Alistamento Militar ou tiro de guerra e aos correios e telégrafos. Isso não vai acontecer em Brasília, Belo Horizonte ou no Rio de Janeiro, mas em todo município de médio e pequeno porte, é ele quem banca, colocando funcionários à disposição e, muitas vezes, fazendo o posto dos correios funcionar na prefeitura. Isso tudo é gasto que a prefeitura faz.

O fomento agropecuário, seja Emater, pelo lado federal, seja estatal, o fórum e a casa do juiz, que não vai para o município se não houver uma casa decente, são bancados pela prefeitura, assim como delegacias, postos policiais, IML, quando é o caso, e até as suas viaturas, combustível, manutenção, aquisição.

Lembro que estive certa vez em um estado, mas não vou dizer qual, na época de um seminário para prefeitos, em que o discurso feito pelo Secretário de Segurança para os prefeitos se limitou à leitura de uma minuta de contrato a ser firmado entre os estados e os municípios e, com todas as letras, disse aos prefeitos já eleitos, que iriam assumir dali a um mês, que se não fosse assinado o contrato, se não fosse renovado, pura e simplesmente os policiais que estavam no município seriam retirados. É óbvio que tudo isso é feito sob um convênio leonino, em que todos os ônus correm por conta do município: o posto do SINE, delegacia do trabalho, posto do INSS, tudo quase sempre bancado pelo município, juntas de conciliação de julgamento, polícia militar e corpo de bombeiros, cartório eleitoral, Sinetran e uma série de outros serviços. Se o município disser que não tem como bancar esse serviço, ele simplesmente não existirá ali.

Estamos, hoje, fazendo um levantamento, já aplicamos o questionário de 1998, sabemos de uma série de falhas de preenchimento e vamos renová-lo, perguntando o seguinte: daquele elenco, quais são as atividades que, existindo no município, são bancadas por ele e quanto custam. Custo global e de pessoal,

que tem a sua implicação futura para começarmos a cobrar os 60%, cortando naqueles itens que pertencem ao estado e à União e repassar esse custo de pessoal para outra esfera.

Agora, rapidamente, entrando na área da Reforma Tributária, das diversas propostas que existem, que no fundo acabam sendo a mesma coisa, com pequenas nuances, os dois pontos mais sérios para os municípios são um direto e outro indireto, que está por trás, mas muita gente nem percebeu ainda: a troca do INSS pelo IVV. O município perderia o ISS e, em troca, viria o Imposto sobre Vendas a Varejo; do ISS o município guardaria apenas os serviços finais, aquilo que ocorresse na ponta, perdendo a intermediação. Com isso, estudos já feitos pela Abrasf demonstraram que o município perderia 62% dos recursos do ISS. Como ele é altamente concentrado, vemos aqui a comparação entre ISS e ICMS, porque o IVV é uma base de cobrança muito semelhante à do ICMS hoje, então os municípios teriam que correr atrás de um imposto com uma base de ICMS, vendas a varejo de mercadorias e o que lhes sobrasse de serviços. O que fica na ponta, para os municípios, seria basicamente diversões públicas, nas quais os municípios cobram normalmente 10%, mas baixariam para 3,2%, que é a última proposta, perdendo três vezes em termos de recursos, e outros serviços finais.

Quanto às mercadorias, a relação entre ISS e ICMS é muito mais forte nos municípios de grande porte, ou seja, para que os municípios de grande porte possam ter como substituto do ISS o IVV, com uma base tão ampliada que lhes traga aqueles recursos, deverá haver uma massa de recursos fantástica que o IVV não vai dar. Então os grandes já sabem que perdem e feio. Para os pequenos, teoricamente haveria uma base ampliada. Se já não arrecadam muito ISS e partiriam para 3% no varejo, é de se supor que terão uma base ampliada e poderão ganhar muito mais do que tinham com o ISS. Teoricamente, perfeito, mas na prática o município pequeno terá que correr atrás de um imposto que ele não conhecia, cuja máquina fiscalizadora e arrecadadora será tão cara que para cobrar 3% não valerá à pena. Ou ele espera que o contribuinte pague voluntariamente ou ele não vai correr atrás. Então pode acontecer que para o pequeno também não haja vantagem nenhuma. O médio poderá ficar numa situação de não correr atrás e ainda perder o pouco que ganhava em termos de ISS. Essa é a relação básica, o principal ponto negativo dessa proposta de reforma tributária.

O outro ponto vem camuflado, atendendo a municípios pontuais. Quando se transformar o ICMS em futuro IVA ou no nome que vier a ter, será transferida a base de tributação da origem para o destino, ou seja, do local

de produção para o local de consumo. O que vai acontecer é que municípios como todos os do ABC paulista, principalmente São Bernardo do Campo ou Betim, em Minas Gerais, Caxias do Sul ou Jaraguá do Sul, que produz motores, são municípios produtores, que produzem bens que são comercializados no País inteiro, não vão ser mais tributados no município, mas vai passar para o consumo do Brasil como um todo. Esses municípios, que têm o ICMS como a transferência básica, cuja base de recursos é a arrecadação de ICMS, somando mais de 50% dos seus recursos, da noite para o dia poderão despencar para 2%. Esse é um ponto que já foi levantado, inclusive com a sugestão de se incluir na Constituição um inciso III, onde se fala 75% em função do consumo ou da produção, 25% do ICMS transferido por outros critérios definidos pelo Estado e um inciso III, onde se diria, de alguma forma, que os municípios, uma vez calculado o seu novo índice de participação no ICMS, não tivessem um índice que fosse menor do que aquilo que eles tinham ao tempo da produção. Seria uma forma de salvar os municípios produtores, porque eles já gastam muito na área de saúde e educação e, como tinham um grande aporte de recursos e não têm tanta população na proporção do que recebem, passaram a ser centros de referência na prestação de serviços. Se, de repente, não tiverem mais dinheiro, acabarão esses serviços e o desastre será terrível. Imaginaram que eventualmente São Bernardo do Campo, que consegue investir na área de saúde e trazer saúde para toda uma região no entorno, poderá não ter mais isso, da mesma forma que acontece em Betim ou em outro município de grande porte? Será um desastre para esses municípios.

Os municípios de capital, que ainda têm uma população maior, poderiam se valer um pouco mais pelo consumo, mas não conseguiram ter um ISS, um IVA ou um IVV suficiente para supri-los e ainda vão correr o risco de ter, pela desativação de serviços dos municípios periféricos, essa população se socorrendo dos municípios das capitais. Se hoje já se vê essa situação de penúria até mesmo nas capitais, ela poderá dobrar em termos de demanda de serviços. O que vai acontecer só Deus sabe. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Agradecemos muito a exposição de François Bremaeken, que se estendeu um pouco mais no tempo porque era necessário, uma vez que sua apresentação é muito esclarecedora e informativa em profundidade. Vamos ver se nos próximos economizamos um pouco de tempo para cumprirmos o nosso horário, mas foi extremamente...

(troca de fita)

... da arrecadação dos municípios, mas acho que fui o único a ser prefeito antes de 1989. Foi duro ser prefeito em 1987 e em 1988, porque era o "fundo

do fundo do poço". No Rio de Janeiro, de 1988 para 1989, com a vigência da nova Constituição, a arrecadação dobrou em valor real. Na verdade, entraram também em vigor algumas alterações da planta de valores do IPTU que a Câmara me negava sistematicamente, mas para o Marcelo Alencar aprovou tudo, entretanto, antes de 1988, ser prefeito era fogo!

Outra observação: ele falou sobre o desconhecimento em geral da população quanto à distribuição da responsabilidade dos serviços prestados. Na prefeitura, tive uma experiência muito interessante e significativa nesse particular: nas pesquisas que fazíamos quanto à aprovação da população em relação a serviços da prefeitura, a Conlurb, que era a empresa de limpeza urbana do Rio de Janeiro e ainda é, era sempre, destacadamente, a mais aprovada pela população. Todos gostavam da Conlurb, que era uma entidade simpática à população do Rio de Janeiro. Mandei pesquisar sobre quem o povo achava que era responsável pela Conlurb. 66%, dois terços, achavam que era do Estado, mas a Conlurb era uma empresa totalmente municipal.

A outra observação dele diz respeito à dificuldade dos Partidos de Esquerda, Partidos ideológicos, em disputar e vencer eleições nos municípios pequenos, uma vez que a própria estruturação da sua vida política é dominada pelas oligarquias, as famílias importantes. Ali as eleições são travadas e os Partidos Políticos se dividem em função das famílias importantes. Entrar com um Partido de Esquerda para desbancar esse poder oligárquico é muito difícil, mas às vezes acontece. O nosso companheiro de Santana do Acaraú poderia até nos dizer alguma coisa sobre isso. No Estado do Rio, conseguimos ganhar em dois municípios do interior, bem pequenos, Quatis e Rio Claro, e são dois prefeitos marcadamente ideológicos. O Prefeito de Quatis é muito ligado ao Partido, é uma pessoa de pensamento socialista mesmo; o nosso Prefeito de Rio Claro não é tão ligado ao Partido, nem assim tão socialista, mas é uma pessoa de origem muito humilde, que desbancou duas famílias muito importantes do município que sempre se revezavam na prefeitura. Ele entrou sozinho, com a legenda do Partido. Essas experiências são muito interessantes, mas depois o nosso companheiro de Santana da Acaraú poderia dizer alguma coisa.

Já estou falando demais e tomando o tempo dos outros expositores. Passo a palavra ao companheiro Serafim Correia.

O SR. SERAFIM CORREIA (Economista e Auditor Fiscal da Receita Federal) – Bom dia a todos, à mesa, aos companheiros que aqui se fazem presentes. Inicialmente, vou pegar o gancho daquilo que falou o Prefeito Célio de Castro em relação à entrevista do Professor Hélio Jaguaribe na Revista

Veja. Aquela talvez tenha sido a matéria mais preconceituosa que já vi em termos políticos nos últimos tempos. Em um dos trechos da entrevista, ele dizia o seguinte: "Olha, a federação brasileira está inteiramente desvirtuada. Imaginem que Amapá e Roraima, onde só há índio e onça, têm direito a ter deputados federais!" Foi essa a linha que ele adotou. É um comentário muito delicado e mostra, sendo ele um dos ideólogos do Governo Fernando Henrique e sogro do André Lara Resende, qual é o pensamento dominante.

Na seqüência, dividiria a questão em três partes: o município até 1988, período em que os prefeitos viviam de pires na mão nos Ministérios, em Brasília, para conseguir recursos; veio a Constituição de 1988, que foi muito boa para os municípios, estabelecendo uma participação maior no Fundo de Participação, aumentando a participação no ICMS, enfim, a partir de 1989 houve uma nova realidade para os municípios brasileiros, mas, em seguida, a União tomou providências e começou a esvaziar esse ganho que os municípios tiveram. Essas providências foram de várias ordens. A primeira delas foi que a União passou a dar isenções, assim como os estados, o que esvaziava completamente aquele ganho que houve no Fundo de Participação e na participação no ICMS, seja pela guerra fiscal nos estados, seja porque, de repente, a União ficou "boazinha" para dar isenção de IPI, que são exatamente aqueles impostos de que municípios e estados participam. Por outro lado, havia o Finsocial, de 0,5% sobre o faturamento, que a União passou para 1%, 1,2%, 2% e 3%, ou seja, aumentou 600% a alíquota. Na Cofins, que substituiu o Finsocial, não há participação de estados e municípios. Por esse caminho, a União foi driblando aquilo que quis a Constituição de 1988, aumentando os seus recursos e diminuindo recursos de estados e municípios. Então conseguiu fazer uma mágica: até então os municípios e estados participavam da arrecadação da União através do mecanismo de Fundo de Participação; na federalização da dívida dos estados, o que o Governo Federal fez? Ele criou um mecanismo em que participa da arrecadação dos estados, ficando com 13% dela para pagamento das suas dívidas, quer dizer, ele inverteu, é um Fundo de Participação às avessas. Obviamente, esse modelo concentrador nas mãos da União está, progressivamente, asfixiando estados e municípios.

Feitas essas considerações iniciais, fiz um texto com considerações que pretendo sejam lógicas, a começar pelo seguinte: temos cinco questões a definir para podermos caminhar. A primeira delas é qual o Estado que queremos? O que é responsabilidade do Estado brasileiro? A partir de então, caminharemos sabendo o que é responsabilidade pública e o que não é.

O segundo ponto é saber qual é o nível responsável por aquela atribuição, se é a União, se são os estados ou os municípios, exatamente para evitar isso que o Saturnino colocou, de que a população do Rio de Janeiro achava que a

Conlurb era um serviço prestado pelo Estado. Tenho um exemplo que diz respeito a todos nós, mas começou numa cidadezinha no extremo do Amazonas, em Tabatinga. O Brasil não tinha cólera, mas havia um surto no Peru. Tabatinga fica às margens do Rio Solimões e ao seu lado está Letícia, na Colômbia; do outro lado do rio, é a Ilha de Santa Rosa, do Peru. Então é uma fronteira de três países. Ali as pessoas vêm de Tabatinga para Letícia e de Letícia para Santa Rosa e vice-versa, como se fosse uma única cidade, sem maiores problemas, mas o cólera vinha descendo pelo outro lado do rio, portanto chegaria à Ilha de Santa Rosa.

O Prefeito de Tabatinga, Joel, fez um comunicado ao Secretário de Saúde do Amazonas, dizendo que do jeito como as coisas estavam acontecendo, logo, logo haveria cólera em Tabatinga e que aquilo seria um problema dele. O Secretário disse que o problema não era seu, mas do Ministério da Saúde e comunicou ao Alcenir Guerra que entraria a cólera no Brasil. Alcenir Guerra foi a Manaus, pegou os sanitaristas da Fundação Nacional de Saúde e foi para Tabatinga.

O Dr. Lacerda, que é um médico de certa idade, mas com larga experiência disse que, pela posição geográfica, o que teríamos que fazer imediatamente era o seguinte: entrar na Ilha de Santa Rosa, que fica do outro lado do rio, e fazer uma profilaxia, dando remédios para toda a população, que era de 500 pessoas, evitando que elas pudessem contrair cólera, para fazer uma barreira sanitária a fim de que a doença não entrasse no Brasil.

O Alcenir Guerra disse que havia um problema: não poderíamos entrar na ilha porque era peruana. Os brasileiros entram lá há duzentos anos, como eles entram em Tabatinga e entramos em Letícia e Letícia, em Santa Rosa, sem nenhum problema, mas foi levantada a questão de que o Itamaraty teria que fazer um contato com o Peru para, só depois, a equipe entrar.

O resultado é que esse contato demorou um mês e o cólera chegou. Quando chegou, aquelas pessoas que moravam na Ilha de Santa Rosa começaram a atravessar para Tabatinga de voadeira, uma canoa com motor de popa, para se tratar, porque não tinham nem médico lá. O cólera entrou no Brasil por aí e até hoje se discute se essa responsabilidade era do Município de Tabatinga, do Estado do Amazonas ou do Governo brasileiro, seja pelo Ministério da Saúde, seja pelo Itamaraty.

Esse é o exemplo de uma indefinição que levou o Brasil a pagar um preço muito alto por conta daquele surto de cólera que houve não só nos estados do Norte, mas no Nordeste e, recentemente, no Paraná, que poderia

ter sido evitado se claramente estivesse definido quem faria o quê, barrando-o, na Ilha de Santa Rosa, lá no extremo do Brasil, fronteira com a Colômbia e com o Peru.

Então é necessário definir o que fazer e quem faz. Daí vamos para a terceira questão: quanto custa. Se você vai construir um prédio de vinte andares, tudo bem, quanto custa?

Quarta questão: quem paga? Já que se sabe quanto custa, deve-se saber quem vai pagar. Aí entra a questão tributária: de onde virão os recursos? Do Fundo de Participação? Se for assim, quem vai pagar são os consumidores, os contribuintes do Imposto de Renda; se vêm do IPTU, são os proprietários dos imóveis; se vêm do ISS, serão os prestadores de serviços, enfim, devemos ter a noção clara de quem vai pagar a conta.

Por último, a quinta questão é como administrar esses recursos, porque temos uma realidade: a demanda de serviços nos municípios custa mais do que o município arrecada. Isso vale para São Paulo e para Tabatinga. Se o município atender todas as demandas que são de responsabilidade dos municípios, elas custam mais do que eles arrecadam. Aí chegamos ao cerne da questão: nessas condições, se não há recursos para atender todas as demandas, deve-se definir prioridades. Esse é o grande impasse dos municípios brasileiros. Nessa hora, temos que analisar como gastar o dinheiro dos municípios e a forma de gastar nos remete – essa é uma sugestão que apresento – a cinco pontos: em primeiro lugar, com a participação. Ontem, o Bernardo de Souza falou aqui bastante sobre a situação do orçamento participativo não apenas como um mote de campanha, mas algo que se procure praticar, sentindo quais são as necessidades, procurando administrá-las e compatibilizá-las.

O segundo ponto seria a igualdade de oportunidades. Não se pode trabalhar numa administração municipal com privilégios, inclusive para admitir pessoal – "ganhei a eleição, então agora vou contratar todos os militantes do Partido" –, pois acredito que toda a população merece tratamento igual, oferecendo-se igualdade a todos para disputar aquele emprego ou cargo. Da mesma forma, na contratação de serviços: "agora ganhei, então vou ajudar o João, porque ele é meu amigo, tem uma empresa e vai coletar o lixo da cidade". Não, vamos fazer uma licitação, ver quem oferece o melhor serviço e o menor preço. Então igualdade de oportunidades seria o segundo ponto.

O terceiro ponto seria a transparência, exatamente porque não é possível, nos dias de hoje, continuarmos sem saber quanto o estado arrecada – e isso é muito presente no meu Estado –, em que ele aplica esse dinheiro, enfim, não há

transparência quanto ao gasto do dinheiro público. Essa, inclusive, pode ser uma bandeira do PSB. Hoje temos uma situação, com a utilização da informática nesse campo, que nos permite mostrar claramente qual é a realidade do município.

Quando fui Secretário de Economia e Finanças no Município de Manaus, por cinco meses, adotamos o seguinte critério: primeiro, até o dia 5 do mês seguinte, era divulgado um balancete onde aparecia de onde tinham sido arrecadados os recursos do município e em quê tinham sido gastos, assim como a relação de todas as empresas que haviam recebido valores da prefeitura. Isso é algo que deixa o administrador absolutamente tranqüilo, porque ele sabe que há um critério, que as pessoas vão tomar conhecimento e poderão cobrar e até apontar irregularidades que possam ocorrer. O outro critério era que os pagamentos eram feitos rigorosamente na ordem cronológica da entrada dos processos, que é outra coisa que dá tranqüilidade aos administradores. O serviço público federal tem um sistema do Serpro chamado SIAF, muito bom. O Serpro produziu o SIAF dos estados e municípios, que é o SIAFEM, mas ele é pouco usado pelos municípios, há uma rejeição quanto ao uso da informática em linhas gerais. Creio que esse é um caminho que podemos percorrer com objetivo de dar transparência às administrações municipais.

Outro ponto é o planejamento. Não é possível, hoje, administrar sem planejar, sem saber de que recursos vai-se dispor e sem definir claramente quais são as suas prioridades.

Por último – e quero dizer que a palavra que vou usar é em sentido diferente do usado anteriormente pelo Prefeito Célio de Castro –, a descentralização. Considero importante que a administração pública municipal descentralize a aplicação dos recursos. Definido o orçamento, sabe-se quanto cada um vai gastar. Então, no início de cada mês, define-se quanto é e transfere-se para aquela secretaria, para que ela gerencie os seus recursos. Isso deve ir às últimas conseqüências. Cito como exemplo algo que acontece muito nos municípios: a escola está nova, bonita, mas quebrou uma telha e a diretora da escola não tem mecanismos para comprar outra e trocar aquela quebrada, então ela tem que mandar um ofício para a diretora regional, que, por sua vez, manda outro ofício para o secretário de educação, que manda outro para o secretário de obras. Enquanto isso, está chovendo e a escola está se estragando. A experiência de descentralização nesse sentido existe no Governo do Amapá, que inclusive foi um dos grandes motes de campanha do nosso companheiro João Alberto Capiberibe.

Finalizando, abordo duas questões que considero preocupantes: a primeira, a relação entre Executivo e Legislativo, principalmente nos municípios

pequenos. Existem municípios, no interior do Amazonas, que, ao aprovarem o orçamento, condicionam: "Só aprovo o orçamento se a Câmara ficar com 30% dos recursos do município" e o Presidente da Câmara torna-se um outro prefeito, os vereadores transformam-se em secretários do Presidente da Câmara, dão passagens, rancho, internação hospitalar, dão tudo. Essa é uma distorção muito grande. É uma questão que precisa ser definida, limites devem ser estabelecidos para a Câmara, que serve para legislar, fiscalizar o Executivo, ter ação política, mas isso não pode significar que ela vá ficar com 30% do orçamento para promover clientelismo e, vamos ser francos, corrupção, usando esse dinheiro, inclusive, para a reeleição.

Para concluir, a questão reforma tributária merece uma atenção muito grande por parte dos municípios, exatamente porque estão muito desarticulados. Todas as propostas são altamente prejudiciais aos municípios e sempre vem o "canto da sereia", que é o mesmo da Lei Kandir. Quando fizeram a Lei Kandir, houve o compromisso de que o Governo Federal reporia as perdas. Ora, se o Governo Federal não repôs as perdas de São Paulo, que é o maior Estado da federação, governado pelo Mário Covas, que é do PSDB, amigo do Fernando Henrique, imaginem lá em Santana do Acaraú o que vão fazer. Quer dizer, não há possibilidade. O que estão propondo para os municípios? Acabar com o ISS e criar o IVV, que é um imposto que, fatalmente, vai ser, na maioria dos casos, mais caro de ser arrecadado do que o valor a ser arrecadado. Os municípios têm uma experiência, que foi o IVVC, Imposto de Vendas a Varejo sobre Combustíveis. Eu era Secretário em Manaus e a Abrasf, à época, era presidida pelo Amircair(?), que era Secretário da Erundina, e, naquela oportunidade, existiam duas correntes: uma dizia que seguiria exatamente o que dizia a lei, que era um imposto sobre vendas a varejo, então cobrariam do varejista. Cadastrariam todos os varejistas de combustíveis e cobrariam deles. A outra corrente dizia o seguinte: se era para fazer assim, seria mais caro montar essa estrutura de arrecadação do que arrecadar o tributo. Lá em Manaus, fizemos na fonte. Existiam sete distribuidoras e cobramos na fonte, porque a possibilidade de perda era mínima. O interessante é que houve uma gritaria dos varejistas que queriam que cobrássemos no varejo, porque eles não iriam pagar. Em Manaus há dois mil pontos de venda de gás e duas distribuidoras de gás. Ora, em vez de cobrar de duas, iríamos ter que cobrar de duas mil. Para tanto, deveríamos ter uma equipe de fiscais e toda uma situação que concluímos que não seria o melhor caminho. A grande maioria dos municípios brasileiros sequer implantou o IVVC e o mesmo acontecerá se passar essa possibilidade de se trocar o ISS por esse IVV, que é uma aventura, um sonho que não vai nos levar a nada.

Muito obrigado pela atenção de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Obrigado, companheiro Serafim. Você chamou a atenção sobre esse ponto da reforma tributária para a qual os nossos companheiros de municípios têm que ficar muito atentos mesmo. O François tinha levantado esse ponto, porque poderá haver uma quebra na receita municipal em determinados tipos de municípios, tendo como resultado verdadeiros desastres, desmontes municipais.

O Serafim chamou a atenção também sobre a importância da transparência na comunicação sobre receitas e gastos do município com relação à população. Um desses prefeitos de municípios pequenos a que me referi, de Quatis, o Alfredo, adotou o seguinte mecanismo: toda cidade pequena tem uma praça principal. Nessa praça ele colocou um painel, o que tornou feia a praça, com uma poluição visual chocante, mas nesse painel, mês a mês, ele coloca receitas e despesas, uma satisfação que dá à opinião pública e o povo gostou. Ele tem um índice de aceitação muito grande. É claro que em municípios médios e pequenos não se pode fazer isso, tem que ser feito por intermédio da informática mesmo, mas acho que esse é um ponto que nós, do PSB, deveríamos marcar como algo generalizado para os nossos prefeitos: a obrigatoriedade de dar satisfação e informação à população a respeito da execução orçamentária do município.

Vamos ouvir o nosso último expositor, companheiro Francisco Rocha, Secretário de Fazenda de Diadema.

O SR. FRANCISCO ROCHA (Secretário de Fazenda de Diadema) – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Mesa por esta oportunidade. O Gilson não pode estar aqui hoje por conta do terceiro Poder, que é o Poder Judiciário. Ele é um lutador e ontem os seus direitos políticos foram cassados pelo promotor da cidade, o que foi uma barbaridade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Peço licença para uma pequena interrupção. O Gilson não pode vir por razões justificadas, mas queria dizer que está aqui presente a nossa Prefeita de Maceió, Kátia Born.

O SR. FRANCISCO ROCHA (Secretário de Fazenda de Diadema) – Os expositores, Dr. Célio de Castro, François e Serafim, falaram de toda uma situação por que passam os municípios de um modo geral, as várias formas de administrar, transparência, enfim, e acho que isso é uma bandeira que o PSB tem que levar.

Vou falar pouco, porque todos já falaram sobre o tema geral. Quando o François disse, quanto à questão da educação, que há uma duplicidade de lançamentos, concordamos com isso. Sem maquiar, Diadema gastava 26,5% a

27% de seu orçamento na área de educação. Normalmente, nós, que trabalhamos na área, sabemos que se pode fazer outras coisas para atingir os 25%. Em 1998, pulamos de 26,5% a 27% para 35%. Não tínhamos um aluno no ensino fundamental. Sempre investimos na educação pré-escolar e na creche por ser uma região industrial, em que os trabalhadores precisam desse serviço público. Esse dado, François, quando você for fazer o seu levantamento, é inconteste.

A questão tributária é muito complexa, porque ninguém quer perder com a reforma tributária. Os municípios não querem perder, nem a União ou os estados, e o contribuinte não quer pagar. É complicado. Sou servidor público há 24 anos, trabalhando basicamente nessa área, e sabemos da dificuldade que o município tem ao tributar. Antes de 1988 e após 1996, os governos podem se juntar, porque, como falou o Senador Saturnino, a partir de 1989 houve um aumento de receita, com o FPM, ICMS, com a criação do IVVC e, basicamente, quase dobraram os orçamentos. Após 1996, perdemos o IVVC, houve perda com a Lei Kandir, o Estado de São Paulo perdeu R$1,3 bilhões e Diadema tinha uma participação de aproximadamente R$6 milhões, mas recebeu um prêmio de consolação de R$418 mil. Quer dizer, não há compensação.

A saúde vem sendo descentralizada há muito tempo, conseqüentemente, com o desmonte da máquina federal, os municípios absorveram outros serviços e prefeito nenhum fecha equipamento público nem que tenha que aumentar sua folha, como normalmente ocorre, porque se veio saúde e outros serviços que a União não repassou gradativamente retirando os recursos, a sua folha sobe drasticamente. No nosso caso, desde 1983, com um governo de esquerda na cidade, hoje chegamos a aproximadamente 80% das nossas receitas gastas com pessoal. Atendemos hoje 37 mil alunos na rede municipal sem um centavo do Estado nas várias formas de ensino. Aumentamos de 24 mil alunos, em 1996, para 37 mil alunos, em 1999, e vamos chegar aos 40 mil no ano que vem.

Com todas as adversidades, com toda a falta de recursos, o governo municipal, que está mais próximo, onde o cidadão reclama, é quem vai buscar soluções. Como foi dito, não se quer saber se o serviço é federal ou estadual. O cidadão vai à casa do prefeito, sabe onde ele mora e cobra. Então é impossível não se fazer nada e tentar reduzir custo, porque significa fechar equipamentos públicos para satisfazer a Lei Camata. Até acho justo impor um limite, mas tem-se que dar condições para os municípios se amoldarem a essa nova sistemática.

Como já foi falado, todas as riquezas são geradas no município, mas ele fica com os seus 15%, 16% ou 17%. É um verdadeiro absurdo. O François tem mais dados do que nós, mas em 1998, as 15 maiores cidades do Estado de

São Paulo, incluindo a capital, arrecadaram R$40 bilhões em impostos federais. Desses R$40 bilhões vieram aproximadamente R$300 milhões, então é uma verdadeira injustiça.

Por outro lado, está a questão da dívida pública. Dos R$500 bilhões relatados pelo Dr. Célio, nós, municípios, devemos aproximadamente R$25 bilhões. Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro têm 50% desse valor. Os outros 5.505 municípios dividem os outros 50%. Só há um mês, no dia 15 ou 16 de setembro, saiu a Resolução nº 37, que permitiu aos municípios refinanciar suas dívidas. Os estados já rolaram uma primeira e uma segunda vez e agora permitiram que nós, municípios ... Os grandes municípios já fizeram. Essa nova resolução vai permitir àqueles municípios pequenos ...

(troca de fita)

... do modo como está, basicamente os prefeitos terão que sair algemados. É uma situação que temos que rever. Deve-se ter responsabilidade sim, mas de uma maneira gradativa.

Já foi falado que 70% dos municípios custeiam educação e isso é verdade, foi constatado. Fizemos um levantamento também na área de educação e soubemos que 92% do gasto com educação ocorrem com recursos próprios municipais. São dados para quem quer ser administrador público saber o que vai enfrentar, fora os serviços da União que o município é obrigado a custear, senão não tem.

Recentemente, fomos chamados ao Palácio do Governo do Estado de São Paulo para a ampliação do fórum. Demos o terreno e deveremos dar 20% de contrapartida, mas os nossos 20% são relativos às primeiras parcelas. Enquanto não completarmos os 20%, o Estado não retoma a obra. É mais uma pressão sobre o município. O fórum é do Estado, mas presta serviço à comunidade e temos que fazê-lo.

A impossibilidade de tributar atualmente é tremenda. Não podemos cobrar nada a mais. Quanto à Taxa de Limpeza Pública, nem pensar. Se o município quiser arriscar, o "segundo prefeito" da cidade, que é o promotor, entra com uma ação civil pública contra o prefeito. Então perde-se uma parte significativa das receitas municipais. Taxa de Iluminação Pública não podemos nem cobrar, porque não fornecemos esse serviço. Seria uma aberração cobrar por um serviço que não presto, mas quem paga é o município.

Há uma tese que o Gilson defendeu no Congresso de Campos do Jordão, dizendo que iluminação pública é questão de segurança pública, portanto do estado e não municipal. Não fornecemos esse serviço, não o prestamos, por que temos que pagá-lo? Onde está escrito que o município tem que pagar

a iluminação pública? Em lugar nenhum. Essa é uma questão a ser resolvida com o Governo Federal. Há uma comissão montada, mas nesse aspecto ela não andou.

Há ainda a questão do ajuste fiscal, que nos possibilitou, através da Resolução nº 37, fazer as nossas contas; os serviços essenciais à população, que foram todos transferidos para os municípios, estamos arcando com eles arduamente sem receber um ressarcimento condizente, enfim, na situação em que se encontram, hoje, os municípios, se vier essa lei de responsabilidade fiscal e o ajuste fiscal, eles não têm condições de sobrevivência se não houver uma injeção de recursos para que o ajuste seja feito gradativamente. É impossível gerir uma situação de 20 ou 30 anos e agora nos dizerem para empenhar apenas o que se arrecada daí para a frente, senão vai ser preso. Quem teve oportunidade de ler a lei de responsabilidade fiscal, com seus 120 e poucos artigos, sabe que mais de 90% tratam da dívida pública. É uma questão muito difícil.

Além dos problemas do município, o cidadão reclama. Há questões de saúde, habitação, transporte e segurança, que é um novo item. O Estado de São Paulo, infelizmente, é o primeiro no "ranking" com problemas de segurança e os municípios estão investindo nisso e montando as suas guardas municipais para dar um pouco mais de alento. Se vamos resolver o problema da segurança, não sabemos, mas daremos um pouco mais de alento para essas comunidades. Enfim, as dificuldades são enormes.

Vou parar por aqui, para não ser repetitivo, porque o François já discorreu sobre reforma tributária e as perdas, o Dr. Célio de Castro já falou sobre a questão da federação, que Estado queremos. Só afirmo que se é no município que o cidadão mora que se produzem todas as riquezas, então a justiça social e o pacto federativo estão totalmente rompidos. Se ficamos com apenas 16% do bolo tributário, sendo que somos responsáveis por 5% da dívida pública interna, não somos tão incompetentes como nos fazem crer em suas críticas.

Em nível de dívida pública interna, no ano passado, foram pagos R$66 bilhões e o Brasil inteiro arrecadou R$60 bilhões de ICMS. É um dado para refletirmos. O País inteiro tem a sua produção voltada para o pagamento da dívida pública. Ora, ou se acaba com os juros ou os juros vão acabar com o Brasil. É uma situação difícil pela qual passam os administradores, na qual poderemos voltar à situação anterior a esta Constituição de 1988, como o Senador falou, uma vez que o Poder Central quer que os atuais governantes venham a Brasília com o pires na mão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Obrigado, Francisco Rocha. O pessoal pode levantar o dedo para começarmos as inscrições para o debate.

O Rocha falou a respeito do comprometimento de 80% de sua receita com pessoal. Quero dizer a vocês que não gosto dessa Lei Camata definitivamente. Isso tem sido apregoado no Brasil inteiro, por intermédio da mídia, como um grande avanço, uma conquista da racionalização da administração pública de um modo geral. Acho que essa Lei Camata, no fundo, traduz um preconceito que a mídia promove muito também, segundo o qual o bom governo é aquele que faz obras, o que agrada muito aos empreiteiros. O governo que presta serviços e, por conseguinte, tem um gasto com pessoal muito grande, porque o professor e o profissional de saúde são insubstituíveis, assim como o assistente social, é classificado como mau administrador. O Município do Rio, por exemplo, tem a rede escolar completamente municipal, com mais de mil escolas. Digo com franqueza que conheço razoavelmente o orçamento do Rio para saber que é impossível gastar menos de 70% com pessoal, a menos que se quebre a qualidade dos serviços, fechando-se escolas e transferindo-as para a iniciativa privada, ou que se terceirize. Esse negócio de terceirizar começou a ser quase uma generalização, porque é interessante para o político tradicional, que fazia clientelismo, uma vez que o servidor público, desde a Constituição de 1988, tem que ser concursado, mas o servidor terceirizado pode ser o cabo eleitoral ou alguém que prestou serviços políticos. Então a terceirização é interessante para aqueles administradores que pautam suas ações pelo estilo tradicional do clientelismo, mas para nós é algo inadmissível. Essa Lei Camata acaba gerando a queda da qualidade dos serviços prestados pelo Poder Público ou o avanço do processo de terceirização, que considero condenável.

Sobre a questão da iluminação pública, gostaria de lembrar que o Prefeito de Niterói resolveu cobrar à companhia de eletricidade os postes, o uso do solo. A empresa resistiu, a questão está na Justiça e não sei qual é o desfecho disso, mas ele reagiu pelo menos de uma forma criativa: "Como sou obrigado a prestar o serviço e não posso cobrar, então vou cobrar da empresa, que fatura e cobra do consumidor". Está essa pendência lá, mas considerei uma atitude interessante a dele.

Íamos fazer uma parada para o café, mas não vamos mais.

O SR. SERAFIM CORREIA (Economista e Auditor da Receita Federal) – Senador, queria dar um testemunho a respeito da questão da Lei Camata e sobre o quanto ela é uma ilusão. Vou dar um exemplo sobre o que

está acontecendo no Estado do Amazonas. Se analisarmos os comparativos, o Estado do Amazonas está dentro dos limites da Lei Camata, mas o que se fez? Todo o pessoal de limpeza, segurança e tudo o mais é terceirizado através de uma cooperativa. Demitiram os próprios funcionários, que passaram a trabalhar para uma cooperativa onde não têm nenhum direito trabalhista, absolutamente nada.

Há os dois lados: com o pessoal pequeno foi feito isso, que aceitaram na angústia de não perder seus empregos; por outro lado, anestesistas, em Manaus, são 40. Eles se uniram e disseram ao governo do Estado que não prestariam mais nenhum serviço, apresentaram suas cartas de demissão, formaram uma cooperativa única e fizeram um contrato com o governo do Estado de R$600 mil por mês, ou seja, cada anestesista passou a ganhar R$15 mil por mês.

Então a Lei Camata vai remeter a essa situação. Era essa a informação que eu tinha a dar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Quanto à lei de responsabilidade fiscal, quero dizer que não a li, mas não gostei, porque vai na mesma linha.

Vamos chamar de quatro em quatro, porque temos que fechar esta sessão às 13h, uma vez que temos que ter hora para acabar e para começar. O começo atrasou muito por minha causa, atrasaremos um pouco o término, mas pretendemos que isso ocorra às 13h e pouco.

João Ananias.

O SR. JOÃO ANANIAS (Prefeito do Município de Santana do Acaraú) – Sou Prefeito do Município de Santana do Acaraú, com 27 mil habitantes.

Ouvi atentamente alguns companheiros falarem sobre a realidade do ponto de vista tributário dos municípios diante dessa reforma tributária que se apresenta como uma "caixa preta", uma vez que ninguém sabe como vai se dar. Nós, municípios, não a estamos acompanhando. Temos as nossas representações, mas com poder muito limitado em função do autoritarismo com que a coisa se coloca neste Governo Fernando Henrique.

Gostaria de trazer um dado a respeito das desigualdades regionais. Devemos levar em consideração que os municípios do interior do Nordeste brasileiro e da Região Norte ainda estão numa condição completamente distinta em função das crônicas desigualdades, mas o Governo nos trata de forma

igual. Vou dar um exemplo rápido aos companheiros, mas antes permitam-me mostrar a realidade do Estado do Ceará, porque há muita gente enganada pela grande e poderosa mídia que o Governador Tasso Jereissati promove. Esse é um documento que não foi feito por nós. Está na imprensa, Diário do Nordeste do dia 2 de outubro, um comentário sobre o trabalho de um professor de Sociologia Rural, Professor José de Jesus Souza Lemos, pós-doutorado em Sociologia Rural, que disse o seguinte:

> *"Da população cearense, 76,78% estão na pobreza na zona rural, conforme trabalho do Professor José de Jesus Souza Lemos, apresentado no último Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural em agosto. É o maior percentual de pobres da zona rural de todos os estados brasileiros. Pelo índice de pobreza criado pelo Professor, o Ceará é o quarto Estado mais pobre da federação, com um índice de 54.7%. Antes dele estão Maranhão, com 64.3%, Tocantins, com 57.7%, e Piauí, com 57.4%. Define como pobres as pessoas privadas de renda, educação, água encanada, saneamento e coleta de lixo. Por esse critério, a população pobre, estimada na região metropolitana de Fortaleza, é de 996.893 pessoas, portanto, a metade da população de Fortaleza. O Ceará tem 1,9 milhão de pobres nas cidades e 1,7 milhão de pobres na zona rural, totalizando 3.777.042, portanto 60% da população do Estado. Nas zonas rurais brasileiras, o total de pobres é de pelo menos 18,55 milhões contra 30,72 milhões de pobres na zona urbana."*

Conclui o texto, dizendo o seguinte:

> *"No Ceará, 63% de toda a população têm renda per capita de US$1,26/dia; na zona rural, 85.6% dos habitantes sobrevivem com a renda per capita de US$1,05/dia".*

Sou Prefeito pelo Partido no segundo mandato, nosso Partido tem dez anos de mandatos, completando este ano, lá em Santana e temos uma proposta muito definida, sem nos ajoelharmos não por arrogância, mas por respeitarmos tanto as nossas divergências políticas, quanto a nossa condição de ente federativo que merece respeito, mas infelizmente não o tem, não o conquistou por razões que não vale à pena citarmos para não nos alongarmos. Ficamos à mercê dessa história. Como se concebe, na opinião do nosso querido tributarista, que numa reforma tributária, sendo que as capitais já conseguiram, em 1986, a inversão da proporcionalidade: quem arrecada menos, recebe mais receita transferida – essa é a lógica – para tratar os desiguais de forma desigual, um município de 27 mil habitantes, dentro de uma realidade nua e cruel como essa, receba em termos de FPM o mesmo que um município de 27 mil habitantes do Paraná ou do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, Estados bem mais ricos? No FPM, o critério é populacional. Nessa reforma tributária

já temos tentado, por intermédio da nossa associação de prefeitos, a Apresse(?), modificar isso. Já foi tentado várias vezes, mas o "lobby" não deixa, o poder político mais concentrado no Sul e no Sudeste não permite que se mexa nessa questão, penalizando cada vez mais isso. Nossas receitas próprias não existem. O meu município arrecada R$15 mil/ano de IPTU. Não é que eu seja omisso na cobrança, mas porque não há como, não podemos sobretaxar mais ainda uma população já sofrida como essa.

Então queria colocar, como sugestão, ao companheiro tributarista do IBAM, que é um órgão com o qual todas as prefeituras trabalham, com excelentes resultados, a inversão dessa questão, porque precisamos lutar. É preciso que cada companheiro do Partido também tome isso como bandeira, sob pena de a justiça social que pregamos ficar embaraçada no momento da divisão de recursos. Temos que sair dessa postura corporativa ou voltada para os interesses de alguns estados e perceber que existem estados nessa nossa federação – se é que é uma federação, que estão falidos, com municípios completamente impossibilitados de se desenvolver.

Queria apenas citar um dado, sem me estender, Senador, porque faz parte do tema. O meu Município, de FPM, nesses oito meses, arrecadou, entre FPM e ICMS, R$2.382.330; Fundef, que é outra balela, enganação que o Governo Federal está fazendo conosco, enquanto o Município entrou com R$551 mil, o Estado entrou com R$787.724, a União entrou com R$116.576. Faz-se a propaganda do Fundef na televisão, mas quem está bancando isso, na realidade, são os estados e municípios. Juntando SUS e Fundef, arrecadamos, nesses oito meses, R$4.657.100. Sabem quanto pagamos, nesses oito meses, ao Governo Federal de FGTS, Pasep e INSS? R$458.199, ou seja, 10% de toda a nossa receita bruta foi paga ao Governo. Dos impostos que ele cobra, se não pagarmos, arbitrária e autoritariamente, eles bloqueiam o nosso FPM, que é praticamente a nossa única fonte de receitas.

Então essa questão é gravíssima e ficamos impossibilitados. Diante de uma crise dessa, de uma reforma tributária em curso, a nossa querida Associação de Prefeitos convocou os Srs. Prefeitos para uma reunião, no dia 13 de outubro, e, pasmem, em vez de tratar da questão da reforma tributária para influirmos e "puxarmos as brasas para as nossas sardinhas", a Apresse nos apresenta uma palestra sobre o "bug" do milênio. É brincadeira!

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiros, vamos ter que encerrar as inscrições. Já há dez inscritos e vamos encerrar, porque o outro painel começa às duas horas. Vamos chamar todos correndo e depois conceder a palavra aos companheiros da mesa, senão não vamos acabar nem depois de duas horas.

Carlos Siqueira.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Este é um debate e as pessoas podem perguntar e opinar também, se quiserem, suponho.

Quero cumprimentar todos os conferencistas pelos dados que trouxeram e o companheiro Célio de Castro, que, como sempre, com seu brilhantismo, demonstrou, desta vez, a sua visão de estadista. Ele não é apenas um Prefeito; pode ser Governador de Minas e Presidente da República também, pela visão de País que tem e aqui nos transmitiu com o brilhantismo que já é de praxe nas suas exposições. Penso que ele trouxe para este debate – e a intenção era realmente essa – a discussão da federação brasileira.

Já tivemos oportunidade, num seminário, que, lamentavelmente, tinha pouquíssimas pessoas, de discutir esse assunto com um especialista, inclusive filho do nosso companheiro Almino Afonso, que nos trouxe elementos da maior importância. Essa é uma discussão que acredito que o Partido Socialista e a Fundação João Mangabeira têm que estudar, para marcar não só a presença do nosso Partido nesse tema, como também a da Fundação João Mangabeira, na medida em que esse é o tema principal da crise brasileira, que, como bem disse o nosso companheiro Célio, é uma crise de natureza eminentemente política.

Essa questão da federação tem que ser enfrentada, porque a nossa federação, diferentemente das federações européias, por exemplo, fundou-se na necessidade do desenvolvimento do País por parte das diferentes regiões e pelo atraso que existia. Não é uma federação fundada, como em alguns países europeus, para a conciliação e convivência harmônica de etnias e religiões, ao contrário, a necessidade de manter a unidade nacional era uma visão dos que defendiam o Estado unitário, o qual o Brasil foi durante muito tempo. Com o advento da República, veio a federação, que, até 1946, ficou praticamente funcionando como um Estado unitário. A partir do momento em que se estabeleceu uma federação com a Constituição de 1946, verificou-se que as vantagens para os estados, sobretudo com a fase desenvolvimentista que durou até 1964, principalmente para os menos desenvolvidos, das Regiões Norte e Nordeste, e mesmo do Centro-Oeste, seriam muito grandes e é isso que tem permitido a integração, a unidade nacional.

O desmonte que vem sendo feito desde o Governo Collor consolidou-se no Governo Fernando Henrique Cardoso. Se passar essa lei de responsabilidade, será definitivamente o fim da federação brasileira, que está em questão. Essa é uma bandeira que deve ser assumida pelo nosso Partido. Não falo em restauração do pacto federativo, porque, na verdade, se verificarmos, nunca houve uma federação efetiva, mas acho que a nossa luta

deve ser pela instauração de um verdadeiro pacto federativo, baseado na cooperação e na solidariedade. Esses dois princípios são os pilares de uma verdadeira federação. Os estados mais ricos, que são habitados por pessoas de diferentes regiões, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro, chamado "Triângulo das Bermudas", que produzem a maior parte da riqueza nacional, têm a responsabilidade de garantir os serviços aos brasileiros que vivem desbravando as regiões ainda longínquas e menos desenvolvidas do País. Essa é uma bandeira que não podemos deixar de assumir. Devemos aprofundar um estudo sobre esse tema, o que deverá ser objeto do próximo ano, porque esse tema da federação, tal como vem-se desenvolvendo, com o seu completo esvaziamento, vai criar uma situação insustentável. É preciso termos em conta que a unidade nacional poderá começar a ser questionada a partir da crise federativa que vive o Estado brasileiro.

Gostaria apenas de fazer essas considerações, pela magnitude do tema, que foi tão bem abordado aqui pelo companheiro Célio de Castro, sem desconsiderar as demais exposições que foram apresentadas, informações e sugestões de natureza técnica trazidas pelos nossos companheiros Serafim Correia, Francisco Rocha e pelo Dr. François. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiro Rinaldo.

O SR. RINALDO BARROS (Secretário de Administração e Planejamento de Natal-RN) – Quero me referir à exposição do Dr. Célio de Castro. Gostaria de compreender um pouco melhor uma questão que ele abordou relativa à nova configuração de classes que existe na sociedade brasileira, principalmente prendendo-se à sua afirmação de que a nova classe poderosa e dominante que surgiu era superestrutural e não infra-estrutural. Queria entender melhor isso.

Na mesma linha, considerando as questões básicas que ele colocou sobre a nação, o Estado, o modelo econômico e a democracia, se pudéssemos obter um pensamento articulado, qual seria o modelo alternativo ou o projeto de nação que poderia ser assumido pelo nosso Partido e levado à sociedade. Que modelo alternativo seria esse que poderíamos levantar como bandeira?

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiro Miquéias.

O SR. MIQUÉIAS CUTRIN (São Luiz-MA) – Boa tarde. Não ocupo nenhum cargo. Sou recém-filiado ao Partido, portanto estou debutando hoje no seminário. (Palmas.) Obrigado, preciso das palmas mesmo.

Achei muito interessante a explanação do Dr. Célio de Castro sobre a relação do Estado brasileiro, inclusive o fato de ele ter frisado o autoritarismo aqui existente. Podemos ver que esse autoritarismo reflete-se muito nas medidas provisórias editadas pelo Governo sistematicamente.

Podemos notar que, essas medidas provisórias, embora sendo inconstitucionais, não são geralmente questionadas, porque o Procurador da República, Sr. Geraldo Brindeiro, pela segunda vez foi reconduzido ao cargo e é um elemento altamente inoperante. Desculpem a forma meio cáustica de falar, mas diria que ele é um elemento pernicioso à nação, porque o Ministério Público tem como atribuição defender a sociedade e ele funciona como advogado do Governo. Em primeiro lugar, ele deveria questionar todas essas medidas provisórias diretamente no Supremo Tribunal Federal.

Teria uma pergunta a fazer diretamente ao Senador Saturnino Braga, uma vez que os Partidos Políticos têm o poder de questionar as medidas provisórias no Supremo Tribunal Federal, mas sabemos que eles não têm feito isso, inclusive o Senador e outros parlamentares do próprio Partido têm o poder do microfone na mão e poderiam realmente "bater" nesse cidadão chamado Geraldo Brindeiro, porque ele tem causado males à nação, uma vez que é inoperante. Protestamos com relação a isso, porque vemos que quando os holofotes recaem sobre ele há ação, quando não, ele se omite. Basta ver o caso do Piauí. Ele está lá, porque a Globo fez denúncia, se não, ele estaria em Brasília ou em Fernando de Noronha, descansando.

Essa seria a colocação que queria fazer. Desculpem se fui um pouco cáustico, mas realmente é uma questão que diz muito no que se refere a essa relação entre o Congresso e o Poder Judiciário, prejudicando em muito a nós, como cidadãos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Severino Nunes.

O SR. SEVERINO NUNES (Presidente do PSB Estadual do Paraná) – Sou Presidente do PSB Estadual do Paraná. Está junto conosco o secretário sindical, companheiro Carlos Zimmer, e o companheiro Valdir, também da mesma área, além do Primeiro Secretário do Partido, Júlio César, e o Presidente Municipal do PSB da capital, Curitiba, Dr. Armando Raggio.

Quero cumprimentar a mesa pela iniciativa deste encontro, principalmente o Senador Saturnino Braga. Gostaria de dizer, Senador, que está perfeita a iniciativa da Fundação João Mangabeira para este evento.

Ouvi atentamente os palestrantes, até fiz algumas anotações, desde ontem. Todos trouxeram para este encontro informações e estatísticas de muito interesse

para o nosso Partido, mas, sem desmerecer os demais que assisti, quero enfatizar a intervenção do Prefeito de Belo Horizonte, companheiro Célio de Castro, que foi muito feliz quando discorreu sobre a federação e a crise brasileira.

Ouvi do companheiro representante do Instituto Brasileiro dos Municípios, Dr. François, na sua intervenção, que um de nossos problemas seria a concentração de renda; o Prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, mostrou que mais de 20% de nossa força de trabalho está desempregada; ouvi sugestões sobre formas e maneiras de se administrar uma situação que as administrações públicas estão vivendo em razão dessa política perversa.

Ora, se temos mais de 20% de nossa força de trabalho desempregada, sabendo-se que a obrigação de todos os governos é ter uma política de geração de empregos, o que concluir? Que temos um Produto Interno Bruto em declínio, ou seja, negativo, conseqüentemente, não temos poder aquisitivo, porque falta o poder de compra e não existe nenhuma política correta em nenhum nível, seja de saúde, agricultura ou educação. Todas as políticas deixam a desejar. A sociedade está sofrendo os seus problemas e o Poder Público devolve-os para ela, que já não agüenta mais esse tipo de situação.

O Prefeito de Belo Horizonte disse que na República as Forças Armadas intervieram 49 vezes, então pergunto: quem vai intervir nesse quadro? Será necessária uma ação congressual? Seriam as Forças Armadas mais uma vez? Prefeito, saio daqui com uma preocupação: o nosso Partido tem que ter um projeto nacional diferenciado dos que conhecemos até agora de todos os Partidos que governaram, governam ou pretendem governar o País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Fernando Maduenho.

O SR. FERNANDO MADUENHO (Vice-Presidente do PSB de Pirenópolis-GO) – Bom dia a todos. Também estou estreando na tribuna. A minha pergunta é dirigida ao Dr. François. Amanhã deverei colaborar no tema "Desenvolvimento Sustentável" como debatedor e uma das ferramentas que sugerimos é o ICMS ecológico. Vejo, nesse quadro que está sendo descortinado ao longo das palestras de hoje, uma situação bem mais complexa e muito mais difícil de ser resolvida do que as propostas contidas nessa ferramenta. Então quero saber a opinião dos senhores, especialistas do assunto, como é vista a questão do ICMS ecológico.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Moisés.

O SR. MOISÉS SOROS (Cuiabá/MT) – Chamou-me muito a atenção a questão da reforma tributária e a sua importância para os nossos estados e municípios.

Assisto, quase todas as manhãs, um programa numa rádio de Cuiabá em que o Alexandre Garcia apregoa sistematicamente que a reforma tributária é a salvação para o País, que ela vai reduzir impostos, aumentar o bolo tributário e que o contribuinte vai pagar menos.

Inclusive, esses dias, passei um fax para a emissora para perguntar se ele já havia lido o projeto que foi enviado e o substitutivo que o Mussa Demis tem para apresentar, porque não é isso o que vai acontecer. Vemos que esse projeto vai tirar dinheiro dos municípios, do estado e centralizá-lo na União.

Temos uma outra dificuldade: é que o povo não compreende isso. Como você vai falar para a população que não tem escola nem comida, mas que vota, que esse tipo de reforma tributária que querem fazer vai empobrecer ainda mais o nosso cidadão, o habitante do nosso País?

A minha pergunta é muito ousada para esse nosso encontro: já que a sociedade não se interessa por esse tema, porque não entende, uma vez que paga muitos impostos, porém nem sabe o nome deles nem gosta de pagá-los, o que fazer para que essa reforma tributária não seja aprovada como está, retirando recursos dos estados e dos municípios, esfacelando a nossa federação de uma vez por todas, e o que fazer para a nossa sociedade se interessar mais por esse tema?

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiro Caco.

O SR. MARCO ANTÔNIO CACO (Presidente do Diretório Municipal de Cuiabá-MT e Diretor Financeiro da Fundação João Mangabeira) – Companheiros, bom dia. Segundo a caracterização e a confirmação dos diversos dados que os palestrantes trouxeram para nós, cada vez mais o município perde receita e ganha mais atribuição, o que contribui para que a situação do cidadão que mora no município fique pior do que já está. Com tudo isso contribuindo para acentuar mais a descaracterização do pacto federativo, queria fazer uma proposta ou talvez uma indagação para a Fundação e para a Executiva do Partido no sentido de que já que no ano que vem faremos uma série de discussões voltadas à questão específica do município, ao modelo de gestão que queremos que os nossos administradores e vereadores

discutam com a comunidade, poderíamos incluir isso como um grande tema da Fundação em conjunto com a Executiva para aprofundarmos muito a discussão do modelo que gostaríamos de ter, relativo ao pacto federativo. Também no nosso congresso nacional, que está próximo, algum subsídio deveria ser dado para os nossos companheiros que estarão participando, no sentido de refletirmos mais e, quem sabe, apresentarmos algumas propostas para essa discussão. Com isso, teríamos efetividade até para marcarmos como grande tema de discussão nacional uma posição do PSB.

Discutimos ontem, na reunião que houve do Diretório, e depois, nesta plenária, sobre uma bandeira que caracterizasse efetivamente o Partido e acho que este é um grande tema que poderíamos começar a debater para o ano que vem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Deputado Bernardo de Souza, por favor.

O SR. BERNARDO DE SOUZA (Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira/RS) – Caro Senador, meu caro Carlos Siqueira, caros prefeitos e painelistas, amigos e amigas, na minha vida, tive passagem por uma prefeitura de uma das maiores cidades do Brasil, que é Pelotas, no Rio Grande do Sul. Lembro que quando assumi aquela prefeitura a folha do funcionalismo estava atrasada em sete meses e correspondia a 120% da receita, mais um endividamento, que era para nós gigantesco, de 40%, portanto, entre folha e dívida, 160%, com atraso de folha em sete meses e já se sabia como iria terminar isso. Deveríamos agregar ainda que os bancos credores tinham se protegido com um contrato – não sei se eles ainda adotam esse sistema – que tinha como garantia uma procuração irrevogável em causa própria, pela qual tinham o direito de chegar ao Tesouro do Estado antes do repasse do ICMS e receber o seu crédito. Então, se, em números redondos, eram 40% de uma receita, recebíamos apenas 60%. Para pagar uma folha de 120%, sete meses transformar-se-iam em oito, nove e o mundo explodiria - porque se Pelotas explodisse o mundo explodiria – e teríamos como conseqüência uma tragédia, que, aliás, vivemos naquela cidade.

Só quero lembrar isso para dizer que duas soluções foram adotadas, valendo para Pelotas, porque os exemplos locais só valem como referência: uma foi uma ação judicial em que se propôs o direito da prefeitura, apesar do contrato civil de procuração irrevogável em causa própria, de receber a chamada receita. A Justiça nos deu ganho de causa, os bancos não puderam mais receber sua parcela e a prefeitura passou a receber na íntegra a receita. Era o direito de receber a receita, quase um trocadilho, mas era a lógica jurídica que estava

assentada sobre isso. Ficou definido que ao prefeito cabia a opção sobre quem pagar primeiro. Isso permitiu que os bancos, que tinham seis meses para se explicar ao Banco Central, porque naquele tempo vigia a regra de que o prefeito estava sujeito à intervenção dois anos depois, tivessem problemas antes da prefeitura e renegociassem em condições muito boas na época.

A segunda solução foi o chamamento ao povo para governar. O povo é o senhor da administração pública. Ainda há pouco a Prefeita Kátia Born, que está implantando o chamado "orçamento cidadão", que o nosso Partido recomendou numa reunião da Executiva Nacional, dizia que o seu Secretário de Obras quis fazer no bairro uma obra diferente da programada por assembléias populares e saiu quase corrido do bairro. Ela dizia que quando o povo decide, não há nem secretário nem prefeita que possam mudar. O importante é que o povo não quer corrupção nem desperdício, o que encaminha para soluções.

Terminamos aquela gestão gastando 50% com pessoal, com 25% de superávit, pagando dívidas dos outros – é importante registrar – e não deixando nenhuma dívida para sucessores. O povo é capaz disso, o povo é capaz de organizar. Era isso o que eu queria dizer nessas considerações. Ao mesmo tempo em que me identifiquei com o sofrimento e as angústias dos prefeitos, lembrando-me daqueles tempos sofridos – e sei que são muito qualificados os que estão aqui falando para nós -, também relembrei como é importante acreditarmos no povo como caminho. O povo não faz dívidas sufocantes, o povo não quer que se pague mais pelo custo de uma obra ou de um serviço. Se o dinheiro der para construir duas escolas, o povo não quer que uma empreiteira coloque em uma o dinheiro de duas. Só políticos e administradores corruptos fazem isso e essa corrupção só grassa quando o povo não tem o olho centrado sobre o governo. Não vamos nos iludir, meus amigos, no sentido de que por estarmos vinculados a um Partido bom e sério, tenhamos, por isso mesmo, a predestinação histórica de sermos bons prefeitos. É impossível sair do PSB um mau prefeito? Não, não é.

O importante que queria dizer nessa talvez confusa intervenção que estou fazendo é o seguinte: há uma deformação nas práticas político-administrativas do Brasil que não é culpa do povo, mas de maus governantes. Por que temos dívidas sufocantes? Porque alguém as fez. Por conseqüência, é bom começarmos a trabalhar com a idéia de que na hora de fazer dívidas é preciso dizer com todas as letras e às claras o que significa essa dívida e quem vai pagá-la, para que não aconteça como numa história que me contaram de um prefeito que assumiu uma prefeitura sem dinheiro, em que o prefeito anterior

tinha assumido todas as obras possíveis endividado, colocando a placa "Obra feita pelo Prefeito tal". O subseqüente não tinha o que fazer a não ser pagar dívidas, então colocou placas "Paga pelo Prefeito tal". Era isso o que sobrava para ele.

Temos uma deformação histórica de práticas administrativas. Vejo a angústia dos nossos prefeitos, tenho muita solidariedade em relação a eles, pois sei que estão fazendo exemplos maravilhosos de gestões, pelo menos os que expuseram para nós e alguns que falarão, os quais conhecemos bem, mas temos que reverter práticas históricas do Brasil. Por exemplo: a Lei Camata tem uma deformação terrível que o Senador Saturnino Braga apontou. Como um chefe de Executivo estadual enquadra o chefe do Poder Judiciário, o chefe do Legislativo e o Ministério Público, que só têm folha? Então é das carnes, dos nervos e do sangue do Poder Executivo que se deve fazer até a compensação das despesas do Judiciário e do Legislativo que só gastam com pessoal, mas não vamos nos esquecer também que houve muito governo municipal e estadual que, descontroladamente, colocou pessoal em níveis estratosféricos.

Quanto à questão da dívida, é a mesma coisa. A lei de responsabilidade fiscal, que também não li e concordo com o Senador: mais ou menos não gostei, é fruto de uma ânsia que a sociedade tem de criar peias aos administradores. Se os caminhos estão errados – e acho que estão – porque são centralizadores, temos que oferecer alternativas que não podem ser controle nenhum. Não podemos defender controle nenhum, porque o controle proposto é centralizado e caímos de novo na velha questão: quem é o grande controlador possível? Só existe um e chama-se povo, que não quer assumir dívidas impagáveis, que não quer que a folha seja maior do que o orçamento, que sabe optar entre obras e serviços prioritários, que controla a corrupção. É preciso que nos entreguemos definitivamente à vontade popular, abrindo as "caixas pretas" que são os livros técnicos, porque o povo entende, sim, só não entende quando a linguagem é esotérica, feita pelos tecnocratas, para que o povo não entenda e não participe. Se cada um sabe administrar a sua miséria e a sua pobreza – e o Ananias registrava aqueles dados trágicos do seu Estado –, se o povo consegue viver com os minguados centavos, saberá, sim, decidir quanto às coisas essenciais do seu município, definir as grandes prioridades. Acho que este País só vai tomar jeito quando o povo for efetivamente soberano. A federação não é uma verdade no Brasil, é fictícia, mas ela tem que ser transformada em valor popular. O reconhecimento do valor da federação só virá quando o povo compreender que prefeito vale mais do que presidente da república e que governador vale mais do que presidente, porque enquanto a população acreditar que o prefeito é safado, que o governador é sem-vergonha e que o presidente

é um corrupto não vai haver nenhuma proposta, nenhum gosto de articulação de um modelo federativo ou unitário. O povo não vai discutir modelos, porque ele tem medo, nojo e asco dos maus governantes que passaram dos quais pagamos a conta.

Por isso compreendo essa questão e sou solidário teórica e afetivamente com os dramas dos municípios, com a defesa da federação, que considero um valor muito importante. É importante que a Constituição reconheça a federação com uma cláusula pétrea, mas não diz quais são os meios para a sua implementação; é importante que ela reconheça o município como um ente federativo em unidade indissolúvel, mas não diz como ele se viabiliza, não dá meios para tanto, sabemos disso, entretanto tudo isso só vai acontecer se o povo vier a construir. Por exemplo: temos que nos afastar definitivamente do corporativismo, que faz com que, no fim das contas, um grupo de pessoas, os funcionários públicos, apropriem-se das receitas públicas. Crua, lisa e claramente é isso. Se um órgão público gasta 100% de sua receita – e já tive uma prefeitura que era assim – com pagamento de funcionários, isso quer dizer que cinco mil se apropriaram da receita de 300 mil. As minhas concepções de esquerda não conseguem transformar essa equação em uma equação justa. O povo vale mais do que seus funcionários, que não são funcionários do prefeito nem do governador, mas do povo, que às vezes ganha muito menos que o funcionário que paga. Quando falamos em funcionário, é bom pensar quem está pagando. Não é o prefeito, não é o governador, é gente que ganha US$1 por dia e chega a pagar 13, 14, 15 ou 19 salários, como é o caso de uma estatal do Rio Grande do Sul. A nossa consciência socialista não pode concordar com isso, acho eu.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – A intervenção do Deputado Bernardo, brilhante como sempre, obriga-me a retificar uma afirmação que tinha feito no sentido de que era o único prefeito antes de 1988, porque ele também foi e viveu aquele período duro. Ele se saiu bem exatamente porque adotou o princípio que deve ser nosso sempre, de transparência e comunicação com o povo e foi o primeiro prefeito do Brasil a adotar a sistemática do orçamento participativo. Tinha que ser em Pelotas evidentemente.

Rosa, a nossa última questionadora.

A SRª ROSA MEDEIROS (PSB-PE) – Sou militante do PSB em Pernambuco e fui indicada pela Executiva do Partido para ser a Diretora-Geral da Fundação João Mangabeira, Seção Pernambuco, o que acontecerá, acredito, daqui para o final do mês.

Devido à exposição do Dr. Célio e do Dr. Cláudio, reporto-me a uma questão que gostaria de colocar aqui para ouvir a opinião do Dr. Célio, que é um prefeito com toda uma gestão, e desse economista que fez todo um trabalho sobre as finanças do município e do estado.

Em outubro de 1995, fui convocada e indicada pela Secretária para participar de uma reunião ministerial em que uma questão importantíssima era colocada. Na ocasião, eu era Secretária-Adjunta da Secretaria de Educação. A Secretária estava impossibilitada de participar dessa reunião onde estavam todos os secretários de estado e também, naquele momento, o Ministro do Trabalho. Paulo Paiva. Ele dizia aos secretários: "Temos que reduzir o custo Brasil. Para que possamos implementar essa política, deverá haver a redução desse custo". A intenção desse governo, naquele momento, era exatamente acabar com o salário educação, que significa 2,5%, às custas das folhas de pagamento das empresas. Dizia ele que o Brasil era o único País do mundo que tinha recursos vinculados para a educação. Nós, enquanto educadores, consideramos um avanço a vinculação de recursos a uma área educacional. Se os recursos estão bem colocados e bem aproveitados, é uma outra questão, mas consideramos que isso era um avanço.

Naquele momento, os secretários de educação, numa verdadeira reviravolta – havia ali representantes também das uniões municipais de educação – mobilizaram todos os estados do Brasil e conseguimos barrar aquela postura governamental.

Com o passar do tempo, já no ano de 1997, ocorre uma outra questão que parece muito sedutora à escola. Como foi citado pelo prefeito de um município do Ceará, para aquelas escolas sem recursos, que não conseguiam recebê-los, porque sua tramitação é bem complexa, haveria uma nova estratégia, um estímulo direto do Ministério da Educação para as escolas, falando diretamente com as diretoras de escola através de comunicado ministerial para que houvesse a grande mobilização escolar e fossem criadas as unidades executoras, entidades civis sem fins lucrativos, verdadeiras ONGs dentro da escola, para administrar os recursos ministeriais.

No Estado de Pernambuco, fizemos uma leitura na qual concluímos que barrar a chegada de recursos à escola, uma escola que precisa ter um recurso para ter a sua autonomia, que é tão necessária ao seu poder executivo, de poder trocar uma telha, consertar uma bacia sanitária ou uma torneira é comprar um papel, não tínhamos essa postura nem temos a compreensão de que isso não é necessário. Isso é exatamente o que impulsiona o dia a dia de uma escola. Não podíamos barrar aquele momento. Convidamos todos os secretários munici-

pais de educação e discutimos o que significa o incentivo à criação daquela unidade executora, que, segundo o nosso modo de ver, significava um dinheiro público vinculado, saído de uma rubrica oficial para uma entidade privada, aquela ONG, criada e administrada pela escola. Isso significava para nós que o recurso vinculado passava diretamente para o privado e transformava-se em Finsocial, que pode ser hoje e não amanhã, depende da política social adotada pelo Governo. Então encontramos estratégias, fomos ao Governador discutir, à Secretaria da Fazenda e criamos a alternativa que seria cada escola ter a sua unidade executora com toda a sua autonomia de execução, mas o CGC da escola era vinculado ao Estado de Pernambuco.

Não entendo bem essa questão, mas vou dizer o que me surpreendeu: os cinco primeiros números do CGC identificavam o Estado de Pernambuco e os outros, que foram dados pela Secretaria da Fazenda – não sei bem quem cria esse CGC -, caracterizavam a unidade executora da escola. No primeiro momento, quando conseguimos que o Estado criasse uma lei para que fosse feito isso, que foi sancionada pelo Governador, estávamos todos aparelhados do ponto de vista legal para que isso pudesse funcionar. Mandamos na carreira, para chegar em dia, com prazos estipulados pelo MEC, e veio o primeiro recado de que não haveria tempo de se colocar nos computadores do MEC. A Secretária de Educação tenta viabilizar essa questão estrutural, mandando até nossos digitadores trabalharem junto ao MEC para que pudéssemos colocar as 11 mil escolas de Pernambuco no computador, de forma que pudéssemos receber esse dinheiro.

Nessa pressão, nesse jogo de interesses, não pudemos colocar esses recursos porque não entra no sistema que foi criado esse tipo de ação, porque os cinco primeiros números eram iguais e o sistema de computação do MEC não nos recebia. Então estávamos inviabilizados de receber os recursos. Numa articulação política forte do Governo do Estado com a Secretaria de Educação, não perdemos os recursos, que foram importantes naquele momento para Pernambuco, porque era um convênio de R$8 milhões e foi assinado só no dia 30 de dezembro. Ficamos ainda naquela forma atrasada, que dificulta a passagem do recurso para as escolas. Sabemos, por exemplo, que todos ...

(troca de fita)

... em Pernambuco temos duas prefeituras do PT, com gestões aplaudidas pela população, mas essa questão foi colocada em nível de Assembléia Legislativa e está sendo questionada até pelos deputados e vereadores do PT, porque essas prefeituras não entraram nessa questão, que era ideológica, quanto à forma de repasse dos recursos para o Estado não formalmente, mas ideologicamente.

Então eu gostaria de ouvir do Dr. Célio ou de algum outro prefeito como foi o entendimento dessa questão, porque fizemos dessa forma, considerando que tínhamos adotado uma postura ideológica na defesa de um recurso para que ele não se tornasse uma espécie de Finsocial.

Sabemos que ele está sendo trabalhado nas escolas de uma forma muito agradável, elas gostaram e isso é importante para elas, mas quero saber como o PSB compreende isso. Estou narrando toda essa história para colocar o nosso entendimento e perguntar a vocês como entenderam, para que possamos realizar essa discussão filosófica ou ideológica.

Queria falar ainda sobre uma questão cultural, programas de incentivo à cultura. Gostaria de colocar para um grupo do PSB uma reflexão que tenho, uma vez que participei do sistema de incentivo à cultura. Acredito que também se trate de uma questão ideológica e gostaria de colocá-la para que pudéssemos refletir conjuntamente e avaliar esse incentivo.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Vamos ouvir os nossos expositores, cada um procurando, dentro do possível, tendo em vista a nossa escassez de tempo, responder às indagações.

Prefeito Célio de Castro.

O SR. CÉLIO DE CASTRO (Prefeito de Belo Horizonte) – Agradeço as colocações que foram feitas e mais ainda as referências elogiosas, muitas delas fundadas na amizade, principalmente do Carlos Siqueira, que é um amigo de longa data com que tenho o privilégio de travar um debate intelectual profundo, um debate político amplo, de quem admiro as qualidades de uma pessoa que reflete questões maiores da nação como um todo. Então descontem a amizade do Carlos e dos outros amigos.

Algumas questões foram dirigidas diretamente a mim, Senador, e serei muito rápido na sua abordagem. A primeira diz respeito à desigualdade regional. Evidentemente, a forma de corrigi-la é um pacto federativo equilibrado. Não se pode aceitar que num pacto federativo praticamente inexistente o desenvolvimento de São Paulo seja sustentado pelo Nordeste. Então seria o caso de existir um pacto federativo verdadeiro, o qual já discutimos e não pretendemos voltar ao assunto novamente. A questão das desigualdades regionais é fundamental, assim como das econômicas, que devem ser tratadas no pacto federativo e há vários instrumentos para tanto, todos de política fiscal, tributária e econômica.

O Rinaldo fez uma pergunta que talvez merecesse um esclarecimento melhor, pois acredito que não tenha me expressado bem, perdoe-me. Eu disse que existe uma nova classe emergente no Brasil, que chamei de novos ricos ligados ao capital especulativo internacional, que têm os seus intérpretes internos, mas disse, aí sim, que supraestruturalmente eles são representados em Partidos Políticos como o PSDB, PFL e por setores do PMDB. Não disse que essa classe seria supraestrutural, mas que o seria a sua representação política.

Quanto ao conceito de nação, evidentemente ele tem que ser trabalhado dentro do contexto mundial moderno emergente, no sentido de que a globalização acaba com o conceito de nação. Defendo a tese de que isso não ocorre. Nação é território, cultura, povo, aplicação da técnica, trabalho, criação de uma consciência que um povo desenvolve. Isso é nação e temos que defendê-la com essas prerrogativas contra a determinação que existe hoje, no sistema globalizado, de que não existe mais nação, só mercado. Creio que essa tese é absolutamente inconcebível.

Passemos à outra questão sobre o autoritarismo do Estado e da sociedade brasileira. Falei, reitero e vou mais além: se quisermos definir o liberal democrata brasileiro de maneira mais severa, diria que ele é liberal no discurso. Ao arranhar a sua pele, o autoritário aparece na escola, no sindicato, no Partido Político. Então o autoritarismo vem daquela herança escravista de formação da sociedade brasileira. Esta é a minha tese.

Quanto à questão do Ministério Público, não compartilho da idéia de que ele deva ser execrado perante a opinião pública. A Constituição de 1988 deu novas funções ao Ministério Público, que, na maioria das vezes, têm sido desempenhadas em defesa do interesse da coletividade. Pode haver algumas distorções, porque elas existem em todos os setores. Corrijamos as distorções, mas não vamos revogar uma conquista, que é o Ministério Público, o qual atua fundamentalmente em defesa dos interesses populares. Esta é a minha opinião.

Com relação ao fato de a população economicamente ativa estar 20% desempregada, são estatísticas oficiais, inclusive a Fundação João Pinheiro, de muita responsabilidade, fornece esses números a toda hora, uma vez que são compulsados de três em três meses.

Quanto à intervenção das Forças Armadas, isso é histórico. Na República, elas intervieram 49 vezes. Não estou defendendo a intervenção das Forças Armadas, mas dizendo que felizmente esse horizonte está afastado e que se esse vazio se faz, o que se convoca? A sociedade, que terá uma oportunidade de fazer uma intervenção para discutir essas questões que os companheiros colocaram aqui.

Com referência à questão da reforma tributária e dos prefeitos, permito-me dizer, com toda a lealdade aos companheiros – se eu estiver errado, perdoem-me – que parece que passou a idéia de que prefeito é uma pessoa despreparada. Digo-lhes que o prefeito mudou muito. Aquela imagem do prefeito mais ou menos humilhado, pedinte, perambulando pelos gabinetes de Brasília acabou. Sou Coordenador da Frente Nacional de Prefeitos, participo do Fórum dos Governantes das Regiões Metropolitanas, participo do Cebin(?), juntamente com o IBAM, que nos assessora, então o movimento dos prefeitos cresceu muito, tem consciência política hoje. O prefeito tem consciência de que é um agente político e não um gerente de pobrezas e de carências de recursos. As manifestações dos prefeitos têm produzido resultados, inclusive conseguimos modificar a negociação de dívida contratual fundada, objeto de medida provisória do Governo, em função da luta dos prefeitos. Conseguimos fazer com que o Governo Federal, pela primeira vez, constituísse uma comissão ministerial para discutir com os prefeitos, o Cebin(?).

Posso estar equivocado, mas aqui passou uma idéia de que o prefeito é ainda um ente secundário. Diria que ele é, politicamente, mais responsável hoje e tem uma dimensão muito maior.

Uma outra questão que gostaria de examinar, que me foi colocada com solicitação de comentário, relaciona-se à folha das prefeituras no que diz respeito aos servidores públicos. Serei muito sincero: se não tivermos um limite, não sobra dinheiro para a saúde, educação, saneamento e casas populares. Há prefeituras em que 80% da folha é pagamento de servidores públicos. Recebi a Prefeitura de Belo Horizonte com 78%. Hoje a folha é de menos de 60%. Não demiti um servidor, não diminui salários e contratei 5.500 concursados. Isso é milagre? Não, é boa gestão do dinheiro público. Não é possível sustentar essa idéia, penso eu, de que devemos ser liberais com a folha, contratando quem quisermos. Não é possível ter um orçamento limitado e gastar 80% dele com servidores públicos.

Não estou propondo demissão ou diminuição de salário, mas algo diferente que vou falar daqui a pouco, no sentido de que essa lógica não é certa. Temos que fazer um gerenciamento analítico da folha, como é o caso de Belo Horizonte. Conseguimos, com isso, economizar em média 14% de toda a folha, sem demitir, sem adotar nenhuma dessas medidas preconizadas pelo Governo Federal.

Por outro lado, é importante verificar que se contarmos com a ajuda da informática para fazermos serviços informatizados de controle dos nossos fornecedores, será fundamental. Estamos economizando em média, em Belo

Horizonte, 16% de todas as compras da prefeitura. Então é possível gerenciar bem o dinheiro público.

Concluindo, diria que, hoje, para se gerenciar bem o dinheiro público, não basta ser honesto, o que todos somos, mas tem que ser competente. Não adianta chorar. Vamos cumprir a nossa obrigação, ser bons gerentes do dinheiro público, aplicá-lo bem. Darei novamente um exemplo de Belo Horizonte, porque é a cidade que administro. Ali 70% da nossa receita é gerada na cidade. Temos um orçamento de R$1.400 milhões por ano, do qual 70% é gerado na cidade. Por que? Não admitimos a sonegação fiscal, fazemos um IPTU em que o rico paga muito, o pobre não paga, o que tem pouco paga pouco. Essas questões têm que ser colocadas, em vez de continuarmos com a figura do prefeito chorão, que tem que empregar todo o mundo. Não concordo com essa idéia e permito-me colocar essa discordância mais uma vez.

Finalmente, quanto ao problema que a Rosa coloca, isso tem uma questão de fundo, que é o custo Brasil. O custo Brasil não é educação, não é saúde, não é investimentos em estruturas básicas; o custo Brasil é financeiro, é o gasto financeiro. No orçamento deste ano – talvez a Deputada Erundina possa me ajudar -, encaminhado pelo Governo Federal, para cada dólar investido em todas as políticas sociais deste Brasil, US$3 são para pagar dívidas, juros da dívida financeira que o Governo tem, que corresponde a 8% do PIB. Então essa questão que a Rosa traz não é técnica. Novamente é uma questão política: ou modifica-se esse projeto ou não haverá solução.

Permitam-me encerrar, dizendo que tentei rapidamente, Senador, comentar as questões sem a pretensão de respondê-las em toda a sua profundidade e dizer que tenho fundadas e renovadas esperanças de que possamos construir um País melhor.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Agradeço ao companheiro Célio de Castro, que foi extremamente objetivo nas suas respostas, claro e preciso.

Passo a palavra ao companheiro François Bremaeken.

O SR. FRANÇOIS BREMAEKEN (Especialista em Direito Tributário - IBAM) – Vou fundir algumas das questões para tornar mais rápidas as respostas e comentários.

A primeira questão seria a do Ananias, com relação à distribuição do Fundo de Participação dos Municípios. Existe uma preocupação, principalmente

nos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e até uma briga entre os Estados do Centro-Oeste com os Estados do Nordeste com relação ao Fundo de Participação dos Estados. Para as capitais, ele é repassado em função de dois critérios: população e, principalmente, inverso da renda *per capita*. Já se falou muito em transformar o Fundo de Participação dos Municípios com um cálculo que levasse em consideração o inverso da renda *per capita*. Considero isso muito perigoso por dois motivos: primeiro, não se consegue chegar a um consenso sobre qual o tamanho da população do município. Briga-se homericamente, no Brasil inteiro, no sentido de que a população que o IBGE estimou, levantou em um censo, não corresponde à realidade, imaginem calcular renda *per capita* em cada município. Vai-se ter que calcular em relação a uma aproximação com o estado, mas não será a mesma coisa o que há na capital e o que haveria no interior ou no município ao lado, na periferia. Então não seria um critério adequado.

Além do mais, mexer, neste momento, no Fundo de Participação, tirando-se do Sul e do Sudeste para colocar mais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, seria cobrir um e descobrir o outro. Não tenho dúvida nenhuma a esse respeito. O único Estado em que, por exceção, seria possível, pelo fato de o ICMS arrecadado ser muito grande, é São Paulo, onde mesmo os municípios de pequeno porte conseguem ter o ICMS repartido pelos critérios do Estado igual ou às vezes maior do que o próprio Fundo de Participação dos Municípios, mesmo em municípios pequenos, que não arrecadam quase nada de ICMS. Mesmo em São Paulo, quase metade dos municípios têm menos de dez mil habitantes, que são comparativamente pobres. Em Minas Gerais, 60% de seus municípios têm menos de dez mil habitantes e são também pobres; tanto é que a chamada Lei Robin Hood, em Minas Gerais, que procurou repartir um pouco mais, tirando dos grandes municípios e distribuindo entre os pequenos, gerou uma grita muito grande, porque 39 municípios perdem alguma coisa para repartir entre os outros 820 que sobram no Estado.

Então é um problema muito complexo, muito sério e, no momento em que se está gestando uma reforma tributária na qual não se sabe o que vai acontecer com o próprio ICMS que sai da produção e vai para o destino, quando não se sabe que mecanismos serão adotados, mexer em alguma coisa seria ampliar muito mais um quadro de incertezas.

Com relação à representação política, não tenho dúvida de que não é o Sul e o Sudeste que não deixam mexerem no Fundo, uma vez que a representação política do Norte, Nordeste e Centro-Oeste é muito maior, seja no Senado ou na Câmara. Também não é o momento de se alterar isso.

O Carlos Siqueira chegou a falar sobre a responsabilidade fiscal. Existe muito mais problema de mídia, do que é passado para as pessoas, do que realmente acontece. É colocado que isso é para moralizar as coisas. Mesmo junto à reforma tributária, dizem que é para simplificar, tornar mais justo, isso e aquilo. Na verdade, o que se quer com a reforma tributária é uma brutal centralização do controle fiscal através da União. É como se fosse o "papai". Ele, sim, sabe gerir as suas finanças, mas os filhos, que são "gastadores" devem ser controlados. Primeiro ele controlou todos os estados, agora vai partir para o controle dos grandes municípios e de todo o resto. Não tenho dúvidas de que o pano de fundo é exatamente um controle muito forte por parte da União.

Dizia ontem, no gabinete do Senador, que temos dificuldade de colocarmos uma série de pontos na mídia. Pegamos um documento e apresentamos para a mídia, mas ela não publica. Não interessa publicar, mostrar determinada coisa não interessa. É sempre aquele chavão de redução do custo Brasil e de justiça da reforma tributária.

Não há nada de redução de custo Brasil, porque a carga tributária vai continuar a mesma, se não aumentar. É possível que ela aumente, porque o medo que a própria União e os estados têm de perder alguma arrecadação é palpável, então vão colocar as alíquotas para cima.

Na época em que era Secretário Executivo, o próprio Pedro Parente chegou a colocar que num primeiro momento haveria alíquotas mais altas, depois, se descobrissem que arrecadaram a mais, diminuiriam. Duvido que eles calibrem depois que se acostumarem a receber mais.

Quanto à responsabilidade fiscal, que amarraria completamente uma proposta que colocamos no IBAM – conversei com o Francisco e com o Célio -, os municípios não têm condições de fazer reforma fiscal, por uma razão muito simples: eles não têm controle de suas receitas. São Paulo Capital e Rio de Janeiro Capital, que são os que mais arrecadam ISS e IPTU em termos relativos, que têm uma receita fantástica, ainda dependem em 30% a 40% de transferências de ICMS e muito pouco do Fundo de Participação. O repasse que é feito mensalmente para os municípios, tanto do ICMS, quanto do Fundo de Participação, apresenta... Temos inflação de 1% ao mês, que já chegou a ser negativa, e temos variações de 30% para mais ou de 40% para menos. Agora, nos primeiros cinco meses do ano, o Fundo de Participação ficou em torno de R$1 bilhão a R$1.100 milhões e foi distribuído para os municípios; em junho e julho, caiu para R$700 milhões. Não há prefeito que consiga fazer a gestão financeira sem um mínimo de controle dos recursos que lhe chegam.

A sugestão, colocada quase no sentido de uma provocação, é: se vamos realmente "brincar" de reforma fiscal, então vamos "brincar direitinho", jogar futebol num campo gramado, com rede na trave do gol, os dois times uniformizados, um juiz e regras preestabelecidas, ou seja, o Governo Federal, através do Tesouro, deveria criar um grande fundo de equalização das receitas e entregá-las mensalmente para os municípios, seja de FPM, seja até de ICMS. Ele controlaria essa parte. Se baixasse a arrecadação no estado, a União entraria com o dinheiro. Os prefeitos teriam, do mês um ao mês doze, um dinheiro líquido e certo. Como a tendência normal é de que a arrecadação aumente ano a ano, e a própria inflação ajuda nisso, chegaríamos ao mês doze e faríamos o acerto final. Os prefeitos teriam dinheiro para pagar décimo terceiro e uma série de outras coisas, além de um recurso homogêneo pelo resto do ano. Se quisessem recursos a mais, teriam o seu ISS ou eventualmente outro tributo e o IPTU para aumentar alguma coisa. Por isso digo que se quisermos "brincar", que seja com regras boas.

Com relação à concentração de renda, às necessidades locais em termos de despesas e até à variável desemprego, chegamos a apresentar para o Governo e para uma série de entidades municipalistas proposta no sentido de que a dívida dos municípios, principalmente dos pequenos, fosse convertida na geração de empregos, ou seja, os cinco mil municípios que estão devendo INSS, Fundo de Garantia e PIS/Pasep, que são dívidas relativamente pequenas em termos de volume de recursos, que estão aguardando negociação há 30 anos, quer dizer, se o Governo Federal cobrasse de todos R$300 bilhões por ano, o que não é nada diante do volume de recursos da União, para os municípios seria muito dinheiro, então converteriam aquilo em salários mínimos para pagar pessoas como ocorre nesse programa de geração de emprego, com gente que faz calçamento de ruas, pequenas obras. Isso rapidamente geraria empregos para o Brasil inteiro, mas o Governo Federal já passou para o Ministério do Trabalho, que disse que já tem programas e tudo o mais e ainda está para ser estudado.

Com relação ao ICMS ecológico, isso já está em prática pelo menos no Paraná, em São Paulo, acho que o Rio Grande do Sul está tentando fazer. É uma espécie de compensação no caso de um município que tenha parte de seu território inundada por causa do espelho d'água de uma hidrelétrica. Como ele não consegue produzir naquele território, uma vez que foi inundado, haveria uma espécie de compensação, que é feita em função do ICMS ecológico. O mesmo acontece se existem áreas de preservação de mananciais ou de matas, então isso tudo seria computado. O único problema é que isso é competência dos estados, então tem que ser uma lei estadual, já que está com o ICMS, e só pode ser retirado da parcela dos 25% de repasse do ICMS de destinação de

livre arbítrio de cada um dos estados. Os 75% pelo valor adicionado têm que ser repassados sem poder mexer. Concluindo, um município bem afastado, que recebe ainda um pequeno ICMS, contribui com uma parcela significativa do seu ICMS; se houver vários municípios do estado participando do ICMS ecológico, um estará pagando pelo outro. A lógica que falha, que deveria tirar da parte dos 75% da produção e não nos 25%, é que, se todos os municípios quiserem ter área de preservação, todos vão receber a sua parcela de ICMS ecológico e ninguém vai receber nada, ficando "elas por elas".

O Deputado Bernardo Souza falou daquelas dívidas fantásticas que foram contraídas ao tempo da anestesia pela inflação. No passado as dívidas eram assumidas e não se sabia de que tamanho eram. Agora, como não há mais inflação, sabemos o tamanho dessa dívida.

Um outro ponto que foi lembrado por ele diz respeito à procura dos serviços públicos. Um pequeno exemplo: o povo não é burro. Tenho uma propriedade rural no interior do Estado do Rio. Se a pessoa tiver um problema de saúde e precisar do Funrural, vai a Pati do Alferes; se ele tiver um envenenamento por agrotóxico, vai para Vassouras, mas se ele precisar procurar o SUS, vai para Petrópolis. Todos da região sabem onde buscar os serviços, porque sabem que o SUS de Petrópolis é melhor do que o de Paraíba do Sul e do que o de Pati, uma vez que tem mais recursos, mais hospitais, ambulâncias que levam dos distritos para lá. Então a população é como se fosse uma economia de mercado, vai atrás de onde está o melhor serviço. O município maior, mais "rico", que tem mais recursos e melhores serviços acaba pagando por eles. Se fizermos um "ranking" sobre quais são os estados com municípios mais ricos, São Paulo virá em primeiro lugar, Rio de Janeiro, em segundo, Belo Horizonte, em terceiro. Agora vamos ver quais são os municípios com mais pobres concentrados: São Paulo está em primeiro lugar, Rio de Janeiro, em segundo, Belo Horizonte, em terceiro, o "ranking" é o mesmo. Então é uma ilusão achar que concentrar mais recursos trará mais benefícios para os municípios de grande porte. É como se fosse uma luz acesa com todas as mariposas voando em torno dela.

A Rosa levantou o aspecto do dinheiro que o MEC colocaria diretamente na escola. Já é um programa que existe, está em funcionamento e as escolas têm CGC. Na sua colocação, ela se referiu às escolas estaduais, então as estaduais e municipais têm o seu CGC. O único problema que existe é em termos contábeis. A escola recebe recursos para melhorar a merenda escolar, para fazer pequenos reparos, etc. A lógica burocrática diria que descentralizar esse recurso é melhorar o serviço.

A SRª ROSA MEDEIROS (PSB-PE) – A questão colocada não era com relação a essa forma, mas porque está sendo alocado para uma ONG privada que foi criada na escola. A escola criou uma estrutura privada que é dirigida pelos professores. Então há um recurso público alocado para uma instituição privada.

O SR. FRANÇOIS BREMAEKEN (Especialista em Direito Tributário - IBAM) – Eu não sabia que existia esse aspecto da ONG recebendo recursos. Em princípio, não deveria receber, primeiro porque o dinheiro, contabilmente, deveria entrar no caixa único da prefeitura, porque ela é quem tem que prestar contas. Hoje a escola está prestando contas diretamente ao MEC.

A SRª ROSA MEDEIROS (PSB-PE) – Não, presta ao município, mas não passa por ele, vai diretamente para ela.

O SR. FRANÇOIS BREMAEKEN (Especialista em Direito Tributário - IBAM) – A colocação é a seguinte: e se o diretor da escola, por hipótese, resolver desviar o dinheiro? Quem será o responsável? O município, então o prefeito é quem responde. Portanto existe algo que não lógico no processo. Aparentemente, desburocratiza, mas deveria haver previsão de responsabilidade penal da direção da escola, não do prefeito, que não tem nada a ver com isso. Agora é pior ainda, porque é o Presidente da Associação de Pais e Mestres. E se ele desviar o recurso? Quem responderá penalmente?

A SRª ROSA MEDEIROS (PSB-PE) – Quem vai responder agora será uma entidade privada, não mais o diretor da escola. É a instituição privada que pode até não ser dirigida pelo diretor da escola, porque é uma autonomia dada ao grupo de pais e ao pessoal da comunidade que pode gerir. O diretor pode até sair dessa estória, porque lá é uma instituição privada quem vai receber o dinheiro. Essa é a questão sobre a forma como foi concebida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Serafim.

O SR. SERAFIM CORREIA (Economista e Auditor da Receita Federal) – Não tenho mais nada a declarar. Sinto-me contemplado pelas manifestações anteriores.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Francisco Rocha.

O SR. FRANCISCO ROCHA (Secretário de Fazenda de Diadema) – Farei apenas um rápido comentário sobre a questão de gastos

com pessoal. Quando falei que minha cidade gastava 80% era porque tínhamos uma receita – é até esdrúxulo o nome – extraordinária com dia, mês e hora para acabar, porquanto o Governo anterior fez, para essa receita, um custeio muito alto, conseqüentemente chegou a esse patamar.

Sobre a lei de responsabilidade fiscal, tem que existir um controle. Não vou discutir, mas simplesmente não se pode esquecer que há rombos financeiros e orçamentários que vêm há 30, 40 ou 50 anos. Não se pode dizer justamente agora que vai ter que ser assim ou "assado". Tenho certeza de que é preciso haver esse controle, mas ele não pode ser do jeito como está na atual legislação. A princípio, na primeira leitura que fiz, fiquei assustado. Falei para o Gilson: "Passou a lei. Vou-me embora porque não quero ser preso". Essa é a grande realidade. Acho que deve haver limites para tudo e transparência, como foi colocado. A administração pública é do povo, não do prefeito, então essa transparência tem que existir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Miquéias, você me chamou a atenção sobre Geraldo Brindeiro. Confesso que já poderíamos ter levantado muitas questões em relação a ele com os Senadores do Partido, mas não o fizemos ainda. Foi bom você ter dito isso, porque estaremos agora de olhos abertos e muito atentos em relação à gestão do Sr. Geraldo Brindeiro.

Obrigado aos companheiros, vamos ao almoço e voltaremos às 14h30min em ponto.

Painel III

EXPERIÊNCIAS DE ADMINISTRAÇÕES SOCIALISTAS



Expositores:

Deputada Luiza Erundina

Kátia Born – Prefeita de Maceió/AL

João Ananias – Prefeito de Santana do Acaraú/CE

Márcio França – Prefeito de São Vicente/SP

Reinaldo Melgaço – Representante do Prefeito

de Belo Horizonte Célio de Castro

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – O painel de agora refere-se às experiências de administrações socialistas de companheiros nossos que estiveram à frente de administrações municipais, que farão um relato condensado, resumido, ressaltando o que aconteceu de mais importante.

Vou começar pela Deputada Luiza Erundina, Prefeita de São Paulo do passado e do futuro.

A SRA. DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA – Companheiro Saturnino, nosso Presidente da Fundação João Mangabeira, companheira Kátia, companheiros da mesa, companheiros e companheiras, não vou fazer um relato da minha experiência até porque já faz dez anos desde a posse em 1989 até hoje. Foi uma experiência feita com base em outro Partido, embora do nosso campo da Esquerda Socialista. Entendo que entre o PT e o PSB as experiências diferenciam-se ou deveriam diferenciar-se na forma de governar, no método de gestão, mas há muita convergência, muito de comum, porque partimos de um compromisso idêntico no sentido de servir aos segmentos populares, à sociedade na sua expressão mais excluída, com um mandato colocado a serviço desses setores populares.

Inclusive trouxe um vídeo que, se houver interesse e tempo, poderá ser apresentado em um outro momento, não precisa ser hoje, com 45 minutos que condensa todas as realizações de governo e traduz um pouco o que foi aquela rica experiência de quatro anos administrando a cidade de São Paulo.

Para entendermos a evolução daquele processo e os desdobramentos dele no tempo, talvez devêssemos iniciar mostrando alguns dados sobre como foi a disputa interna do Partido e como saí candidata depois de uma prévia no interior do Partido dos Trabalhadores. Foi a primeira prévia que se realizou no País, inclusive com repercussão em nível nacional, porque se introduziu nos Partidos, começando por um Partido de Esquerda, um processo democrático interno em que, havendo mais de uma candidatura, se decidiu pelo candidato à eleição. Isso me pareceu extremamente interessante e rico, o que legitima muito a candidatura que vence a partir de um processo interno, que é uma verdadeira disputa eleitoral.

Aquela disputa eleitoral em São Paulo, em 1988, inclusive gerou debates na televisão, teve cobertura da mídia, torcida não só dentro, mas fora do Partido e foi de fato uma eleição prévia o que aconteceu no final daquele ano. Disputei com um quadro político importante, que foi Plínio de Arruda Sampaio, um paulista histórico, um Promotor Público renomado, ligado à Igreja, que teve uma participação importante na resistência à Ditadura Militar, portanto era,

certamente, muito mais credenciado, mesmo dentro do PT, do que eu. Eu era Vereadora, tinha sido Deputada, tenho origem sindical, com trabalho nos movimentos populares. Disputar com o Plínio polarizou muito o Partido.

Quem me apoiou e garantiu a minha vitória dentro do Partido foram, naquele momento, as chamadas Esquerdas, um setor de esquerda do Partido, e as bases não só do PT, que também torceram, influenciaram e, de certa forma, determinaram o resultado daquela disputa interna. De um lado ficaram os dirigentes do Partido, como Lula, José Dirceu e outros daquela época e do outro, os quadros intermediários e alguns como José Genuíno, Florestan Fernandes, que naquela ocasião, pelo menos Genuíno, eram da Esquerda do PT. Essas forças apoiaram a minha pré-candidatura e houve uma disputa com teses, programas e posições que polarizaram internamente o Partido. Foi muito rico e a candidatura saiu legitimada, com respaldo da militância, que, em grande medida, contribuiu para que na disputa eleitoral, no embate principal da disputa, que era com os outros candidatos e forças políticas, saísse a nossa vitória em 1988.

Eu não era candidata dos "capas pretas" do Partido, embora alguns deles estivessem secundariamente com a minha candidatura, e esse apoio das esquerdas era imaginando que eu ia de fato fazer um governo socialista, implantar o socialismo na cidade de São Paulo, com os soviéticos e tudo o mais que se possa imaginar. Eu acreditava, apostava e defendia isso como verdade, convicta e apaixonadamente: "Vamos implantar o socialismo na Prefeitura de São Paulo se chegarmos lá, fazendo conselhos populares deliberativos", que eram um verdadeiro poder paralelo ao poder do Estado.

Plínio de Arruda Sampaio dizia que deveria haver conselhos consultivos, sem criar dificuldades no interior do próprio governo, então a disputa se deu muito mais em nível de como gerenciar a cidade, numa polarização entre a Esquerda e uma proposta mais de Direita, se é que podemos chamar assim, dentro do Partido dos Trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que isso mobilizou a militância em torno da candidatura, criou dificuldades, porque os dirigentes do Partido e o aparelho partidário não estavam ao meu lado e não apostavam na minha candidatura. Lula, José Dirceu e outros não tinham restrições a mim como petista, no sentido de que eu fosse menos petista do que Plínio, muito pelo contrário, mas eles faziam cálculo eleitoral, o que era muito razoável e justo. Imaginar que eu, nordestina, desse tamanho, com essa "cara", com a minha origem, a minha trajetória, ligada aos movimentos populares de favela, que enfrentei a polícia, apanhando junto com a população favelada, então eu era sempre vista como a

vereadora e deputada dos favelados, logo eu seria uma prefeita dos favelados e isso seria muito duro para os paulistanos "quatrocentões" agüentarem. Evidentemente, o Plínio era muito mais assimilável, mesmo sendo do PT, do que eu. O cálculo eleitoral dizia que iríamos perder as eleições.

Vicente Trevas, que depois participou do governo como Administrador Regional da Sé, depois que fui eleita na prévia e ia começar a campanha, pediu uma reunião comigo e com outros companheiros para dizer que eu tinha comprometido o projeto político das Esquerdas, que passava por um acúmulo de forças que supunham uma candidatura para São Paulo de um perfil mais moderado, mais assimilável pela burguesia paulistana. Eu teria comprometido o projeto das Esquerdas do País por ter insistido numa pré-candidatura dentro do PT.

Portanto ninguém acreditava na candidatura, ia ser um fracasso e o Partido não se interessou, o Partido institucional, a direção partidária não se envolveu, não participou, não apostou, não viabilizou os meios. Foi essa militância aguerrida que pegou a candidatura na mão e disse que íamos levar, até porque era uma questão da disputa interna das forças que compunham o Partido de fazer valer uma decisão de maioria.

Começamos a nos preparar para enfrentar a disputa com os outros candidatos, que eram Maluf, o Serra, pelo PSDB, que estava começando, e o Leiva, que representava o Quércia. Então não eram pequenos os inimigos políticos e adversários que iríamos enfrentar naquela ocasião.

Quais eram os recursos? Eu tinha uma Brasília 72, comprada de um motorista que trabalhava comigo na Câmara, cujo marcador de combustível não funcionava, então como tinha pouco dinheiro, nunca andava com o tanque cheio e ficava tomando táxi no meio do caminho para chegar ao compromisso. O caminhão que carregava o som era tão velho – lembram-se daqueles Ford velhos – que não agüentava o peso do som. Quando havia alguma ladeira, ele não subia e tínhamos que improvisar um outro meio para fazer pequenos comícios na periferia de São Paulo. Eram essas as condições e toda a cidade não acreditava na minha candidatura. Essa foi a minha sorte, porque se tivessem acreditado, se eu tivesse crescido próxima às eleições, eles teriam conseguido um meio de impedir a nossa vitória naquela ocasião.

Cheguei à véspera da eleição em terceiro lugar. O Maluf estava na frente, o Leiva em segundo lugar e eu em terceiro, portanto ninguém acreditava, a não ser eu mesma. Não concordo com o companheiro quando disse que não acreditava, porque tem que acreditar! Tem que acreditar no impossível

para tornar possível aquilo que você está empenhado em conseguir. Acreditei mesmo, e nós, mulheres, temos uma coisa que vocês talvez tenham menos que é a intuição. Quando "encasquetamos" uma coisa e intuímos que vai dar certo, dá certo mesmo.

Gastamos 65 reais novos na campanha, com programa de televisão e tudo, quase igual aos quatrocentos do companheiro como vereador lá na cidade. Isso aconteceu numa disputa em uma cidade com dez milhões de habitantes, em comparação aos milhões e milhões de dólares do Maluf, do Quércia e companhia.

Com que programa? O nosso programa era mais um plano de lutas de uma posição radical do que um programa para governar São Paulo. Era assim: "Vamos estatizar o transporte coletivo em São Paulo", essa era uma das bandeiras. No fundo, era a pauta de luta das Oposições e dos movimentos populares. "Vamos congelar a tarifa", não vai haver reajuste de tarifa durante o nosso governo; "Vamos dar concessão de direito real de uso, vamos dar posse a todas as favelas que estejam em área pública, vamos desapropriar todas as áreas particulares onde há favelas e vamos fazer a concessão de uso à população", era nessa base, além da prioridade na educação e construir hospitais, escolas, creches e todas aquelas prioridades sociais.

Queria chamar a atenção, até por conta da discussão de ontem sobre o que é verdade inteira e verdade pela metade e o quanto isso tem impacto ou não numa disputa eleitoral, que aquilo era a nossa verdade, porque acreditávamos naquilo. A nossa vida inteira, todo o nosso tempo de militância em São Paulo era com os movimentos de moradia, de favela, luta por creche, por transporte, por participação popular, enfim, era uma plataforma de lutas que imaginávamos poder transformar num programa de governo a partir da nossa vitória no dia 1° de janeiro de 1989. Esse foi o primeiro elemento a ser considerado. Tínhamos convicção de que aquilo era verdadeiro, defendíamos com muita paixão e acreditávamos que fosse possível.

Houve uma virada de última hora, porque houve o voto útil por parte de quem viu que o Serra não tinha viabilidade. Esses votos foram carreados para a minha candidatura. Sem dúvida nenhuma, o voto útil funcionou na minha candidatura e houve uma virada, mas as pesquisas não refletiam absolutamente nenhum nível de crescimento. Um ou dois meses antes das eleições, eu tinha 18%.

Os que faziam a direção da campanha avaliavam assim: "Chegou a 18%! Está ótimo!". O PT nunca chegou a 15% em São Paulo, então chegar a

18% era excelente. Eu dizia: "Não, vamos ganhar". Era preciso acreditar em milagre para pensar que aquilo era possível.

Disputamos com um programa muito genérico, sem referência à realidade, embora conhecêssemos, pela nossa vivência, pois sou funcionária da Prefeitura de São Paulo – hoje sou aposentada -, a área social, os mecanismos e a estrutura do aparelho municipal. As questões financeiras, econômicas, da burocracia em si, as questões tributárias e mais substantivas de um governo não eram do nosso domínio, porque o Partido nunca tinha governado uma cidade daquele porte. Baseados em um plano de lutas, dizíamos a verdade, com convicção e paixão e isso, a meu ver, teve uma importância, um peso muito grande na disputa.

Ganhamos a eleição. Foi uma "zebra". Nos últimos dias, a coisa aconteceu e pensamos o que fazer com aquele programa que tínhamos, com toda a precariedade com que chegamos até aquele resultado eleitoral. Começamos a nos preocupar em compor uma equipe de governo que, por si mesma, tivesse tal credibilidade que pudesse compensar a falta de uma eventual representatividade minha por não ser de São Paulo e ter as condições e características que eu tinha, buscando os melhores quadros do PT, que eram Dalmo Dalari, Paulo Freire, Marilena Chauí, Paul Singer, Paulo Sandroni, professores da USP e da PUC. Então o primeiro escalão de governo era desse padrão. Sempre achei que qualquer Presidente da República gostaria de ter um ministério daquele, mas todas as pessoas eram teóricas: professores, pesquisadores, acadêmicos, escultores, filósofos que nunca tinham posto "a mão na massa" para administrar nem a casa deles por falta de tempo. Foi um enorme desafio.

Sucedi o Jânio Quadros. Derrotamos Maluf, Leiva, o que foi o mesmo que derrotar o Quércia, e procuramos fazer uma visita ao prefeito ainda na administração para tentar conseguir pelo menos informações sobre o orçamento do ano seguinte para termos uma idéia da situação. Começamos a estudar e conseguimos construir um projeto para os cem primeiros dias. Fizemos um plano de ação para os cem primeiros dias de governo para tomarmos pé da situação.

A posse foi num domingo, dia 1° de janeiro. No dia 2 de janeiro, houve uma chuvarada na cidade, uma tromba d'água que invadiu a cidade inteira e começou o inferno astral do nosso governo, porque todos os problemas da cidade tinham começado naquele dia, com a nossa posse. Eu era responsável pela chuva, pelas enchentes, pelas mortes que aconteceram naquela ocasião, então a partir daí acabou o "namoro", a "lua de mel" que a imprensa teve

comigo, até pela novidade da vitória inesperada. Eles me acompanharam até o Iraúna, porque fui visitar a minha cidade para beber na fonte e a imprensa nacional inteira deu cobertura, capa de todas as revistas, pelo inusitado que era uma pessoa de Esquerda, do PT, com essas minhas condições, ter conseguido a vitória. Aquilo teve repercussão no mundo inteiro: "A marxista ganhou a prefeitura de São Paulo". Essa era a manchete dos jornais do mundo todo e foi um "namoro" que durou até o dia da posse. No dia seguinte ele acabou e começou uma perseguição sistemática, sobretudo da mídia, representando os interesses da elite paulistana e a vingança da burguesia porque não aceitavam. Para eles, era um sapo grande demais para engolir o fato de serem governados por uma pessoa como eu e por um Partido como o PT.

Começamos fazendo um levantamento da situação que encontramos, que foi uma realidade não igual, mas muito próxima àquela que vamos encontrar após o Maluf e o Pitta. Era um verdadeiro caos. Se já haviam deteriorado a cidade até antes das eleições, naquele tempo, de 15 de novembro a 1° de janeiro, aproveitaram para arrasar o que restava, o que havia de equipamentos nas administrações regionais, alguma coisa de estoque, aumentaram as dívidas com os fornecedores, etc. e deixaram o cofre vazio, uma dívida de US$1,5 bilhão, que hoje correspondem a US$9 bilhões. A receita da prefeitura, na época, era de US$3,5 bilhões e hoje é mais ou menos US$7 ou US$8 bilhões. Proporcionalmente, era uma dívida tão grande quanto aquela que vamos enfrentar se chegarmos lá.

Os entraves eram muitos: primeiro, a falta de experiência, porque não tínhamos experiência administrativa, estávamos tateando, não só eu, mas toda a equipe de governo, que era qualificada, com muita vontade, dedicação e generosidade. Cada um assumiu para si a tarefa de viabilizar aquele governo, porque era uma questão ideológica, de classe. A burguesia queria apostar e eles avaliavam. A previsão deles era de que eu não duraria três meses, porque o caos seria de tal tamanho – e eles provocariam esse caos -, a ponto de justificar uma intervenção na cidade. Depois eles nos falaram isso, que a previsão deles era de que eu não conseguiria segurar o tranco por mais de três meses, quando eles fariam uma intervenção e tomariam de volta o governo da cidade.

Havia, por um lado, a inexperiência de toda a equipe, de outro lado, a nossa arrogância, dos petistas, porque tínhamos a verdade, só nós éramos honestos, só nós tínhamos compromisso com o povo. Começaram as dificuldades na relação com o aparelho que encontramos, com o funcionalismo que estava lá, com a burocracia e a cultura que predominavam nas relações institucionais dentro de uma prefeitura que tinha 438 anos, portanto uma máquina

que possuía gerações de servidores, cuja maioria não entrara por concurso público. Dois terços do conjunto do funcionalismo, que era composto de cerca de 120 mil pessoas quando assumimos, vinha de apadrinhamento, de clientelismo político, de favoritismo. Encontramos uma quantidade enorme de funcionários fantasmas, uma burocracia sem nenhuma informatização, porque era tudo à base de fichinha. A única coisa informatizada que havia era a folha de pagamento, que tinha mortos que ainda apareciam. Havia uma empresa municipal que ainda hoje existe, a Prodan, que possuía equipamentos muito modernos, com quadros técnicos de altíssimo nível, que ainda não havia informatizado a gestão pública da cidade, com uma máquina burocrática daquele nível de complexidade. Entendemos que isso acontecia porque a eles não interessava informatizar, uma vez que isso implicaria dar algum nível de transparência e colocar a informação à disposição pelo menos dos órgãos que executavam a política do prefeito e do secretariado. Então herdamos uma máquina absolutamente obsoleta, sucateada, com o funcionalismo desestimulado do ponto de vista salarial, uma vez que não tinham salários competitivos em relação ao mercado, e oprimido por uma gestão autoritária, do Jânio Quadros, que demitia os que participavam de greves. Portanto era um quadro de muita desmotivação, desinteresse e insegurança em relação ao que seria um governo do PT. É verdade que no primeiro dia já estavam todos de estrelinha no peito, nunca vi tanto petista dentro da Prefeitura de São Paulo como depois que entramos lá. Essa é a tática que o funcionário usa, sobretudo aquele que entra por apadrinhamento, com medo de perder a "boquinha", então ele já adere de pronto, dizendo que votou em você. Se eu tivesse tanto eleitor, não precisaria ter feito tanto esforço, tal era o número, sobretudo, de servidores públicos, numa clara intenção de falsear a realidade e, de certa forma, neutralizar um pouco a insegurança que eles sentiam com a nossa entrada na Prefeitura.

Havia, a meu ver, uma atitude muito prepotente nossa, dos nossos quadros dirigentes que foram governar comigo, que procuraram se vingar daqueles que os oprimiram, porque havia muito petista que era funcionário e toda uma história de relação dos movimentos populares com o Executivo Municipal, passando pelo Jânio e os outros, que representaram experiências duras, de repressão, enfrentamento de força policial, absoluta falta de democracia. Quem entrava agora se vingava daqueles que o oprimiram, o que foi trágico, porque não contávamos com ninguém que tivesse o controle da máquina, que conhecesse onde as coisas estavam. Tanto é assim que no ato de posse assinei uma série de decretos e a primeira edição do Diário Oficial da minha gestão veio totalmente atrapalhada, porque o título era de uma coisa, o texto era de outra, o número do decreto era um, a matéria de que tratava era outra, exatamente

para desmoralizar o governo no primeiro dia. Já começamos instalando uma comissão de inquérito, de investigação administrativa para verificar quem fez isso. Imagine se o órgão responsável pelo Diário Oficial de uma cidade daquele porte poderia cometer aquele nível de erro, a não ser por um boicote, uma tentativa de desqualificar e desmoralizar o governo desde o primeiro dia. Estou dizendo isso apenas para dar alguns exemplos do que foi o enfrentamento naquela situação.

Um outro ponto limitador e entrave forte foi com a Câmara Municipal de São Paulo. Tínhamos minoria na Câmara e ficamos assim durante quatro anos, primeiro porque queríamos introduzir uma nova cultura política na relação com o Legislativo, com a idéia de que são dois poderes autônomos e independentes, que um não deve interferir no outro, que deve haver respeito mútuo, cada um com as suas competências. Agimos assim, negando uma tradição e uma cultura de conivência, como aconteceu com o Pitta. Quem governava a cidade eram os vereadores. Cada um loteava a cidade por administração regional, então fizeram e desfizeram em cada uma delas.

Não conseguimos maioria na Câmara, até porque fomos estreitos, não tivemos uma política de alianças, apesar de termos ganhado as eleições em aliança com o PCdoB e o PCB, que eram, na época, menores ainda do que são hoje, o que não justificava o fato de não terem vindo participar do primeiro nível de governo. Pusemos o PCB na funerária, para vocês verem o nível de burrice e de autoritarismo que tivemos. Então o máximo que demos ao PCdoB foram cargos técnicos nas regionais e, ao PCB, a administração da funerária, que era um antro de ladrões, de traficantes de drogas. O PT era puro para governar a cidade. Entramos bem, porque não conseguimos maioria na Câmara e indispusemos esses aliados nossos que estavam presentes também na luta social, nos movimentos populares, no movimento sindical, na luta da sociedade. Eles eram parceiros nossos, mas com muito má vontade pela forma grosseira e autoritária como nós os tratamos. Portanto governamos quatro anos com vereadores que não tinham mais o que fazer, porque em São Paulo – até hoje também – eram "office boys" de luxo para encaminhar reivindicações da população ao prefeito, levar resposta positiva para se creditar junto a ela e depois cobrar votos na época de eleição. Era asfalto, canalização de córrego, escola, creche que o vereador reivindicava e o prefeito atendia a partir de critérios fisiológicos, clientelistas. Com o corte do ar deles, ficaram até com uma crise existencial: "Agora vamos fazer o quê", porque a Prefeita ia diretamente conversar com a população, discutir o orçamento, verificar as necessidades, decidir com a população que ruas seriam asfaltadas primeiro, onde construiríamos determinada escola, o que faríamos com determinada creche,

onde criar centros de juventude, reativar um centro esportivo. Quer dizer, tínhamos um processo de gestão efetivamente descentralizado não só através dos administradores regionais, a quem delegávamos o máximo de poder, embora a legislação não permitisse, porque ampliamos os poderes o mais que pudemos, dentro da institucionalidade que estava ...

... o administrador regional ia receber as pessoas em audiência, se tivesse pessoa da população, do movimento, e chegasse um vereador, o vereador tinha que ir para a fila, atrás do último da população, porque vereador é igualzinho aos outros. Agora vocês imaginem um vereador ser tratado igualzinho a uma companheira lá da Luta de Creche etc. Claro, do ponto de vista ideal, deveria ser assim, mas do ponto de vista institucional, da relação entre os Poderes, você dar esse tratamento a um vereador, era uma morte para mim e não para o regional. Quer dizer, todo dia eu tinha um vereador na minha porta, no meu gabinete, telefonemas, era um inferno para o meu líder de governo na Câmara com as queixas dos vereadores, verdadeiras ou não, dos maus-tratos que eram dados a eles nas administrações regionais. Então, eram dificuldades muito grandes por uma inexperiência enorme e por uma atitude a meu ver autoritária, prepotente nossa naquela ocasião e que só com experiência fomos alterando e modificando.

Um outro entrave era o Tribunal de Contas municipal, porque no segundo dia da minha gestão quem foi a primeira pessoa que eu atendi em audiência? Foi o Presidente do Tribunal de Contas, o mesmo com quem eu tinha conversado, fazendo uma visita em nome da minha bancada como líder da bancada para conhecer o Tribunal e ver o que poderíamos usar do Tribunal como vereadores na fiscalização ao Executivo, no desempenho das nossas funções como legisladores da cidade. E nos ofereceram um banquete, um almoço, porque o Tribunal de Contas de São Paulo é um disco voador onde estão todas as maravilhas do mundo, com mordomias, com vitaliciedade dos conselheiros, que têm uma mordomia incrível, elevador privativo, automóvel com motorista particular, ficar ali até os 70 anos, revezavam-se entre eles na presidência do Tribunal etc. E naquela minha primeira visita a eles, ofereceram-me cargos para eu preencher com pessoas da nossa bancada, que eu indicasse pessoas para eles preencher com cargos do Tribunal, quer dizer, numa clara demonstração de querer nos comprar para poder não criar dificuldades na relação com eles.

Bom, eu disse: não temos ninguém para indicar e não queremos. Nós temos os cargos que são próprios de cada gabinete e da bancada, portanto, não precisamos indicar cargos para o Tribunal. Eu sabia que eles estavam

querendo cooptar a nossa bancada. Então, foi aquele mesmo presidente que ao me tornar prefeita me procurou no segundo dia de gestão, com uma lista de demandas, de reivindicações e dizendo o que eu deveria fazer. Essa não sabe de nada, é uma idiota, nós é que vamos mandar naquela prefeitura! E entre outras ordens que ele dava nessa planilha que me levou era mandar um projeto de lei para a Câmara criando um certo número de cargos, que eu não me lembro quantos eram naquela ocasião. E aí eu associei àquele outro momento. Se naquele momento ele tinha cargos sobrando para oferecer a vereador e cooptar vereador, por que agora ele veio me pedir ampliação de cargos? E eu recebi a demanda e nunca encaminhei o projeto de lei, nem atendi às demandas que não faziam sentido atender. Então, aquilo gerou uma tensão desde o primeiro diz, porque aqueles conselheiros eram todos indicados pelos prefeitos que me antecederam: Jânio Quadros, Maluf etc. Os cinco conselheiros eram todos cabos eleitorais de Maluf, de Jânio etc. E meu governo estaria submetido ao controle, à fiscalização daquele órgão municipal. E isso chegou ao limite que eles só faltaram entrar no meu gabinete, abrir a gaveta da minha mesa para saber o que tinha dentro. Aquilo foi a gota d'água e aí eu virei a mesa e disse que não atendia mais a eles. E foram quatro anos de inferno na relação com o Tribunal de Contas.

Só para ter uma idéia, o Tribunal tem mais de 30 anos de existência, nunca rejeitou conta de prefeito nenhum; rejeitou todas as minhas contas, todas. Mandavam o parecer para a Câmara pela rejeição, a Câmara aprovava. Só não aprovou a primeira porque a sociedade paulistana e brasileira se mobilizaram, porque a rejeição daquelas contas poderia levar à cassação do meu mandato. Não que fosse suficiente para isso, mas certamente com a vontade que eles tinham de criar um pretexto para me cassar, aquilo seria um pretexto importante se minhas contas não tivessem sido acolhidas pela Câmara Municipal, isso por uma pressão muito forte dos movimentos. Os movimentos de fato acamparam na frente da Câmara Municipal de São Paulo quatro dias e quatro noites, numa época chuvosa e fria, enquanto não arrancaram a aprovação da Câmara daquelas contas eles não saíram da porta da prefeitura. E nisso houve uma forte mobilização. Até Mário Amato, que era presidente da FIESP, além dos cardeais, dos bispos, das lideranças sindicais, das três centrais sindicais foram lá me respaldar porque sabiam que eu podia ter todos os erros do mundo, mas não teria cometido erros em contas que pudessem significar algum desvio ético ou algum comprometimento moral da nossa gestão e da nossa administração.

E depois, eu já havia saído do governo e as outras três contas foram rejeitadas, mas foram depois arquivadas no Judiciário porque não havia absolutamente razão, motivo nenhum para a rejeição daquelas contas. Mas era

a perseguição, a vontade que o Tribunal de Contas tinha de inviabilizar o nosso governo, dificultar a nossa gestão e de provar que não éramos capazes e que havia sido um equívoco da maioria da população nos eleger prefeita daquela cidade.

Qual era outra dificuldade que tínhamos? Com os governos estaduais. Eu passei pelo Governo Quércia. Quando me elegi, o Governo Quércia ainda tinha dois anos de gestão; e os outros dois anos de gestão passei pelo Fleury. E em nível federal foi o Sarney, que estava no finalzinho de governo, e as vezes em que fui lá, como Prefeita de São Paulo, tentar encaminhar a solução de algum problema da cidade, eu voltava com pena dele e quase que tentando encontrar meio de a Prefeitura de São Paulo ajudar o Governo federal, tanta era a penúria, a choradeira, a inércia e a incompetência do Governo Sarney naquele final de gestão dele. Peguei os dois anos do Collor, peguei o Itamar, que também não foi muita coisa, é bom também desmistificarmos. O que significou? Que eu não tive um aval para contrair empréstimos externos, embora eu tivesse projetos aprovados pelo Banco Mundial, pelo BID, pelo governo japonês, pelo governo italiano, pelo governo francês, porque todo mundo tem capital em São Paulo e tem interesse em investir na cidade de São Paulo, mas eu precisava de aval da área econômica do Governo, que nunca me deu aval e eu nunca recebi um centavo de nenhuma fonte financiadora de fora do país. E nem no nível federal, muito pelo contrário, eu tinha aquela dívida que o Jânio deixou e que também o Covas deixou, o Covas deixou uma dívida com o Banco do Brasil por um financiamento para a área de transporte, que estava acumulado há anos; assim como o Jânio tinha dívida com o Banco do Brasil há anos. No primeiro mês do meu governo eles acionaram a prefeitura para pagar aquelas dívidas que estavam atrasadas e acumuladas há anos. E eu tentei não pagar, passar uns três meses sem pagar, no quarto mês, quando fui sacar a receita que a prefeitura tinha tido naqueles três meses, eles haviam fechado a conta, ou seja, a possibilidade de acesso à receita que a prefeitura dispunha lá no Banespa, que era o banco que gerenciava a receita municipal.

Portanto, eu era tachada pelo PT de administrativista, que não enfrentava os governos e a burguesia e por isso eu pagava as contas, mas é que eu não tinha nem a opção de não pagar, se eu não pagasse eu não tinha nem o cotidiano para manter creche, manter escola, pagar o funcionalismo etc. Quer dizer, essa história de dizer não paga a dívida, depende de quem está acima de você. Se você estiver no topo, você pode dizer: não pago. Tem conseqüências, mas não aquelas de quem está abaixo do topo e nos dois patamares. Isso é uma condição política de você optar pelo não-pagamento da dívida, porque a resposta vem e vem de forma categórica, imediata e irremovível, que era impedir que você

dispusesse da receita que a cidade havia gerado naqueles meses durante o nosso governo.

E a mídia? A mídia era um inferno. Ao amanhecer, a primeiro coisa que eu fazia era ler todos os jornais do dia. E aí era uma agonia. Quando chovia eu não dormia de noite. Eu saía com um secretário pela rua procurando buraco, procurando algum saco de lixo, porque se a imprensa encontrasse algum saco de lixo nas calçadas, porque a casa pôs o lixo para recolher fora do horário que passava o caminhão, no dia seguinte era manchete: a cidade está cheia de lixo, a cidade está cheia de buraco. E aí era a mídia desmoralizando a administração.

E aí eu assumi aquilo como se fosse uma questão pessoal. Eu me sentia pessoalmente responsabilizada por aquelas críticas, por aquela pressão que eu sofria. Até que a partir de um certo momento eu entendi que aquilo era um jogo que eles estavam fazendo contra nós, eu não podia entrar naquele jogo e certamente dificuldades e problemas sempre tem numa cidade daquele porte, mas não ao nível que a imprensa, a mídia procurava passar para nos desmoralizar e nos desqualificar, nos comprometer diante da opinião pública.

De outro lado, as realizações do governo, quando começamos a conseguir fazer realizações no governo – o Chico falou, eu me lembro as obras do Vale do Anhangabaú que nós concluímos, Jânio Quadros deixou um terço da obra pronta, nós tivemos que fazer dois terços com menos dinheiro do que aquilo que ele gastou em um terço, porque era obra superfaturada e nós concluímos a obra, urbanizamos o centro da cidade, foi uma obra de impacto na cidade, porque é uma região que liga o sul ao norte da cidade num tráfego intensíssimo durante todo o dia e inclusive à noite, então foi uma obra que teve um impacto em termos de melhoria do trânsito e do tráfego no coração da cidade. Então, no dia da inauguração, a Globo foi antes, como fazia sistematicamente para poder notificar a conclusão da obra, mas quando era a hora da prefeita ir lá para fazer o ato oficial de inauguração eles não apareciam. Aconteceu isso, por exemplo, na inauguração do autódromo de Interlagos, que foi um dos feitos da nossa gestão. O Brasil tinha perdido o grande prêmio de Fórmula 1 porque houve um acidente grave no autódromo do Rio de Janeiro e o autódromo de São Paulo estava sucateado, velho e acabado. E nos primeiros dias do meu governo fui visitar o autódromo. Eram 1 milhão de metros quadrados de uma região muito valorizada. E aí eu disse: ou eu acabo com esse autódromo que só servia para os filhos dos ricos irem treinar Kart, com os custos de manutenção daquilo lá, ou então transformo isso em outra coisa, vou lotear, fazer casas populares etc. Mas aí eu pensei: isso aqui pode ser uma

fonte de receita importante. E aí entrei em contato com o representante da FIA, a Federação Internacional de Automobilismo, e tive a sorte de encontrar um italiano que simpatizou comigo, acreditou em mim e aí sim: nós vamos recuperar o autódromo de Interlagos. E faltavam poucos dias para a FIA se reunir e decidir onde seria o Grande Prêmio de Fórmula 1 se no Brasil ou em outros países. E sete países disputaram com o Brasil a realização do grande prêmio. E me lembro que esse italiano, representante do Brasil na FIA, ligou-me da França dizendo: olha, prefeita, a senhora tem um segundo para dizer se a senhora garante recuperar no tempo necessário o autódromo a ponto de ser um autódromo seguro, que não implique nenhum risco e esteja dentro do padrão da FIA, ou então o Brasil perde o grande prêmio de Fórmula 1. Eu tremia nas pernas, mas disse: pode fechar que nós vamos garantir. E ganhamos o grande prêmio de Fórmula 1 para o Brasil por dez anos e com possibilidade de mais 10 anos. E aí foi uma agonia porque não era pouco dinheiro, eram milhões. Daí encontramos uma saída, que foi uma operação com a Shell em que a prefeitura faria a concessão de áreas públicas por um número de anos para que eles pudessem instalar postos de distribuição, e daria 5% do seu faturamento líquido para os cofres municipais. Era um negócio bom, nós garantíamos a vinda do grande prêmio, tínhamos um receita de 5% em áreas que estavam ociosas... A prefeita tinha competência para isso. O que a Câmara alegou, até pela disputa, porque tinha vereador que tinha sido secretário de esporte e não tinha nunca conseguido ou se proposto àquilo. Então, a ciumeira cresceu e me processaram. A Câmara moveu um processo contra mim porque eu teria feito aquilo sem licitação. Mas eu tinha antecedentes na própria prefeitura e a minha assessoria jurídica me deu todas as garantias formais e legais de que aquele procedimento era legal, aquilo era um benefício para a cidade, ou se fazia naquele tempo ou a cidade perdia, portanto aquilo teria um retorno, economicamente interessava a cidade. Do ponto de vista legal eu tinha o parecer dos técnicos e juristas que me assessoravam de que era legal. Fechei o negócio e aí foi um inferno com a Câmara Municipal.

Daí, quatro meses de recuperação do autódromo, a FIA em cima, na época o nosso campeão ainda estava no páreo e visitava vez por outra para verificar as condições, porque eles estavam muito escaldados com o acidente grave que deixou paraplégico um piloto numa corrida no Rio de Janeiro, e eles tinham muita insegurança de trazer para o Brasil novamente o grande prêmio porque aquilo implicava o comprometimento da imagem da FIA mundialmente.

E conseguimos em quatro meses, com esse mecanismo, sem tirar um tostão da prefeitura, e o PT me criticando: isso tinha que ser casa popular e não corrida de automóvel! E eu tinha os cálculos que minha área financeira me

dava de que aquilo ia render ISS em grande medida e ativar a economia numa época de recessão, que foi na época do Plano Collor I, em que a economia estava realmente desativada, não havia dinheiro em circulação na época da Zélia Cardoso de Melo, então a cidade estava economicamente em dificuldades e a ativação do grande prêmio, com a ativação da infra-estrutura hoteleira, do turismo de negócios na cidade e a realização do grande prêmio, que traz milhares de pessoas do mundo inteiro, eu tinha os cálculos e a certeza de que aquilo era bom para a cidade do ponto de vista inclusive econômico-financeiro.

Então, nós bancamos, mas não foi ninguém do PT, o Lula não foi assistir ao grande prêmio em protesto, porque aquilo era para fazer casa popular, casa popular que eu não ia resolver nem 1% das demandas, das necessidades da cidade. Mulher que administra o orçamento doméstico sabe calcular e sabe o que dá para economizar aqui e acolá e eu sabia que aquilo era bom para a cidade. Era bom não só financeiramente, mas era bom politicamente. Quer dizer, projetou-se para o mundo inteiro uma imagem de um autódromo que ainda hoje é um dos mais modernos do mundo, um dos mais seguros do mundo e consta de toda agenda internacional do automobilismo como um dos centros mais importantes do automobilismo mundial. E eu tenho orgulho dessa obra.

E quando nós fomos inaugurar o autódromo, no dia seguinte já era a corrida, o Collor de Melo era presidente havia quinze dias... No dia da inauguração eu já estava com a imprensa repercutindo o processo que estavam movendo contra mim na Câmara Municipal e no Tribunal de Contas; eu estava com o coração chorando, sofrendo aquela dor daquela injustiça, mas eu tinha certeza de que tinha feito uma coisa boa para a cidade. No dia seguinte foi um delírio, porque os brasileiros se sentiram com muito orgulho de presenciar aquela disputa no Brasil, naquele padrão de modernidade em que estava o autódromo de Interlagos.

Só que a Globo tem a exclusividade para cobrir o evento mundialmente e na hora de entregar a taça ao primeiro no podium, quem foi que apareceu na Câmara?, foi o Collor, eu deveria entregar ao segundo. Não é nenhum ressentimento, mas só para dar exemplo do poder dessa mídia e do jogo dela a serviço dos interesses de classe, quando os interesses de classe estão em jogo numa cidade cujo poder esteja nas mãos de um setor da sociedade que não é aquele que detém o poder econômico e, conseqüentemente, não aceita não ter também o controle e o poder político.

Bem, e o que foi que marcou a nossa gestão? Qualquer gestão séria, seja de Direita, de Centro ou de Esquerda, prioriza o social: educação, saúde,

habitação popular, saneamento básico, creche, infra-estrutura urbana etc. Não é preciso ser de Esquerda para fazer um governo com essas prioridades, embora deva ser uma marca de uma gestão democrática, popular, socialista, que o social é prioridade. E isso nós garantimos. Cerca de 50% do orçamento da cidade durante quatro anos foi para esses investimentos. De fato nós deixamos a saúde muito melhor. Em 438 anos a prefeitura tinha construído 8 hospitais; em 4 anos nós construímos 6 hospitais. Nós passamos de 1,4 leito por mil habitantes para 2,4 leitos por mil habitantes e com atendimento de qualidade, importamos os mais modernos, fizemos mais de 50 concursos públicos para preencher os quadros funcionais da saúde, mais de uma centena de postos e unidades básicas de saúde, assim como dezenas de escolas municipais, numa política de educação nas mãos de Paulo Freira, que podemos imaginar a qualidade que foi aquela política educacional. Com a cultura nas mãos de Marilena Chauí, multiplicaram-se centros de cultura pela periferia da cidade e fez-se uma política de cidadania cultural. Não era aquela cultura de grandes eventos a que só uma minoria tem acesso, ou mesmo eventos em que uma política cultural fica apenas na realização de eventos, mas era de fato uma criação de espaços de expressão e manifestação cultural em cada recanto da cidade, e São Paulo é plural do ponto de vista cultural, tem uma diversidade cultural fantástica, só que nem sempre tem espaço de expressão e de manifestação das diferentes experiências e origens culturais que existem naquela cidade. Então, a experiência cultural do nosso governo foi um marco.

Além disso, e acho que não precisa ser de Esquerda para fazer isso, o que configura mais uma gestão democrática e popular? É o método de gestão, é a cultura na forma de ser governo, é a relação povo/governo. A meu ver isso é que marca a diferença entre um governo democrático e popular e um governo tradicional, conservador, de Direita. É você alterar a cultura política na forma de ser governo, na relação povo/governo. E aí é a dimensão democrática da proposta. Por que era uma proposta democrática e popular? Popular porque a prioridade eram os setores populares, eram os programas sociais, era o atendimento às demandas dos segmentos mais pobres da população. E por que democrático? Porque governamos, de fato, com divisão de poder na cidade. Não é descentralizar só responsabilidades, descentralizar só a execução das decisões, era descentralizar o poder, tirar poder do núcleo central do Poder, que é o prefeito e o primeiro escalão de governo, e passar esse poder para as mãos de quem está mais próximo do cidadão. E aí nós criávamos o planejamento de governo local, que integrava as ações de governo no âmbito de cada administração regional. A menor administração regional tinha 600 mil habitantes. Portanto, não governar aquela cidade

descentralizadamente era uma irracionalidade, no mínimo, uma burrice, só que não tivemos força política no Legislativo para fazer a reforma administrativa que queríamos, que era mais do que uma reforma administrativa, era uma reforma do poder do estado em nível municipal, criando instâncias de poder com autonomia orçamentária, com autonomia administrativa, com autonomia política no nível de cada subprefeitura, a idéia era criar subprefeituras no âmbito de cada administração regional, eleger um conselho de representantes eleito pela população e esse conselho gerenciar, administrar e governar junto com o subprefeito ou o administrador regional a gestão daquele pedaço da cidade.

Então, o que foi que marcou? Prioridade social: 50% do orçamento nos quatro anos para o social. A outra dimensão, a democrática com efetiva participação popular, descentralizando a gestão, descentralizando o poder e criando mecanismos de controle, fiscalização e participação da sociedade na gestão da cidade. Implantamos o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, o Conselho de Saúde, a Coordenadoria Especial da Mulher, a Coordenadoria Especial do Negro, a Coordenadoria Especial dos Idosos, que tinham gerência direta e efetiva nas decisões de governo no âmbito de cada setor da administração municipal.

Para concluir, entendo que aquela experiência foi um marco na história das esquerdas no país. A meu ver, não deveria ser assumida como a experiência de um partido só e lamentavelmente esse partido não incorporou essa experiência, foi como se não tivesse tido experiência de governo petista na cidade de São Paulo. Eles projetavam Porto Alegre, claro, uma excelente experiência, projetavam Santos, com Telma de Sousa, projetavam experiências menores de cidades menores e a experiência do Governo de São Paulo era como se não existisse. Reconheço que havia falhas, erros, problemas, mas essas falhas, erros e problemas teriam que ser assumidas pelo partido como suas e como tal ter realmente assumido isso e ter incorporado ao seu patrimônio histórico e de experiência política uma experiência inusitada na história das esquerdas no Brasil, que é governar a maior cidade do país, o terceiro orçamento do país e a quarta maior cidade do mundo. Lamentavelmente, o acervo que nós registramos na nossa assessoria de comunicação e que ficou em vídeos, quando terminou o governo o companheiro que guardava e que tinha o controle desse material, quando perguntou a um dirigente do partido o que fazer, ele falou: joga fora, queima. E embora ele não fosse petista ele tinha consciência de que aquilo era algo importante na história daquela cidade, guardou em sua casa e recentemente ele me entregou. E hoje faz parte do acervo (Palmas.) da nossa experiência de governo, que está na UNESP, porque criamos um Centro de Documentação e Estudos da Cidade de São Paulo, uma espécie de ONG,

fizemos convênio com a UNESP, que tem a guarda desse acervo no seu centro de memória, que contém outros acervos, e esse acervo está sendo enriquecido com todas as outras experiências e outros documentos da cidade e hoje é um centro de estudos e pesquisa que é consultado por pesquisadores do mundo inteiro sobre a história política e administrativa da cidade de São Paulo.

Bom, em grandes linhas era isso, companheiros e companheiros, e um outro capítulo, que não dá tempo de contarmos, é a relação não só com o partido, mas a relação com os movimentos sindicais e com os movimentos populares, que também foi muito difícil, foi muito conflitante, primeiro pela expectativa que geramos de que íamos fazer uma experiência socialista em São Paulo e que íamos resolver aqueles problemas todos, que eram a agenda de luta do movimento. Isso ficou comprovado que não era possível. Mesmo aquelas propostas de estatizar o transporte não dariam certo. Congelar tarifas era paralisar o transporte na cidade. Eles queriam salário, não importava se tinha ou não orçamento, eu abria o orçamento para eles. Eles diziam: não queremos saber de orçamento, a obrigação sua é a vontade política – aquela história de vontade política –, nós fazíamos o máximo, dávamos o máximo, mesmo assim eles faziam greves de nove dias, como o transporte fez e quase que houve intervenção em São Paulo pelos nove dias de greve que eles fizeram numa só greve do transporte coletivo, numa cidade que transporta mais de 6 milhões de pessoas no transporte sobre rodas, que é o transporte coletivo de ônibus na cidade.

E a relação com os movimentos populares. Eu sou originárias dos movimentos populares. Então eles imaginavam que eu na prefeitura resolveria todos os problemas dos movimentos populares. E eu tinha uma dificuldade de não atrelar e não criar nenhuma dependência dos movimentos em relação ao nosso governo. E isso foi algo muito interessante, teve uma dimensão pedagógica muito rica, que numa outra oportunidade poderemos contar, porque foi uma experiência de aprendizagem, de reeducação nossa de dirigentes do governo e acredito que também dos movimentos populares.

Só quero dar um exemplo para terminar. Um dia o movimento popular de saúde veio ao governo do estado para reivindicar mais verbas para a saúde. E eles já vinham discutindo comigo o orçamento da saúde para o ano seguinte. E tínhamos acordado com eles o montante de recursos, que era o máximo que eles já haviam conseguido numa gestão municipal. Mas como eles tinham ido de ônibus para pressionar o governo do estado, aproveitaram e foram também no gabinete da prefeita. E chegaram em grande quantidade, gritando palavras de ordem, reivindicando, cobrando, embora já tivesse sido acertado com eles.

Eu desci, muito irritada, e disse a eles que não estavam sendo justos comigo, com a prefeita, porque eles sabiam que nós tínhamos discutido isso, já tínhamos atendido todas as demandas deles e agora eles vinham nos cobrar com o mesmo nível de pressão que eles faziam com o Governo do Estado. Aí uma liderança do Movimento de Saúde, a Zulmira, lá da Zona Leste, virou-se para mim e disse: mas foi você quem nos ensinou a fazer assim! E foi mesmo, quando eu estava do lado do movimento eu não queria saber se tinha ou não dinheiro.

Então, são essas coisas, eu teria n situações para relatar o quanto foi uma experiência pedagógica, uma experiência de educação concreta povo/ governo e eu saí, uma coisa que me deu muita alegria foi de não termos tido um caso de nenhum movimento que tivesse minimamente sido prejudicado ou esvaziado por alguma atitude autoritária ou alguma atitude de cooptação do nosso governo em relação a eles. E eles nunca deixaram de reivindicar, mas, por outro lado, nunca deixaram de defender o governo na hora em que o governo estava sob risco, sob ameaça por parte dos que faziam oposição ao nosso governo.

Muito obrigada e me desculpem pelo tempo que levei. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Uma história excelente, todos nós ficamos aqui a pensar tantas coisas porque isso enriquece profundamente nossas experiências todas, até dos mais vividos como eu.

Agradecendo, então, à nossa companheira e líder, vamos passar ao pólo oposto, uma pequena cidade do Ceará e dar a palavra ao nosso Prefeito João Ananias.

O SR. JOÃO ANANIAS (Prefeito de Santana do Acaraú-CE) – Boa tarde a todos os companheiros e companheiras, saudando a Mesa na figura dessa expressão popular e de simplicidade e de magnitude ao mesmo tempo, que é a companheira Erundina que, com a sua experiência e a sua garra, eu sempre digo...

... cosmopolita como é, de dez milhões de habitantes, e se eleger prefeita diante daquelas feras todas. Isso por si só já é um sinal muito claro da sua competência e do seu fulgor político, da sua verve política com que nós temos hoje o prazer de conviver para nos incentivar e servir-nos de exemplo nos momentos mais difíceis e mais duros que vivemos.

O Senador disse: vamos passar ao pólo oposto. Eu acho que colocaram Santana com o propósito talvez de mostrar as ambigüidades e as adversidades deste grande Brasil. Temos vários prefeitos e prefeitas em várias capitais, em

cidades grandes e temos uma cidadezinha pequena, incrustada no sertão do Ceará, com 27 mil habitantes, numa das regiões mais pobres do Brasil e a renda per capita mostra – e mostrei isso hoje no painel pela manhã – que o interior do Estado do Ceará vive 85,6% da sua população com 1,05 dólar/dia de renda per capita. Essa a nossa realidade lá: 1.05 dólar/dia, onde com essa conjuntura gerada pelo desemprego estrutural, gerada pela não-absorção mais das grandes cidades da força de trabalho que comumente, através do êxodo rural, se transferia para as cidades-pólo, como Fortaleza, São Paulo, Rio, nós tivemos que, nos últimos anos, conviver com a realidade inversa. Em função desse desemprego se deu uma nova realidade, vem acontecendo uma nova realidade onde as pessoas começam a tencionar, principalmente as elites, eu não diria elites do ponto de vista econômico-financeiro, mas do ponto de vista do pensamento do pequeno burguês, das aspirações do pequeno burguês que hoje começam a tencionar em cada município pela resolução das suas necessidades ou dos seus anseios. O povo sempre ficou, ele que foi acomodado de cima para baixo ou imposto, ele se acomodou em função da imposição de cima para baixo, de que ele não tem que ter anseio, ele tem que lutar para escapar, ele escapando já é grande coisa. Mas as elites sempre queriam ter seus filhos nas universidades, queriam que seus filhos ocupassem os melhores postos de emprego e elas sempre conseguiram isso através do domínio da terra, através do poder econômico, através da concentração da renda nas mãos de poucos eles conseguiam implementar esses sonhos, esses anseios.

E hoje a coisa mudou. De certo tempo para cá a própria política globalizante, que falseia a realidade do discurso colocado, ela explode nos municípios na forma do desemprego, da violência, que antes era uma característica dos grandes centros.

Eu sou prefeito pelo segundo mandato. Fui eleito prefeito em 88 quando o nosso município era dominado por uma oligarquia de 30 anos da minha própria família e nós rompemos com isso. O mandante, o coronel do nosso município era deputado federal, o filho deputado estadual e a filha prefeita do município, era a santíssima trindade. Então nós começamos com os movimentos dos professores, dos estudantes e principalmente algumas lideranças do campo, de pouquíssimas associações comunitárias existentes no município, começamos a fazer uma verdadeira caminhada pelo município, mostrando que podíamos reagir a isso. E tivemos uma eleição, em 89, histórica no município, quando uma grande frente, não de partidos, porque éramos nós e o PDT, até o PT nesse momento estava com candidatura própria, nós conseguimos transformar a campanha no grande ponto de convergência e de

discussão das questões locais e do que vinha se sucedendo no município. A eleição se deu e nós ficamos então com o grande imbróglio na mão. Criamos uma expectativa, da forma como a Erundina colocou, uma grande expectativa, era uma mudança de um pólo ao outro, com propostas avançadas e nós não tínhamos nem experiência, eu tinha acabado de sair da Faculdade de Medicina, onde tinha feito um curso de pós-graduação em saúde pública, e nunca tinha administrado absolutamente nada do ponto de vista da coisa pública. E nós ficamos com uma responsabilidade muito grande e com uma ansiedade, uma angústia muito grande também, porque o que é que nós iríamos fazer no dia seguinte?

E tivemos então, por conta dessa inexperiência, talvez, um grande acerto, porque nós não quisemos, em nenhum momento, inventar a roda ou inventar nada. As coisas estão completamente inventadas, nós vamos tentar simplesmente escutar as pessoas, vamos tentar simplesmente administrar ouvindo o universo-alvo do próprio sentido do município, do poder público municipal. E aí começamos num município onde não tinha absolutamente nada do ponto de vista da organização do povo. E começamos a ouvir as pessoas em pequenos grupos ou pequenas comunidades tentando agrupar, tentando facilitar esse processo de organização, claro que com o poder na mão, e quem tem compromisso, tem vontade política facilita sobremaneira.

Em pouco tempo, desmistificando também o que é dito por muitos que o processo de organização do povo é uma coisa lenta e trabalhosa, depende muito das circunstâncias e dos fatores que possam influenciar. E o poder, sem dúvida nenhuma, num município como o nosso foi um fator preponderante como facilitador desse processo de organização.

E começaram a surgir pequenos grupos de pequenas comunidades que não vinham sequer à sede. O povo, principalmente o homem e a mulher do campo, vinha à cidade com a cabeça baixa, ele era chamado apenas para bater palmas e para votar, era um instrumento de voto. Só serve para o voto e volte para o seu canto e fique lá até que eu lhe chame novamente.

Nós começamos a inverter tudo isso, começamos a fazer um trabalho na zona rural, o município tem 1.085km2, de pobreza extrema, com altos índices de mortalidade infantil, eram 154 crianças mortas antes de completarem um ano de vida em cada 1.000 nascidas vivas, com um índice de analfabetismo de mais de 60%, onde o nível de renda não é tão diferente do que é hoje, hoje temos alguns avanços, algumas melhoras, e vamos mais na frente colocar por que, e com toda essa adversidade nós começamos a tentar eleger prioridades. Como é que nós vamos gastar os recursos públicos e não vamos gastar de

acordo com a nossa cabeça, tínhamos a noção da presunção dos doutores, eu sou doutor, e fomos mal-formados, sempre a universidade é presunçosa na sua formação – me desculpem os que aqui passaram por ela – mas ela tem um ranço de presunção por colocar que quem sabe, que quem é sabido e quem pode tomar decisões são aqueles que passam pelos seus campus, quando na realidade nós mostramos o contrário. Na hora em que nós abrimos o leque para a discussão, começamos a discutir diretamente com o povo, já que tínhamos uma adversidade muito grande também pela Câmara Municipal, que era nossa inimiga, de bloquear, de não aceitar nenhum projeto de lei, não aceitar nenhuma proposta de alteração do status quo, tivemos como alternativa ir direto à população e surgiram vários e vários núcleos, que foram se tornando cada vez mais vivos e se multiplicando e se fortalecendo do ponto de vista da participação e nós começamos a encontrar o caminho.

Depois, em 1989, no primeiro ano, surgiu a nossa menina dos olhos, que foi o "Conselhão". E eu gostaria de me deter muito no modelo da nossa administração, que está aí pelo terceiro mandato, completamos este ano 10 anos. É o único município, digo isso com muita honra – do Brasil onde o Partido tem 3 administrações sucessivas, onde não houve nenhuma derrota até então. (Palmas.) Por conta do crescimento desses grupos sentimos a necessidade de encontrarmos uma instância onde pudéssemos transformá-la num ponto de convergência de toda essa efervescência que acontecia de as pessoas querendo participar provocadas por nós. Se nós íamos lá provocá-los para que se organizassem e participassem, até porque era colocado isso, que não havia participação sem o nível mínimo de organização, então tínhamos que atender até para que não frustrássemos essas tentativas iniciais.

E aí surgiu o Conselhão, em 1990, como resiste até hoje com 9 anos de funcionamento, onde de início era um grande agrupamento, uma grande assembléia, inclusive com alguns ranços do nosso assembleísmo, com alguns vícios iniciais, já que estávamos vindo do movimento estudantil, éramos uma liderança do movimento estudantil e tínhamos todos aqueles vícios e também alguns ranços autoritários da própria Esquerda, talvez marca registrada de muitos de nós. E começamos a discutir o município dessa forma: como é que nós vamos gastar os recursos, em que nós vamos investir e qual a ordem das prioridades. E começaram a surgir inúmeras e inúmeras propostas.

Eram reuniões mensais, como ainda são até hoje, o último sábado de cada mês reúnem-se todos os representantes das dez zonas do município, com todos os secretários, com todos os vereadores que querem participar, com o prefeito, o vice-prefeito, que ainda lá não brigamos, um dos poucos municípios

onde prefeito e vice-prefeito se entendem, porque não há disputa, não há concorrências, não há interesses outros que não sejam os do município em jogo e a discussão começou a se dar de forma bastante agradável. Agora, o volume de reivindicações, em função de elas estarem represadas durante esses trinta anos, começou a acontecer de forma abundante. Chegamos ao ponto de reunirmos a equipe e dizermos o que vamos fazer com tantas reivindicações e com tão poucos recursos. O medo que temos é de frustrarmos esse movimento que começa a se formar; de repente perdermos a credibilidade perante eles, e eles simplesmente dizendo: isso é fogo de palha, isso passa logo. E aí decidimos levar a discussão para o próprio Conselhão, mostrando a nossa impossibilidade de resolvermos todas as questões e as demandas que estavam sendo colocadas.

Um fato interessante: uma das pessoas que até pouco tempo atrás não havia participado de nada e que começou a sua participação através do Conselhão, uma liderança humilde da comunidade, uma senhora bastante simples, talvez até analfabeta, mas com uma visão extremamente interessante, disse: eu sabia que você iria ter graves problemas, nós sabíamos que vocês não iriam poder atender, estávamos esperando que esta questão viesse para cá. E aí nós zeramos tudo, rasgamos todas as reivindicações e vamos começar de novo; agora, vamos começar dentro de critérios mais críticos onde nós possamos, em cada comunidade, vir com propostas exeqüíveis. Aí as associações se formaram e começamos a criar um vetor. A discussão se dava na associação comunitária dentro de um visão crítica, sabendo de quanto recurso dispúnhamos no município e também com a noção de que aquela comunidade não existia só, havia outras comunidades e no todo era o município. E eles começaram assim a fazer e as coisas até hoje funcionam dessa maneira.

Quero colocar aos companheiros que, quanto a esta questão da participação, o município de Santana hoje é uma referência no Estado do Ceará. Não estou provocando ou fazendo auto-elogios, até porque não sou o dono desta idéia, simplesmente sou co-partícipe dela, já que na realidade quem fez, os atores, os agentes, foi a própria comunidade e ainda é até hoje. Mas é uma referência no Estado. O grande conselho comunitário, o Conselhão é uma referência inclusive com teses de doutorado, de mestrado de muitos companheiros da universidade, porque é realmente uma coisa ininterrupta, onde não há atrelamento com o poder municipal, onde não há tutelamento do poder municipal, inclusive na vinda das pessoas do campo. As pessoas se deslocam até hoje, às vezes 20, 30 quilômetros, a cavalo, de bicicleta, de moto, a pé e vem com o intuito de tomar conta do município. Que foi uma questão que nós colocamos desde o início. Aqui nós queremos que todos tomem conta do

município. Eu não fui eleito para tomar conta do município sozinho, eu não tenho poderes divinos e nem pretendo ter de tomar conta disso tudo com todos os problemas que nós temos. Então, é fundamental a participação das pessoas. E elas atenderam a esse chamado porque foram respeitadas na sua voz, foram respeitadas com o seu voto, já que o Conselhão desde muito cedo começou a ter poder deliberativo, o que era deliberado era respeitado na íntegra e colocado no papel, o que nós ainda hoje temos que é o termo de compromisso conjunto. Ou seja, cada zona elege as suas prioridades. E é colocado em ordem de prioridades, é assinado pelo Conselhão e assinado pelo prefeito, para que não haja o descumprimento. E caso haja esse descumprimento eles próprios detectam isso, denunciam isso para não vir a desmoralizar a organização e a participação popular que é tão fundamental para nós.

Isso nos deu uma qualidade muito grande. Primeiro, não precisávamos queimar os neurônios para tentar encontrar fórmulas miraculosas. O próprio povo vinha com tudo, dizia tudo, dizia absolutamente sem acréscimo de nada mais do que eram as suas necessidades, bastava ordenar. E como os recursos não davam, hoje muito menos, para o atendimento de todas as demandas, era votado. Se nós tínhamos recursos para a construção de uma escola... E quando assumimos o município havia 16 escolas, 1.085km2, 16 escolas patrimoniais o município tinha. Quer dizer, tínhamos que investir, no primeiro mandato, na construção do equipamentos físicos de saúde, de educação e tantos outros. E como tínhamos parcos recursos nós púnhamos em votação. Então, cada zona iria puxar as brasas para as suas sardinhas, ia discutir, defender veementemente e no final todo mundo votava. Todos votavam e a decisão que saísse do Conselhão era respeitada e não-contestada, porque eles percebiam que a disputa era leal, a disputa era por igual, ninguém se prevalecia, nem havia favorecimento, nem ninguém ali era mais importante e mais poderoso do que ninguém.

Isso começou a gerar um grande conflito com a Câmara Municipal. Os vereadores, eleitos pela prática fisiologista, clientelista, começaram a ver que estavam perdendo terreno, que a comunidade estava quebrando o vínculo da intermediação, o vereador deixava de ser o intermediador das obras, dos benefícios, das ações. Então a Câmara começou a tentar nos encaixotar, inclusive chegaram a bloquear por três meses todos os recursos do município. Quer dizer, o juiz, a Justiça concedeu o bloqueio por três meses do FPM e do ICMS, que eram os únicos recursos de que dispúnhamos. E aí a gente não foi para a negociação. É um fato que vou colocar aqui. Nesse período, inclusive pessoas importantes ligadas ao Tribunal de Justiça se propunham a intermediar isso junto ao Tribunal, com acerto prévio em dinheiro, se nós déssemos tanto aí eles cassavam essa liminar imediatamente. Não, nós não vamos para esse processo

de corrupto, não. E isso é fundamental para o amadurecimento político do município. E as pessoas começaram a compreender quem é que estava tentando obliterar o andamento da administração popular. E aí, com três meses, depois de várias pressões, inclusive da Câmara fechada, nós conseguimos com o juiz zonal que a Câmara se reunisse num colégio público, porque o prédio da Câmara Municipal fora fechado propositalmente por eles. Foi realizada uma reunião histórica lá e foram desbloqueados os nossos recursos.

Então, foi uma queda-de-braço importante, mas uma queda-de-braço que não tinha apenas um agente, tínhamos um grande quadro de pessoas, de lideranças que estavam surgindo, puras, sem interesses outros que não fossem a realização das suas necessidades, e elas nos ajudaram e nos ajudam até hoje a administrar o município de Santana.

Gostaria de colocar aqui que com o Conselhão sem documento, sem estatuto, sem papel, sem burocracia, porque achávamos que o papel era menos importante do que a presença das pessoas, depois de 4 anos foi que ele próprio fez o seu estatuto, elegeu sua coordenação, que inclusive estamos, pela segunda vez, renovando, agora no dia 31 deste mês, a terceira renovação da diretoria, inclusive vamos ter a honra de contar com a presença da Deputada Erundina em Santana do Acaraú, e o Conselhão começou a sentir a necessidade da organização de outras instâncias. Além da associação e do Conselhão, então começamos a preparar e a organizar os conselhos zonais. Como a zona já era um município dentro do município, não de forma estanque, isolada, nós tratávamos a zona com suas peculiaridades, com suas características, tínhamos o entrosamento, a integração com as demais zonas, mas dentro de cada zona as discussões eram muito particulares. E foram formados os conselhos zonais. Aí houve uma complementação: ficava a associação comunitária, que era a basezinha lá, o conselho zonal, o conjunto das associações em cada localidade, e tudo o que fluía para o Conselho, que era a instância suprema, digamos assim, das decisões no município. E funciona até hoje, funciona para tudo que queremos. Seca no Estado do Ceará, o flagelo que nos aflige sistematicamente, quando vamos decretar estado de calamidade, e sempre decretamos quando ainda os sintomas estão distantes de nós, quando o governo contém os seus prefeitos, as suas lideranças para não deflagrar o projeto para que ele não tenha que gastar com carros-pipas, com cestas de alimentos, ele tenta protelar ao máximo, Santana decreta em primeiro lugar. Por quê? Porque levamos a questão para o Conselhão e o termômetro é o Conselhão. Eles sabem quando a forme chega, eles sabem quando as conseqüências da fome estão nas suas casas. E decretamos com o aval do Conselhão.

Vou dar só um exemplo. Este mês, por conta da redução das receitas e por conta das dificuldades que temos, baixamos um decreto, que vou ler só o caput dele:

"Em vista da situação emergencial, Decreto nº 15.090, de 15 de setembro de 1999, o prefeito municipal decreta, ad referendum do grande conselho comunitário do município de Santana do Acaraú, o Conselhão, período especial, interno à Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú, criando a Comissão Central de Controle Interno da PM/SA., dá novas atribuições ao departamento de transportes, à comissão de compras da Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú e outras coisas".

E aqui são várias medidas de contenção, não penalizando absolutamente a população mais pobre, sem tirar benefício de lá para cá, cortando gordura de quem tem menos gordura, como faz o modelo neoliberal, mas nós estamos fazendo daqui para lá. Reduzimos em 20% – e não é um ato demagógico, isso foi discutido – reduzimos o salário do prefeito, do vice-prefeito, de todos os secretários, por própria decisão deles. A coisa foi piorando. Chegamos ao ponto de reunir os 12 médicos que temos no município, que é a maior per capita do Estado, para vocês verem como a situação do estado ainda está muito ruim, com 12 médicos para 27 mil habitantes é uma das maiores per capita por habitantes que temos em relação aos médicos. Discutimos com os médicos a redução de seus salários e colocamos de forma bastante clara: nós fazemos isso a contragosto, são medidas péssimas que temos um desprazer enorme em trazer para vocês, vocês são meus colegas, meus companheiros, mas se temos que cortar temos que começar a cortar por quem ganha mais. E quem ganha mais é o médico, que ganha 4 mil reais/mês no nosso município. Então vamos ter que discutir. E foi aceito o corte de 10% por três meses, caso não melhorasse aprofundaríamos ainda mais. E por aí vai.

No momento em que as discussões se dão nesse viés, companheiros e companheiras, e que a coisa é cristalinamente colocada, como nós colocamos em cada reunião do Conselhão, a prestação de conta não é analítica, ela é detalhada elemento de despesa por elemento de despesa, cada um recebe secretaria por secretaria quanto gasta, por escrito e assinado por mim, quanto se gastou, quantas cadeiras se comprou para a escola tal, está aqui a nota fiscal número tal, quanto se comprou de merenda escolar, quanto se comprou disso, está aqui o número da nota e é entregue a cada um.

Por conta dessa questão da transparência temos a condição de dividir com as pessoas as dificuldades. Eu sempre coloco para eles: é muito bom você ser autor das boas idéias, mas é péssimo quando você tem que dividir

com os outros as coisas ruins. Mas nós temos que dividir. Se nós participamos nos benefícios, temos que participar também nos momentos de dificuldades. E temos tido êxito.

Por conta dessa questão conseguimos uma redução substancial da mortalidade infantil, conseguimos fazer concurso público em todos os níveis, é o terceiro concurso público que nós fazemos, a nossa folha representa apenas 40% da nossa receita, não é uma folha inchada, mas é o mínimo que podemos ter em termos de prestação de serviço à altura da população, das demandas, dos anseios, população extremamente pobre, onde não temos uma indústria, onde não temos um emprego, onde não temos absolutamente nada a não ser a agricultura de subsistência, onde com esse complicador da seca e da falta de política agrícola no nosso estado, que é uma coisa marcante, a população fica a depender do poder público do nascimento ao óbito, sem nenhuma exacerbação de paternalismo ou de clientelismo político ou coisa que o valha.

Na questão da saúde, temos, como já disse, as equipes de programa de saúde da família, onde cada população é atendida em casa, onde a mortalidade infantil cada criança que nasce no município, é uma exigência da secretaria de saúde, é visitada quinzenalmente em casa. O médico, a enfermeira e o agente de saúde vão à casa da mãe visitar a criança em casa. Distribuímos de forma equânime, de forma bastante singular e sem outros critérios que não seja o fato de ser gestante e ser desnutrida, nós distribuímos a todas gestantes que estão nesse estado, sem exceção, cestas básicas de suplementação alimentar, como forma de fazer com que o feto tenha peso quando nascer, que não seja um baixo peso e não aumente a possibilidade, o risco de morrer logo que nasce.

Com esse tipo de ação conseguimos reduzir de 154 a mortalidade infantil para 34 por 1.000 hoje. Ainda é muito alto. A média do Estado do Ceará, com todas as belezas anunciados pelo governo do Ceará, é ainda 42 por 1.000. A nossa é 34 por 1.000, num município do sertão, assolado por secas sucessivas nesses últimos anos, nós temos conseguido efetivamente reduzir a mortalidade infantil por conta do pré-natal bem-feito, por conta da suplementação alimentar da gestante e por conta da vigilância que temos com a questão dos recém-natos.

Temos a questão da agricultura. Se não tem indústria, se não tem emprego...

(troca de fita)

... perene, 30km de água cortando o município, com um fluxo enorme de água, mais ou menos 3,5m3 por segundo de água se estragando, se perdendo no oceano sem que haja por parte dos governos nenhuma atitude de

descentralizar, de democratizar a terra para proporcionar a produção de alimentos, a produção de culturas irrigadas que pudessem vir a suprir a fome ou a resgatar a pobreza do nosso município. E nós temos tido uma atitude decisiva. A questão da terra para nós é um ícone. A questão da luta pela reforma agrária para nós é uma questão de princípio. E mais do que de princípio é de necessidade urgente do município. Nós temos oito áreas de assentamento e duas de ocupações. Temos uma prática lá: nós cadastramos todas as áreas acima de 1.000ha e pedimos ao INCRA, pedimos através do MST, pedimos através dos sindicatos dos trabalhadores rurais, a vistoria nessas áreas pelo processo formal, como manda o figurino. Quando não somos atendidos, nós ocupamos. Ocupamos responsavelmente, sem exacerbação, não para fazer barulho, mas ocupamos como alternativa única que temos de conquistar a terra para podermos ali buscar a melhoria da qualidade de vida. E temos conseguido. Temos 520 famílias assentadas hoje na zona rural do município, onde os oito assentamentos e as duas ocupações têm toda a assistência rural técnica, que o governo nega, porque sucateou a Emater, demitiu; nós lá temos cinco agrônomos concursados morando no município e dois agrônomos, um na área de piscicultura e outro na área de fruticultura, contratados para dar assistência técnica aos pequenos proprietários e às áreas de assentamento. E isso tem nos dado uma condição diferencial muito grande, porque nós estamos desenvolvendo hoje piscicultura intensiva, que é uma grande alternativa, tanto para o mercado, como para a produção de alimentos. Só que nós invertemos lá a questão, nós queremos produzir peixe lá não é para vender, é para o povo comer peixe, é para matar realmente a fome do povo. E o excedente que acontecer nós vendemos, e não com a visão da grande empresa de produzir para exportar. Em junho deste ano conseguimos inaugurar a Estação de Piscicultura Américo Barreira. É a primeira estação de produção de alevinos: de carpa, de tilápia e de tambaqui do interior do Estado do Ceará em nível de municípios. Temos hoje no município uma capacidade de produção de 3 milhões de alevinos/ano. E oito projetos já em curso em viveiros, em tanques, redes ou gaiolas nas áreas de assentamento de pequenos proprietários. Isso está gerando uma possibilidade de comercialização extremamente importante.

Do ponto de vista da agricultura, só para concluir, outros projetos interessantes que estamos desenvolvendo é a questão do resgate da cultura do algodão. Queria chamar atenção para esse fato. No Estado do Ceará a cultura do algodão já gerou 400 mil empregos. E hoje foi completamente eliminada, porque o Governo do Estado achou que era melhor comprar algodão na Tailândia e na Grécia, porque o custo lá era mais baixo e matou a cultura do algodão no Estado, e o Ceará é o segundo maior importador de pluma de

algodão do Brasil. Estamos arrendando áreas, a prefeitura faz o arrendamento, já que não há terra suficiente, arrendamos com o proprietário e colocamos gente, selecionamos famílias, com assistência técnica, estamos fazendo projetos com o Banco do Nordeste, com financiamentos daqui e de acolá, recursos do orçamento da União quando se consegue.

Caprinocultura, outra grande alternativa. Produção de leite, criança desnutrida. Estão aqui as cabras e vocês vão pagar as cabras com leite para os meninos desnutridos. E com certeza vão pagar todas elas e vamos resgatar essa questão da desnutrição. A questão da fruticultura irrigada, que é uma grande alternativa para o Nordeste, porque gera recursos.

E, finalmente, dizer, companheiros, que queria tocar rapidamente num cerco que nós temos do Governo do Estado. Eu fui Deputado Estadual por dois anos, porque eu tive que voltar para a prefeitura, porque eles vieram para cima de nós, porque essa experiência de Santana já migrou para outros municípios. Nós organizamos um fórum de sete municípios, só eu de Esquerda, de oposição, e seis governistas, mas estamos tendo um projeto de desenvolvimento estratégico voltado um para o outro, é na questão do peixe, é da fruta, do caprino, das pequenas iniciativas, uma visão de desenvolvimento local. E o Governo do Estado, quando fui Deputado Estadual, jamais me recebeu. Nunca falei mal da mãe dele, nunca falei mal da família dele, nunca joguei pedra nele, mas não me recebia porque eu fazia crítica ao seu modelo, à sua proposta. E eu, Deputado, membro da Comissão de Saúde e ex-diretor do Sindicato dos Médicos, fui, numa greve de 40 dias dos médicos, a uma audiência previamente marcada com as entidades médicas: Conselho Regional, Sindicato do Centro Médico e o chefe de gabinete do Sr. Governador disse: as entidades entram mas você não entra, porque o Governador não lhe recebe. Fiz outra tentativa como prefeito, como coordenador do fórum dos pequenos municípios das bacias do rio Acaraú, Coreaú e Aracatiaçu, e o Sr. Governador mais uma vez manda dizer que não me recebe. O cerco às idéias, o cerco à nossa proposta. Não somos absolutamente atendidos em nada, ficamos excluídos completamente. E a nossa alternativa é virmos para cá, buscarmos aqui, através de emendas ao orçamento da união, com vários deputados, temos neste ano Paes de Andrade, Alexandre Cardoso, do Rio de Janeiro colocando a emenda para Santana, Almino Afonso, duas, Inácio Arruda, José Pimentel, Roberto Pessoa, para tentarmos fugir desse cerco buscando recursos aqui, que são mais impessoais e o cerco é menor aqui e às vezes conseguimos liberar.

Por último, quero dizer que esse modelo participativo e popular tem ganhos políticos. Eles investiram milhões e milhões de reais e nunca conseguiram

tomar a prefeitura da gente até hoje. E vamos para a campanha com o povo, campanha o mais simples, mais pobre possível e temos tido êxito. Além do êxito no município, temos tido êxito em outros municípios, onde temos na região três companheiros candidatos a prefeitos pelo Partido Socialista Brasileiro, municípios vizinhos que entraram no Partido a partir da experiência de Santana e que hoje são lideranças, inclusive com vários vereadores eleitos. E mais, propiciamos a eleição de um deputado federal, a região toda, essa região norte do estado, Deputado Federal Sérgio Novaes, que teve 5 mil votos em Santana e teve 8.500 votos na região; como o Deputado Eudoro Santana, também Deputado Estadual, que teve quase a mesma votação, mostrando que quando há transparência, quando há vontade política, quando há determinação e quando há coerência do falar e do fazer, o casamento dessas duas coisas, o falar e o fazer, você acaba superando, sem sombra de dúvidas, as adversidades que são enormes, mas você acaba tendo êxito, alguns avanços e algumas conseqüências positivas para o povo principalmente e para o Partido, que nós não desatrelamos essa questão. O Partido lá é uma coisa forte, o Partido não é o instrumento apenas eleitoral, o Partido hoje é um instrumento também de conscientização e de mobilização política, quando arregimenta estudantes, quando temos programas em cada bairro com os conselhos de bairros, porque a sede hoje tem oito conselhos de bairros, onde cada bairro tem cinco estudantes pelo Partido, com curso de formação política que companheiros lá da regional fazem e estamos formando quadros políticos para mobilizar, conscientizar, politizar e fortalecer o PSB cada vez mais na região.

Era isso, Senhores, muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiros, sinto que o nosso auditório está cansado, acho que tem quase tanta gente lá fora quanto aqui dentro, o café já está lá e acho melhor fazermos uma interrupção de cinco minutos e voltarmos para a continuação.

Mas eu queria fazer um destaque. Nossos talentos aqui vão se revelando sempre informalmente, tem um companheiro ali que é um exímio caricaturista, fez caricaturas várias, é vereador por Cuiabá. (Palmas.)

E há um outro companheiro nosso que eu quero destacar aqui. Quando eu era Prefeito do Rio eu organizei uma Maratona do Rio de Janeiro. Em 1987, o vencedor da Maratona do Rio de Janeiro foi um companheiro nosso que está aqui presente, o Joaquim Saraiva, de Itaueira, no Piauí, candidato a prefeito agora, vencedor da Maratona do Rio. E mais, ele se dedicou depois a corridas de 100km. Vocês já imaginaram o que é correr 100km? E ganhou

uma corrida de 100km na Espanha! Este é um grande atleta brasileiro que está ali presente e agora correndo atrás de voto, o que é muito importante para nós.

Bem, companheiros, agora, no meio, entre os dois pólos, a nossa Prefeita de Maceió, a Kátia Born, que tem que viajar ainda hoje e está com o tempo um pouco apertado, mas vamos escutá-la e depois o nosso companheiro de São Vicente.

A SRA. KÁTIA BORN (Prefeita de Maceió-AL) – Senador Saturnino, queremos saudar a Mesa na figura de V.Exa., demais prefeitos, vereadores, militância do Partido, nosso querido cientista político Roberto Amaral, meu guru.

Primeiro, depois que Erundina faz esse histórico de São Paulo, que é uma cidade grande, onde um bairro é maior do que a cidade de Maceió, e o Ananias, que é de um município onde ele trabalha muito a questão rural, vamos para uma cidade como Maceió, que tem uma população, segundo o IBGE, de 730 mil habitantes, mas segundo os nossos agentes de saúde já beira 1 milhão. Com essas dez usina que fecharam na última temporada deve passar de 1 milhão, porque haja sem-teto e sem-terra na cidade de Maceió, e temos que lidar com isso com muita tranqüilidade porque não podemos esconder a miséria, a miséria tem que aparecer. E se nós somos socialistas temos que mostrar que conviver com a miséria não é só o poder público, as elites também têm que conviver com a miséria. São os sem-teto nas praças, nas ruas, é cheiro de xixi e de cocô. Mas quando a miséria aparece de vez em quando aparece uma solução, não podemos é escondê-la. Então, essa é uma das primeiras lições que tenho aprendido num governo onde não conseguimos ser socialistas, mas conseguimos prepará-lo para futuramente ser socialista.

Mas eu não poderia falar do meu governo sem falar do ex-Prefeito Ronaldo Lessa e hoje Governador. O Ronaldo, quando se elegeu, em 1992, elegeu-se num momento ímpar da história de Alagoas, porque ele era chamado de candidato garçom, só tinha 10% em todas as pesquisas, eu era presidente da CUT naquela época e o impeachment favoreceu a eleição do Ronaldo. De um lado era o Teotônio Vilela, do outro um cara do PFL e do outro o Ronaldo. Então, Ronaldo ganha e o que vamos fazer com aquela prefeitura? Igualzinho à Erundina em São Paulo. Uma prefeitura em que passaram em quatro anos cinco prefeitos. E a última era Presidente da Câmara que gastou o dinheiro do mês seguinte antes do Ronaldo assumir.

Então, na realidade, como viemos do movimento sindical, de organização dos movimentos sociais, tínhamos que ter algumas metas. E a

nossa meta era o social. Não adiantava fazermos grandes obras. O povo teria que primeiro se contentar em recuperarmos a educação, a saúde, organizar a população, os conselhos etc. Então nós começamos exatamente dentro daquilo que pregávamos, que a primeira coisa no nosso governo são as questões sociais: saúde e educação. E aí tive prazer de ser colega do nosso querido Armando Raggio, que foi Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, e naquela época não existia saúde em Maceió, todos os postos de saúde do estado fechados, e eu fui Secretária de Saúde Municipal do Governo Ronaldo Lessa. E aí a nossa meta era municipalizar a saúde, municipalizar a educação. E aí, Erundina, o Itamar foi melhor conosco do que com vocês, porque o Itamar colocou o Jamil Haddad como Ministro da Saúde e, naquela oportunidade, tivemos condições de em 3.200 municípios municipalizarmos, com o aval do Jamil, o Itamar não se metia, acho hoje que foi até um erro histórico termos tirado o Jamil naquela oportunidade, poderíamos ter avançado muito mais, ter ampliado ainda mais os recursos da saúde, ter ampliado mais os recursos da educação e o Jamil poderia muito ter feito esse papel ali naquele ministério.

São as análises que hoje a Erundina faz, eu também faço e é preciso que o Partido também avance e avalie em relação a essas questões em nível nacional, porque no município nós sofremos muito. É muito sério você ser um prefeito e não ter o governador, ser um prefeito e não ter o presidente da república. Então, na realidade, algumas avaliações que fazíamos há dez anos, hoje fazemos outras avaliações sem perder o rumo da nossa história, que é a questão da cidadania. Eu não acredito que qualquer governo, no mundo inteiro, possa avançar se não tiver como meta a cidadania. E a questão da saúde e da educação é cidadania. Este país já passou anos e anos sem cuidar da educação. Nós somos um país que perdeu quase que para a Índia. Se brincasse, o nosso intelectual passava no vestibular através de fraudes, ele saía doutor sem saber consultar, os nossos professores das escolas municipais não saberiam ler, de alguns anos para cá é que estamos preparando os professores. Então, na realidade, se verificarmos a situação do país e a situação que o Ronaldo pegou a prefeitura, a Erundina pegou e o João pegou, diríamos assim: nós vamos tirar água de pedra.

Portanto, foi um desafio. Acho que depois do processo da Constituição de 1988 os municípios, através de seus prefeitos, começaram a ter mais autonomia, serem considerados no Brasil, então o Ronaldo fez um trabalho importante para a cidadania em Maceió, nós pegamos a saúde pública em que morriam 88 crianças por 1.000, quando o Ronaldo saiu morriam 30 crianças por 1.000 e hoje estamos em torno de 27 ou 28. Na educação havia 16 mil

crianças na sala de aula e entre o governo do Ronaldo e o meu governo temos 52 mil crianças na sala de aula, perdendo todo mês dinheiro do Fundef.

Então, essas duas questões o PSB tem que tomar por base em qualquer administração. Mesmo que a sociedade queira as obras, há vários candidatos aqui, mas uma coisa que temos que deixar claro, se ele vai no postinho de saúde tem auxiliar de enfermagem lá para vaciná-lo, tem a enfermeira até para fazer o parto, tem o programa de saúde da família para fazer um atendimento hospitalar, que é cuidar do paciente em casa. Se cuidarmos dessas duas coisas já estaremos cuidando da cidadania.

E aí começamos a discutir o terceiro ponto, porque se formos discutir o orçamento cidadão com a população ela quer tirar a lama da porta da sua casa, ela quer beneficiar o seu imóvel, ela quer que a sua rua tenha a melhor praça. Ela não vai discutir muito a questão da escola e da saúde, porque essas questões nós já tentamos resolver mas ainda não resolvemos. Enquanto não tivermos 100% das crianças, dos jovens e dos adultos escolarizados, não poderemos pensar em grandes obras em cidades como Maceió, Natal, Recife.

Acabamos de fazer agora um convênio com a Universidade Federal de Alagoas para vermos o nível de pobreza da cidade de Maceió. E tomei um susto: 50% da população de Maceió é paupérrima, ela vive de subemprego, ela cata sururu e come, ela pega o peixe, ela vai na balança e o resto do peixe no final da tarde ela leva para casa. Então, na realidade, a população ainda se alimenta daquilo que existe na cidade.

E aí eu pergunto: qual é a solução para um município e o que é que nós inventamos durante esse governo do Ronaldo e o governo da Kátia Born? Eu tinha uma meta: o que é que dá emprego mais de imediato numa cidade? Para o camelô, para o artesão, para o hotel, para o garçom, para o bar? O turismo. Se eu tinha a melhor praia do mundo, sem falsa modéstia, oito mil leitos de hotéis, alguns deles fechando, se eu tinha uma praia organizada, toda cheia de barzinhos, artesanatos, aí a saúde ajudou: vigilância sanitária, banheiro, tudo organizado, quer dizer, no governo do Ronaldo a gente se preparou para dar qualidade à cidade, reduzir a mortalidade da criança. O meu governo tinha que fazer o macro, que era trazer quem tinha dinheiro para a cidade de Maceió, que era uma cidade que não tinha dinheiro, o Estado falido e começamos a trabalhar nisso aí.

O meu marketing é transformar Maceió no primeiro destino turístico do país até o final do meu governo. Tem jeito, podia ser o quinto, o sexto, mas a minha meta é chegar ao primeiro destino turístico do país. (Palmas.)

E aí começamos a discutir. Primeiro, o que a cidade precisava: melhor abastecimento de água, saneamento etc. Nisso o Ronaldo Leça foi maravilhoso com o meu governo, porque o projeto do Banco Interamericano, que era o Prodetur, como o Estado de Alagoas estava inadimplente, ele conseguiu. na época, com o Presidente Iglésias, através de uma amizade que o Iglésias tinha em Alagoas, fazer um convênio direto Maceió e Banco Interamericano. Então ele deixou um único projeto macro para a cidade de Maceió, que era a recuperação da área histórica de Maceió, que é Jaraguá. Ele me deixou um projeto na ordem de 22 milhões de dólares, já aprovado, e cabia a mim fazer o marketing em cima daquilo. E sanear mais 45% da cidade. Que eu sempre disse: eu prometi, na minha campanha, tomar banho no Riacho de Salgadinho. E isso virou marca, a oposição inteira bate em mim: quando é que vai tomar banho no Salgadinho? Eu emagreci até 7 quilos para poder tomar esse banho. E todo mundo pergunta: vai tomar banho quando? E é uma questão de honra, porque é um bairro de Jaraguá que estamos revitalizando, que vai sanear a cidade em 42% a mais, mas eu preciso de 3 milhões e meio, Senador Saturnino, para recuperar o emissário submarino, que não é do município, é do estado. Então, a obra está pronta e não posso acionar porque senão o emissário está podre e cai. Que foi isso que Ronaldo Leça recebeu do governo do estado. Em vez de ele me ajudar, a prefeitura é que está ajudando o governo do estado.

Então, ficamos pensando: não seria até melhor se estivéssemos batendo no governo do estado e estivéssemos com a prefeitura na linha de frente? Então, outro desafio nós pegamos, porque nós estamos aqui sem completar o ciclo da Prefeitura Municipal de Maceió e agora tendo que recuperar toda a economia, as escolas, os hospitais, quase quarenta hospitais fechados mais no interior do estado, as escolas todas depredadas, os sem-terra invadindo, dez usinas fechando. Aí eu digo assim: tudo que fiz em Maceió vou ter que parar e imaginar como é que nós vamos fazer agora? Nada é aprovado na Assembléia Legislativa. Eles querem saúde, querem educação, querem agricultura, querem todo o governo do estado. E Ronaldo diz que não dá, briga com a Justiça, briga com tudo.

Chegou a hora de dizer assim: Ronaldo, vamos parar um pouco, vamos ver o que podemos dar a eles, vamos ver o que podemos modificar. É preciso ter calma. Porque nós avançamos tanto na cidade de Maceió que podemos até perder a reeleição, porque a gente não consegue mostrar para os sindicalistas que eles são parte desse projeto. Aí eles fazem greve no estado, penalizam o município.

Agora, administrar o que deixaram no Estado de Alagoas é difícil. É preciso que o PSB dê declarações em todos os estados, municípios, que os senadores e os deputados federais sempre dêem apoio ao Governo do Ronaldo Leça e à questão da cidadania em Alagoas. Porque se não fizermos isso não conseguiremos, mesmo com todos esses títulos, que daqui a pouco vou dizer para vocês, que ganhei o ano passado, este ano e para o ano poderemos desfazer todo um trabalho que fizemos, só pela questão da ingovernabilidade do Estado de Alagoas. Está lá o Amaral que acompanha de perto e sempre que pedimos socorre ele está lá, o Governador Miguel Arraes já foi algumas vezes, a Erundina já foi, mas o momento é muito delicado, a nossa política hoje é muito delicada lá.

Em alguns momentos até pensei: será que vale a pena ir para a reeleição? Na minha última conversa com o Governador Miguel Arraes, sábado passado, eu dizia a ele: governador, diga-me como é ter perdido a reeleição. Por mais que eu tenha enfrentado o Exército, no dia 17 de julho do ano retrasado, para derrubar o Suruagy, que foi uma loucura, mas, ao mesmo tempo, em toda a minha história de vida eu não podia recuar. Era para morrer mesmo ali. Imagine todo o Exército armado e eu descer, invadir a praça, quebrar as grades, o povo em cima e dez minutos de tiro. Graças a Deus não morreu ninguém. Cumpri a minha parte heróica na história, Armando. E por ter cumprido, eu parei e até tentei recuar da reeleição, mesmo tendo recebido o município de Maceió da Unicef o ano passado, como um dos municípios do Brasil de melhor escola pública municipal, como a cidade de Maceió a quarta cidade do Brasil com menor índice de endemias, como Maceió a cidade mais iluminada do Brasil. Passamos do 12° lugar turístico para o 5° no ano passado. E este ano recebi da Embratur que de janeiro até agora eu sou o maior índice de ocupação turística do Brasil. Recebi o prêmio da melhor prefeita do Nordeste o ano passado pela imprensa nordestina. E de repente paro e paro e penso: será que vou para a reeleição? Porque como este momento eu tenho que ajudar o Governo Ronaldo Leça, tenho que estar do seu lado em todos momentos, porque se ele cai eu não vou bater nele, vou cair junto; se ele cresce nós crescemos juntos. Então, será que vale a pena eu ir para a reeleição ou construir um outro candidato e ficar junto com ele para tentarmos recuperar?

Mas depois da minha conversa com o Dr. Arraes, sexta-feira passada, ele dizia assim: a gente não pode recuar. Você é uma das lideranças do Partido em nível nacional, você sabe que precisamos fazer crescer o número de prefeitos, mesmo que seja para perder ou para ganhar nós vamos estar juntos.

Então, é este apelo que faço ao meu Partido para que nos ajude, a questão da reeleição em Maceió é importantíssima, não para mim mas para o

Partido, por toda a nossa história de luta, sou da fundação deste Partido, mas neste momento não é nem para Kátia Born, é para o Ronaldo, para que ajudemos a um companheiro que muitas vezes se sente muito sozinho, embora todos nós estejamos ao seu lado, mas às vezes a gente se fragiliza. Muitas vezes vimos para um encontro destes, como fui para o encontro de Salvador e fiquei feliz ao ver Domingos Leonelli e a Lídice fazendo pela primeira vez, desde a criação do PSB, seu primeiro congresso na cidade de Salvador com mais de 500 militantes, aí saímos felizes, Domingos. (Palmas.) Mesmo contra o ACM. Aí eu dizia assim: a situação dele é pior do que a nossa.

Então são essas coisas que deixamos para vocês aqui como reflexão. Nós começamos o orçamento do cidadão o ano passado, e aqui o nosso agradecimento ...

... o gari manda em nós, o canoeiro manda em nós, quer dizer, esse é o governo do povo, não tem jeito! Se um prefeito ganhar de mim vai ter que ser melhor do que eu. Eu fui melhor do que Ronaldo Leça, vai ter que ser melhor do que eu, vai ter que ter a cara do povo. É mais fácil hoje, Erundina, uma pessoa que venha da comunidade, lá de baixo, ganhar as eleições, do que um empresário. Nunca vi ter tanto candidato a prefeito em Maceió: empresário, Renan Calheiros, é o PPS, agora com esta história de Ciro Gomes parece que ele já está eleito, Saturnino.

Então, na realidade, precisamos refletir, essas eleições do próximo ano são muito importantes para o PSB, é uma eleição que inclusive vai definir o perfil do candidato do ano 2002. Essa história de Ciro para mim não avança, ele pode até crescer um pouco, mas a partir das eleições do próximo ano, tanto que o PPS está querendo investir nisso, está querendo fazer o maior número de prefeitos, o PT também está, o PSB também está, o PCdoB, o PDT também, então é preciso que tenhamos essa meta, crescermos o número de vereadores e de prefeitos no próximo ano. O Partido tem que estar organizado, tem que estar com as suas finanças em dia, vamos fazer camisetas para vender, o momento é este, a militância está empolgada com o crescimento do Partido, e tenho certeza que da mesma forma que eu, o Márcio, o Célio de Castro, a Wilma hoje está numa popularidade muito grande, é preciso também trazer mais a Wilma para junto de nós, em alguns eventos a Wilma não tem vindo, a Wilma tem um apelo popular muito importante para este Partido, é uma pessoa muito querida na cidade de Natal, ela não podia faltar num encontro desses para passar para a nossa militância e para aqueles que querem ser candidatos como é importante estar no meio da sociedade. O Prefeito Célio de Castro que hoje também tem um perfil importantíssimo para o PSB, quer dizer, não tenham vergonha de dizer que os prefeitos do PSB são prefeitos que a sociedade

até hoje não tem do que reclamar. Se reclamam de alguma coisa é porque não tem dinheiro, mas não pelo processo da cidadania, não pelo processo da educação, da saúde e das questões sociais.

Então, são estas as palavras que tenho a dizer para vocês e dizer como é importante, Senador, este encontro, que tenhamos vários encontros desses até o final do ano 2000.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Muito bem! Kátia, queremos também agradecer pela sua presença, conhecemos os comprometimentos e o sufoco da agenda de um prefeito. E o fato de você estar aqui conosco transmitindo aos nossos companheiros esse seu sentimento, que estimula muito o Partido, é fundamental. Então, o nosso muito obrigado a você, como ao João Ananias, como ao Márcio, que agora vai falar, como à Erundina também, mas ela enfim já está aqui em Brasil, agora, os prefeitos que estão à frente das administrações e que se deslocam para cá para trazer aos companheiros a mensagem e a história de luta, temos que agradecer porque realmente é muito importante.

Então, vamos ouvir o Márcio França, também orgulho do Partido, nosso Prefeito de São Vicente.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (Prefeito de São Vicente-SP) – Quero iniciar cumprimentando os companheiros do Partido, cumprimentando especialmente os companheiros da Fundação João Mangabeira, que dão uma demonstração importante para o Partido de organização e de preparo, que sempre reivindicamos, todos os militantes antigos do Partido, para que tivéssemos a chance de mostrar a cara administrativa do PSB, que não é uma cara qualquer, é uma cara especial porque é uma cara que tem diversas administrações de sucesso pelo Brasil inteiro. E assim como outros partidos, temos que ir definindo alguns espaços, alguns modelos para que tenhamos também uma marca, algumas marcas de governo. Os nossos governos de estados já são uma marca para nós. Mas eu gostaria de que, se possível, tivéssemos intensificado esse movimento de divulgação de algumas situações municipais e estaduais do Partido, experiências fantásticas como a do nosso Governador do Amapá, experiências interessantes de municípios importantes pelo Brasil inteiro, que às vezes desconhecemos. E são experiências como essas que podem servir de exemplo para nós e para vocês, para todas as pessoas que enfim vão disputar eleições. Dessas experiências vamos criando uma marca do PSB e espero que esta possa ser uma marca especialmente do PSB.

Digo isso porque há muitos anos ouvimos falar da experiência petista, com todo respeito, do orçamento participativo, e quem é mais antigo no Partido, que já ouviu o Bernardo falando várias vezes, sabe que essa experiência foi na verdade emprestada pelo PSB ao PT, mas hoje as pessoas associam o orçamento participativo, por exemplo, a uma experiência petista. Então, temos que colocar as cabeças para pensar em outras idéias para que tenhamos também nossas marca, marcas importantes.

Vou fazer um retrospecto rápido, prometo ficar em torno de 20 minutos. Estamos falando de São Vicente, cidade em que sou prefeito, litoral sul de São Paulo, todos sabem que é a principal cidade do Brasil, menos o Deputado Bernardo que insiste em dizer que é Pelotas, com uma população de 320 mil habitantes, mais ou menos perto dos 195 mil eleitores, está entre as 12 maiores cidades do Estado de São Paulo, uma cidade que tinha um problema seríssimo, porque é uma cidade que vive ao lado de Santos, que é uma importante cidade de São Paulo, uma cidade portuária, um pólo importante do Estado de São Paulo e que tem uma riqueza muito grande. São Vicente seria a periferia de Santos, uma cidade dormitório, uma cidade que tem, para vocês terem uma idéia, o quinto menor orçamento do Estado de São Paulo, proporcionalmente.

Para que se tenha uma idéia, como paralelo pelo menos, eu estava fazendo uma soma com o nosso deputado de Santana e comentando com ele que a minha cidade tem o mesmo orçamento proporcional individual, per capita, que a cidade dele lá no interior do Ceará, de 20 reais em média por habitante. E aí quero colocar um detalhe importante como marca para todo mundo que vai disputar a eleição e acho que temos que aprender com algumas que acontecem. Foi dito aqui nesta tarde que nenhuma experiência serve exatamente para outras cidades. Isso é uma verdade, cada cidade tem uma realidade, são realidades muito distintas, opostas, diferentes. Entretanto, algumas coisas nós deveríamos ter como marca.

Eu queria comentar o seguinte: viemos da eleição de 96, fizemos uma coligação bem ampla, que o nosso Governador Arraes chamou de eclética quando esteve lá em São Vicente, porque continha diversos partidos de diversas tendências, eu sempre fui defensor e perdi por inúmeras vezes no Partido, desde 86, a possibilidade de fazermos coligações com outros partidos fora da nossa linha de atuação de Esquerda, porque acho que quem está convencido convence na convivência. Posso citar alguns exemplos: nós começamos o governo em São Vicente e o PSB elegeu dois vereadores, tivemos 44% dos votos, ganhamos a eleição do PT que era a prefeitura do município e, naquela época, o PSB elegeu dois vereadores, a Câmara é composta de 21 vereadores, dos quais 15 hoje são do PSB. Existem 4 vereadores do PSDB e 2 do PT.

Logo de início, pegamos a cidade, como todo mundo pegou, aliás aqueles que vierem depois vão falar a mesma coisa, mas de qualquer maneira faz parte, todos têm aqueles problemas normais, greves do funcionalismo público, atraso no pagamento de fornecedores, algumas folhas de pagamento atrasadas.

Vale a pena aqui só uma experiência para quem é vereador, porque me chamou atenção lá em São Vicente e acho que também é uma experiência interessante de criatividade. Começamos o governo e havia uma lista enorme de fornecedores. Foi dito aqui, não me lembro qual foi o expositor, a respeito da ordem cronológica do pagamento das dívidas, que realmente o certo é que tenhamos uma ordem de pagamento na seqüência de sua fatura, na ordem cronológica da sua confecção. Como tínhamos uma dívida muito grande, inauguramos em São Paulo um processo que depois deu um grande rebu judicial, mas que ganhamos no final, onde a prefeitura abriu uma licitação ao contrário, ou seja, quem tivesse crédito com a prefeitura abria, por edital em jornal, uma licitação ao contrário, onde você apresentava o seu desconto sobre a sua fatura e aquele maior desconto eu pagava de trás para frente. Quer dizer, quem apresentava o maior desconto eu pagava na frente. Cheguei a pegar desconto de 62% sobre a fatura. Lógico que nisso eu tinha muita porcentagem, alguém dançou porque tinha muita coisa que estava embutida no preço original da fatura e que conseguimos abater. Para vocês terem uma idéia, alguma coisa perto de 5 milhões de reais, que era a dívida imediata de fornecedores, pagamos perto de 2 milhões e 300 mil reais.

Colocamos dois pontos principais, que eu gostaria de colocar como parâmetros importantes. Tenho comentado muito, e a Luiza que é a grande referência em São Paulo para nós, que vamos com certeza ganhar aquela prefeitura em São Paulo de novo, com muito prazer, tenho colocado muito com ela e com nossos companheiros, o Edmundo, enfim, as pessoas antigas e as novas de São Paulo, um detalhe que acho interessante. As Esquerdas de maneira geral acabaram se misturando, de maneira que hoje, no grosso, as pessoas, a juventude, enfim, a população, acaba achando que temos um discurso chato. Sei que aparentemente é uma coisa equivocada que estou falando. Já passei do tempo, muitas vezes em diversas reuniões fui vencido assim, mas insisto em colocar essas idéias porque acho que são importantes para efeito de sucesso do Partido. Nós estamos confundidos com pessoas chatas, com pessoas que só sabem fazer crítica, com pessoas que só sabem fazer o choramingo das coisas e que não conseguem apontar alguma solução ou não conseguem demonstrar que é possível operar a transformação. Em verdade, a população com todos os problemas que tenha precisa de uma dose grande de esperança.

Essa dose quem pode mover é de fato quem está na existência do poder. Por isso é importante que nos preparemos agora não só para reeleger todos os nossos prefeitos, e tenho certeza que vamos conseguir fazer isso, mas ganhar uma série de prefeituras importantes, triplicar o nosso número de vereadores, que é nossa meta. Para nós pouco importa se tenha ou não tenha a cláusula de barreira. Nós subimos, com todos os nossos defeitos, com todo o nosso amadorismo, com toda a nossa fraqueza, subimos da penúltima para a última eleição mais ou menos 50% dos nossos votos. Se subirmos de novo 50% dos nossos votos nós ultrapassamos com tranqüilidade qualquer barreira que eles possam colocar. E o que nos diferencia dos outros partidos é o seguinte: nós temos vocação para sermos poder, é isso que nos diferencia. (Palmas.) Nós não temos vocação para sermos sócios minoritários do sistema. Se deixar a gente entrar nós vamos ganhar e vai ser difícil de tirar. Isso é o que nos diferencia, porque as pessoas gostam muito de monitorar as oposições e fazer com que elas tenham candidaturas que de verdade são sócias minoritárias do sistema. Nós temos essa vocação, porque não somos qualquer partido, a nossa idéia aqui não é a idéia diferenciada de um monte de países do mundo e que vários deles deu certo. Estou convencido de que isso pode ser feito no nosso país.

Então, incito as pessoas no ano que vem a provocarem em debate, principalmente aqueles que forem candidatos pela primeira vez, que possamos fazer um discurso propositivo, um discurso que possa fazer separar uma oposição ao governo, mas uma demonstração de carinho e de amor pelo país. Que são coisas completamente diferentes, governo é governo, país é país, porque, no grosso da população, somos considerados pessoas de oposição ao país, somos considerados pessoas que não gostam, que são ranzinzas ao país e isso é um equívoco, porque fazemos as coisas corretas, fazemos honestamente e como acusamos os erros do governo somos considerados pessoas que não gostam do país.

Então, no ano que vem temos que ter habilidade, a objetividade, o pragmatismo de colocarmos coisas de maneira bem tática. Enfim, temos propostas positivas, propostas como eu disse, no meu caso lá específico eu operei numa cidade extremamente humilhada, uma cidade, para vocês terem uma idéia, que tinha 8 mil veículos com chapa de São Vicente e hoje são 35 mil veículos em três anos e insisto que as pessoas fizeram isso apenas por dado psicológico, apenas por influência psicológica, elas se sentiram resgatadas do ponto de vista de orgulho de morar na cidade. E acho que é importante que em todo o país se produzam experiências assim. O nosso discurso tem que ser produzido de maneira positiva, com críticas severas, com críticas as mais ásperas possíveis, mas com proposições objetivas e positivas.

Faço aqui um adendo especial para um modelo que lá na minha cidade eu chamo de pós-graduação do que seria o orçamento participativo. Separei os impostos da cidade por bairro, a parte líquida dos impostos é então colocada de volta em cada um dos bairros e cada um dos bairros faz a distribuição que achar que é conveniente. Existem bairros onde o orçamento participativo é feito militantemente como se fosse um governo dos mais puros, vamos dizer assim. Existem áreas, na praia por exemplo, onde as pessoas não têm o menor interesse em discutir o orçamento. E têm lá a sua estrutura e que funciona do mesmo jeito, eles querem é um resultado final. Então, na administração condominial, que possibilitou, entre outras coisas, São Vicente é uma cidade que tinha mais ou menos um terço dos seus habitantes morando em favela, hoje todas as favelas, todos os barracos, todas as casas palafitas pagam impostos em São Vicente. E eu avisei, antes da minha candidatura, que ia cobrar. E a inadimplência nesses lugares, em vários deles, é menor do que na Ilha Pochat, que é o lado mais sofisticado da cidade.

Vale a pena mencionar, São Vicente tinha 17% de esgoto coletado e tratado, hoje tem 62% e vamos acabar o ano que vem com 100% coletado e tratado. (Palmas.)

Na Baixada Santista, assim como em todos os lugares de São Paulo, há uma crise econômica violenta, o que não impediu que fizéssemos uma recuperação orçamentária de 70 milhões para 120 milhões em 1999 e vamos ver se chegamos a 140 milhões no ano que vem. Esses valores não foram tirados com aumento de impostos, é importante mencionar. Alguns instrumentos também criativos, todos eles via de regra copiados de algum lugar, acho que são importantes para serem utilizados. A idéia, por exemplo, quando eu era vereador, fazia algumas leis que nenhum prefeito utilizou, eu agora faço questão de utilizar todas. Com apoio ostensivo da Câmara, como eu disse, temos lá a história, lembro-me como se fosse hoje, nunca comentei com a Erundina isso, mas no meu escritório de advocacia eu lia algumas leis que eram publicas em São Paulo e me lembro da lei do solo criado, que tirei lá da administração da Erundina, na época eu era vereador em São Vicente, fiz a lei, nunca foi utilizada e hoje em São Vicente eu troco gabarito de altura de prédio por construção social qualquer que seja ela. Então, em casas, em ruas, em pavimentação e em esgoto eu troco a altura de prédio, digamos: um local como na beira da praia, em que o gabarito máximo é de 10 andares, eu troco cinco andares a mais com o construtor desde que ele divida o lucro meio a meio com a prefeitura. Ele fica com metade do lucro e a outra metade ele me dá em investimento para a cidade.

Tínhamos um déficit orçamentário de 23% em 1996, deixamos em 7% em 1997. É bom dar em conta que desde 96 o Tribunal de Contas do

Estado de São Paulo apura com bastante rigor não só a questão formal das contas, mas especialmente a questão do déficit orçamentário. Para os senhores terem uma idéia, 43 prefeitos dos 600 municípios de São Paulo foram cassados ao longo desses dois anos em função daquela dificuldade, daquela velha premissa de que em terra que falta pão todo mundo grita e ninguém tem razão. Muitas vezes, sem nenhuma maldade, mas apenas porque o déficit orçamentário acaba ultrapassando 10, 15% acabam sendo cassados. O ano passado nós operamos com u superávit de 1.2%.

Alguns dados são importantes e faço questão de ressaltar. Por exemplo, a variação da desnutrição infantil. São detalhes de campanhas de aleitamento materno, algumas campanhas de incentivo que foram feitas de que o pessoal da categoria médica pudesse sentir-se responsável pela atuação – faço questão de ressaltar aqui a presença do nosso ex-Secretário de Saúde Eduardo Palmiere, que é vereador na cidade, o salto de qualidade que tivemos na saúde pública da cidade, o atendimento clínico quase que triplicando. Estou falando vindo de um governo petista que geralmente é um bom governo.

Vamos passar para a educação. Na educação foi o grande salto de qualidade. Ao contrário do que foi dito sou um amplo defensor da municipalização do ensino. Sempre entendi que a municipalização é um ato de socializar riqueza. Na minha cidade, por exemplo, eu tinha praticamente todos os alunos da rede de ensino fundamental como rede pública municipal. E acontece que outras cidades perto da minha, como Cubatão, que é uma cidade rica, não tinha nenhuma. Então ela conseguia pagar 2.500 reais de salário de um professor na pré-escola, enquanto eu pagava 600 reais. E as minhas professoras viviam humilhadas com essa situação. Mantinham cursos de robótica, de informática e coisas bem sofisticadas, acima do ensino fundamental; entretanto, aquilo que a Constituição e que os constituintes e portanto o povo decidiu que era fundamental, que era o ensino fundamental, não tinha lá. Agora, não, na minha cidade, sempre digo isso, em qualquer coisa que se some com alguém e divida por dois a minha cidade leva vantagem, já que é uma das que têm menor arrecadação. Numa situação em que você tem um baile e apaga a luz, dança melhor quem é cego. Em São Vicente, como a situação já era bem ruim, qualquer coisa que some e divida por dois eu levo vantagem.

Na municipalização do ensino, para vocês terem uma idéia, eu coloco todos os meses 350 mil reais dentro do fundão e recebo alguma coisa perto de 1 milhão e trezentos mil reais. Então, a municipalização foi importante, saltamos em qualidade tanto no número de escolas como no número de alunos. São quase 70 mil refeições servidas por dia no ensino fundamental e médio.

Há uma queda drástica de repetência, que não é uma queda só porque há um governo socialista ou um governo que acho que possa ser bom. Há uma parceria importante feita, que acho que é um modelo que serve para todos os municípios, não sei se tem em Maceió, que é a situação da Fundação Ayrton Senna e da Fundação Petrobrás, que mantêm um convênio com o município que se chama Acelera Brasil. Esse Acelera Brasil faz com que crianças que tem normalmente aquela sensação de competência, um garoto que tem 13 anos e que está na 2ª, 3ª série, que já se sente humilhado de sentar naquela sala de aula, ele recebe a bandeira do Ayrton Senna, o capacete, ele sente que vai para a luta mesmo e se acha um campeão. É embutido na cabeça dessa criança uma psicologia de que ele é um vencedor e isso causa algumas situações em que temos aí dois, três ou até quatro anos de aprovação num só ano. Isso a 1.500, 2.000 crianças a cada ano que se passa você economiza na sala de aula, você economiza em vagas e principalmente numa parceria que não é especial da minha cidade, parece que a Fundação Ayrton Senna fez isso em dezenas de cidades no Brasil inteiro e é um modelo que acho que deve ser perseguido pelos estados essa idéia do Acelera Brasil, vinculado a uma figura vitoriosa como foi a figura do Ayrton.

Em comércio e indústria tivemos a formação de mais de 1.500 empresas novas, eu atuei na área de prestação de serviços, que era aquela que eu podia atuar, São Vicente não tem vocação industrial, atuamos na área de prestação de serviço que acho que é a área do futuro. As cidades que não têm uma grande vinculação, do ponto de vista de indústria, têm que atuar naquilo que é possível e no meu caso é turismo e prestação de serviços.

Este é um dado importante, que acho que é uma coisa inusitada, que agora existe em todas as cidades do Brasil, mas que a primeira a ser legalizada, pelo menos que eu saiba, foi lá em São Vicente. Tínhamos um transporte coletivo municipal de uma empresa, um monopólio que é o maior do Brasil que é o do Grupo Constantino, que são 65 mil ônibus no mundo, uma grande empresa, um sujeito estruturado, um grande cartel. Esse monopólio viveu e sobreviveu inclusive a governos petistas. Quando nós assumimos o governo eu avisei para eles que não queria nenhuma briga especial com quem fosse dono da empresa, eu queria que o transporte fosse correto, que os ônibus passassem de 10 em 10 minutos, assim como estava escrito no contrato. Eles insistiram em que não dava para fazer desse jeito por causa da questão do lucro etc., que a cidade não comportava esse número de ônibus. Nós legalizamos o transporte alternativa, que hoje a imprensa local chama de metrô de superfície, dada a quantidade de peruas, são 390 peruas, as pessoas brigam para colocar a perua. Você pega a perua em São Vicente, com ar condicionado, o dono da

perua lhe oferece jornal e cafezinho para cada uma das pessoas que pagam um real e entram na perua. Para vocês terem uma idéia, o transporte coletivo municipal, no pico da empresa quando ela fazia transporte lá, ela transportou 350 mil passageiros – vejam como me roubavam –, hoje as peruas transportam alguma coisa perto de 2 milhões de passageiros. De onde surgiu esse pessoal todo? Ele era roubado pelo sistema do intermunicipal, por aquele sistema das outras cidades que passavam pela minha cidade e como o empresário é dono de tudo, ele tirava o ônibus municipal e obrigava a pessoa a pegar o intermunicipal porque custava 20% mais caro.

Quando comecei com essa idéia em São Vicente, todas as outras cidades em volta, são 9 cidades na região metropolitana, falaram o seguinte: isso é um atraso, do ponto de vista de transporte coletivo perua é um atraso. Estou consciente de que é um atraso, o moderno não é perua, o moderno é metrô, o moderno VLT. Acontece que nós temos uma realidade e não posso fugir dessa realidade. As peruas hoje recolhem alguma coisa perto de 60, 70 mil reais/mês de impostos. O grupo pagava alguma coisa perto de 25 mil reais de impostos. As peruas geram 2.300 empregos diretos. Elas trabalham em três turnos, cada uma com um motorista e um ajudante. A rigor, só de IPVA são mais de 2 milhões de reais ao ano que passamos a receber. Estou convencido de que um dos grandes motivos da atual aceitação popular do governo está vinculado à questão do transporte alternativo. Os ônibus, diga-se de passagem, continuam existindo. Agora, a população se sente totalmente servida. Esticou o braço o cara já puxa ele para dentro. A disputa é tão grande que não tem mais o perigo de o cara ficar no ponto mais do que 5 minutos. E é um sucesso do ponto de vista de formação porque as pessoas chegam muito mais rápido.

Para vocês terem uma idéia, grande parte das pessoas se dirigiam da minha cidade para outras cidades, porque já que você está no ponto, você não tem ônibus para pegar, você faz o sinal, pára um intermunicipal, você fala: já que paguei mais caro mesmo, agora eu vou até Santos e vou comprar em Santos. Então, quando nós inventamos o sistema de perua, hoje em dia o centro da cidade de São Vicente, do ponto de vista comercial, é o ponto mais valorizado de toda a baixada, porque simplesmente secou todo mundo em volta do centro. Só o centro da cidade acabou absorvendo praticamente toda a movimentação da cidade, porque as pessoas já que estão no municipal param no centro e vão fazer suas compras ali mesmo.

Esse é um trabalho interessante, o das creches. Também acho que é um detalhe novo, vamos dizer assim. Nós montamos várias creches. Era um programa de governo montarmos uma creche para cada um dos bairros, são

quarenta bairros mais ou menos e vamos montar quarenta até o final do governo, montamos vinte e poucas. O que eu acho interessante é que em nenhuma delas tem funcionário público. Aliás, tem um funcionário público em cada uma das creches. Como é que eu faço? Estimulamos a formação de um centro comunitário de qualquer que seja a engrenagem, fazemos um convênio com essa engrenagem, passamos em dinheiro um valor, mais o aluguel do imóvel, reformamos o imóvel e entregamos pronto. O Fundo Social de Solidariedade acaba equipando toda essa creche e entrega pronta na mão da sociedade. Essa sociedade, com o dinheiro da prefeitura, se vira. O que eu encontrava antigamente nas creches? Quando chegava, por exemplo, uma sexta-feira, cinco e pouco da tarde, não se encontrava mais nem um funcionário. Hoje, como as creches são comunitárias, em todos os finais de semana em São Vicente você vai encontrar as pessoas trabalhando na própria creche, fazendo o almoço, fazendo o jantar e você pulverizou a cidade de tal maneira do ponto de vista político e do ponto de vista administrativo, que além de ser um sistema barato, eu mantenho a merenda, o telefone, enfim, o restante e mantenho apenas um funcionário para efeito de tribunal, para que possamos ter controle do que entra e do que sai. As creches são todas públicas, ninguém paga um único centavo e são um grande sucesso do ponto de vista social, tiramos da área social e passamos para a área educacional para dar um conteúdo pedagógico, mas de qualquer maneira acho que as creches são um modelo que hoje está exportado para Cubatão, para Mairiporã, para Tietê, para diversas cidades do Estado de São Paulo.

Na área social há uma série de componentes, eu mencionei aqui alguns, Criar, Cecof, enfim, que atendem crianças e adolescentes. Capacitação profissional, que nesta crise financeira todas as pessoas têm uma necessidade disso, a prefeitura faz esse serviço, assim como todas as prefeituras, mas eu apenas mencionei aqui também.

Aqui eu faço um adendo. São Vicente, com trezentos e poucos mil habitantes, uma cidade que tem esse contingente social bem pobre, tem o orgulho, no Estado de São Paulo, de levar a pecha positiva de não ter nenhuma criança de rua. Não vive na rua uma única criança. (Palmas.) É um esforço muito grande da prefeitura, essas crianças – e tenho dito muito isso – são coisas marcantes, simbólicas e que na verdade quem mexe com essa área sabe do que estou falando. Na verdade não existem tantas crianças de rua. Se você contar mesmo, em São Paulo, ouvi falar certa feita que eram 12 mil, 5 mil, enfim, é um número que para São Paulo não é tão grande assim. Acontece que é uma cena tão forte, tão marcante, é tão humilhante para o ser humano encontrar uma, duas, três, que a sensação que dá é que se tem milhões de crianças na rua. Nós

fomos mapear essas crianças, aí eu revi um conceito que eu tinha. Fiz um convênio com a associação comercial e com a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Eu sentia que quando as crianças iam para os meus cursos normais elas não ficavam porque tinham um lado de afeto feminino, da assistente social e das técnicas, mas faltava um pouco daquela autoridade que às vezes o pai exerce nas casas. E pedi ao comando da Polícia Militar que me emprestasse esses homens, os homens foram emprestados, hoje eles atuam nisso há três anos e pouco e nós nunca perdemos uma criança, as crianças hoje gravam CDs, são sucesso na cidade, fazem parte do coral, vão para cá e vão para lá, é um tratamento vip, digamos assim, mas temos um grande orgulho de poder falar que elas não voltaram para as ruas, que elas ficaram conosco, muitas delas reencaixamos em famílias, junto com o Juizado de Menores e com o Juízo da Infância e da Adolescência, outras tantas colocamos como empregadas que moram conosco também. E o que é interessante é que aquele lado do policial militar que estamos acostumados a ver do lado agressivo, do lado desumano etc. foi completamente desfeito nessa relação. Os soldados, no começo, quando elas fugiam e no final de semana não apareciam no projeto...

(troca de fita)

... criou uma relação realmente familiar. E esses meninos, hoje, conseguem viver com bastante dignidade, a gente tem bastante orgulho de falar que São Vicente, ao contrário, tem uma faculdade de Comunicação de Santos, num debate na TV Manchete, o Secretário de Santos, do governo do PPB, uma pessoa famosa, enfim, conhecida nessa área, desafiou o nosso Secretário, em São Vicente, e que não era verdade esse dado de que existiam crianças. Foi aceito esse desafio, a Faculdade de Comunicação de Santos passou, durante três semanas, sem falar quais eram os dias, procurou, durante seis dias diversos e alternados, crianças pela rua e, não encontrando as crianças, fez uma matéria que se chama "Aonde estão as crianças?" e aí vem a explicação de todo o projeto, que para nós é o grande motivo de orgulho de poder fazer governo que, acima de tudo, consegue fazer a equiparação de algumas coisas que parecem tão difíceis.

Na seqüência, pensamos o seguinte: mas essas crianças que eram de rua têm um certo nível de idade. Temos outras crianças tinham problema com drogas. Fomos então fazendo casa de recuperação por faixa etária. Essa Casa Chandica(?) é uma outra delas. O Creres é um outro deles, quer dizer, são serviços públicos de atendimento de recuperação de drogados, os meninos ficam lá oito meses, morando com a gente, hoje temos 120 meninos. O índice de recuperação é padrão de 72%, equivalente a alguns casos de Ponta Grossa, que é o exemplo brasileiro. Há uma grande dose de espiritualidade e religiosidade, mas, de verdade, para que eles consigam sair do vício ficamos satisfeitos que possa ter sido um serviço público e de qualidade.

Mais um projeto de atendimento à população de rua.

Outro projeto para pessoas de rua, para a população que chega na cidade, porque lá na Baixada Santista chega muita gente.

Esse também é um xodó especial que é a questão do atendimento à criança especial. Confesso que não é minha área, não tenho conhecimento sobre esse assunto, mas quando era candidato a prefeito fui procurado por um grupo de senhoras mães, que pagavam mensalmente 450 reais para manter uma escola de autistas. Nem sabia o que era isso, depois me explicaram e essas mães me disseram que era muito difícil pagar esse valor, porque uma criança depende de um funcionário. Na época eu disse para elas que se ganhasse a eleição iria estudar a possibilidade, como tantas outras vezes se fala isso e às vezes não consegue fazer, não tem orçamento. Só que essa mãe que veio falar comigo veio a falecer pouquinho depois da minha eleição e deixou uma carta a mim entregue pelos seus irmãos, avisando que iria entrar numa sala cirúrgica e pedindo para não me esquecer desse compromisso de fazer a casa do autista. Então fizemos uma casa que é padrão hoje do Estado de São Paulo, atende a quase 100 crianças autistas, é um gasto violento para nós mas é uma casa pública e fizemos uma subida de crianças especiais, que vão de 180 para seiscentas e poucas crianças.

Existe também o Centro de Convivência da Terceira Idade. Aqui vale uma ressalva daquela história que foi falada aqui no começo. No Estado de São Paulo, assim como em todos os governos dos outros Estados, acabam fazendo convênios com a gente que dura geralmente um ano e se começa o programa. No final de um ano ele encerra o programa e não se tem como encerrá-lo. Então os idosos que eram 70, 80, hoje são 1000 idosos e não se consegue desfazer desse programa. Acabamos incorporando e cada vez assumindo mais um tipo de programa.

Vale ressaltar que todos esses casos que eu citei até agora da área social, sem exceção, não temos um único servidor público, todos são em convênio com a entidade, eu passo o dinheiro e a entidade é que contrata.

Aí vem um detalhe importante: fizemos, ao longo desses governos, dezenas de parcerias, como essa que citei há pouco da legislação, mas têm outras tantas mais, principalmente, talvez, o plano comunitário de pavimentação, e esses casos percebemos que a população diz sim logo de cara. Ao longo desses dois anos tivemos mais ou menos um orçamento inteiro, perto de 112 milhões, só de parcerias nesses convênios. E essa parceria, principalmente o instrumento da concessão, da permissão, coisas que se pode tirar valor e aplicar

em outro lugar, é um expediente que deve ser utilizado por todas as prefeituras, por todos vocês que são vereadores, para que possibilitem nas suas cidades.

O plano de melhoria de que falei há pouco.

Aqui vai o *merchandising* da cidade. No ano que vem vamos comemorar 500 anos de Brasil, São Vicente, por ser a primeira cidade do Brasil, está inserida no movimento dos 500 anos. Em 1532, depois que Cabral chegou em 1500, lá na Bahia, por 32 anos o Brasil ficou sem nenhuma atuação. Portanto, 32 anos depois, Martin Afonso chegou ao Brasil com a incumbência de formar realmente uma pátria, juntou negros, índios e brancos e formou de fato a raça, e diversas coisas que são primeiras, são primeiras lá em São Vicente. A primeira Câmara das Américas, a primeira eleição das três Américas, berço da democracia, a primeira moeda, a primeira cana-de-açúcar, o primeiro engenho, o primeiro gado, e isso era uma coisa meio despercebida. Estamos fazendo um esforço muito grande, por projeto de lei da Assembléia Legislativa, com apoio de todos os Deputados, inclusive, aqueles Deputados nossos do PSB de São Paulo e no ano que vem, de 21 a 23 de janeiro, São Vicente volta a ser a Capital do Estado de São Paulo, assim como fora durante 177 anos, com a sede dos três poderes que vão se deslocar para lá. Vamos ter diversas grandes engrenagens sendo montadas, o maior complexo de escultura de areia do mundo, são 15 mil metros cúbicos que estão sendo construídos; temos o Memorial do Oscar Niemeyer, que está sendo feito. Aliás, diga-se de passagem, foi contatado e ele primeiro perguntou qual era o partido, quando eu falei que era do PSB ele aceitou fazer o projeto, senão ele não aceita fazer projeto para qualquer partido. Mesmo pago ele não aceita fazer. Ele aceitou fazer para nós lá. Vamos ter o Lusocom, o Encontro Mundial da Língua Portuguesa, o Congresso de Jornais, e vamos fechar convidando todos vocês já para que ano que vem, aqueles que não são cariocas, porque os cariocas geralmente têm essa vocação e não aceitam a minha sugestão, como o Senador Saturnino, mas São Vicente é o tema da escola de samba Beija Flor ano que vem e vamos ter muito orgulho de poder torcer para a escola e, se Deus quiser, ganhar ano que vem com a Beija Flor novamente no Rio e comemorar os 500 anos, mais uma vez reforçando isto: ano que vem, especialmente porque é ano de eleição, quem embarcar numa onda negativa, com todos os problemas que tenha o País, em função do Reveillon do Milênio, em função desses 500 anos, temos de conseguir nos diferenciar.

Eu fui de um tempo, ainda que moço, onde as pessoas que eram de esquerda eram legais. As pessoas diziam isso. A sensação que se tinha era a de

que era uma pessoa legal. Hoje, as pessoas associam quem é de Esquerda a pessoa chata. Eu realmente não aceito essa pecha, acho que nós temos de mudar o nosso discurso, encontrar a maneira de dizer o que a gente diz talvez com outras palavras. E estou convencido de que se algum partido tem essa vocação é o nosso.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA – Ele omitiu com modéstia uma informação muito importante. Ele acaba de ser capa da IstoÉ, por ter sido, numa pesquisa da Brasmarketing que o tinha considerado o prefeito mais popular do Estado de São Paulo. Eu tenho muito orgulho desse prefeito e dessa experiência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiros, vamos em frente, cada vez mais orgulhosos, cada vez mais estimulados. Vamos ouvir agora o companheiro Reinaldo Melgaço, Presidente do nosso Partido em Belo Horizonte e Secretário da Administração Célio de Castro.

O SR. REINALDO MELGAÇO (Presidente do PSB/BH e Representante do Prefeito de Belo Horizonte Célio de Castro) – Gostaria de cumprimentar o Senador, a Mesa, a Erundina, Carlinhos Siqueira e tentar trazer um pouco da experiência de Belo Horizonte nesses últimos seis anos e dez meses.

Belo Horizonte viveu uma mudança na sua forma de governar a partir de 1993, com a eleição do Patrus Ananias, do PT, e o Vice, hoje Prefeito Célio de Castro. Na época, a campanha se fazia com o grande mote que seria a mudança das prioridades, ou seja, a inversão das prioridades, que as prioridades do município não seriam as dos grandes grupos econômicos, dos construtores, dos donos de empresa de ônibus, mas sim a inversão de prioridades e a sua transformação na prioridade da população. Belo Horizonte então começa a fazer a mudança nessa aliança PT/PSB/PCdoB/PCB.

Em 1996, o Célio, Vice, começamos a trabalhar a sua candidatura a Prefeito de Belo Horizonte, com um discurso da manutenção do projeto político instalado em 1993, mas com a eleição do prefeito. Tivemos nesse caminhar divergências com a frente anterior, a chamada Frente BH Popular, a frente com o PT, e o PT saiu com candidatura própria, não aceitou, como era um pouco do seu estilo, como ainda é em vários lugares do estilo do PT de abrir mão da cabeça de chapa para inclusive um companheiro que era vice na chapa anterior, do próprio PT. Saiu com candidatura própria, saiu com candidatura do PSDB,

a nossa candidatura, numa coligação com o PMDB e com o PPS. Houve outros candidatos do PDT, mas não conseguimos fechar uma frente ampla.

Foi muito interessante, porque o Célio era Vice-Prefeito, mas começamos uma campanha com 1%, 2%, quando subia muito ia a 3%. Uma campanha difícil, que na verdade tínhamos o tempo de televisão e o sapato, sem recursos. Fomos ao trabalho e uma semana antes das eleições, não me lembro se a Veja ou a IstoÉ que saiu na capa a fotografia do candidato do PSDB, o Amilcar Martins, abaixo da sua a fotografia do Virgílio Guimarães e a do Célio, com o seguinte título: "Quem vai disputar o segundo turno?" Quer dizer, descartando a possibilidade de o Célio ser o candidato que iria para o segundo turno.

Quando vieram as eleições, no segundo turno tivemos 4% dos votos. Por pouco não ganharíamos a eleição no primeiro turno. Fomos ao segundo turno com o candidato do PSDB, o Amilcar Martins, o sucessor do candidato Eduardo Azeredo, então Governador, e tivemos 80% dos votos.

Esse foi um pouco da história, mas o compromisso de campanha, o compromisso que a Frente BH Novo Século, a frente que o Célio encabeçava defendia a manutenção do projeto político instalado em 1993. A defesa que o Célio, a frente, os candidatos a vereadores faziam era a manutenção do projeto político de inversão de prioridades, de manutenção do projeto anterior.

Vencemos as eleições e instalamos o governo que, inicialmente, teve uma composição de 14 partidos: PSB/PCdoB/PT/PMDB/PFL/PV, uma aliança muito grande. Nos dois primeiros anos essa aliança foi de certa forma se restringindo, hoje temos uma aliança fundamentada, básica no PSB, no PCdoB e no PMDB.

Como o motivo de campanha foi a inversão de prioridades, manutenção do projeto, investimos então e, por determinação do Prefeito Célio, radicalizamos a questão do orçamento participativo, que para nós é fundamental na cidade de Belo Horizonte.

A partir de 1992, o orçamento participativo em Belo Horizonte foi que na verdade a população começa a definir, hoje, todo o orçamento da cidade. Inicialmente, tínhamos duas formas de participação popular, a partir de 1993, que era o orçamento participativo de obras e o orçamento participativo da habitação. O orçamento participativo de obras é discutido nas nove regionais da cidade.

Essas regionais são subdivididas em sub-regiões e estas fazem duas,

três assembléias para definir as prioridades orçamentárias para aquela sub-região, que depois leva a um fórum regional, que define as prioridades regionais de obras para aquela região da cidade.

O orçamento participativo da habitação opera da seguinte forma: os núcleos dos sem-casas, cadastrados na Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, a Ubel, também discutem, criam os espaços, as formas e a construção das habitações.

A partir de 1993, temos em Belo Horizonte 432 obras concluídas do orçamento participativo. Temos como meta deste governo, até o final deste ano, chegarmos a 509 obras e até o final do Governo Célio de Castro pretendemos chegar a 650 obras concluídas, de um total de 787 obras definidas nesses oito anos.

Na questão habitacional, entregamos no governo Célio de Castro uma média de três unidades residenciais por dia.

Essa forma de governar, de tratar as obras em Belo Horizonte, através do orçamento participativo, certamente provocou uma mudança muito grande na qualidade de vida urbana. Se a qualidade de vida urbana não é melhor porque temos um modelo econômico de exclusão, de gerar desemprego, em Belo Horizonte podemos dizer que a qualidade de vida na cidade, não a vida do indivíduo, está melhorando. Se fizermos um acompanhamento, Belo Horizonte é uma cidade muito acidentada, com muito morro, muito íngreme. O número de acidentes ocorridos na cidade, pelo risco, na época de chuva, diminuiu muito. Na avaliação dos técnicos da prefeitura, que inclusive criamos o IQVU, o Índice de Qualidade de Vida Urbana, dá para perceber claramente que o número de acidentes, de mortes, de desabrigados tem diminuído porque a intervenção da população na definição das obras foi muito mais competente do que os técnicos que definiam politicamente, junto com os empreiteiros, nos gabinetes em governos anteriores. A população sabe qual a necessidade que tem. Isso é um pouco do que achamos da marca do projeto político.

A marca do governo Célio de Castro é quando passamos a não mais definir somente orçamento participativo de obras ou de habitação. Passamos, a partir deste ano, e já estamos fazendo, o orçamento participativo da cidade, ou seja, a população da cidade de Belo Horizonte vai definir sobre orçamento da área social, da área educacional, da área de turismo, sobre o esporte, cultura, de todos os setores da cidade. Na nossa avaliação, essa é uma radicalização da democracia em Belo Horizonte, é uma radicalização do orçamento participativo.

Uma questão importante é que durante a execução do orçamento

participativo tivemos alguns problemas, tanto no campo aliado quanto no campo de oposição a nós. Porque o campo de oposição dizia que estávamos propagandeando o orçamento participativo como forma de ganhar a eleição, mas aquilo era inexeqüível. No nosso campo às vezes nós mesmos não acreditávamos na possibilidade de consolidar o orçamento participativo. E para a própria população, isso aconteceu muito no início, aquele negócio de a comunidade olhar a obra muito olhando para seu próprio umbigo, olhar a obra para resolver um problema da sua rua, pensando num problema muito específico. Isso aconteceu, sim, no início do orçamento participativo. Mas essa cultura, hoje, muda, porque as comunidades vão para votar as obras mas numa articulação entre essas comunidades. Na verdade o interesse social às vezes prevalece e uma comunidade vota na obra da outra, quando essa obra é mais importante, quando é uma obra de saneamento em detrimento da cobertura de uma quadra de futebol. Não que a cobertura da quadra não fosse importante, mas o saneamento é muito mais importante. Então essa articulação das comunidades foi um processo interessante.

Hoje, temos Belo Horizonte caminhando para um processo em que as obras dessas comunidades, porque às vezes há 40, 50, e a comunidade fala isso com a gente: nós vamos lá na inauguração das obras ou no próprio período de execução das obras e estou esperando essa obra há 40 anos, há 30 anos. E essas obras não dão visibilidade, não são obras que elegem prefeitos.

Outra questão muito interessante que tem ocorrido é o combate pela própria comunidade ao fisiologismo dos vereadores. Há 15 dias fomos inaugurar algumas obras numa região e o vereador majoritário, o vereador eleito na região, botou um punhado de faixa lá como se a obra fosse dele. Na hora em que ele foi chamado para o palanque, porque são chamados todos os vereadores, a comunidade vaiou e pediu que ele descesse, porque aquela obra não era dele, ela era da comunidade. Então percebemos e ouvimos depoimentos em que as pessoas dizem: essa obra não é de Fulano, essa obra é nossa. Foi o nosso suor, sábado indo para a reunião, indo às comunidades, discutindo, indo às favelas. Então o vereador não vai poder capitalizar com isso.

Eu acho que isso passa a mostrar que o papel do vereador num município tem de mudar, não pode ser o papel de distribuidor de pequenas obras, ou mesmo de grandes obras. Em Belo Horizonte não temos grandes obras, a não ser no orçamento participativo, onde na semana passada teve a Conferência da Cidade, a obra de uma grande avenida que vai fazer uma ligação muito importante, inclusive tirar uma favela. Mas não temos grandes obras, temos essas pequenas obras e tínhamos um problema muito maior que era

com o trânsito, tem até um adesivo que as pessoas imitaram e colocaram o adesivo coração, colocando Transbelo Horizonte, Haja Coração! Hoje, Belo Horizonte, com criatividade, com conselhos, a empresa de trânsito tem seus conselhos regionais, discute com eles as modificações do trânsito em cada região. A grande marca de Belo Horizonte, para nós, hoje, é a questão da participação popular em todos os setores. Nenhuma intervenção pode ser feita sem uma deliberação da comunidade sobre os rumos e os recursos da capital.

Poderíamos expor algumas outras questões na área social mas acho que são questões do nosso sangue, do nosso coração, temos desenvolvido muito também na área social, na área educacional, de saúde, plantando o Médico de Família, a Bolsa-Escola, que hoje atende a 4.500 famílias e além disso essas famílias são obrigadas a passar por um processo de reciclagem de formação profissional, junto com a escola sindical, quer dizer, essas pessoas são formadas, a sua auto-estima tem crescido bastante, elas têm cartão bancário, recebem no banco, procuram se produzir mais, existe, sim, de verdade uma questão do trabalho importante.

Então, para nós, a marca de Belo Horizonte é a radicalização na democracia, com a constituinte escolar, com várias outras questões. Eu gostaria de deixar o meu depoimento por aí e abrirmos para esclarecer o que for preciso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiros, vamos abrir as inscrições, mas vamos acertar entre nós que encerraremos no máximo às 20 horas. Todo mundo de acordo? O cansaço já é grande, amanhã ainda teremos painéis e então vamos fazer um esforço de concisão e da objetividade e começar aqui com o próprio Carlos Siqueira.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Como todos nós esperávamos, a riqueza das exposições feitas nesta tarde sem dúvida alguma é um orgulho para nosso Partido saber que contamos, entre nossos quadros, com prefeitos de administrações tão interessantes, inovadoras como as dos prefeitos que aqui acabaram de fazer suas apresentações.

Destaco, por exemplo, a questão da prefeitura de Belo Horizonte, não apenas por ser a principal cidade, que hoje é administrada pelo Partido Socialista Brasileiro, mas também porque além de todas as obras, da forma de governar que vem sendo desenvolvida na capital mineira, há uma obra que materializa na política aquilo que já é uma decisão do Partido Socialista, que é a obra política do Prefeito Célio de Castro, que construiu, apesar de setores importantes do

partido à época em que ele se apresentou como candidato em contrário, uma obra política de arquitetar uma frente política de Centro-Esquerda, liderada por ele que é de Esquerda. Esse é um fator que devemos ressaltar porque ele materializa aquilo que nós queremos para o nosso País.

O SR. REINALDO MELGAÇO (Presidente do PSB/BH e Representante do Prefeito de Belo Horizonte Célio de Castro) – Também nós chamamos de uma frente de esquerda-centro.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Pois é, ele materializa exatamente em Belo Horizonte aquilo que queremos para o nosso País e que achamos da maior importância que prossigamos, buscando nos Estados, nos municípios grandes e pequenos uma arquitetura política tal qual foi construída em Belo Horizonte.

Sei que isso foi feito com muito esforço e com apoio irrestrito da Executiva Nacional, porque inclusive o Presidente do partido à época, no Estado, e segmentos importantes do partido eram contrários a essa frente construída. E o Célio, com toda persistência e competência que lhe são peculiares conseguiu construir a frente, demonstrar que é possível ganhar, trazer a Esquerda, inclusive o PT, pela primeira vez precisou ser derrotado para fazer integrar, e desde o primeiro dia de governo administra com o PT, com o PCdoB, com o PDT, com o PMDB e com o próprio PSB, que lidera o governo.

Então, ressaltar esse aspecto do caso da prefeitura de Belo Horizonte é muito importante. Claro que as outras cidades que aqui se apresentaram também são excelentes, como é o caso de Santana do Acaraú, também outro exemplo para ser seguido pelos pequenos municípios. Nós temos 152 prefeituras e um grande número de prefeituras entre essas dezenas governadas pelo PSB deveriam se espelhar no companheiro, fazer uma visita, passar uma semana lá em Santana do Acaraú para saber como se governa com pouco recurso mas com a solidariedade e a cooperação de toda a população.

Senador, além desses relatos aqui feitos nesta tarde, que serão publicados em um livro, que será depois distribuído para o conjunto do partido, para que conheçam aqueles que não tiveram a oportunidade e a satisfação de ouvir como nós outros aqui nesta tarde esses relatos interessantes, também algumas administrações mais emblemáticas, e acho que o caso de Belo Horizonte e de Santana do Acaraú, como o de Maceió, que são as capitais e uma das maiores e uma pequena, a Fundação poderia, talvez no próximo ano, também temos nossas limitações materiais, fazer um estudo mais aprofundado e publicar talvez uma obra específica dessas administrações emblemáticas, examinando

e ouvindo melhor não só o prefeito, mas os integrantes da sua equipe e a própria população, para que seja uma forma de mostrarmos não só para nossos companheiros, mas também para a sociedade, uma forma socialista de governar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Excelente idéia. Evaldo.

O SR. EVALDO – ... gostaria de parabenizar a Fundação João Mangabeira pela iniciativa, os palestrantes pelo elevado nível das exposições e deixar apenas uma pergunta para quem pratica o orçamento participativo. É uma curiosidade que veio à minha cabeça.

Sabendo que os orçamentos, embora tendo toda participação da sociedade, têm que passar pela Câmara Municipal para serem aprovados, gostaria de saber qual o índice de alterações que as câmaras provocam nesses orçamentos, elaborados a partir da oitiva da sociedade? (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bernardino.

O SR. BERNARDINO (Vereador de Santa Rita-PB) – Companheiros, companheiras, boa noite a todos, anotamos algumas questões apresentadas, já foram até reforçadas pelo companheiro Carlos Siqueira, mas gostaríamos de primeiramente trazer o abraço carinhoso, fraterno dos companheiros da Paraíba, Deputado Gilvan Freire, toda comissão regional que não se pôde fazer presente, mas pediu que trouxéssemos esse abraço. A Paraíba, no início de novembro, estará realizando o nosso Congresso Constitutivo e deveremos iniciar o ano 2000 com aproximadamente 100 municípios organizados no Estado.

Ficou visto e bem claro que o País agoniza. Agoniza pela exploração do capital internacional. O PSB tem um papel importante: conscientizar e mobilizar o nosso povo. Mobilizar para o enfrentamento das forças externas e dos seus aliados. Para isso o PSB precisa crescer. Só acreditamos que o PSB possa crescer se apresentar candidato em todas as instâncias. Não podemos continuar à reboque de nenhum outro partido. Fazermos alianças, sempre que possível avançar nas alianças. Lançamos como proposta em âmbito nacional que uma das bandeiras do nosso partido seja erradicar o analfabetismo, que consideramos a chaga mais cruel da nossa sociedade.

Falou-se muito aqui em reforma tributária. Todos que discutem a reforma tributária dizem que no Brasil há uma sonegação de 50%. Se o governo passasse a arrecadar esses outros 50%, imediatamente poderíamos dar um

desconto de 50% nos impostos que aí existem. Haveria uma redução imediata de 50% nas taxas que temos hoje.

A Comissão Regional da Paraíba também nos incumbiu de transmitir aos companheiros aqui presentes que a Paraíba vê com bons olhos as ações desenvolvidas no sentido de trazer para o nosso meio o companheiro Itamar Franco.

E daqui, acredito, que tiramos todos uma grande lição: para fazermos o PSB crescer, para chegarmos ao sucesso, às vitórias, só há um caminho: o de ouvir o povo. Parece-me que essa foi a grande lição que aprendemos durante este seminário. Nossos parabéns a todos os companheiros que fazem a Fundação João Mangabeira, que estamos também tomando as providências para iniciar no Estado da Paraíba, pelo grande evento que estamos realizando. Um evento de alto nível e é isto que o PSB precisa: reciclar os seus quadros, para assumir o poder junto com o povo no Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Severino Nunes.

O SR. SEVERINO NUNES – As exposições dos debatedores e as intervenções dos companheiros, muito válidas no debate desta tarde. É preciso saber da companheira Erundina a experiência de prefeita da Cidade de São Paulo, em razão do tamanho da cidade, dos companheiros de cidades menores, são experiências muito válidas para nós que estamos participando desses debates.

Eu fui vereador por doze anos e tive algumas experiências e gostaria de lembrar, quando se falou em orçamento participativo via comunidade isso é muito interessante. Como vereador, posso dizer que a função do vereador já é uma questão de cultura e a sua finalidade é fiscalizar e legislar. No entanto, hoje, sabemos que há um empenho por parte de vereadores eleitos de competir e fazer clientelismo, o que na verdade isso contribui para que o vereador seja visto de uma forma diferente, ou seja, se a função é fiscalizar, legislar, realmente com essa cultura que temos hoje no vereador é realmente uma experiência muito amarga. Além do mais, sabemos que o povo não gosta de pagar imposto, não gosta de pagar nada. No entanto se quer tudo.

Por exemplo, um morador de determinada rua quer uma lombada em frente a sua casa. No entanto, ele não gosta de passar em uma lombada da outra rua. Vejam como é complexo o ser humano, a cultura tanto do nosso

povo como a dos nossos vereadores. Lamentavelmente é uma missão muito espinhosa, foi uma experiência de doze anos e acho que contribuí com a minha parte. Mas acho que todos os companheiros devem participar e não se omitir. Pelo menos acho que temos de ter representante, o povo tem de participar, os destinos da sociedade são ditados pelos políticos e temos de participar.

Quando se fala em questão de fiscalizar eu me lembro de um episódio que aconteceu comigo. Fui expulso do Tribunal de Contas porque estava no empenho de ajudar a fiscalizar um prefeito e um era desonesto demais. Mas quando a pessoa é desonesta que dificuldade terrível fiscalizá-la. A conclusão a que cheguei foi que a única maneira de se evitar isso é que o desonesto não deve ser portador de mandato. Fui ao Tribunal de Contas e lá chegou a oportunidade de eu ser expulso pelo seu presidente porque tive de dizer para ele que o Tribunal de Contas era um órgão em que não se fazia contas. Ele não gostou, me expulsou e finalmente disse a ele que não fazia conta porque dois com dois lá não são quatro, devem ser três ou cinco. Há contas municipais que os prefeitos trabalham para levar ao tribunal à risca, tudo certinho, mas se eles não querem eles não aprovam. Outros fazem as maiores malandragens e aprovam as contas. Então não faz conta, é uma das questões que deveria ser questionada neste País, acabar com os tribunais de conta.

Então, estive atento às declarações da companheira Erundina sobre o Tribunal de Contas de São Paulo. Uma coisa que deveria ser extinta no País, não existir tribunal de contas. Ora, se estamos defendendo que exista o orçamento participativo, que o povo julgue também. O povo indicou o administrador e onde seja aplicado que aconteça uma fórmula pela qual a administração seja aprovada também pelo povo.

Desculpem-me a idéia simplista, companheiros da Mesa e prezados ouvintes, mas pedi a palavra simplesmente para dizer que fui vereador e tive essa experiência, tanto assistindo os vereadores da sua função, fiscalizar e legislar, partir para um clientelismo.

Também tive a experiência de conviver com um povo que não gosta de pagar nada, querem tudo e não querem pagar nada.

Muito obrigado, companheiros, desculpem-me a intervenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bernardo.

O SR. BERNARDO – Boa tarde a todos e aos participantes da Mesa, em primeiro lugar quero saudar todas as intervenções, contando

experiências riquíssimas das administrações do Partido Socialista.

A minha intervenção vem muito no sentido de resgatar e de preservar essas experiências. Com certeza um dos grandes fatores do próximo século será a informação e, como esse grande fator vai acontecer para nós através de Internet, de TV a Cabo, de meios tradicionais de comunicação, teremos de diferenciar o que é informação descartável e de qualidade, e especializar cada vez mais a pessoa que vai exercer funções políticos e os partidos políticos vão ter de capacitar cada vez mais a sua militância.

É nesse sentido que eu acho que a nossa Fundação , e aí uma sugestão tanto para as fundações estaduais quando para a nacional, precisávamos explorar um pouco mais a possibilidade de assessoria política da Fundação João Mangabeira. Por exemplo, foi falado aqui pela prefeita Kátia da necessidade que o companheiro Ronaldo Lessa tem tido de ter um assessoramento técnico, político do partido, até mesmo no sentido de auxiliar e integrar mais o partido. Então acho que existem algumas questões práticas que podemos fazer para utilizar melhor essa possibilidade da Fundação João Mangabeira e transformar todas essas experiências num patrimônio que não vai ser só da prefeita Luiza Erundina, do prefeito João Ananias, do prefeito Célio de Castro, mas um patrimônio do Partido Socialista, políticas do Partido Socialista brasileiro. Como o PT conseguiu tomar conta, por exemplo, da idéia do orçamento participativo. Então, precisamos institucionalizar algumas políticas do partido, através de experiências objetivas que já tivemos, e essas prefeituras já passaram por algumas e existem outras, com certeza.

Proponho que, através das direções de assessoria da Fundação João Mangabeira, criemos uma espécie de banco de projetos ou de iniciativas. Poderíamos ter isso não só no sentido do Executivo, mas no Legislativo também. Existem várias e várias iniciativas de vereadores, de deputados estaduais e federais que precisávamos por exemplo reunir numa espécie de banco, para que pudesse o vereador do Amapá, que tem uma legislação interessante, ou o prefeito, que poderia passar isso para o companheiro do Rio Grande do Sul, ou Paraná, ou Pernambuco. A gente poderia até depois agilizar essas coisas e isso é perfeitamente organizável, muito fácil de fazer, o partido já tem um *site* na Internet, a Fundação João Mangabeira tem um *link* e poderíamos depois alimentar isso dentro da nossa página na Internet porque fica de domínio público para podermos utilizar na organização do partido.

A outra proposta é dar maior publicidade, além de internamente no partido, na sociedade. Escutei experiências incríveis, dados e premiações que por exemplo eu, que tenho uma vida muito ligada ao partido, não sabia que

vários prefeitos ganharam vários prêmios da Unicef, de outras associações, prefeitos que são capas de revistas, porque na verdade é difícil entrarmos nesse meio de comunicação, mas precisávamos fazer esse esforço.

Essa minha intervenção, então, vem muito no sentido de resgatarmos uma identidade para o partido, como ontem discutimos a questão de política e *marketing* precisávamos ter esse patrimônio do Partido Socialista, que são as suas idéias, e além das suas idéias, quero tirar isso da questão ideológica. Não é só a questão ideológica, é dizer que somos socialistas mas como o Prefeito Márcio França disse, nós somos mas socialistas com capacidade de governar. Isso é importante.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiros, ainda temos oito inscritos, devem falar os participantes da Mesa e vamos encerrar as nossas inscrições para terminarmos antes de vinte horas.

Rosa.

A SRA. ROSA – Gostaria de ter um esclarecimento de Luiza Erundina, do representante da Prefeitura de Belo Horizonte, dos que aqui estão em prefeitura. Exatamente todas as experiências com relação ao orçamento participativo, em Recife, essa questão é colocada com muita força mas o que sabemos é que apenas 1% do orçamento é colocado para que a decisão possa ser participativa. Gostaria então de saber em que nível dos orçamentos, tanto da grande cidade como São Paulo, na época em que Luiza fazia esse trabalho junto à população, como das cidades menores, qual o percentual possível para se colocar essa questão da participação popular?

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Francisco Furtado.

O SR. FRANCISCO FURTADO – Boa noite a todos. Com muita alegria confessamos neste momento fazer parte desta família PSB. O que nos traz aqui é a seguinte pergunta para vocês prefeitos: baseados em suas experiências administrativas, que análises poderiam nos dar, já que destinamos nossas verbas administrativas mais voltadas para o social, como orçamento participativo, frentes de obras, empregos emergenciais, saúde preventiva, como médico de família, projeto criança, meio período para trabalhos destinados à ajuda de recuperação de praças, logradouros públicos etc. Qual poderia ser ou é o impacto durante nossa gestão se não apresentarmos obras virtuosas, que despertem fantasia para a população, já que esse é o fator preponderante para perpetuação no poder. O PSB procura, pelo que aqui vimos, olhar mais o lado social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Mário.

O SR. MÁRIO STELIG (Secretário de Administração da Prefeitura de Caité-MG e Presidente do PSB Local) – Vou ser rápido. Neste dia, tivemos dois momentos: pela manhã, um ambiente mais carregado, devido à situação apresentada com os municípios, e à tarde, um ambiente de otimismo, de esperança, pelas experiências aqui relatadas. Ficamos muito satisfeitos.

Gostaria de ter feito essa pergunta de manhã, mas não foi possível, devido ao número de pessoas. Eu iria fazer essa pergunta para o Dr. Célio de Castro, mas como temos ali o Secretário de Administração, de Belo Horizonte, gostaria que levasse essa pergunta para ele. No momento ele não está aqui, gostaria que o Presidente da Fundação João Mangabeira, Senador Saturnino Braga, me respondesse sobre isso.

Na situação em que se encontra o País, e na situação das leis que estão sendo votadas na Câmara Federal, não podemos ficar parados. Então, a pressão sobre os parlamentares de todos os partidos isso tem de ser feito e em cada cidade temos de colocar isso em pauta.

Mas eu gostaria de perguntar ao Senador Saturnino Braga se o PSB poderia levar essa idéia junto aos outros partidos também de esquerda para uma greve nacional de municípios. Claro, uma greve organizada, muito bem feita, porque do jeito que está não tem como, não vejo outro jeito.

Então, em Minas Gerais alguma coisa foi feita de zunzum nisso aí. E o nosso prefeito também tem essa opinião de que se tem de tomar alguma atitude mais drástica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Joset Amaral.

O SR. JOSET AMARAL (Prefeito de Tabira-PE) – Boa noite aos componentes da mesa, gostaria de parabenizar a iniciativa do PSB e da Fundação João Mangabeira de realizarem mais este seminário para fazer uma reciclagem no momento difícil em que os municípios brasileiros passam por uma grave crise institucional. A partir de uma crise dessa, onde deve surgir idéias que possam reciclar principalmente os executivos do partido.

Normalmente, vemos as administrações ficarem localizadas e precisamos de uma amplitude maior das ações. Participei nesses dois anos e dez meses de administração de um problema muito grave no Nordeste que é a seca, onde a maioria dos prefeitos simplesmente baixam a cabeça e ficam a pedir ao governo estadual. Ano passado, propus iniciar um grande movimento que desencadeou no âmbito nacional e toda imprensa deu destaque à questão da seca, iniciada por mim e alguns prefeitos no sertão do Pajeú. Esse movimento teve uma repercussão nacional, trazendo o candidato Fernando Henrique a empatar nas pesquisas com Lula, quando instituídas as frentes de emergência e a distribuição das cestas básicas. Isso foi um ganho para nós porque naquele momento a população carente estava passando grande crise de sobrevivência. Instituí um sopão, distribuído para cerca de oito mil pessoas diariamente. Tabira foi matéria do jornal da Rede Globo e saímos na capa de quase todos os principais jornais do País.

Este ano, novamente fui obrigado a convocar nova reunião, que culminou com a paralisação de quase todos os municípios de Pernambuco, com o fechamento de estradas e com algumas conquistas, como idéia minha da municipalização das cestas básicas, porque não podemos entender como até produtos importados entrem na cesta básica, quando a necessidade é de gerar emprego e renda nos municípios? Sou de acordo de que essa cesta básica seja municipalizada e que esses produtos sejam comprados no comércio local, uma vez que existe hoje, com a estabilidade econômica, condições com o valor que a Conab compra esses produtos que possamos comprar no município. Exemplo disso faço do meu município, o João Ananias também faz em seu município, que é a municipalização da merenda escolar, melhorando a qualidade dessa merenda e o aproveitamento pelas crianças. Então toda merenda escolar é comprada no município, com produtos da própria região, fazendo com que melhore o sabor e também a aceitação dessa merenda que gera emprego e renda no município.

Grande maioria dos governantes acha que se deve caracterizar pelas grandes obras, deixando a infra-estrutura dos municípios. Ao assumir o município, disse que não faria pavimentação ou grandes obras antes de completar todo o saneamento ou esgotamento sanitário da zona urbana de Tabira. Já construí mais de 9 quilômetros de rede. Então a situação era dramática, desde que hoje temos na zona urbana cerca de 16 mil habitantes. Acredito que seja a base da construção de uma sociedade mais justa, que se sinta em condições de igualdade com as outras populações de melhor poder aquisitivo.

Onze municípios foram escolhidos pela área de atuação da SUDENE

como o município de melhor aproveitamento das frentes produtivos, e pelo programa PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Tabira foi escolhido como município de Pernambuco com maior eficiência no aproveitamento das frentes produtivas. Temos 33 municípios em todo o Nordeste, onde foram 20 escolhidos pelo baixo índice de desenvolvimento. Através desse programa, espero que possamos realmente encontrar parcerias para ajudar no desenvolvimento do município.

Gostaria também, Senador Saturnino Braga, que os municípios administrados pelo PSB tivessem uma atenção especial por parte dos parlamentares na apresentação de emendas orçamentárias, para que dessa forma possam dar o exemplo de que a administração do PSB tem eficiência e que trabalha dando exemplo para os municípios da região onde é localizada, porque na maioria hoje somos oposição ao governo do Estado e fica muito difícil para conseguir verbas para as obras necessárias aos municípios.

Era esse o meu registro, muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bernardo, o nosso Deputado, de Pelotas.

O SR. BERNARDO DE SOUZA (PSB/RS, Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira/RS) – Caros amigos, mais uma vez venho fazer duas rápidas reflexões. A primeira é para registrar como foi entusiasmante ouvir nossos prefeitos, desde prefeitos de municípios tão grandes, megalópoles, como São Paulo, até por exemplo agora o prefeito da pequena Tabira, que revelam essa grande emoção de quem teve o voto popular. E o orgulho com que cada um fala da sua gestão parece-me tocante e entusiasmante.

Tirei duas lições dessas manifestações que aqui ouvi: há meios, métodos e modos formalmente participativos de populares por isso mesmo, como o do orçamento participativo, e há ações que são populares, ainda que o modo não seja formalmente participativo. Quando um prefeito, como nos revelou o nosso companheiro de São Vicente, obtém a redução do pagamento da dívida de 5 milhões para 2 milhões e meio, para simplificar nos números, na verdade potencializou a ação do governo. E se ele é um prefeito que está investindo de alguma forma nos interesses públicos e populares isso tem sentido popular.

Aí vamos dar o segundo passo na reflexão, que acho muito importante: a eficiência. Nós, da esquerda, não podemos deixar que se transforme numa bandeira da direita, como se a esquerda não tivesse preocupação com isso. Se a forma está correta, o resultado seria irrelevante nesse raciocínio. E quando o povo vem a ser posto diante do dilema formal participação, material, eficiên-

cia, muitas vezes pode fazer opções pela eficiência. E nós, da esquerda, temos o dever de ser eficientes, até porque num País de tanta pobreza, miséria e injustiça, de tanta concentração de renda o gestor público tem de pegar os poucos recursos e fazer com eles o milagre da multiplicação. Se ele é eficiente, não é apenas querer valorizar-se ou obter o reconhecimento público por performances ou indicadores técnicos, mas fazer o dinheiro do governo render mais para produzir mais em benefício social. Se o mecanismo é participativo, sou um que defende isso entusiasmadamente, mais certo melhor ainda, isso não dispensa eficiência. Até porque trabalho com a idéia de que a participação reforça a eficiência. O povo não tolera ineficiência, e se deixarmos o povo decidir ele vai combater o desperdício, a corrupção, a inversão de prioridades, saberá fazer o que deve ser feito no seu interesse.

A segunda questão me foi provocada...

(troca de fita)

... naqueles tempos anteriores ao sistema institucional da Constituição de 88, o modelo jurídico-financeiro do Brasil trabalhava com a peça orçamento. O projeto que o chefe do Executivo encaminhava ao Legislativo era imutável, inalterável. O Legislativo não tinha o poder de emendas. Por conseqüência, o projeto que o Prefeito entregava na Câmara, ou o Governador na Assembléia, ou o Presidente no Congresso era o orçamento, porque a única alternativa para o Legislativo seria rejeitar, recusar, o que não acontecia.

Por isso naqueles casos, quando o chefe do Executivo chamava o povo a participar, que foi por exemplo o que fizemos em Pelotas, no projeto mas o projeto era o orçamento. Isso mudou agora por duas maneiras: primeiro porque o nosso sistema constitucional tem o Plano Plurianual, fora do qual não pode haver nenhuma regra na lei das diretrizes orçamentárias, fora da qual nada pode haver no orçamento. Então o projeto de orçamento está adstrito a leis previamente aprovadas. Então num sistema participativo, hoje, para ser amplo e radical, deve começar pela participação popular no Plano Plurianual, passar pela Lei das Diretrizes Orçamentárias e chegar no Orçamento.

Em segundo lugar, é importante compreender que o modelo jurídico, institucional, administrativo, político brasileiro prevê que o chefe do Executivo encaminha um projeto de orçamento e o Legislativo, democraticamente eleito também, não vamos cair na tentação de achar que o Legislativo é um espaço de pouca nobreza democrática, muito pelo contrário. É repugnante do ponto de vista democrático achar que o Legislativo é estorvo. Legislativo é essencial ao modo de vida democrático. Fui vereador, talvez seja esse o meu vezo. Sou Deputado, hoje, talvez seja essa a minha distorção, mas eu tenho essa convicção acendrada. O Legislativo tem a segunda parcela porque ele pode, sim, emendar

o Plano Plurianual sem nenhum limite, a não ser a ordem constitucional, depois na Lei das Diretrizes Orçamentárias o Legislativo pode emendar e alterar tudo, com dois limites: a Constituição e o Plano Plurianual, e depois pode, sim, emendar o Orçamento, com os limites da Lei das Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual e, obviamente, da Constituição.

Então quando o Poder Executivo chama a população à participação para elaboração do projeto não termina o modo democrático, jurídico e institucional de construir o Orçamento, porque o prefeito entrega e começa uma segunda etapa, legítima, verdadeira, qualificada que pode ser de alteração e de emendas. E não passa pela cabeça de ninguém, imagino, extinguir câmara de vereadores ou a capacidade de apresentação de emendas do Legislativo. Isso é consenso e é propor o retorno ao modelo em que o Executivo propõe e a sua proposta é inalterável. Não há cabeça que possa engendrar uma proposta dessas. Então nós queremos isso, além de que isso está na Constituição.

Daí porque quando o Poder Legislativo chega à discutir e começa a debater e talvez a propor e aprovar emendas ao projeto de Orçamento, está cumprindo uma função democrática inafastável. Daí temos de começar a pensar em Legislativo fazer também a sua forma de orçamento participativo.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Desculpe o Plenário, mas não consegui resistir a um aparte, porque eu não queria colocar esse tema aqui porque é extremamente polêmico, depois precisamos ter uma discussão maior em outro âmbito. Mas como você levantou a questão, o problema das câmaras de vereadores eu tenho uma visão um pouco diferente porque na prática as câmaras de vereadores, principalmente para as administrações populares, tem sido um estorvo, esse é que é o fato.

Isso não quer dizer que se restrinja, que o Poder Executivo fique absoluto, mas eu acho que nós, socialistas, temos de pensar outras formas de participação e de aprovação inclusive de leis e de decisões que não sejam as câmaras de vereadores. Não sei por que não pensarmos na idéia — isso é uma coisa muito preliminar — de que se chega numa pequena cidade e se cria um conselho de representações de segmentos da sociedade para que ele possa substituir até, se for o caso, as câmaras de vereadores, porque na verdade se nós fizermos o exame, não é o caso de fazer aqui, de como funcionam as câmaras de vereadores a nossa companheira Luiza Erundina sabe o que passou com a Câmara de São Paulo. Estamos assistindo ao que está acontecendo em São Paulo e elas pioraram qualitativamente e pioraram na prática a partir da Constituição de 88, quando ganharam maior autonomia, ao invés de utilizá-la no sentido do aperfeiçoamento

da democracia e de utilizar as suas prerrogativas em benefício da sociedade, ocorreu exatamente o inverso.

O SR. BERNARDO DE SOUZA (PSB/RS, Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira/RS) – Quem é que julga que elas fizeram o inverso?

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – A discussão é discussão, temos visões diferentes e acho que a democracia não é uma coleção de acordos. Alguém já disse que a democracia é uma coleção de desacordos.

O SR. BERNARDO DE SOUZA (Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira/RS) – Eu só queria arrematar o seguinte: é claro que eu não tenho uma posição que pretenda definitiva. Fui vereador e prefeito e, como prefeito, consegui uma façanha que nenhum prefeito deve ter no seu currículo: foi rejeitado um veto meu por não sei quanto a zero. Nenhum voto a meu favor. Isso eu tive da câmara da minha cidade, mas apesar disso eu continuo achando que precisamos ter a instância parlamentar ou municipal, porque se no caso concreto — a polêmica já pegou um outro rumo e não é este o espaço, mas já que estamos discutindo município — na verdade, se formos identificar casos concretos, eu posso identificar casos em que, como prefeito, tive uma câmara que me foi hostil e inibiu ações boas. O Senador Saturnino há de ter tido, a Deputada Erundina teve, quantos prefeitos? Mas eu posso identificar prefeituras com atitudes erradas. E não quero por isso extinguir a Federação brasileira. Posso identificar governadores com ações equivocadas. O que temos é de criar mecanismos pelos quais o povo possa progressivamente e cada vez mais controlar os eleitos para que não fiquem soltos. Daí as práticas participativas.

E quando eu dizia que primeiro nós temos inelutavelmente a instituição câmara. Eu sou favorável. Mas, independe disso, nós temos. Ela tem prerrogativas legislativas fiscalizatórias e institucionais de representação do interesse político da comunidade. Isso é uma atribuição inevitável do parlamento e boa. Depois, na sua competência legislativa e fiscalizatória, e institucionalmente representativa da sociedade as câmaras têm atribuição constitucional de emendar o Orçamento. O Orçamento, o vereador ou o deputado ou o senador pode propor emendas à luz da sua contribuição legislativa, da sua ação fiscalizatória ou até em defesa dos interesses que ele representa de um Estado, de uma região, de uma comunidade, de um segmento de uma corporação até às vezes. O que eu quero dizer é que a câmara de vereadores tendo esse poder temos de

pensar no passo subseqüente — estamos em municípios, valeria para as assembléias — para que as câmaras também tenham os seus modos participativos para que as emendas não sejam originárias de ímpetos meramente individuais. Era isso que eu estava tentando dizer.

Nós estamos vivendo no Rio Grande do Sul uma situação peculiar. O Governador Olívio Dutra, ao ser eleito, tinha o compromisso, que começou a cumprir, de fazer debates por todo o Rio Grande, por mecanismos de assembléias municipais e regionais, para ter o orçamento participativo do Estado. Isso desembocou num projeto que encaminhou à Assembléia. Só que a Assembléia, onde a oposição ao Governo Olívio é maioria, decidiu: nós também vamos percorrer o Rio Grande para ouvir. E nós estamos exatamente vivendo no Rio Grande do Sul essa peculiaridade. Eu agora volto ao Rio Grande e estou indo para assembléias regionais porque lá está-se discutindo que emendas os deputados eventualmente poderão apresentar. Não sei se o modelo é bom, certamente não é perfeito. Nem o Carlos é perfeito, que dirá o modelo!

Mas acho que temos de compreender que tem de ser dado esse passo, porque ou o Legislativo desaparece, e eu tenho essa visão de que o Legislativo é importante, ou ele vai ter de se qualificar pelo processo participativo. Se nós vamos ter o Executivo com ação participativa, e uma legitimação maravilhosamente democrática, o Legislativo, aí sim, fica sendo fisiológico, circunstancial, ocasional e até com ações individualistas ou de interesses menos nobres, a não ser que também lá haja mecanismo de participação.

Então o conceito de orçamento participativo municipal, estadual ou federal supõe Plano Plurianual, LDO, Orçamento nos projetos que o Executivo manda e participação pelo Legislativo com modus próprio. Se vai dar um conflito, se há um risco de divergências, e há, estamos vivendo isso no Rio Grande do Sul, parece-me que só haverá um jeito, que é uma legislação unificadora dos procedimentos, para que legisle e institua formalmente a participação.

Era só uma contribuição, não queria fazer uma polêmica tão grande assim. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Eu me contive até o momento de qualquer intervenção, porque tem muita gente para falar, mas esse assunto me puxa uma recordação que me calou muito no tempo em que era Prefeito. Recebi a visita do Prefeito de Kiev, capital da Ucrânia, naquele tempo União Soviética. Era uma república soviética, aquele sistema de partido único e tal, não tinha democracia multipartidária. Conversa vai e conversa vem ele perguntou: quantos vereadores têm a sua câmara? Eu disse: 42. Ele

disse: como? Eu disse: 42. E ele: mas quantos habitantes tem? Eu disse: quase 6 milhões. Ele disse: mas como 42 vereadores podem representar 6 milhões de habitantes? Eu disse: por quê? Ele disse: a minha cidade, Kiev, tem 3 milhões e eu tenho 500 vereadores. Agora, os 500 vereadores se reuniam duas vezes por semana à noite, não recebiam nada, eram representantes da sociedade com essa missão de ir lá para propor as leis, fiscalizar.

Agora, ouvindo o conselhão do Ananias eu fiquei pensando naquele negócio do conselhão é mais representativo realmente do que realmente uma câmara. A gente pode especular sobre tudo isso e pensar em melhorar um pouco. Porque essa questão da representatividade é realmente muito importante e a sensação que tenho dos vereadores do Rio de Janeiro é que eles não têm a representatividade da população da cidade, nem os de Belo Horizonte.

De modo que isso tudo é válido discutirmos sim, porque nossa busca tem de ser de aperfeiçoar. O socialismo é a radicalidade na democracia. Temos a obrigação de buscar os aperfeiçoamentos na democracia e na representatividade, que é a sua essência.

Gaudêncio.

O SR. GAUDÊNCIO (Primeiro-Secretário do PSB-MA e Comissão Pró-Organização da Fundação João Mangabeira) – Na realidade, queremos fazer um apelo aos companheiros que compõem a Executiva Nacional do Partido, porque esse painel foi de uma riqueza tão grande, desde a parte da manhã, e estamos a quarenta e poucos dias do Congresso. Acho que seria importante que orientássemos nossas administrações municipais e estaduais a montar painéis com essas experiências no Congresso, onde vamos ter um público muito maior. Seria estimular as prefeituras e os governos estaduais a fazer exposição dessas experiências.

Quero registrar que lamento porque acho que uma prefeitura do nível e do porte de Belo Horizonte não pode estar com todas essas conquistas que nem cheguem ao nosso conhecimento, nós que fazemos o dia-a-dia do partido. Precisamos trabalhar a nossa marca. Ou criamos ousadia, como digo, mas precisamos pelo menos ter a ousadia de mostrar para nós mesmos o que fazemos, o que somos capazes de fazer.

Estou lembrando essa questão de Belo Horizonte porque talvez um dos períodos mais ricos que vivenciamos enquanto militantes no PSB foi aquele pequeno período em que o Dr. Jamil Haddad foi Ministro da Saúde. Eu sempre disse que na época nós tínhamos a prefeitura de São Luiz e era muito

mais fácil termos acesso a informações no Ministério da Saúde do que informações na prefeitura da capital, onde tínhamos a prefeita que foi militante conosco a quase que duzentos metros da sede do partido. Essa experiência do Jamil no Ministério da Saúde eu pelo menos me senti cúmplice do projeto que o PSB, com aquele *slogan* "A Ousadia de Fazer Cumprir a Lei", eu como militante do Movimento Popular de Saúde, foi um momento estimulante para darmos até uma sacudida até na militância. O Dr. Jamil esteve no Maranhão, até chegamos a ter uma rápida audiência com a coordenação da plenária de Saúde, o Dr. Carlos Siqueira o acompanhou. Nós temos de fazer o nosso *marketing*, pelo menos internamente. Precisamos ter a coragem de que a Fundação, em articulação com os diretórios estaduais, tenha pelo menos um jornal trimestral, onde custeamos pelo menos a nossa cota. O Estado que não tiver condições de receber mil, pelo menos para distribuir entre nós, dirigentes partidários, que receba cem e ressarça pelo menos o custo. É um desafio que precisamos enfrentar. Não podemos ficar sem um instrumento de comunicação, já que não temos estrutura para tê-lo externamente, mas pelo menos internamente.

Quero ainda fazer o seguinte registro: todas as exposições foram estimulantes e bastante ricas. Agora, uma que me chamou atenção e quase chego a chorar foi a emoção que a companheira Kátia Born conseguiu passar para nós e a sua cumplicidade com o companheiro Ronaldo Lessa, que enfrenta momento difícil. Ela estando na prefeitura é cúmplice também na dificuldade que ele como governador está vivenciando em todo o Estado. Não é só ela como prefeita, é todo o partido. Precisamos socializar mais, até para ser solidários precisamos estar informados do que cada companheiro está enfrentando em nível local. Ele foi a São Luiz, há dois meses, e a imprensa oficial vendeu como se ele tivesse ido a São Luiz para comprar o projeto de reforma administrativa da governadora, que são as gerências. O que ela vende é o seu *marketing*. Ela fez uma reestruturação em que acabou todas as secretarias e deu o nome de gerências. Então no *marketing* ela já resolveu todos os problemas do Maranhão. Só que na prática complicaram, porque como o Maranhão é o Estado que hoje é o campeão em tudo, em pobreza, é o Estado com menor índice de professores e alunos universitários, é o campeão de indigência, ele conseguiu ganhar de todos, porque vínhamos nos últimos anos disputando com Alagoas e Piauí e agora conseguimos deixar com que Alagoas e Piauí nos ultrapassasse e ficamos com o troféu da lanterna.

Então, na ida do governador, apesar de termos tomado conhecimento até pela imprensa 24 horas, tomamos a seguinte decisão : O PSB não vai permitir no Maranhão que a governadora faça com Ronaldo Lessa o que fez

com Fernando Henrique Cardoso. Na ida do Fernando Henrique Cardoso ao Maranhão, ele foi recepcionado pela governadora e o PSDB ficou só na informação, não teve acesso ao Presidente. E nós tivemos que dividir a pauta. Fomos ao aeroporto, recepcionamos o Governador, dia seguinte, antes de ele iniciar seus trabalhos com a governadora se reuniu com a Executiva Estadual do partido em sua sede e à noite oferecemos um jantar para a imprensa, na casa da nossa Líder, a Deputada Teresa Murad. Então eles não comeram o bolo sozinho, nós dividimos. Entendemos que a relação administrativa é complexa.

Nós estamos vivenciando no Maranhão uma experiência que alguns companheiros perguntam, e eu principalmente que viajo mais pelos municípios, que essas alianças que vocês acabam de fazer com o grupo Murad no Maranhão, que é o Ricardo Murad, um ex-Deputado Federal, e a Deputada Teresa Murad, ex-Prefeita da cidade de Coroatá, que é sua esposa, e municípios limítrofes ao Coroatá, que tem uma grande influência política, e nós os acolhemos. Eles perguntam se temos clareza do que vai dar isso. Agora, de uma coisa temos clareza: a administração de Coroatá, apesar de viver o cerco da oligarquia Sarney, tem resultados significativos para a população e quero registrar alguns exemplos: eles assumiram a prefeitura em 1992, estão na segunda administração. Eleitoralmente, o José Antônio, nosso Deputado Federal, fez uma dobrada para a Deputada Teresa Murad, que estava no PDT em 98. Ela conseguiu ter mais de 70% dos votos válidos para Deputada Estadual e conseguiu transferir para José Antônio 56% esses votos. E não foi apenas isso em Coroatá. Na região ele conseguiu ter mais de 8 mil votos, que ela transferiu na dobrada aos dois. Foi a aliança que nos rendeu mais dividendos eleitorais.

Agora, eles têm algumas experiências em termos de políticas públicas significativas e que para o Maranhão quem não conhece Coroatá chega até a não acreditar. Exemplo: eles tomaram a companhia de água, que era estadual, provocaram uma intervenção e assumiram. Conseguiram ampliar o sistema de água canalizada na cidade e criaram uma lei com o seguinte critério: as famílias que conseguirem comprovar que têm renda inferior a 150 reais estão isentas do pagamento de água. E o nível de pobreza da região é tão grande que o índice das famílias que pagam água é apenas de 20%. Os 80% dos domicílios estão isentos desse pagamento.

Segundo estudos que eles fizeram, com essa medida houve uma redução da inadimplência e com isso a prefeitura aumentou a sua arrecadação no fornecimento de água. Eles têm um lucro de 15 mil reais/mês com o serviço de água da companhia municipal. Essa é uma experiência.

A outra experiência foi que eles criaram uma farmácia popular em que

adquirem os medicamentos dos laboratórios a preço de atacado e repassam para a população a preço de custo. Com isso já conseguiram quebrar seis farmácias na cidade. E as famílias carentes têm acesso à cesta básica de medicamentos, que também não foi extinta com esse programa.

Para surpresa nossa — aí vem a questão da necessidade do trabalho de *marketing*, fizemos uma pesquisa há quinze dias e a maioria da população acha que essa farmácia não é da prefeitura, é da igreja. Como não há um trabalho de *marketing*, para grande parte da população é como se a farmácia fosse uma obra social da igreja.

Essa experiência no Maranhão é possível, aliada a um trabalho de assessoria jurídica muito competente também. Para vocês terem uma idéia, só o Deputado José Antônio, enquanto estava advogando, estava com 33 processos dessa prefeitura. É uma luta no toma-lá-dá-cá com o governo do Estado. Eles fazendo tudo para bloquear tomada de receitas e a última agora, que alguns de vocês devem ter recebido, nós mandamos, constatamos que a governadora tinha deixado de recolher ao Fundef no ano de 98 mais de 11 milhões de reais. Através da organização da prefeitura conseguimos detectar isso. Para felicidade das demais prefeituras do Maranhão, na semana passada ela recolheu 12 milhões de reais para pagar essa dívida e só Coaratá recebeu 105 mil, que era o prejuízo do qual estávamos correndo atrás. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Como penúltimo inscrito temos o Jailton.

Antes de o Jailton começar sua intervenção, quero registrar a presença da nossa companheira, Deputada Márcia Maia, do Rio Grande do Norte, chegando atrasada em função de dificuldades de vôos, o que compreendemos perfeitamente. (Palmas.)

O SR. JAILTON BALBINO (Secretário de Organização Estadual do PSB em Alagoas) – Inicialmente quero parabenizar todos que de uma forma ou de outra promoveram este encontro muito importante. Cada dia me sinto mais orgulhoso, evidentemente, por estar no PSB, uma vez que com o que ouvimos ontem e hoje dá para notar que temos realmente brilho, competência, coerência, temos realmente experiência, prática e trilhamos um caminho muito importante para aos poucos chegarmos onde queremos chegar, que é o socialismo.

Duas coisas eu achei muito importante. Primeiro, costumamos sempre trabalhar em cima de fatos, mas hoje estamos nos antecipando aos fatos. Sempre somos vítimas de fatos. É preciso que o fato exista, é preciso que alguma coisa

aconteça para que trabalhemos e façamos alguma coisa. Aqui este encontro realmente é uma prova de que podemos nos antecipar.

A outra é a questão do elo. Quase todos os Estados brasileiros aqui se encontram e é muito importante, porque passamos a conhecer as experiências, novos companheiros, enfim, os objetivos começam a convergir de cidade para cidade, Estado, e isso é muito importante para nós e também nos fortalece, nos cria mais ânimo, mais estímulo.

Quero também enaltecer a falação de um dos companheiros com relação ao Ronaldo e à Kátia, porque é importante, também nos sentimos felizes com isso. E também cumprimentar todos os companheiros que aqui estão. Não sou muito de falar em público, sou mais de escrever, mas tenho observado algumas questões e é preciso que conversemos um pouco sobre elas.

Uma delas é que muitas citações foram expostas: esquerda democrática, revolução democrática, proposta de que sejamos mais alegres, que os companheiros não podem ser chatos, a esquerda não tem recursos suficientes mas tem de competir, ter candidatos. Não podemos imitar os socialistas clássicos, a revolução armada, a ira, o ódio, a questão do PT também, como se separou do PMDB, como se consolidou como partido, enfim, uma série de questionamentos feitos anteriormente.

Antes de fazer minha proposta quero deixar bem claro que vi a profundidade técnico-científica das questões, a participação bastante positiva e construtiva dos companheiros que falaram, candidatos a vereadores, prefeitos, mas não sei se estou errado, mas estive conversando com outros companheiros e estamos fazendo o melhor de um capitalismo humanizado, um capitalismo cooperativista, solidarista, aquele capitalismo que realmente os grandes capitalista querem que façamos. Não sei se estou errado. Portanto, acho que todo esse trabalho que aqui estamos fazendo é de gerenciamento.

Quando eu era jovem estudei em Recife, sou Médico Veterinário, trabalhei com inspeção de alimentos e poderia discorrer aos senhores tecnicamente o meu trabalho em São Paulo durante oito anos, lutando contra os produtos de origem animal contaminados, enfim, um trabalho extremo que fiz ...

(troca de fita)

... ter uma nova fisionomia, uma nova forma de agir, para conquistar justamente a sociedade, o povo, e vocês deram um bom exemplo na prática de prefeitura. Mas eu pergunto: será que esse é o nosso caminho realmente como

socialista? É esse o caminho que queremos como socialistas, gerenciar, sermos os melhores, por exemplo, no sistema capitalista?

Eu até gostei de uma abordagem anteriormente feita para que fizéssemos um seminário no sentido de discutir nossos caminhos, o que queremos como partido e o que somos como socialistas realmente, porque há uma dispersão. Cada um melhor que o outro em nível de competência, inteligência, brilho, coerência, humanismo, de tudo. Mas e o socialismo que queremos? Muitos dizem que o capitalismo está morrendo, está na UTI, enfim, oitocentos milhões de pessoas além da miséria, vai faltar daqui a 20 anos, há uma perversão, afinal em cada Estado há dois Estados, no mundo todo isso está virando uma desgraça. A questão da própria vida dos nossos filhos, dos nossos netos. Nós lutamos contra tudo, menos contra o capitalismo. Então, quem sabe, um seminário posteriormente sobre essa questão.

A outra questão é que a Fundação poderia levar no âmbito regional, trazer esses companheiros, porque temos muitos candidatos a vereador, a prefeito, por exemplo nos Estados. Conseguimos, dos 102 municípios, consolidar 100 deles com grandes lideranças, com companheiros que querem realmente mudar, com qualidade, especialmente.

É muito complicada a história de Alagoas, porque é importante essa solidariedade. O Ronaldo faz parte dos governadores de oposição ao Governo Federal e encontrou um caos de 30, 40 anos, inclusive na ditadura. Encontrou também uma assembléia altamente viciada, a justiça, os acordos só em cima de dinheiro. De repente ele teve de lutar contra tudo isso e continua lutando e vencendo. E vai decolar de verdade. Ano passado só se ouvia falar em PDV, a educação, todos estão lembrados. De forma que estamos vencendo essa situação.

Por último, queria deixar bem claro que acho que aqui chegou o Prefeito de Belo Horizonte, uma figura inteligentíssima, que nos colocou a nossa questão que é preocupante. É crise de todo lado: crise na economia, na democracia. O que podemos fazer, onde devemos chegar? Que Estado queremos? É preciso repensar e refletir bem sobre isso, porque todos aqui estamos ajudando, desculpem a minha chatice, não quero de maneira alguma ser mais um filho de uma mãe para deixar uma festa, uma alegria, para trazer isso para os senhores. Não quero deixar essa marca, mas com essa felicidade, com essa alegria, com essa garra e com toda essa força que temos, temos de dizer que somos socialistas e como tal precisamos acabar com o capitalismo e não com nossos companheiros de partido.

Na história de Alagoas acho que a primeira vez PT, PPS, PCdoB, todos os partidos de esquerda, tanto na prefeitura como agora, e a nossa luta tem sido essa a todo custo. É difícil, é complicado, mas é preciso que saibamos do seguinte: qual é o partido que não quer ser desde vereador a presidente da República? Todos os partidos querem naturalmente e apenas, vamos dizer assim, por momento com a questão de aliança, é uma aliança provisória. Temos de ter essa consciência.

Mais uma vez quero parabenizar todos por tudo que fizeram até agora, acho muito importante, aprendi muito, estou aqui cada dia mais aprendendo, sei que vou levar alguma coisa para meu Estado, para minha cidade, mas vamos pensar o seguinte: vamos ver se fazemos um seminário para dizermos a nós mesmos que socialismo queremos, que socialistas somos, para onde vamos com todos esses gerenciamentos bonitos e importantes, competentes, para onde vamos?

O Dr. Miguel Arraes foi três vezes governador. Pernambuco o Estado mais civilizado do País, mais conscientizado, mais politizado. Vejam como estamos em Pernambuco! Rio Grande do Sul, hoje, é o Estado mais politizado. Até falando em Rio Grande do Sul fiquei um pouco triste porque todo mundo de vez em quando coloca o servidor público como uma figura qualquer. Por que servidor público? Como se não existisse uma história, como se não estudássemos história e não soubéssemos que não é culpa de quem é servidor público. E é um filho do trabalhador. Os servidores públicos são povo também, é uma parte do povo trabalhando para a sociedade. Se ninguém enxerga dessa forma é preciso saber disso. Se há incompetentes, se há aquelas pessoas que não trabalham a culpa não é do servidor público, é da administração pública da prefeitura, do governo do Estado, da Presidência da República, dos governos.

De maneira geral era só isso, muito obrigado, desculpem-me. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – O último companheiro inscrito é o nosso companheiro Domingos Leonelli, que também é mais de escrever do que de falar e vai confirmar esse conceito que tem hoje. (Risos.)

O SR. DOMINGOS LEONELLI (Membro da Executiva Nacional do PSB)– A minha intervenção nasceu de duas abordagens. Vivemos aqui, hoje, uma experiência muito forte para nós, socialistas. A idéia de que temos uma experiência acumulada, temos um *background,* temos uma contribuição histórica para dar, isso é fundamental para que nos pensemos como partido.

Penso que dessa descrição precisa nascer algum traço em comum, alguns princípios. Precisamos buscar o que há de comum nas nossas experiências já vividas e naquilo que queremos. É preciso perseguir isso não só em função do *marketing*, mas em função da formulação das nossas proposições.

Duas frases me chamaram atenção. Uma da companheira Erundina, quando se referiu de passagem às filas para falar com a prefeita. Ela dizia que era ideal que os vereadores fossem iguais à população, que os líderes estivessem em pé de igualdade com os vereadores, embora não seja assim. E a experiência aqui relatada pelo nosso querido companheiro de Santana de Acaraú sobre o conselhão. Penso que essas duas coisas devem-nos levar a aprofundar a reflexão já levantada pelos companheiros Saturnino e Carlos Siqueira, provocada pela brilhante intervenção do nosso companheiro Bernardo Souza.

Essa questão do Legislativo precisa ter de nós um tratamento, ser pensada revolucionariamente, do contrário ou registramos o que é constitucional ou investimos contra o que é democrático, pensando que estamos trabalhando o popular. Não pode haver para nós, socialistas, contradição entre o popular e o democrático, porque às vezes há. E quero perseguir um pouco essa linha de raciocínio.

O Saturnino citou a questão de Kiev, e acho que foi um exemplo brilhante e até reforça o que eu vinha dizer. Cuba é uma ditadura no plano nacional, não tem conversa, é partido único, ditadura, não tem democracia no plano nacional, já fui lá quatro vezes, não fui ultimamente mas sei o que é aquilo lá, é uma ditadura nacional, não tem as características mínimas de um regime democrático representativo. Mas é uma radical democracia local, onde a população participa, e creio que o que sustenta muito esse sistema ditatorial nacional, embora legítimo, enfim, toda a nossa paixão por Cuba, não é preciso nenhum de nós relatar aqui, é uma radicalidade na democracia local.

A democracia é um sistema parlamentarista de governo das comunidades. Nossas câmaras de vereadores aqui é que exercem os governos e o que seria o Poder Executivo local. A Mesa da câmara é a gerência da cidade e da comunidade. Quero lembrar apenas que somos, historicamente, e até pouco tempo, parlamentaristas, programática e estatutariamente. Às vezes vejo com uma certa repulsa até a idéia do parlamentarismo, porque ela pode ser levantada agora para Fernando Henrique, se continuar no poder. Não podemos fazer como o PT, que era parlamentarista antes, mas, como o Lula estava crescendo nas pesquisas, virou presidencialista de repente e perdeu a oportunidade histórica de realizarmos uma profunda transformação neste País, porque o regime parlamentarista é, sem dúvida alguma, o democrático. E essa

intervenção do Bernardo foi fantástica, quer dizer, lembrou que o orçamento participativo nasceu de uma época ditatorial, uma época em que o Poder Legislativo não tinha a capacidade de intervir no orçamento e de torná-lo participativo legalmente. Agora, isso não elide uma outra questão que quero colocar aqui também.

O Poder Legislativo brasileiro está comprometido moral e politicamente. A população vota em deputado, vereador, senador quase que por obrigação, mas não acredita no poder de resolução nem no poder de intervenção nem mesmo confere representatividade permanente aos parlamentares, muito menos do plano legislativo municipal. Pode ser que em outros Estados seja diferente do meu, mas no meu Estado mais de 80% das câmaras de vereadores, inclusive da capital, tomam decisões mediante pecúnia, mediante ajuda financeira dada aos vereadores direta ou indiretamente. Ou seja, decidem corruptamente. Isso virou uma coisa generalizada e permanente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Posso dar um aparte? O cinismo é tal que isso antigamente era oculto, hoje não há mais razão de ocultação. Na Assembléia, no meu Estado, isso se faz às escâncaras. Os deputados realmente negociam, usam uma forma...

O SR. DOMINGOS LEONELLI (Membro da Executiva Nacional do PSB) – E os mecanismos são conhecidíssimos, não é? Os deputados honestos, os deputados federais sérios, salvo raríssimas exceções, recebem suas ajudas de campanha das emendas que colocam para as empresas que realizam obras nas suas áreas. Os honestos, os desonestos agem de outra forma. Os considerados sérios e honestos funcionam assim. Os honestos funcionam com emendas para outros Estados, para outras regiões, para obras que nunca foram realizadas, para grandes empresas. Isso os tradicionais. Os modernos, trabalham em outra área: aprovação da legislação sobre telecomunicações, na aprovação sobre privatização, operam já no sistema moderno da corrupção, que é a privatização. Eu nem tenho nada contra a privatização, só que este País está sendo privatizado do mesmo jeito que foi estatizado. Quem estatizou a economia não foi a esquerda. Nós viramos leões de chácaras das empresas estatais, de empresas que privatizaram o Estado. No meu Estado, as empresas estatais boladas genialmente numa engenharia de negócio pelo General Geisel criou uma burguesia estatal, petroquímica, onde a Petrobras vende pela metade do preço a NAFTA. A Petrobras paga por contratos coisa que nenhuma outra empresa do mundo pagaria. Lá no Maranhão, exportamos eletricidade em lingote, porque a Alumar, a Alcan fazem isso com subsídio. E algumas estatais se prestam a isso apenas.

O que quero dizer é que o ramo da corrupção, hoje, está na privatização, deixou de ser esse ramo tradicional das empreiteiras, que ainda existe, mas é a coisa da pequena corrupção tradicional.

Voltando à questão legislativa, quero dizer que as câmaras de vereadores, pelo menos dos Estados nordestinos, e pelo que nem preciso dizer nada sobre São Paulo, a experiência mesmo já está dizendo na principal cidade do País como a coisa funciona, estão comprometidas política e moralmente. Isso tem de nos levar a uma reflexão. Penso que temos de conseguir juntar, transformar as experiências administrativas, políticas vividas pelos nossos companheiros em projetos estratégicos. Extrair alguns elementos estratégicos. Um pensar revolucionário sobre o Legislativo implica propormos à esquerda brasileira, que tem uma estratégia legislativa. Não adianta, eu digo sinceramente, ganhar, nós só temos estratégias para o Poder Executivo. E o que tem acontecido freqüentemente, tanto no plano nacional como nos planos estaduais, locais, é que ganhamos as prefeituras numa ilusão autoritária de que ganhando o prefeito ou o governador vamos ter a capacidade de corromper as câmaras e ganhar a maioria. A única coisa que me preocupou, do meu queridíssimo companheiro Márcio França, foi quando disse que tinha quatro vereadores e passou para quinze. É a única coisa que não contabilizei como um mérito seu, porque tenho muito medo de como isso pode ter...

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Para sua informação, tem 15 do PSB, 4 do PT e alguns do PSDB. São 21 vereadores e todos são Situação.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (Membro da Executiva Nacional do PSB) – Pois é, todos Situação. É o único ponto que eu não contabilizei como extraordinário mérito do meu companheiro, porque isso me preocupa muito. No mínimo é como cooptação fisiológica. Na melhor das hipóteses é uma cooptação fisiológica. Temos casos dramáticos. Nosso governador Capiberibe, no Amapá, teve agora um seu veto rejeitado por 41 a 2. Apenas Janete e um Deputado do PT votaram pela manutenção de um veto que ele apôs à Assembléia Legislativa, que triplicou seus próprios recursos e do Poder Judiciário. Temos um Tribunal de Contas no Amapá que tem 4 conselheiros e cada um, segundo a própria companheira Raquel Capiberibe, que hoje faz parte desse governo e está podendo revelar isso, recebe pelo menos 40 mil reais mensais, e esse é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa.

Quero dizer que temos um Poder Legislativo e órgãos auxiliares comprometidos. Não adianta, companheiro Bernardo, opor ou até ter, como tive inicialmente, uma preocupação com o conselhão do meu companheiro

João Ananias, porque essa é a única forma que está sendo encontrada para o exercício da democracia honestamente. Só que isso não pode ser feito à revelia da Constituição, da estrutura legal, porque não perdura, não tem condições de perdurar.

Então, associando-me às preocupações do companheiro de Alagoas, sobre que socialismo queremos, penso até que temos de ser honestos e dizer ao Brasil e ao mundo que não estamos propondo o socialismo para o Brasil, pelo menos nos próximos anos. Seria desonesto termos como lema o socialismo e liberdade mas é um lema simbólico. Na verdade não temos um programa socialista. Nenhum partido de esquerda no Brasil tem um programa e uma proposta socialista. O máximo que temos é uma contradição em termos do PCdoB que até hoje não reformulou sua visão de revolução insurrecional, armada etc., mas na prática todos sabem que está muito longe dessa expectativa e nem coloca isso para ninguém.

Temos de adequar, tornar verdadeira a nossa proposta, tornar clara, mas também torná-la revolucionária. Para mim a revolução democrática é um processo e existem hoje elementos da vida democrática e da nossa história que são revolucionárias. Penso que a pensão dos aposentados rurais é uma coisa revolucionária, é o maior elemento de distribuição de renda que tem este País, é o que está tirando o nosso povo no Nordeste da miséria absoluta, é o que está conseguindo assegurar o funcionamento do comércio, da vida de uma grande parte dos municípios do Nordeste inteiro. O SUS é revolucionário, a sua concepção é revolucionária. Tudo que signifique redução de desigualdade, recuperação da dignidade pessoal dos cidadãos, possibilidade de tornar esse cidadão capaz de lutar, isso é revolucionário. Agora, sistematizar isso e procurar também adequar institucionalmente.

Quero propor aos nossos companheiros que examinem a possibilidade de termos como projeto estratégico do nosso partido a não-remuneração das câmara de vereadores. (Palmas.) Isso pode parecer muito radical. Penso que, a partir de determinados estratos, isso pode parecer algo que vá privilegiar aqueles que não precisam receber, mas penso sinceramente que a profissionalização da política tem de ser muito bem delimitada e pensada. Ela não pode ser transformada. A política é um instrumento de transformação da realidade, é administrar para transformação ou para manutenção do status quo. Ela não pode ser um objetivo em si próprio. Não podemos ter como objetivo da nossa vida nos aposentar como parlamentar. É uma redução e um certo apodrecimento da atividade política.

A ampliação da representação popular local, termos câmaras de vereadores muito mais amplas do que a que temos, a idéia do parlamentarismo local, você ter uma Mesa da câmara, essa sim profissionalizada e com funções e responsabilidades administrativas, para quando você eleger um vereador saiba o que ele vai ser e o que vai fazer efetivamente. Essa idéia de que o vereador é só para legislar não entra na cabeça do povo porque também não é verdade. Se ele não conseguir decidir sobre coisas concretas da sua cidade ele fica um pouco inútil, porque você não tem — vamos ser claros — atividade legislativa que justifique. Não se pode passar quatro anos fazendo leis, não existe isso. Não tem município neste País que justifique passar quatro anos escrevendo leis. Vá ter lei assim no inferno! Impossível!

Então as funções são de fiscalização, de indicação e de acompanhamento do Executivo sim. É isso que um vereador tem de fazer, tem de estar pari passu com as organizações comunitárias. Nós temos de repensar a representação legislativa, temos de adequa-la ao que o nosso povo está precisando e sentindo hoje. isso eu falo em todos os planos.

E penso que devemos retomar o parlamentarismo como uma bandeira necessária à democratização do Estado. Recolocar essa discussão. Isso, a meu ver, é pensar revolucionária e democraticamente.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiros, agora vamos dar a palavra para considerações finais aos nossos expositores, mas o companheiro João Ananias pede prioridade porque tem de viajar.

O SR. JOÃO ANANIAS (Prefeito de Santana do Acaraú-CE) – Eu quero fazer duas rápidas considerações. Companheiro Leonelli, como eu vou tecer breve comentário em cima do que o companheiro disse, claro que tem o modelo na democracia participativa baseada naquela velha história da democracia direta e vindo de Atenas, aquela coisa que sabemos pela história...

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Atenas é Pelotas. A Atenas brasileira, atual, moderna.

O SR. JOÃO ANANIAS (Prefeito de Santana do Acaraú-CE) – Sim, a democracia direta, inclusive tivemos uma companheira que foi do partido, a ex-Deputada e ex-Prefeita de Fortaleza, Maria Luísa, que defendeu nacionalmente a questão da democracia direta, e temos a nossa democracia

participativa, com todos seus vícios. E encontrarmos um segmento para crucificá-la não é a questão que o partido deve levantar.

Ouvi uma vez em uma reunião da Bancada Federal do Partido, da qual ocasionalmente participei aqui em Brasília, quando um Deputado, que já inclusive saiu do partido, defendeu que o partido deveria propor a redução do número de vereadores e a redução de salários. Apoiado no argumento de que as câmaras estavam muito mal. Mas qual é o segmento da política brasileira que vai bem? A corrupção veio de cima para baixo, de forma endêmica, atingiu todos os quadrantes. Com raríssimas exceções, olhem o nível de corrupção do Executivo! E aí, vamos propor acabar com o Executivo? A questão do Poder Judiciário, dos três Poderes deste País, eles estão eivados, contaminados pela corrupção.

Eu concordo com o companheiro mas sempre vai ter alguém que vai comandar, do ponto de vista executivo, as ações, com apoio do parlamento ou não. O que tem de ser escoimado da política brasileira é a corrupção primeiramente, e não sei qual é a proposta de se fazer isso. E temos de levar em consideração que tudo que está saindo como produto das urnas não foi eleito pelas almas, elas não existem, foi eleito pelo povo. E os parlamentos são o corte da sociedade, é o espelho, a marca, é a cara da sociedade.

Quando tem um Hildebrando aqui dentro, teve, ele foi eleito pelo povo. Agora, foi eleito como? O processo eleitoral espúrio em cima do poder econômico, em cima de manobras com a conivência da mídia, que é venal, se vende a quem tem dinheiro, e constrói a imagem que quer, temos de começar criticando o próprio processo. O nosso processo é muito ruim e está produzindo essas coisas.

Uma outra questão, em nível de câmaras municipais, o grande atrelamento, meu caro Leonelli, o Poder municipal é constituído pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo. O Poder Legislativo é refém, é escravo, é capacho do Poder Executivo na grande maioria dos municípios. Se não é no nosso, porque no nosso encontramos formas e eles acabaram vindo participar das reuniões do conselhão não porque tivessem a compreensão da grandeza do conselhão, mas vieram porque estavam perdendo espaço político nas comunidades.

Então, o atrelamento, a dependência, o tangenciamento, não é tangenciamento, a promiscuidade entre os poderes legislativos e os poderes executivos gera essa deformação. Mas isso está aqui. Para que promiscuidade maior do que o apoiamento à postura que a bancada governista tem sem nenhum senso crítico, sem nenhuma vergonha em relação às medidas que este Governo toma? Então teríamos de mexer aqui também.

É uma questão complexa. Concordo em parte com o companheiro, mas nós sairmos com essa bandeira de redução de salário acabamos reproduzindo um pouco o que vem dizendo a mídia, que quer fragilizar os poderes mais próximos do povo. Talvez essa não seja uma forma de dominação, de não ter quem defenda mais. Na realidade o Poder Legislativo tem um papel fundamental, você sabe muito bem disso, fez parte dele. Mal ou bem representado aqui é um Poder que tem momentos de grandeza, como teve em alguns momentos da história deste País. Não é por aí. Deveríamos estudar. A sua proposta é importante porque provoca uma discussão em outros fóruns, em outros momentos, mas temos de ter o cuidado de não cometer uma aleivosia de ir direto aos vereadores e provocarmos uma reação muito grande contra nós mesmos. E vocês, e os parlamentos estaduais e federal?

Fui Deputado Estadual, onde tínhamos quatro deputados de esquerda: três do PT e eu do PSB, numa assembléia de uma composição de 46 deputados. Vi ene vezes um projeto de lei ser apresentado, votado por unanimidade, vetado pelo senhor governador, com todo autoritarismo que lhe é característico, e quando voltava a apreciação do veto do governador o próprio deputado, autor do projeto, pela sua ligação e o medo que tinha do senhor governador votar a favor do veto, contra o seu próprio projeto. Mostra na realidade que essa vinculação está dentro do processo de corrupção, desmantelou a independência que deveria haver entre os poderes.

O atrelamento que o Poder Judiciário tem ao Executivo, nos municípios que bancavam e que bancam aluguel de casas de juiz, de promotor, transporte...

(troca de fita)

... dependente e facciosa. E essas são questões que precisamos discutir com bastante profundidade.

Para encerrar, queria que essa consideração eu somo com as preocupações do companheiro Jailton, acho que devemos discutir se devemos continuar querendo aperfeiçoar, por mais perfeitos que sejamos, como Carlos Siqueira quase perfeito, como disse o Senador, mesmo que atinjamos o patamar do Carlos Siqueira, não estaremos fazendo mais do que ajudando a administrar o sistema capitalista. Na realidade, nessa questão estamos ajudando no processo capitalista. Vou dar um exemplo...

Com todo prazer.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOÃO ANANIAS (Prefeito de Santana do Acaraú-CE) – Eu não estou me recusando a pensar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOÃO ANANIAS (Prefeito de Santana do Acaraú-CE) – Mas eu só discordei de você, companheiro, numa questão. A questão pontual do salário dos vereadores, a questão pontual da proposta que acho perigoso até a imprensa reproduzir isso como produto de uma discussão do nosso seminário. Por que não o todo, por que não só os vereadores? Não tenho defesa, não tenho o número de vereadores que os outros têm por aí. Tive dificuldades, tenho dificuldades com câmaras municipais, tenho reservas profundas ao comportamento da maioria dos vereadores do interior, principalmente, mas acho que não podem ser colocados como bodes expiatórios nesse processo porque ele está conspurcado, todo. A teia de ligação é muito estreita e muito grande entre os três Poderes que compõem a nossa República.

Finalmente, devemos ter um fórum para discutir a questão do socialismo. O socialismo, companheiro, não mudou. Mesmo com a queda do muro, com a revisão que alguns fizeram sobre o marxismo, acho que nós, alguns ou muitos, não sei quantos que ainda propalam, que se defendem e se dizem marxistas têm de estar contestando. Entendo que mandatos socialistas ou de parlamentares, prefeitos ou governadores do Partido Socialista Brasileiro, apesar de vivermos um sistema capitalista cada vez mais cruel, devem esses mandatos servir do ponto de vista tático para reforçar as nossas idéias, para reforçar a política do socialista. E, desculpem-me, quem sou eu para criticar, mas nós vimos o governo do companheiro Cristóvam Buarque, com excelentes propostas, mas numa linha muito dessa coisa de tentar administrar essa coisa, vamos tornar o capitalismo mais bonzinho. Será que é essa a nossa grande meta, grande proposta? Deixaria como preocupação também.

Não tinha ainda externado isso nos fóruns do partido porque não estava nos temas discutidos, mas assino embaixo das preocupações do companheiro e gostaria que o partido considerasse essas angústias, essas preocupações para num futuro próximo, tomara, possamos discutir qual o socialismo e o que é o socialismo que pensamos e defendemos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Vamos ouvir o companheiro Reinaldo Melgaço e encerrar com a companheira Erundina.

O SR. REINALDO MELGAÇO (Representante do Prefeito Célio de Castro, de Belo Horizonte) – Bom, companheiros, essa discussão da câmara me leva a lembrar um fato acontecido recentemente em Belo Horizonte.

A Prefeitura de Belo Horizonte está com um índice de aprovação de 82%. A do Prefeito Célio de Castro supera um pouco esse índice. Esse processo vem acontecendo durante um tempo anterior ao período final para as filiações ao partido. Poderíamos ser hoje, em Belo Horizonte, o maior partido na Câmara Municipal, se aceitássemos as filiações de vereadores atuais que quiseram passar para o partido. Achei engraçado que todos viraram socialistas de uma hora para outra. Por quê? A Prefeitura de Belo Horizonte e o Prefeito Célio de Castro estavam com um índice de aprovação muito grande, todos queriam vir.

Agora, o que é interessante é que essa discussão sobre as câmaras é difícil fazermos aqui, depende de um seminário mesmo, de posição de partido. Mas ela foi suscitada por uma discussão inicial da questão do orçamento participativo. Então eu acho que é uma nova forma também de governar que não vamos poder ficar mantendo a estrutura anterior. Será que essa que aí está é a correta? Será que ela atende aos interesses populares? Esse processo de discussão tem de ser travado. A democracia popular, direta, são processos que vamos ter de caminhar para isso. Acho que ninguém está propondo a extinção de câmaras, mas uma nova forma de organização acho necessário. Não podemos, com o avanço que mostramos na sociedade, manter essa mesma forma que é atrasada, corrupta.

Com relação a sua questão específica, não tivemos nenhum problema de emenda. O fisiologismo também é tão grande que nenhum vereador teria a coragem de propor uma mudança indicada pela população, porque ia todo mundo para lá.

A questão da informação o Galdêncio tem razão, temos de ter uma forma mais rápida, mais ágil. Agora a Prefeitura de Belo Horizonte também está na Internet, é importante que todos os projetos que queiram é só buscar.

Para encerrar, tivemos aqui hoje relatos de várias prefeituras, de vários administradores, de pequenos e grandes municípios, de várias pessoas e na verdade tivemos a demonstração de que o PSB é capaz de governar, de articular. Devemos sair daqui com idéias para que o PSB possa buscar uma forma de aglutinar as forças de Centro-Esquerda para realmente virarmos alternativa de poder neste País. É um papel fundamental que cabe ao PSB, junto com os parceiros que temos, PT, PCdoB, PCB, PV, PDT, mas buscarmos também, sem esquecer, a aglutinação com outros setores da política, de Centro, e fundamentalmente com a sociedade dos municípios, dos Estados e a sociedade brasileira. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Muito bem.

Vamos encerrar com a palavra sábia, experiente e verdadeiramente socialista da nossa Prefeita passada e futura Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA – Não sei se sou tudo isso, mas este debate foi profundamente estimulante. A reflexão e a organização do pensamento, que é o que se faz pouco neste partido, lastimo que este momento de reflexão, com esse nível de profundidade, de contribuições, inclusive divergentes mas é isso que enriquece e que cria o pensamento, se dê num final de trabalho, onde estamos todos muito cansados, e permanecemos aqui exatamente pelo interesse que o debate está provocando e pela vontade que temos de sair deste seminário com uma condição melhor para o cumprimento de nossas tarefas na construção partidária.

Mas com o pouco tempo que tenho, não pretendo ir muito longe para não cansá-los mais ainda, queria ver a questão posta sobre o socialismo, se vale a pena ou não exercer mandatos populares de vereador, de deputado, de prefeito, se isso é mais ou menos administrar o capitalismo, dar mais fôlego ao capitalismo. Enfim, se a gente ficar nisso entra numa crise existencial e numa paralisia que é o que a direita quer de nós. Esse questionamento, essa coisa meio autodestrutiva, embora seja também construtiva enquanto cria o pensamento, a mudança do pensamento em confronto com a realidade na relação dialética entre as duas coisas, mas se a gente se desvincular da ação militante e ação que gera resultados do interesse do povo, acho que isso nos joga numa estagnação, numa paralisia e numa autocontemplação que acho que não é para nós, é para a população.

Gostaria de ver essa questão sob uma ótica pedagógica. Paulo Freire dizia que eu era mais educadora, mais pedagoga do que política. E eu acho que sou mesmo isso. Porque como eu vejo o próprio partido um mandato popular, seja do Legislativo, seja do Executivo, se não com uma função pedagógica e instrumental? Por isso que deixei um partido ao qual ajudei a fundar, o único partido ao qual pertenci, e foi muito difícil, fiquei um ano inteiro num dilema se deixava ou não, até que num dado momento que partido é meio, não é fim. Se o meio não está servindo aos fins, larguemos esse meio e busquemos um outro, que seja mais eficaz. E é o que pretendo e espero que seja o PSB. E não pretendo mais mudar de partido porque nem tenho mais idade para isso.

Nesse sentido, há muita necessidade de se ter um método, uma estratégia na forma de construir um mandato popular, que não pode ser a mesma coisa. Mesmo sendo nós maioria não dá para imaginar que possamos exercer um mandato, seja em qualquer nível de poder, como é exercido por qualquer outro com outros compromissos.

Por exemplo, quando fui vereadora em São Paulo éramos cinco, três mulheres e dois homens, dois operários, uma professora, uma jornalista e eu, assistente social, numa câmara de trinta e três, e pela primeira vez o PT exercia mandatos naquela casa. Olha, só tinha raposa velha naquela casa, há 20, 30 40 anos de mandato, mas roubando e usando os seus mandatos para se enriquecerem, se locupletarem cada vez mais e muitos deles ainda estão na Câmara Municipal de São Paulo, hoje. E aí podia-se dizer: vale a pena ficar aqui, nós cinco, no meio dessas raposas velhas, desses usurpadores do povo? Aí descobrimos ou criamos ou organizamos uma forma de trabalho que nos dava condição de usar o mandato para reforçar aquela luta que já travávamos como militantes do movimento sindical, dos movimentos populares e como militantes de um partido político. Aí esse mandato teria que se construir no tripé: de um lado o processo legislativo propriamente dito, porque éramos vereadores, a atuação parlamentar propriamente dita na construção de leis, nas iniciativas legislativas as mais variadas formas previstas nos regimentos das câmaras municipais.

O outro pé é o partido. Se você não tiver partido orientando politicamente os mandatos, sobretudo como bancadas, orientando as iniciativas políticas de bancadas em relação aos fatos políticos e à conjuntura política. De um lado o partido e a bancada e os mandatos também arejando e levando ar, informação e inspiração para o partido na relação com o povo. Então um pé no parlamento, um pé no partido e um pé nos movimentos, na sociedade organizada, levando informações, inspirando-se nas propostas e nos anseios, na vivência e no concreto do povo. E aí faz sentido um mandato popular num partido socialista, mesmo nos marcos do capitalismo. Então, se você não perde o pé na luta do povo, se você não perde o pé na luta partidária e na construção partidária aí sim o espaço parlamentar se pontencializa e faz sentido, porque é um instrumento, inclusive um instrumento pedagógico na relação com o povo.

E me lembro que quando discutimos o orçamento, e nós vereadoras, pela primeira vez, se não tivéssemos uma boa assessoria orçamentária-financeira, mesmo vereadores não tínhamos condições de votar aqueles orçamentos com responsabilidade, sabendo o que estávamos fazendo, porque a lei orçamentária é propositalmente tão complexa, tão abstrata e tão inacessível à compreensão, até mesmo de parlamentares que não têm o domínio das questões específicas, orçamentárias e financeiras, que mesmo o parlamentar não tem condições de superar aquela dificuldade, votar uma lei daquelas. E na época não se tinha condições de emendar, era sim ou não àquela lei.

Então, houve um processo pedagógico na aprendizagem, na compreensão e na leitura de um orçamento e nenhuma reação a essa proposta orçamentária, primeiro conosco, nós tendo que votar o orçamento. E aí a relação com o povo. Já como vereadores procuramos instrumentalizar o povo na compreensão do que é uma estrutura de uma lei orçamentária e o quanto aquilo está pró, a favor ou contra o povo.

Mais importante do que submeter o orçamento à decisão popular, mais importante que isso é fazer com que a população tenha o domínio das informações, tenha o domínio daquilo que está contido naquela peça abstrata e é propositalmente abstrata para o povo não ter o domínio, a compreensão e conseqüentemente o poder de intervir. Acho que isso é muito mais importante do que a população decidir por questões de investimento que quase não existem. Temos que ser muito realistas.

Claro que o treino da participação, da discussão, do debate, da definição de prioridades é muito rico; mas é rico enquanto processo pedagógico de formação e de capacitação do cidadão para ele dominar essas questões e para ele intervir num quadro quando houver espaço ele conquistar espaço de intervir nessa realidade.

Quando me tornei prefeita eu estava do outro lado do balcão, embora com os mesmos compromissos e com a mesma função pedagógica e instrumental de um mandato, embora um mandato à frente de uma prefeitura daquele porte. E aí o primeiro ano de discussão do orçamento. Qual foi a primeira dificuldade? A escala da cidade. Uma coisa é você desencadear um processo de participação e discussão de uma lei orçamentária numa cidade menor, de 500, 300 mil habitantes, 1 milhão já é complicado, imagina 10 milhões de habitantes, numa sociedade complexa em todos os aspectos como a cidade de São Paulo.

Segunda dificuldade. Só os setores organizados mais vinculados ao nosso partido é que aderiam ao processo de discussão da lei orçamentária, portanto o processo se partidarizava. E aí os vereadores, até para deslegitimar e desqualificar o processo, diziam: é o orçamento do PT, são os movimentos ligados ao PT, não tem mais ninguém discutindo! E é verdade. Por quê? Você não dispunha dos meios de comunicação de massa para que a maioria da sociedade acessasse aquelas informações, debatessem, discutissem e deliberassem sobre elas. Portanto, o problema da escala, o problema da falta dos meios de comunicação de massa para poder tornar o mais legítima possível a discussão e a decisão sobre a questão orçamentária.

Depois, a questão de que já falei, do limite do investimento. A gente

gera uma enorme expectativa na população. E foi o que aconteceu na nossa época. No primeiro ano, discutíamos, firmávamos compromissos com a população, convidávamos vereadores, eles não iam a não ser os do nosso partido, que eram pouquíssimos. Eles não queriam se comprometer com as decisões e os acordos firmados com a população. E aí o orçamento era entregue no final do dia 30 de setembro, de setembro a 31 de dezembro, quando a sociedade estava desmobilizada e o orçamento era aprovado no último dia do ano, na virada do ano quando a população estava festejando o fim do ano, não tinha absolutamente prontidão e atenção para uma questão que estava sendo debatida num ambiente praticamente fechado de um legislativo, que funciona em horários onde o povo está trabalhando, não tendo assim acesso e condições de influir.

E no ano seguinte, dia 1° de janeiro, a população vinha para a porta da prefeitura cobrar aquilo que tinha sido deliberado nas plenárias populares e você não tinha como honrar aqueles compromissos porque a Câmara Municipal, que já tinha autonomia e tem que ter autonomia, um Legislativo sem autonomia é melhor que feche, que não exista. Temos que firmar a autonomia, o poder do Legislativo. Acho que isso deveria ser uma recomendação do Partido nas próximas eleições, que o mesmo peso que dermos às candidaturas majoritárias, tenhamos que dar o mesmo peso às candidaturas do Poder Legislativo, porque a população não tem essa compreensão. Como ela vê que é o Executivo que pode, que tem a caneta, que decide, ela imagina que pode tudo. E aí vem o conflito na relação entre governo e povo, quando tem uma mediação de um Legislativo que o povo não entende, que o povo não controla, que o povo não domina. Resultado: você cria um impasse e realmente contradições e perda de diálogo com o povo que é a base de sustentação de um governo socialista.

Então, não dá para discutir e participar de eleições majoritárias sem discutir no mesmo pé de importância de peso a participação do partido na disputa e no exercício de mandatos legislativos. (Palmas.)

Gostaria de fazer uma última observação. Para mim, pode ser que eu esteja errada, mas para mim me serve, para mim me ajuda a morrer socialista. E ser socialista e morrer socialista é ter uma utopia imortal, tem que ser utopia mesmo, não aquela utopia realista do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é uma utopia mesmo, é um sonho grande que supere o seu tempo histórico, que supere sua geração, que vá além de você, além da sua história, do seu tempo, dos seus limites, do caráter tangente que é você como ser humano, tem que pensar o socialismo numa perspectiva histórica, utópica, numa perspectiva

histórica enquanto é um ideal que quanto maior mais ele vai ficando desafiador e mais vai estimulando e animando para que nos coloquemos sempre a serviço daquele sonho e em busca daquela utopia. E nesse sentido, para mim, começa em você. Não adianta você querer e ter um projeto, um sonho socialista se você não vive os ideais socialistas na tua vida, nas tuas relações, nos teus comportamentos, nos teus valores. O que adianta pregar e fazer discurso socialista se nós nos odiamos entre nós, se não somos solidários entre nós, se não fazemos comunhão de bem daquilo que temos? Para mim socialismo é isso, é uma filosofia de vida, é um compromisso existencial, é um modo de viver que por si só já convença os que não são socialistas que vale a pena ser socialista, e aí você transforma o mundo. Não estou dizendo que é apenas uma ação e um movimento subjetivo. Mas esse movimento subjetivo para mim é essencial para inclusive eu ter energia, vontade e determinação de fazer a luta nas suas mais variadas formas, até na luta armada, por que não, mas se ela não passar primeiro por esse processo interno de construir o ideal socialista dentro de você e conseqüentemente na tua convivência, nas tuas relações, na forma de você ser, na forma de você exercer o poder, o que adianta você dizer que é socialista e ser um prefeito autoritário, um vereador que oprime o povo, um deputado que perde seus vínculos com a massa, que se locupleta com aquilo que o mandato lhe oferece? É um contratestemunho e aí acho que é um contra-serviço à sociedade e ao próprio ideal socialista.

Bom, companheiros, por fim, acho que política se faz também com gestos, também se faz com símbolos. Quando Gândi foi assinar o acordo com a Inglaterra, foi lá em Londres para assinar, toda a diplomacia inglesa foi buscá-lo no hotel, num carro oficial daquele tamanho, ele disse: não, eu vou a pé! Quem visse por um lado, achava que era só a preocupação com o sacrifício, com aquela autodisciplina dele, ou não querer o luxo etc. Não, aquele gesto de ele ir a pé do hotel até a sede do governo para assinar o acordo com a Inglaterra era um ato político tão forte, tão forte e tão forte, como os jejuns que ele fazia dias seguidos na luta pela independência da Índia. E acho que nós da Esquerda não valorizamos esses aspectos subjetivos e psicológicos que precisam ser considerados na política.

Por exemplo, numa das reuniões da Executiva Nacional, no final do ano passado, eu lembrava para os companheiros da Executiva: olha, serão os 500 anos do Brasil, vai haver celebrações oficiais, temos a primeira cidade do Brasil, que é São Vicente, temos uma prefeitura do Partido em São Vicente. Até hoje o Partido não fez nada para encamparmos essas comemorações. Não para firmar os 500 anos, o descobrimento da forma como foi feita, que

foi um massacre do nosso povo e que esse massacre continua até hoje, mas sermos um símbolo, o PSB, o Partido Socialista vai celebrar na sua cidade, que é São Vicente, a cidade que ele governa, a primeira cidade do País, de uma forma diferente de celebrar os 500 anos do Brasil. Mas eu acho que nós envelhecemos, um Partido Socialista que envelhece deixa de ser socialista, que envelhece enquanto não criamos coisas novas e criar coisas novas é usarmos símbolos, é criarmos coisas. E acho que perdemos muito em relação a esses momentos e a essas oportunidades que parecem muito bobas, mas não são. Ficar só batendo: não, não houve descobrimento, não houve isso, foi aqui, foi uma invasão! Isso não leva a nada. Põe isso para cima: temos a primeira cidade do Brasil governada pelo Partido Socialista. E aí fazer um debate com o Partido, que já teria que ter começado um ano atrás. E quem vai comemorar em São Vicente? É o Governo do Estado, do PSDB. Tudo bem, o prefeito é nosso, mas a oficialidade, desde o Governo federal até o Governo estadual de São Paulo vai estar celebrando em São Vicente aquilo que teríamos que ser nós a celebrar.

Desculpem-me, eu sou muito franca, não faço política preocupada com o politicamente correto, estive agora com a Comissão da Fome lá em Fortaleza numa audiência pública na Assembléia Legislativa e disse: isso aqui foi uma perda de tempo! Que era um deputado se servindo da Comissão da Pobreza para se promover e fazer a luta local. Foi uma guerra lá dentro. Eu sei que foi politicamente equivocado, mas não estou para fazer política politicamente correta, não estou brincando e preocupada em fazer política correta. (Palmas.)

Então, o Partido vai ter que me permitir dizer as coisas tal qual eu sinta e tal qual eu ache. Nem sempre eu sinto e ache a verdade, vou me submeter se me provarem que estou equivocada, mas acho que em relação a isso e em relação a outros pontos temos que ser mais ágeis, mais criativos, ter mais iniciativa, ter mais gestos, como fez o Gândi quando esteve na Inglaterra, só que ele foi dando mais uma lição através de um gesto que ninguém como ele sabia usar para os seus objetivos políticos.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Está encerrado por hoje. Amanhã começaremos às 9h30min.

DIA 17/10/99

Painel IV

PLATAFORMA COMUM DE GOVERNO PARA OS CANDIDATOS SOCIALISTAS ÀS PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS



Expositores:
Dr. Edmundo Carvalho – Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira Seção São Paulo.
Dr. Raimundo Oliveira – Subsecretário de Meio Ambiente e Saneamento do Estado do Rio de Janeiro.
Fernando Madueño – Vice-Presidente do PSB de Pirenópolis-Go.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Este Painel refere-se à "Plataforma Comum de Governo para os Candidatos Socialistas às Prefeituras e Câmaras Municipais".

Teremos três Expositores, que peço que tomem assento à mesa: o Engenheiro Fernando Maduenho, o companheiro Edmundo de Carvalho e o companheiro Engenheiro Raimundo de Oliveira, também do Rio de Janeiro. (Palmas.)

Enquanto se processam as exposições, deve chegar o companheiro Pedro Dallari, que é o Expositor do próximo Painel, que estava programado para a parte da tarde, após o almoço; mas achamos que é melhor que ele se incorpore, chegando já da metade para o fim das exposições ele se incorpore a este Painel e vamos juntar as duas mesas numa só, terminamos lá pelas 14h e o Seminário fica encerrado, ao invés de termos ainda uma sessão, pois há muitos companheiros que querem viajar na parte da tarde.

Dando início, pedimos ao companheiro Edmundo Carvalho que faça a sua exposição.

Plano de Governo e Identidade Partidária

O SR. EDMUNDO CARVALHO (Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira, Seção São Paulo) – Pediria ao Daniel para que me ajudasse e aos companheiros da mesa que tivessem a gentileza de ocupá-la de novo, porque vamos precisar aqui do telão, porque ajuda a apresentação e a visualização do conjunto da idéia que vamos trabalhar.

Em primeiro lugar, queria agradecer o convite da Fundação João Mangabeira Nacional para que contribuíssemos com a apresentação desse trabalho, que foi elaborado pela Fundação Seção São Paulo...

(troca de fita)

... prefeitos e os candidatos a prefeitos ficarem sujeitos ao acaso. E o que queremos é exatamente o contrário, que os nossos candidatos tenham até uma orientação do Partido, uma orientação partidária no sentido de que tenham programas de governo, que se comuniquem com a sociedade de forma até respeitosa, porque sai candidato a prefeito e muitas vezes não conhecem nem os problemas do município. Essa deve ser uma preocupação do Partido Socialista Brasil que pretende fazer uma administração voltada para os interesses e a participação do cidadão, do munícipe na administração do município que é dele, o cidadão.

O segundo agradecimento que queria fazer e dizer que ficamos profundamente honrados foi que a abertura desse trabalho, que foi impresso pela

Fundação Nacional, ela tem a assinatura, o abono do nosso honrado Senador Roberto Saturnino Braga, que só pelo seu nome constar aqui já abrilhanta com grande profundidade o nosso trabalho, uma pessoa que eu pessoalmente sempre admirei como um grande socialista, uma pessoa que felizmente hoje o povo carioca colocou aqui no Senado Federal. É para nós mais um motivo de orgulho.

Esse é um trabalho bastante extenso. Quem já teve oportunidade de dar uma lida, percebeu que ele merecia, na verdade, um seminário só para tratar desse assunto. Se bem que também nas exposições anteriores esse trabalho foi de certa forma comentado, explanado pelos companheiros que no exercício de prefeituras se sentiram, assim como eu, que fui vice-prefeito, mas que convivi com os problemas administrativos de uma prefeitura, acabam se sentindo envolvidos com as mesmas questões que procuramos levantar nesse material.

Procuramos fazer um conjunto de idéias que sirva como diretriz. É como se fosse um plano diretor para um candidato a prefeito. São diretrizes que orientam a pessoa a, primeiro, como ser um candidato a prefeito; segundo, depois de eleito, o que vai acontecer? Vai assumir a prefeitura sabendo o que vai encontrar ou não sabendo o que vai encontrar? O pior é quando não sabe o que vai encontrar e na maioria das vezes acredito que aconteça isso, que foi o meu caso. A perplexidade é tão grande que às vezes, e tem um ditado que temos que concordar: a primeira impressão é a que fica. Isso inclusive já foi falado aqui há dois dias. Se a primeira impressão é a que fica, se o prefeito assume uma administração e recebe o impacto e fica perplexo, paralisado nos primeiros meses, isso vai causar um mal-estar e causar para a sociedade uma impressão muito ruim de que aquele prefeito não estava preparado para assumir aquele cargo e já ficam com aquele sentimento de voto mal-aplicado. Nesse sentido é que ficamos com essa responsabilidade diante do Partido, diante dos nossos militantes, dos nossos companheiros de Partido em desenvolver este trabalho.

Foi um trabalho que começou modestamente, mas, com a colaboração de todos os companheiros de São Paulo, que fazem parte do nosso grupo de debates da Fundação João Mangabeira, ele foi depois enriquecido. E ele não está estático, gostaria de deixar bem claro isso. O que pretendemos com estas apresentações e com estes debates é que este material seja cada vez mais enriquecido pelos companheiros que também têm experiência, têm idéias. Cada assunto aqui citado também não mereceu um aprofundamento, quer dizer, ele foi colocado para ser apresentado e não ser esquecido. Citado de forma bastante preliminar cada um deles, mas exatamente também para oferecer a oportunidade do debate.

Antes de entrarmos no material propriamente dito, quero dizer que este material não tem a pretensão de ser um programa de governo para esse ou para aquele, é só uma orientação, uma diretriz. Cada cidade tem a sua realidade, as suas idiossincrasias políticas, então cada município, cada candidato, cada diretório municipal do nosso Partido vai ter a sua relação municipal com o cidadão, com a realidade local e vai usar este material, esperamos que use, para ser uma ferramenta de orientação no desenvolvimento do seu trabalho como candidato e depois como prefeito.

Este primeiro quadro que apresentamos, essa primeira brincadeira que fazemos para iniciar o trabalho com um pouco de relaxamento, é dizer, primeiro, que todos nós sempre temos dúvidas. Qualquer atividade que vamos desenvolver, sempre temos dúvidas e é bom que as tenhamos. A prepotência é perigosa. Então, sempre temos dúvidas, sempre temos questionamentos, sempre somos um pouquinho ignorantes a respeito de cada um dos assuntos. Então é sempre bom pensarmos. E dizer também que o tempo somos nós que fazemos. Se ficarmos sentados esperando que o tempo resolva os problemas por nós, ele não vai resolver. É preciso que saiamos da inanição, que saiamos do comodismo, isto é, que pulemos de cima da ampulheta e comecemos a percorrer os caminhos, a produzir, a nos inteirarmos para que possamos produzir alguma coisa e não ficarmos paralisados.

Outra coisa muito importante, fiz questão de colocar esse painel porque resgata a nossa história, a nossa memória, e tem um amigo na minha região que diz que nós somos muito pobres para esquecermos do nosso passado. É sempre muito importante mantermos a nossa relação, principalmente com a figura do João Mangabeira que para nós é um estímulo; quanto mais lemos mais conhecemos sobre a história do João Mangabeira, mais e mais estimulados, mais e mais com vontade de lutar ficamos, porque realmente foi uma figura que marcou a história brasileira, principalmente dos socialistas do Brasil.

Uma primeira introdução. Fiz questão de colocar esses três itens primeiros: por um governo atuante, um governo com perspectiva e a relação com a comunidade. Achei que na introdução desse trabalho seriam os pontos que precisaríamos ter com uma maior preocupação.

Por um governo atuante. Vou ser candidato a prefeito no meu município. Será que vou conseguir fazer uma administração que realmente se diferencie das outras administrações? Se estou me colocando como prefeito pelo Partido Socialista Brasileiro, estou me colocando com idéias novas, estou querendo apresentar para a minha sociedade a possibilidade de uma coisa diferente. Mas o que é diferente? Coca Cola é isso aí, como já foi dito anteriormente. Mas é

isso aí o quê? Por isso que fiz questão de colocar: por um governo atuante. Temos que ter esta idéia em mente, o governo tem que ser atuante, tem que agir, não pode simplesmente ter idéias, ficar preso a uma ideologia partidária. Quando entramos para o governo temos que ter ação, o governo tem que ser ativo, interativo com a sociedade. Então, tem que ser um governo atuante, tem que realmente ir para a luta. Como o exemplo da Luiza Erundina com relação à questão do autódromo.. Tem que atuar, tem que ser ágil, rápido, não pode ficar esperando, discutindo na Assembléia.

Por isso é que é importante o planejamento, o pensar antes, preparar-se não só para ser um candidato e ganhar as eleições, mas também preparar-se para ser um prefeito atuante, que encare os problemas da administração, que encare os problemas sociais do município e que enfrente esses problemas e realmente dê boas soluções a eles.

Um governo com perspectiva. Quer dizer, um governo que aponte para o cidadão que aquele município tem possibilidades de resolver os seus problemas, que ele equilibre o orçamento com as ações, com as atividades, com as obras, com as ações sociais, enfim, para que o cidadão perceba que tem futuro, que tem perspectiva de futuro, porque quem não tem começa a se aliar a outras coisas, por exemplo, acaba se apegando à religião, ou a iluminados que aparecem pregando coisas místicas. A pessoa acaba se apegando, é natural do ser humano. Então, o governo tem que apontar perspectivas, tem que apontar para um futuro, tem que mostrar que realmente se pode e deve fazer coisas com o conjunto.

E aí entra o terceiro ponto: com o conjunto, com a relação da comunidade, com a comunidade participando. O exemplo do nosso companheiro João Ananias, prefeito de uma cidade lá do Ceará, Santana do Acaraú, o exemplo que ele deu está aqui nestes três pontos. Ele atuou, mostrou perspectiva para aquele povo, um povo sofrido, do Nordeste, do interior do Ceará. Mas ele apontou perspectivas, ele trouxe a comunidade junto com ele para resolver os problemas da comunidade, quebrando aquela velha tônica de que a pessoa ganha a eleição e acha que a partir daquele momento é o dono da chave do cofre, ele é o dono da prefeitura, a coisa passa a ser dele, uma empresa dele. E não é, a empresa pública tem um caráter completamente diferente da empresa privada. A empresa pública é pública, é de toda a população. Então, tem que trazer a população através de conselhos setoriais na educação, na saúde etc., mas também conselhos comunitários, que, dependendo do município, podem ser por bairros, ou conselhos por regiões do município, ou conselhos da população rural, ou conselho industrial, do desenvolvimento econômico, enfim, cada município tem as suas relações e seus problemas, as suas questões mais importantes ou menos importantes.

E aí entramos na questão da estrutura básica do programa de governo. Então vamos fazer um programa de governo para enfrentar a disputa eleitoral. Então estamos decididos que vamos fazer um governo. Mas o que deve conter esse programa de governo? Como fazer um programa de governo, qual é o ponto de partida, qual é o ponto de chegada, enfim, do que devo lançar mão? Primeiro, é um diagnóstico ou base de informações. É como um médico que vai atender um paciente. Qual é a primeira coisa que o médico faz? Especula tudo da vida do paciente, procura saber do passado, da história, da cultura. E a história e a cultura são dois pontos fundamentais. Quem não gosta de ouvir uma história? Quem tem essa capacidade didática sabe que a melhor maneira de você conquistar uma pessoa, uma criança, conquistar no sentido afetivo, no sentido de desenvolver-se junto com a pessoa, com uma criança, ou com uma comunidade. Como é que a gente vai cativar? É com a história. Cada lugarejo, por menor que seja, tem a sua história, tem a sua vida, as suas relações sociais. Então, procurar resgatar isso.

Vou citar o exemplo meu de São José dos Campos. Fizemos o plano diretor da cidade. Começávamos contando a história, quando íamos discutir o plano diretor na periferia, as pessoas me falavam: você é louco, você vai discutir plano diretor com o pessoal da periferia que está passando fome e eles não vão entender nada! E surpreendentemente as reuniões mais participativas do plano diretor foi exatamente na periferia. Eu começava resgatando a história do município, que São José dos Campos começou numa tribo de índios. O Brasil era uma grande tribo de índios. Isto é, resgatar a história, mostrar a cultura, o desenvolvimento histórico, os prefeitos que já passaram pelo município, o que cada um fez, o que não fez, enfim, esse resgate, esse diagnóstico, que não é só histórico e cultural, que tem que ser também a estrutura, o diagnóstico social, econômico do município. Então, fazer esse grande diagnóstico.

Potencialidades e meios disponíveis. Todo município tem os seus principais potenciais. Uns têm potenciais diferentes dos outros, mas cada município tem o seu potencial. Então é preciso identificar exatamente quais são os principais potenciais do município. Também não adianta ficar relacionando 10, 15, 20 questões. Não, pega 2, 3 principais e parte delas. No decorrer do trabalho, no andar da carruagem é que as melancias se acomodam. Então, no decorrer do trabalho que vamos identificando as coisas importantes. Os potenciais do município é que vão nos ajudar a dar o primeiro embalo, o primeiro arranco. E os meios disponíveis. Quais os meios disponíveis naquele município? A estrutura do município, se tem ambulância, se tem caminhão de lixo, os funcionários que tem, enfim, a estrutura com a qual vamos trabalhar. No primeiro dia da administração, esteja do jeito que estiver, vou ter que fazer

o melhor proveito possível daquilo que eu tenho. Então vamos procurar ver o que tem de meios disponíveis para procurarmos dar o primeiro arranco.

Limitações e demandas reprimidas. Em contrapartida à potencialidade e meios disponíveis, também temos as limitações e as demandas reprimidas. Temos as limitações, que é bom que reconheçamos quais são, para que possamos evitá-las e saber conviver com elas, e as demandas reprimidas: tudo aquilo que a sociedade sempre sonhou, que falta asfalto, que a escola está com o telhado quebrado, que a cultura nunca foi resgatada, nunca foi motivo de importância, os prefeitos não deram importância nem para isso e nem para aquilo, na saúde um dia falta agulha, no outro, seringa, no outro, remédio, no outro, o médico não apareceu porque atolou o carro. Então, as demandas reprimidas. Temos que saber reconhecer as demandas, temos que entender quais são os reclamos da comunidade.

Correção de falhas em projetos futuros. Depois desses três pontos o que vamos pensar? Corrigir falhas e ter projetos para o futuro. Temos realmente que apresentar para o município projetos. Quem pretende ser um prefeito, não tem projeto para o município, tem que ter projeto, tem que apresentar soluções para problemas, tem que apresentar projetos que sejam factíveis, exeqüíveis. E correção de falhas. Temos que ter essa perspectiva de corrigir as falhas que existem e sempre existem falhas. Então, precisamos identificar onde elas estão, corrigi-las apresentando projetos para futuro, sempre para melhorar.

A solução de problemas e planos de ação. Então, solucionar problemas, o candidato tem que ter essa perspectiva de solucionar os problemas, tem que apresentar a solução para os problemas que existem e tem que ter planos de ação, tem que estar consciente de planos e planejamentos que ele possa fazer e agir para alcançar os resultados que ele está apresentando, porque ele candidato a prefeito se apresenta como uma solução de problemas do município.

Equilíbrio entre demandas e recursos disponíveis. Isso é fundamental. Saber das finanças públicas, como elas estão, do que entra, porque costumo dizer que finanças públicas são como um funil ao contrário; a entrada é estreita, agora, a saída é quase que infinita, as demandas são imensas. Então, não dá para resolver tudo de uma vez. Por isso é que muitas vezes passam por demagógicas as propostas dos candidatos, porque se não sabem como as coisas estão, se não têm planos de ação, se não têm projetos de futuro, se não pensam, se não planejam, aí, antes de entrar para a administração, falam: vou fazer isso, vou fazer aquilo, aquela história do Bush: leiam nos meus lábios, eu não vou aumentar impostos! Depois ele teve que se curvar e teve que aumentar impostos. Então, não podemos mentir. Isso foi uma coisa com a qual concordei muito,

foi muito proveitosa aquela fala do Deputado Bernardo, porque serviu muito para esta nossa apresentação de hoje. Não se pode mentir para a comunidade, não se pode colocar placa onde não existe obra, não se pode dizer que se vai fazer uma coisa sem saber quanto custa, qual o envolvimento, vai depender do governo do estado, do governo federal, vai depender de quais agentes políticos? Então, antes de fazer uma promessa, deve-se ter a certeza de que se pode cumprir aquela promessa. Se não, não faça, porque isso destrói uma personalidade política com certeza.

Portanto, equilíbrio entre demandas e recursos disponíveis é fundamental saber o que se tem de recurso e o que se vai apresentar em cima daqueles recursos das possibilidades de realização.

Ampliação dos recursos e disposição equilibrada dos serviços e ações do governo. Por outro lado, os recursos também podem ser ampliados sem aumentar imposto. Existem vários mecanismos de como você ampliar recursos, conseguir financiamentos externos, conseguir dinheiro do governo estadual, quem tem sorte, do governo federal, vir aqui atrás do Senador Saturnino para colocar uma emenda etc. Essas ações, esse governo destemido que vai atrás das coisas, dos recursos, de soluções, está dentro desse ponto: ampliação dos recursos. É possível conseguirmos as coisas, desde que tenhamos projetos, desde que estejamos preparados, planejados para conseguir aquilo que almejamos.

Agora vou falar detalhadamente sobre o orçamento municipal e finanças públicas. O orçamento municipal tem o orçamento-base, que o próximo *slide* vai mostrar qual é a composição desse orçamento-base, que é proveniente dos impostos de ICMS, IPTU etc.; um orçamento flutuante, que são recursos que entram para a administração pública em função de vários aspectos, de ações até que o governo municipal tenha entrado contra alguém, que acaba caindo dentro da administração de alguém que tenha sorte, porque às vezes são coisas que levam 10, 20 anos e acaba caindo dentro de uma administração qualquer. Essas coisas que podemos correr atrás acabam se incorporando ao orçamento.

A distribuição orçamentária. Lembrar sempre que a distribuição orçamentária na administração é como uma pizza. Você pode ter uma pizza pequena, média ou grande. Se aumenta o orçamento, a fatia para cada setor da administração aumenta conseqüentemente. Agora, também se ela diminui, se é obrigado a fazer uma diminuição, as fatias correspondente a cada setor também vão diminuir. É importante que o prefeito saiba disso, que os seus auxiliares saibam disso. Se diminuiu o orçamento global, é preciso diminuir um pouquinho cada um, ou então tomar uma decisão política: não vamos diminuir

aqui, vamos diminuir um pouquinho em cada um dos outros. Na educação e na saúde não vamos diminuir de jeito nenhum, mas então vai ter que diminuir em outro lugar. Essas coisas são sempre importantes se ter em mente, temos que nos adaptar á realidade.

Investimentos rentáveis e não-rentáveis. Por que fiz questão de colocar este ponto. O orçamento municipal é dividido em três grandes gastos: folha de pagamento, os gastos correntes da administração da máquina, enfim, material de educação, de secretaria, papel, fax, telefone, água, luz, telefone etc., uma infinidade de coisas que correspondem a esse custeio. E o que sobre é um investimento. Então, o que sobra tem que ser trabalhado, tem que ser aperfeiçoado cada vez mais o processo de você ter uma sobra, uma capacidade de investimento tem que ser cada vez maior. Dentro de folha de pagamento e de custeio também entra a questão do atendimento ao público, ao cidadão. Então, o serviço prestado ao cidadão também está embutido em folha de pagamento e em custeio, se você tem bons funcionários qualificados, requalificados, dando a eles sempre a oportunidade de reciclagem e de aperfeiçoamento do seu trabalho, ele vai prestar um bom serviço para o cidadão e isso é que é a obrigação da administração pública. E também o custeio. Se você tem caminhões que não quebram em cada esquina, se você tem a máquina bem engraxada, vamos dizer assim, você também vai dar um bom atendimento ao cidadão. Tirando tudo isso, o que nos resta? O investimento, o investimento em saúde, em obras etc.

Agora, além disso – fiz questão de colocar – os não-rentáveis. Quer dizer, uma administração também tem que ter a preocupação de gerar renda, gerar emprego etc. Mesmo num município, dadas as condições conjunturais da nossa Nação de hoje, é importante que a prefeitura, pelo menos, mostre para o cidadão que está empenhada e preocupada com aquilo. Então, faça algum investimento rentável, aquele que dá retorno para o cidadão, emprego etc., mas que também acaba aumentando, não a curto prazo, mas a longo prazo, aumentando a arrecadação municipal, porque você investe...

(troca de fita)

... enfim, um programa gerador de renda vai aumentar também a arrecadação da prefeitura em contrapartida.

As fontes de arrecadação estão aí: ICMS, IPVA, Fundos de Participação do Município, IPTU, ISS, ITBI, que é o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, e o SUS, que é um recurso também que vai para a área de saúde. Não vou falar sobre cada um deles, também já foi citado aqui muita coisa disso aí.

A reforma administrativa. A reforma administrativa não deve ter um caráter reacionário. Quer dizer, o camarada pensar: vou entrar lá, vou demitir porque a máquina está inchada. Não deve ter esse caráter reacionário, esse caráter autoritário. A reforma administrativa tem que vir na seqüência de um bom planejamento. Você entra para a máquina administrativa, se você está bem alicerçado, conhece a máquina, planejou, tem um programa de governo, estabeleceu a sua política administrativa socialista do PSB, depois que você esgotou isso, vai para a reforma administrativa. De repente não precisa demitir, vamos demitir para diminuir o buraco do funil, a saída do funil para sobrar mais dinheiro para investir, fazer uma administração moderna. A modernidade agora tem que demitir. Não é isso, a questão às vezes não é. Pode ser que seja, mas nem sempre é assim. É porque a máquina está emperrada, está mal-utilizada, os funcionários estão mal-utilizados, não é feita uma reciclagem com eles, então a reforma administrativa tem que estar na conseqüência de um projeto político para o município. É de você entrar com um projeto bem elaborado, aí sim você coloca as pessoas, você reposiciona a administração para dar à população um atendimento melhor e a conseqüência para o que ela foi criada.

Do programa de governo eu fiz esse quadro ilustrativo para resumir aquilo que a gente já falou até agora. Quer dizer, o governo tem que girar nos dois sentidos, por isso que as setas apontam para os dois sentidos, ele tem que ser dinâmico. O governo não pode ficar estático, não pode pensar de um lado só. O governo tem que estar sempre pensando em todas as possibilidades. O diagnóstico tem que ser revisto de tempos em tempos, uma vez a cada seis meses, uma vez a cada ano, uma vez a cada dois anos, não sei, depende do caso de cada município, mas o diagnóstico tem que estar sendo renovado, temos que estar sempre pensando a cada passo que damos. Costumo dizer que a cada solução que a gente encontra, novos problemas se nos apresentam Então, o diagnóstico tem que estar sempre sendo renovado.

O orçamento municipal também varia de ano para ano, ele pode ser acrescido, às vezes diminuído, às vezes também surge um precatório que o prefeito tem que pagar e aí ele tem que diminuir a fatia da pizza. Então tem que estar sempre pensando nessas coisas sempre em ambos os sentidos. E recursos humanos, estar sempre procurando equilibrar esses três pontos principais: o diagnóstico, as necessidades, as demandas etc.; com o orçamento e com a máquina e os recurso humanos disponíveis ou aqueles que a gente vai criar ou diminuir.

O que é a estrutura básica de um programa de governo? Aí agora em termos da estrutura do governo. São os órgãos de apoio, quais são os órgãos

de apoio? Assessoria jurídica, a secretaria de administração, relações comunitárias, que num programa socialista tem que ser enfatizado, a relação com a comunidade. Não, é porque nos vamos ter uma relação com a comunidade! Isso demagogicamente. Agora, na prática, de fato, como que isso pode se dar? Através de conselhos, mas a prefeitura tem que ter uma instituição dela, que ela se comunique com a sociedade de maneira a dar conseqüência, resultado à proposta que foi apresentada. Então tem que ter esses órgãos de apoio que ajudam e alimentam as outras atividades de administração.

Órgãos de planejamento. Importantíssimo que a gente pense no futuro, a gente propõe nesse trabalho nosso que as nossas prefeituras, aí evidentemente vai depender muito também do tamanho do município, do potencial do município em ter os seus institutos de planejamento, por que não? É importante que a gente pense, a gente conte história, que a gente aja no presente, mas que a gente pense no futuro, para que a gente não seja pego, que as perplexidades sejam reduzidas a próximo de zero. Para que a gente não sofra com surpresas desagradáveis a gente tem que estar sempre planejando. Toda obra, tudo que se vai agir, tudo que se vai fazer deve estar sempre sendo pensado.

E os órgãos de ação da administração, que são aquelas secretarias, vamos dizer assim, ou os departamentos que estão em contato permanente com a população, que é educação, saúde, manutenção da cidade. Então é para dar mais uma orientação de divisão de atribuições dos diversos órgãos municipais.

Ações políticas. Relações comunitárias, transparência em comunicação, é importante que a administração do PSB seja transparente mesmo, tenha, por exemplo, o computador na porta da prefeitura, não só um painel, mas um computador que a pessoa possa acessar e conhecer tudo, como é que está o orçamento, os postos de saúde, aonde é que tem médico, onde é que não tem. A recepção do usuário, consulta à sociedade, esse órgão de consulta, de permanente contato com a sociedade. A secretaria de governo nas suas diversas atribuições e relações para auxiliar o prefeito, assuntos jurídicos, assuntos administrativos, assuntos econômico-financeiros, que já falamos bastante sobre ele, manutenção da cidade, que fazemos uma proposta nesse trabalho de que criemos uma secretaria de meio ambiente na qual manutenção da cidade seja embutido. Quer dizer, a gente muda o caráter da manutenção da cidade para um caráter mais de qualidade de vida, de desenvolvimento sustentável, quer dizer, dar ao cidadão uma qualidade na manutenção da cidade através dos princípios que nós temos hoje dentro do capítulo, vamos dizer assim, de meio ambiente, de qualidade de vida, que a secretaria de manutenção não simplesmente faça a poda da árvore, simplesmente faça a capina dos terrenos,

corte a grama, não é isso. Ela tem que ser uma secretaria pensando na qualidade de vida, numa cidade bonita, numa cidade florida, numa cidade alegre, numa cidade gostosa, agradável, limpa, porque isso também faz parte do bem-estar do cidadão.

E os programas setoriais, que também o tempo é escasso, não dá para discorrer sobre eles, mas quem der uma lida no material vai ter um pouquinho mais da idéia do que é cada uma destas propostas.

Para encerrar, coloquei alguns exemplos: o que uma administração socialista pode fazer dentro de cada uma das áreas e que sejam atitudes de socialista? Um exemplo que coloquei foi de uma festa da cidade. Festa da cidade é um momento em que o prefeito pode reunir toda a comunidade e todo mundo participar. O pessoal da zona rural que veio vender o seu queijo, as suas coisas lá da zona rural, a polícia militar, a secretaria de saúde, enfim, todos se reúnem para programar e planejar a festa da cidade. A festa vai ter muito mais sucesso, o prefeito vai ficar numa boa, vai ficar bem com todo mundo, festa é uma coisa que todo mundo gosta e é uma oportunidade de você também exercitar.

E a outra foi na cultura, que citei um exemplo e que a Luiza Erundina também citou aqui, até não tinha combinado com ela, mas ela citou esse exemplo também. Na questão da cultura, aqueles *shows* que você contrata Chitãozinho e Xororó, paga trinta mil reais, o dinheiro vai embora da cidade, eles vêm e cantam aquelas músicas que a gente esta cansado de ouvir nas rádios todo dia, aquela amolação, canta aqueles negócios, vão embora, levam trinta mil reais do município e não retorna nada. Se você faz uma festa um movimento cultural, em que você resgata a cultura do município, o cantador, o violeiro, aquela cultura regional e traz esses para participar com a população, você distribui a renda, distribuição de renda, você promove o município, você promove a cultura, você agrada aos munícipes, enfim, são às vezes atitudes que a gente passa despercebido, mas se a gente age dessa forma a gente faz cumprir os nossos princípios socialistas.

Por último, agir pensadamente para que não fiquemos sujeitos ao acaso. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Depois da exposição excelente do Edmundo, vamos ouvir os dois companheiros deste Painel: o Fernando Maduenho e o Raimundo de Oliveira. Vamos ouvir primeiro o Raimundo.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Convidamos o Deputado Pedro Dallari também para fazer parte da mesa. Pedimos uma salva de palmas para o nosso conferencista. E também registramos a presença do Deputado Capitão Tadeu, que está nos dando a honra da sua presença, Deputado Estadual pela Bahia. (Palmas.)

O Município e a Questão do Saneamento

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Muito bem, então anunciamos o Engenheiro Raimundo de Oliveira, Subsecretário de Saneamento e Meio Ambiente do Governo do Rio de Janeiro.

O SR. RAIMUNDO DE OLIVEIRA (Subsecretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro) – Meus amigos, vou rapidamente me apresentar a vocês. No momento, sou Subsecretário de Saneamento e Recursos Hídricos e estou falando no lugar do Alexandre Cardoso, nosso Deputado Federal, que é Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, porque ele está no exterior.

Quero, inicialmente, dizer que cheguei de uma viagem ao exterior, fui ver uns equipamentos para a despoluição da baia de Guanabara. Cheguei de manhã, às sete e meia. Tomei um banho, fui para o trabalho e tive a notícia de que eu tinha que vir aqui hoje fazer esta palestra no lugar dele. Substituir o Alexandre já é difícil, mas assim de repente é quase uma traição.

Mas eu fiquei muito feliz. Primeiro quero dizer a vocês o seguinte: fui Deputado há vinte anos – a maioria do plenário era de colo ainda – na época do velho MDB. Fui deputado estadual, fui presidente do clube de engenharia do Rio de Janeiro, fui presidente da Cedae companhia estadual de água e esgoto e também do Proderj, que é a empresa de informática do estado. Aliás, a minha área é informática, sou professor de matemática da escola de engenharia há trinta e quatro anos e trabalho em informática. Só que no segundo Governo Brizzola eu fui chamado para a área de saneamento. Então dirigi a Cedae, foi uma experiência muito interessante, queria até comentar para um grupo de socialistas, isso é interessante, que a minha formação é toda de professor, sou professor há trinta e quatro anos, de matemática. Matemática no curso de engenharia é algo muito indireto, você dá aula no primeiro, segundo ano, cálculo numérico, que é o que eu dou mais, e o cara vai se formar depois, uma atividade meio indireta. E a minha especialidade profissional é informática, que é meio, informática é apoio, é meio. E aí trabalhar na área de saneamento, para mim que tenho uma preocupação social, mudou a minha vida, porque saneamento é fim, é trabalhar direto com as condições de vida do povo. Então

realmente fiquei apaixonado pela área. Trabalhar em água, tratar esgoto, isso realmente muda a vida da gente. Então foi uma experiência muito interessante e acho que vai ser difícil sair dela, porque agora mudou o governo e me chamaram de novo.

Queria, inicialmente, dizer para vocês que estou filiado ao PSB há um mês. (Palmas.) Mas já disse ao Saturnino e ao Alexandre que eu não sou candidato não, viu?

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Isso a gente ainda vai discutir!

O SR. RAIMUNDO DE OLIVEIRA (Subsecretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro) – Às vezes a gente está dentro assim, está acompanhando e tal e não vê o que está acontecendo. Cheguei aqui hoje e fiquei profundamente impressionado com o que eu encontrei. Talvez para vocês não, já estejam acostumados, mas esse encontro é muito bonito, o material é de altíssima qualidade, esta palestra, por exemplo, é uma palestra para ser repetida, porque há muito tempo a Esquerda precisava de uma estruturação tão bem organizada do que é participar de um governo. Acho que esta palestra está muito boa e a gente tem que dar um jeito de divulgá-la mais, porque realmente está muito didática inclusive. Então, esse evento é muito importante por várias razões.

O PSB até alguns anos atrás era encarado assim como o velho partido do João Mangabeira. Lembro-me dele quando foi candidato em 1950. Eu tinha nove anos, mas me lembro da candidatura do João Mangabeira, aquela pessoa de briga e tal. Mas então o PSB, de um Partido de discussão de programas, de idéias, de idealistas, ele foi avançando. E nos últimos anos, eu até diria nos últimos meses, vejo um grande fortalecimento nacional do PSB. Desde a última eleição para cá, mas está acontecendo. O PSB passou a ser analisado por um segmento de peso da Esquerda como uma opção de poder. Não é uma opção para discutir artigos não, isso ele sempre foi, é uma opção de poder. Isso, meus amigos, tem algumas bases para isso: uma é que o PSB hoje já pode mostrar algumas experiências administrativas. Infelizmente perdi a de ontem aqui, mas deve ter sido espetacular. Já ter algumas experiências administrativas para mostrar: agora queremos fazer uma coisa diferente! Até esta palestra do Edmundo ajuda nisso. Quer dizer, queremos fazer algo diferente. A administração da Erundina, por exemplo, que na época foi muito problematizada, o tempo vai fazendo justiça à Erundina. Por exemplo sou muito amigo, fui colega lá, estudei em São José dos Campos, estudei com o secretário de planejamento dela, o Amicair, foi meu colega lá. Uma figura da

maior competência. Aos poucos o que foi a administração da Erundina vai aparecendo e a gente já começa a ouvir notícia diferente do que foi a Erundina.

Por outro lado, junto disso, acho que nós temos uma Esquerda com uma abertura maior, uma responsabilidade muito grande do momento de hoje, que é o seguinte: o Brasil está sem um projeto, não temos projeto. Costumo até dizer, com minhas origens políticas, que o muro de Berlim caiu na cabeça da gente e a gente ainda não levantou direito. Temos que ter proposta para o Brasil, nós estamos sem proposta, nós temos que formular essa proposta. Está um pouco confuso. E acho que o PSB de repente vai ter essa tarefa, até por ter uma amplitude diferente aí, não um partido sectário e tal. Ele tem que ajudar a fazer essa proposta. Nos estamos sem proposta para o Brasil. Tem um modelo neoliberal aí que está dando água. Mas o que queremos colocar no lugar desse projeto? Tem que ficar claro isso, tem que escrever, tem que propor, tem que debater.

Por outro lado, junto com isso ainda – vou entrar no meu assunto agora mesmo, vocês vão me permitir esquentar – houve aí um avanço do neoliberalismo em nível mundial, já começa a dar água, mas houve um trabalho sistemático de destruir o conceito de planejamento. E cá entre nós socialismo e planejamento são irmãos, não se pode pensar em socialismo sem planejamento. A idéia dos socialistas é exatamente pelo planejamento responder à anarquia do mercado. Não queremos o livre jogo do mercado, queremos uma proposta que tenha um plano, tenha um objetivo, tenha uma finalidade. Nós queremos isso, então temos que resgatar a idéia de planejamento, que, cá entre nós, até na época do regime militar tinha algum valor, hoje não tem nenhum. Havia um planejamento até pela visão deles de segurança etc., hoje não tem nenhuma. Você fala em planejamento hoje e as pessoas riem. O mercado resolve. E não é nada disso e a história está mostrando que não.

Por outro lado, nesse momento crítico o PSB, não queremos ser um grupo de estudo, nós queremos participar do poder. Queremos ganhar eleição, eleger prefeito, governador, presidente da república, estamos aqui para isso, não tem ninguém brincando, estamos querendo chegar ao poder para mudar o país. Então temos que crescer. Por outro lado, no momento em que o PSB ficou tão simpático, está todo mundo vendo que ele é uma alternativa, ele vai correr o perigo da inchação. De novo uma contradição interessante, a necessidade de crescer e o perigo da inchação, que é o cara que quer uma legenda para ganhar e não ter absolutamente nada a ver com as nossas propostas. Então são momentos perigosos que a gente está vivendo.

O que imaginei falar hoje aqui nesses minutos que vocês me deram? Primeiro, colocar como uma preocupação nas propostas comuns de nossos

prefeitos e vereadores um pouco como a gente está vendo a questão do saneamento, a questão da água, porque é uma questão central hoje, então tem que ter o mínimo de proposta para isso. A Constituição de 88, meus amigos, fortaleceu muito os municípios. E foi uma vitória nossa porque nós lutávamos por isso. A descentralização do poder foi uma vitória importante. Eu inclusive sou daqueles que acha que a Constituição de 88 é muito mais atacada pelo que tem de bom do que por suas limitações. É altamente positivo que ela tenha fortalecido os municípios. Não é à toa que os prefeitos eleitos em 88, a partir dali, em geral tiveram mais sucesso porque tiveram mais recursos. O Saturnino é capaz de dizer de cor aqui qual foi o aumento dos recursos que houve na prefeitura do Rio de Janeiro depois de 88. Acho que aumentaram quatro vezes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Acabou no final. De um ano para outro mais do que dobrou e quando chegou no último ano, tinha multiplicado por quatro.

O SR. RAIMUNDO DE OLIVEIRA (Subsecretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro) – Quatro vezes. E isso foi correto, nós lutamos por isso, a gente queria o poder não-concentrado, nós queríamos o poder mais distribuído, acho que isso é importante. E as reformas que venham, na minha opinião, não devem vir com o sentido de recentralizar e tirar o poder das pontas. Acho que a questão democrática exige o poder distribuído, não queremos voltar ao poder central todo poderoso, não é isso que nos interessa. Agora, esse perigo existe, mas a gente vê aí reforma tributária disso e daquilo, o que está muito em jogo é centralizar de novo os recursos e, na minha opinião, a gente vai ter que combater isso. Claro que houve na Constituição de 88, talvez algumas atribuições não tenham sido bem redefinidas, teria que estudar, nós temos que estar aberto a isso. Mas sem a tentação autoritária de querer recentralizar tudo, eu acho que o nosso papel é resistir a isso.

No que toca a saneamento, eu que não sou advogado, como vocês já viram, sou professor de matemática, pega uma Constituição na mão e da choque, tenho uma certa dificuldade, mas sou obrigado a dar uma olhada nela de vez em quando, mas não é bem o meu campo. O Alexandre tem muito mais familiaridade com isso, porque ele é médico, mas é advogado também.

Mas a Constituição de 88, no que toca às atribuições, no chamado poder concedente, no que toca a saneamento, ela não é clara. Na minha opinião ela centralmente reconhece que o saneamento básico é do município Para mim ela reconhece isso. Mas ela deixa algumas brechas. Não é à toa que a questão

está no Supremo, não é por outra razão que está no Supremo e não foi definido ainda. Eu coloco isso porque acho que essa vai ser uma questão importante para os nossos prefeitos e vereadores, porque essa questão está na ordem do dia. Quer dizer, quem é o poder concedente, quem é que na verdade atribui, quem é o responsável pela água e pelo saneamento do município? Não está claro isso.

A Constituição, no artigo 21, diz: "*Compete à União instituir o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso*". E, no inciso XX: "*Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transporte urbano*". Quer dizer instituir diretrizes compete à União.

Logo depois, do art. 23: "*É competência comum da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas*". E no inciso IX: "*Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico*". Quer dizer a competência comum da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único do inciso XII: "*Lei complementar fixará normas para cooperação entre a União, os Estados e os Municípios, tendo em vista o desenvolvimento do bem-estar no âmbito nacional*" etc.

Art. 24 : "*Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção do meio ambiente*". Inciso VIII: "*Responsabilidade por dano ao meio ambiente*". Aí depois, dos Estados, no capítulo 3°, art. 25: "*Os Estados poderão mediante lei complementar* – porque esse parágrafo é que embanana, por isso estou chamando a atenção – *instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum*". Então o Estado formaria região metropolitana e para executar funções públicas de interesse comum.

Finalmente, art. 30: "*Compete aos municípios legislar sobre os assuntos de interesse local*". Claro que saneamento é de interesse local. Ainda no artigo 30, inciso V: "*Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo transporte*" etc. Então, serviço público de interesse local, isso é o ar. 25, compete aos municípios, então você pode dizer que está claro que compete aos municípios, está bem. Mas exatamente porque as coisas não são tão preto no branco assim, que há um projeto Serra, José Serra, tentando definir um pouco mais a questão de região metropolitana e depois tem uma emenda do Josaphat Marinho em cima, está lembrado Saturnino?

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Está rolando ainda.

O SR. RAIMUNDO DE OLIVEIRA (Subsecretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro) – Em que o Josaphat Marinho, emendando o Serra, procura definir: olha, quando for da região metropolitana que atinge vários municípios aí fica como responsabilidade do poder concedente ser o estado. Agora, quando for de um município em que não atinja outro município, aí a ação dele seria municipal. Nós vamos ter que adivinhar ainda qual é o município que sua ação no saneamento não atinja o vizinho. Não existe isso. Você sempre acabará atingindo ou de uma maneira ou de outra. Por exemplo, você pega o município do Rio de Janeiro: Caxias, polui a Baia de Guanabara, portanto tem influência sobre o Rio de Janeiro, e aí vai. Não vai definir bem. A impressão que nós temos é que a emenda do Josaphat em cima do Serra não define bem. Moral da história: isso vai ficar mesmo é com o Supremo, e o Supremo estaria para definir há algum tempo e não definiu ainda. Definir o que? Quem é o poder concedente, porque, por exemplo: o Marcelo Alencar, no último governo, pegou a questão da região metropolitana e falou: o poder concedente sou eu. E resolveu sair vendendo o que podia e o que não podia. Ele resolveu, por exemplo, vender a SEDAE. E olha que isso é uma venda que dá uns R$ 5 bilhões. É uma beleza de venda. Não, é muita grana, é dinheiro. Eu sou Italiano e falo com a mão. E esteve para vender. Não foi vendido nos últimos minutos. Eu não consigo entender. Eu me lembro que havia, no segundo turno, dois candidatos ao governo e que ambos eram contra a venda da SEDAE. E ele insistindo em vender, uma coisa difícil de explicar, não é?. Você vai acabar o seu governo, tem dois candidatos seu que já perderam, não foram para o segundo turno, os dois são contra vender a maior empresa do estado. E ele brigou para vender. Aí ganhou um deles, que é o Garotinho, que era contra vender. Aliás, ganhou com o nosso apoio também. E aí até os últimos minutos, nos últimos dias ele queria vender. Uma coisa inexplicável aquilo ali. É realmente inexplicável, é muito desejo de servir a causa pública, que vai até os últimos minutos ali...

(troca de fita)

...que essa é uma questão importantíssima, a questão da definição do poder concedente. Qual é a posição do Governo federal diante disso? O Governo federal já vendeu o que podia e o que não podia. Já vendeu a área energética e vendeu a área de telecomunicações. Vendeu tão bem para quem comprou, que eu me lembro que naquele momento em que o dólar deu um pico, você lembra disso, Saturnino?, o dólar deu um pico, passou de 2, a manchete foi o seguinte: as empresas que tinham comprado pagaram de uma vez o que deviam. Lembra disso?, foi uma beleza! Como depois voltou e elas

ganharam ali alguns bilhões de dólares naquele dia pela subida do dólar. Pagaram em dólar, como o dólar estava valendo muito, e como os jornais foram tão cínicos que puseram como se fosse uma vitória, entrou de repente, foi antecipado o pagamento. Então venderam as telecomunicações por um preço bem inferior ao que o Serjão, o falecido Serjão admitia. A área de energia também. Agora a bola da vez é o saneamento. Então, na minha opinião, de novo os nossos parlamentares, os nossos prefeitos e o nosso Partido tem que ter uma opinião muito clara disso, como é que a gente encara a questão do saneamento. Primeiro já mostrei aqui que o poder concedente está indefinido. Na minha opinião, a primeira bandeira nossa é a definição disso. Definição, tem que definir, nós temos que brigar. A minha proposta, que eu acho que é da maioria, é de que se fortaleça o município nisso, defesa do município. É claro que nós temos que ter o mínimo de bom senso, porque hoje saneamento: água e esgoto é analisado não por município mas por bacia. Olha, por exemplo, Nilópolis, que é um municipiozinho, que são algumas quadras nossas lá. Nilópolis que evidentemente não tem nem fonte de água e nem tem onde colocar seu lixo nem seu esgoto. Pensar que Nilópolis vai ser autônoma em termo disso não existe. É uma loucura, você tem que analisar como bacia. Até porque o esgoto é transportado por gravidade. Aí o conceito de bacia é importante. Então entendendo isso, nós temos que a meu ver procurar fortalecer o município, o poder municipal, o poder mais direto e tudo. Olha, por exemplo, de novo o caso do Rio. No Rio de Janeiro nós temos 80% da água do Rio, do grande Rio é do Guandu. Vocês devem conhecer de nome.

Eu vou aproveitar para fazer uma rápida observação. Se eu perguntar a este plenário aqui quem fez o Guandu, uma histórica obra que dá água para 80% do Rio de Janeiro, quem for do Rio de Janeiro aqui vai dizer imediatamente: Carlos Lacerda. Vai dizer na hora Carlos Lacerda, ninguém tem dúvida, a obra histórica do Carlos Lacerda é o Guandu. É ou não é? Então é uma dúvida que ninguém tem. Eu vou aproveitar esse momento que eu sempre que posso lembro isso. Quando eu era presidente da Cedae, mandei ativar uma placa lá do Guandu. O Guandu foi inaugurado em 1954, e o Lacerda assumiu em 1960, mas não adianta porque foi o Lacerda que fez o Guandu. Eu vou repetir. O Guandu foi inaugurado em 1954 e o Lacerda assumiu em 1960. O Saturnino não vai me deixar mentir. Então não sei como ele fez o Guandu. O que ele fez foi uma grande ampliação do Guandu, o túnel canal é uma obra importante, o Chagas Freitas também fez uma obra importante de ampliação, o Brizola fez uma obra importante também. Mas não foi o Lacerda que fez o Guandu. O que o Lacerda fez e isso ninguém tira, foi o aterro do Flamengo. Quem é do Rio aqui todos reconhecerão isso, que era a grande obra do Lacerda

o aterro do Flamengo, isso ninguém discute. Não tem esquerdista que tire essa obra do falecido Lacerda. Só que o congresso eucarístico de 1955 foi no aterro do Flamengo. Eu tinha 14 anos e fui ao congresso eucarístico, em 1955. E quem fez estava lá. O Lacerda assumiu em 1960. Mas em 1955, o congresso eucarístico foi no aterro do Flamengo. Lembra disso? Não adianta, porque quem fez o aterro do Flamengo foi o Lacerda e não adianta dizer que não. O que ele fez foi o plano de urbanismo posterior não sei o que do Lúcio Costa. Ele fez lá o plano urbanístico, uma beleza, muito mas não foi ele quem fez o aterro, não adianta, não dá , não é possível.

Mas por que eu estou colocando isso? Olha o Guandu. O Guandu, meus amigos, isso é importante quando a gente for analisar a discussão do papel do município. O Guandu, a maior estação de tratamento do mundo hoje, passou a Chicago, está produzindo 47 mil litros por segundo. Repara bem ela era a segunda, agora é a primeira. Ela fica entre Itaguaí, Nova Iguaçu e Queimados. Fica ali e alimenta o Estado do Rio de Janeiro, alimenta a baixada também. Evidentemente uma obra como essa não pode ser gerenciada em nível municipal. Temos que ter o mínimo de bom senso para entender isso. O Guandu vai ser de Itaguaí? Não tem sentido isso.

O SR. EDMUNDO CARVALHO (Diretor da Fundação João Mangabeira Seção São Paulo) – Até porque, Raimundo, a água que alimenta o Guandu vem do Paraíba, do Estado de São Paulo. Isso é sério, porque nós que moramos no Estado de São Paulo, na Bacia Paulista do Paraíba, poluímos a água que depois vai alimentar o Rio de Janeiro.

O SR. RAIMUNDO DE OLIVEIRA (Subsecretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro) – É verdade. Aliás eu podia até enriquecer o que você falou, dentro do seguinte: o Guandu não existe, o Guandu era um riacho. Quem cria o Guandu é a Light, quando reverte as águas do Paraíba em Piraí. Eu até dizia que o Rio de Janeiro é um subúrbio de Piraí, porque na verdade é em Piraí que se gera a eletricidade e a água que vai para o Rio de Janeiro. Mas então o que eu quero dizer é que é claro que embora municipalista, nós temos que entender que o Guandu não pode ser gerido a nível municipal. Nós temos que mostrar que tem que ter um pouco de inteligência para trabalhar esse tipo de coisa. O Guandu tem que ter uma entidade de mais peso ali para resolver aquilo, porque seguramente não é a nível municipal. Embora, na minha opinião, a nossa tendência deva ser sempre de fortalecer o município. Por exemplo: mesmo quando a água vem de fora, ela pode ao entrar no município, tratada, ela ser macromedida e a distribuição ser municipal. Porque por exemplo: em São João de Deus me

Livre, uma ruazinha na esquina lá, para a grande SEDAE, à grande empresa estadual, o faturamento, a arrecadação ali é insignificante. Para o prefeito local ela é importante. Então no mínimo a arrecadação deveria ser sempre municipal, isso eu não tenho a menor dúvida. E quando a produção for estadual, o município quando a água entra compraria, como se chama, a água macromedida. E depois distribuiria.

Eu acho que os nossos vereadores e prefeitos deveriam incorporar isso nas suas propostas. É uma maneira, primeiro, exigir uma regulamentação que não existe hoje e, o segundo ponto, fortalecer os municípios. Por que eu insisto nisso? Hoje nós não estamos com uma política nacional disso. O governo resolveu sair vendendo, o problema dele é vender. E vender hoje a área de saneamento sem regulamentar pode colocar a gente numa sinuca de bico. Pode acontecer, quando você privatiza sem regulamentar, você fica na mão dos donos, aconteceu com a área de transporte, por exemplo. Você privatizou a área de transporte e ficam hoje os grandes empresários da área de transporte com superpoder. Quer dizer, na verdade, está se privatizando a área de saneamento e não se regulamentou. Posso dar uma idéia de como não está regulamentado? Como é que se cobra esgoto? Vocês sabem como é que se cobra esgoto? Cobra-se o esgoto pela água. Você pega a água e diz: olha o preço da água 100% é o preço do esgoto e cobra o esgoto, é assim que se faz. Aí eu pergunto: Isso é importantíssimo para os nossos vereadores e prefeitos. O esgoto é cobrado como taxa ou tarifa? Cada advogado dirá uma coisa diferente. Taxa ou tarifa? Tarifa implica em que ela tenha que ser medida e a adesão você contrata por que quer, tarifa é uma opção sua. Taxa, não, taxa quando é algo que não é medido, e é mais ou menos obrigado a ser cobrado. Por exemplo, lixo é taxa, lixo é taxa não é tarifa. Você não mede o peso do lixo. Não é? E o esgoto? O esgoto é algo intermediário entre água e lixo, porque o esgoto você também não mede, você de algum jeito estima, pela água, mas aquilo não é verdadeiro. Moral da história: há decisões judiciais hoje dizendo que não se pode cobrar esgoto por estimativa, porque esgoto seria taxa e não tarifa. Tem cidade de São Paulo hoje que está proibida de cobrar esgoto. Se isso acontecer a área de saneamento no Brasil entra em falência. Isso exige o mínimo de regulamentação antes da aventura que está se fazendo de privatizar. Na minha opinião os nossos parlamentares, nossos vereadores e nossos prefeitos deveriam insistir numa definição disso antes do avanço irresponsável deste governo. Se hoje tiver uma empresa privada de saneamento você tem dinheiro do fundo de garantia, você tem dinheiro do BNDES. Se você tem uma empresa pública, você não tem nenhum financiamento, estão fechados todos financiamentos. Agora se você for vendido por um cacho de banana a empresa que comprar

tem toda abertura de dinheiro do fundo de garantia. Isso para mim deveria ser um ponto de destaque na nossa bandeira, no conjunto de nossas propostas no que toca as proposições dos candidatos a prefeito e dos candidatos a vereador. E acho que o Partido como um todo devia assumir essa bandeira. O que está se fazendo na área de saneamento é uma enorme irresponsabilidade, que a gente não sabe onde vai parar.

Há uma tendência de se privatizar a área dos ricos. Olha que beleza! Você pega a área de Copacabana, Ipanema, Leblon, no Rio de Janeiro, onde a água é recolhida e o esgoto é tratado e privativa. Até eu quero comprar, é uma beleza. Todo mundo paga, não há inadimplência. Agora, quem é que vai levar água para o Morro do Alemão, em Saturnino? Ou você acha que o Morro do Alemão está pagando aquela água que a gente distribui lá? Como é que vai ser isso, quem é que vai financiar a área mais carente? Então, essas questões a meu ver nossos candidatos a vereador e nossos candidatos a prefeito têm que assumir e a meu ver o Partido como um todo tem que assumir isso. Enquanto isso não for devidamente regulamentado, é uma irresponsabilidade o que está sendo feito. Buscou-se na verdade desmoralizar a empresa pública e levamos a essa situação de indefinição.

Os números nossos são terríveis. Eu não vou dizer aqui porque isso não é um congresso de saneamento. Mas os números de atendimento de água e tratamento de esgoto no Brasil são muito ruins ainda. E isso não vai ser resolvido pelo mercado, o mercado, na melhor das hipóteses, vai querer ficar com a área que está mais bem paga. Eu costumava dizer quando era da Cedae que a água no Brasil está mais concentrada do que a renda. Você pegava a água do Guandu e atendia sem nenhum problema a população de Ipanema, Copacabana e Leblon, mas a comunidade em volta do Guandu, a comunidade pobre não tinha água. Quer dizer, a água é mais concentrada do que a renda. Isso tem que ser encarado.

Estou terminando, eu estou na minha última observação. Reparem bem, meus amigos, a experiência da privatização no mundo já tem que nos ensinar alguma coisa. Na Argentina e na Inglaterra, a privatização na área de saneamento foi um desastre. Quer dizer a dama de ferro aí que privatizou a área de saneamento na Inglaterra, o que se viu é que as tarifas subiram muito e a qualidade do serviço caiu. Isso é reconhecido inclusive pela imprensa conservadora Inglesa. E na Argentina a situação da mesma forma, as tarifas estão subindo e a qualidade dos serviço caiu. Quer dizer, tem que levar em conta a experiência internacional. Agora justiça seja feita, as empresas Inglesas que assumiram a privatização da área de saneamento, suas ações cresceram

muito, porque houve um aumento considerável da taxa e elas tiveram uma taxa de lucro expressiva nos anos seguintes. Tanto que eu já comentei uma vez com o Saturnino, você deve estar lembrado disso, que houve com o governo trabalhista do Tony Blair, que não chega a ser nenhum governo de esquerda, eles fizeram uma lei de taxação do superlucro que as empresas que privatizaram o serviço público tiveram. Tiveram um lucro tão grande que houve uma lei específica para taxar o super lucro que eles tinham tido. Eu não sei se o Brasil tem respaldo legal para isso, mas isso foi feito na Inglaterra.

Então, finalmente, meus amigos, eu considero que essa questão da água e do saneamento tem que ser assumida de peito por nossos candidatos, porque a água é a razão da terceira guerra mundial. Quer dizer, a água está ficando mais escassa, a gente tem que tomar medidas urgentes, não sei se dá tempo para que isso não se torne uma catástrofe mundial. Então, nós temos que nos preparar para isso enquanto há tempo, o Brasil é um país que tem grandes reservas de água, evidentemente a distribuição é complicada, mas nós temos que lutar por isso. Era um pouco por aí que eu queria deixar o meu recado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) –Companheiro Madueño.

O SR. FERNANDO MADUEÑO (Vice-Presidente do PSB de Pirenópolis-GO) – Bom dia, companheiros, gostaria de iniciar o que eu tenho para falar, dizendo que estou tremendo como bambu de vara verde. É a primeira vez que eu tenho uma experiência dessas e resolvi segredar para vocês a situação em que me encontro, porque eu estava folheando um encarte reproduzindo experiências do Partido e acidentalmente caí num depoimento do Ariano Suassuna, que diz que apesar da experiência dele de falar em público, sempre fica bastante nervoso no início. E usa uma técnica que é o seguinte: ele já informa a platéia de que é gago, porque isso já relaxa. Então eu acidentalmente achei isso aí e achei que poderia usar da estratégia. Mas, por outro lado, eu me sinto honrado de estar aqui, porque eu, que participei de todos os momentos deste seminário, estou sentindo que talvez seja o menos experiente, o menos graduado de todas as pessoas que aqui falaram. Então a sensação de responsabilidade me deixa mais nervoso ainda.

O assunto que me traz aqui é justamente o desenvolvimento sustentável. Na realidade vou tentar explorar mais os espaços que os companheiros não abordaram ainda. Acho que seria útil ler para vocês a orelha de um livro do Lutzenberg:" Fim do Futuro, Manifesto Ecológico Brasileiro":

"O assunto ecologia se parece com um iceberg, só se percebe a ponta que está à vista, não aquilo que está por emergir. Por esse motivo os problemas ecológicos ainda são vistos como algo postergável para ser resolvido quando a premência for maior"

Justamente aí é que reside o absurdo apontado por Lutzenberg, quando as pessoas hoje bem instaladas no seu consumismo e poluição quiserem resolver o problema, talvez seja tarde. Talvez para nós, não para Lutzenberg, que analisa diariamente todos os pormenores, que acompanha a situação ecológica em todo o mundo; o que para nós é uma pergunta para ele se tornou uma certeza. Se as soluções demorarem, se os que têm o poder acharem que podem ir protelando, a situação chegará a um ponto crítico sem volta e sem recuperação possível. É para meditar.

Gostaria de fazer um breve retorno ao que me trouxe hoje a ter a consciência ecológica que possuo. Inclusive é engraçado estar sentado aqui num congresso do PSB, eu sou paulistano e estudei num colégio burguês, Colégio Santa Cruz, de padres canadenses e tive a oportunidade de ter por amigos sobrenomes como Roberto Setúbal, do Itaú, direção da Febrabam, Villares e Otis, enfim, uma série de sobrenomes que hoje representam as fortunas paulistanas, nada bastante interessante sob o ponto de vista socialista se vocês encararem que eu estou sentado aqui num seminário desse universo. Durante a adolescência, todos os finais de semana íamos para a Ilha Bela e foi aí que tive oportunidade de ter contato com esportes de natureza: caça submarina, vela e tudo mais. Aí, como engenheiro, fui exportado de São Paulo para Goiás para trabalhar no projeto Rio Formoso, que foi um projeto cartão de visita do Governo Ari Valadão, em 1979, e tive a oportunidade de assistir, foi aí que eu acho que tomei o primeiro tranco de questionamento ecológico. Era uma região de varjão, grande área, eram 13 mil hectares para serem irrigados através de todo um trabalho de terraplenagem enorme e eu, como engenheiro civil, participei, estava à frente dos trabalhos de desmatamento, porque o processo semeadura seria todo aéreo e não poderia ter uma árvore que causasse obstáculo no momento do lançamento. Então, aquele cerradão em terra fértil era todo desmatado com aquele sistema de correntão: são dois tratores de esteira e uma corrente, que cada elo da corrente precisar ser levantada por dois homem, cem metros de corrente e você não vê, por causa da altura das árvores, os tratores de esteira, mas você vê as árvores tombando. A impressão que dá é que tem um grande gigante invisível pisando as árvores. É impressionante. E acabei parando em Pirenópolis, porque me envolvi com o esporte canoagem em nível nacional, fui vice-presidente da Confederação Brasileira de Canoagem e era uma das nossas propostas colocar o Brasil dentro do *meeting* internacional. E hoje a mídia começa a mostrar a canoagem com atletas brasileiros participando

das Olimpíadas etc. e tal. E fui parar em Pirenópolis, morava em Goiânia, fui parar em Pirenópolis por causa do rio das Almas. E lá a cidade tem duas grandes atividades econômicas: uma é a exploração do quartzito, a famosa pedra de Pirenópolis, ou mesmo se conheça como a mesma pedra São Tomé. É uma região de mineração e, por outro lado, o turismo. Para quem não sabe, Pirenópolis é uma pequena Ouro Preto, uma cidade histórica que se desenvolveu a partir do garimpo do ouro, fez agora, dia 11 passado, 272 anos. E o entorno de Pirenópolis é bastante rico em belezas cênicas: cachoeiras etc., estou até fazendo propaganda do município.

Por causa da canoagem, tive oportunidade de testemunhar a degradação do rio das Almas e de seus afluentes através dos mineradores. Hoje estamos lá envolvidos, eu sou presidente do Condema municipal, com projeto para ordenar a atividade mineradora, objetivando inclusive lucro, porque o que falta lá é tecnologia, eles usam desenfreadamente a dinamite e acabam estourando, transformando em resíduo, rocha sã, que poderia ter preço no mercado consumidor.

Fiz esse breve histórico para mostrar para os senhores que a relação com o meio ambiente parece que não faz parte da agenda de assuntos importantes no dia-a-dia do cidadão. Eu sou paulistano e tive oportunidade de presenciar a loucura da cidade grande, a quantidade de tempo útil que você gasta dentro do automóvel no ir e vir da história, enfim, estávamos ficando cada vez mais longe do elemento natural e parece que isso vai nos pasteurizando. Por exemplo, eu mesmo, com toda essa sensibilidade aguçada que procuro manter, às vezes até num processo racional, envolvido com esses assuntos, reuniões etc. e tal, tenho uma casa na serra e um escritório na cidade. A casa fica a 10 quilômetros da cidade. Apesar de ser engenheiro eu não tenho energia elétrica em casa por opção, por achar que isso é uma maneira de deixar o progresso do lado de fora da minha porteira. Às vezes chego na minha casa no momento do pôr do sol. Eu tenho aquela reverência em relação ao pôr do sol, quem não acha bonito o pôr do sol? Mas às vezes nós estamos com o coração tão duro que você olha aquilo e não consegue achar bonito. Então, acho que essa variável precisa ser colocada em programas de governo. Inclusive eu gostaria de propor para este seminário que dentro dessa proposta de modernização da cara do Partido, que se incluísse, que se considerasse a possibilidade de introduzir a variável ambientalista como uma proposta de trabalho. Os senhores vão ver que uma das ferramentas que eu sugiro aqui na minha explanação é justamente a introdução da Agenda 21 local dos municípios. É um procedimento, uma metodologia que já está transformada, por exemplo, em uma cartilha para facilitar a vida das pessoas. E é um procedimento

totalmente socialista, porque tem esse aspecto revolucionário inovador de contemplar o meio ambiente dentro das variáveis de se avaliar os prós e os contras do empreendimento e estar preocupado com o bem-estar da comunidade. E a metodologia é toda calcada na discussão participativa, na contemplação dos diversos pontos de vista. Então, fica aqui esta semente.

O Brasil é um dos países com maior representatividade na diversidade biológica mundial. No entanto, apenas 1,85% do território brasileiro está oficialmente protegido. O PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, recomenda que se proteja, no mínimo, 10% de cada bioma até o ano 2000. Além de proteger pouco, o Brasil protege mal a sua biodiversidade. A maioria de seus parques e reservas estão abandonados e desprovidos de qualquer estrutura e planejamento. Em vários deles, as terras sequer foram demarcadas. Isso foi sacado de um relatório recente da WWF.

O Brasil enfrenta grandes problemas, resultantes de um modelo de desenvolvimento desordenado, impulsionado pelo enriquecimento de poucos, pela crescente urbanização e conseqüente migração do homem do campo. Para que o país atinja uma melhor situação e supere os atuais níveis de pobreza, faz-se necessário realizar um esforço conjunto, que transcenda uma atuação apenas reivindicatória. A população deve ser amplamente informada sobre suas reais possibilidades de participação e também de que tem o poder de conquistar o progresso a partir do conhecimento de sua realidade e do esforço coletivo para modificá-la. É preciso fazer um pacto social entre as autoridades, instituições e a população. É preciso investir em qualidade de vida para aperfeiçoar o meio ambiente físico, social e cultural. O essencial é querer fazer uma mudança. Isso significa compromisso político e vontade política de perseguir essa mudança. Ela se perpetuará se estiver lastreada na sua sustentabilidade.

Aí chegamos onde precisamos chegar. Ou seja, o que é a sustentabilidade? É garantir a sobrevivência das gerações futuras através de um modelo econômica que satisfaça as necessidades atuais, sem comprometer o capital natural e garantindo às gerações futuras um planeta sadio e com seus ecossistemas preservados.

Teoricamente é uma proposta linda, maravilhosa. O duro é como, dentro desse balaio de gato, interesse econômico de um lado, que, por exemplo, eu tive oportunidade de participar da discussão do Parque Ecológico Ulisses Guimarães, que fica ao lado da cidade de Goiânia. Atravessa ele o rio João Leite, que nasce no município de Anápolis. Nesse rio João Leite, a uns 13km da cidade, vai ser construída a barragem, a adutora que vai abastecer Goiânia

para os próximos 20, 30 anos, não sei bem qual é a previsão. Acontece que esse rio, quando passa no município de Anápolis, o plano diretor de Anápolis, sob influência do interesse econômico, liberou para parcelamento com áreas inferiores a 1.500m2 justamente a bacia nascente do rio João Leite. Como disse o companheiro Edmundo, o planejamento ambiental tem que ser por regiões. Não adianta você querer matar formiga somente dentro do seu lote, como se ela não passasse em arame farpado. Você tem que conceber a coisa desde onde começa até onde termina, é uma ação estratégica, estrutural e que envolve uma região.

Tenho aqui em mãos um texto, que gostaria de pincelar alguns parágrafos importantes. As ferramentas que propomos para que um...

(troca de fita)

... a primeira e principal delas é Agenda 21. Gostaria de falar sobre essa agenda. O documento que tenho em mãos foi elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e, na realidade, é uma base para discussão. O que é a Agenda 21? É o principal documento elaborado na Rio-92. Ela se chama Agenda 21 porque faz alusão ao século XXI. Foi assinada por 170 países, inclusive o Brasil, que foi o anfitrião da conferência, e está dividida em quatro seções: Aspectos Sociais e Econômicos; Conservação e Administração dos Recursos Naturais; Fortalecimento dos Grupos Sociais e Meios de Implementação.

É a proposta mais consistente de como alcançar o desenvolvimento sustentável, isto é, de como podemos continuar desenvolvendo nossas comunidades sem destruir o meio ambiente e com maior justiça social. É um planejamento de futuro, com ações de curto, médio e longo prazo, devendo cada município elaborar a sua agenda local, através da instalação do Fórum da Agenda 21, composto por representantes da sociedade e do Poder Público.

Por isso volto a frisar o aspecto socialista dessa Agenda 21, porque a sua metodologia de implantação é completamente baseada na conversa com as bases. Porque ou você envolve a população no processo ou esse é um documento de gaveta. O grande problema é a mudança de paradigma, a mudança comportamental. Se as pessoas não absorverem no seu dia-a-dia essa preocupação em reverter esse quadro catastrófico, que a cada dia mais se avoluma, como disse Lutzenberg, a responsabilidade nas mãos do dirigente passa a ser déspota. E você está lutando por um valor que é de benefício coletivo, mas se ele não estiver incorporado no coração das pessoas pode ser que não dê mais tempo. Precisamos pegar as rédeas desse problema.

A história é a seguinte: tem a Agenda 21 internacional, em cima da qual

o Ministério do Meio Ambiente desenvolveu esse documento, que é a Agenda 21 brasileira, que está sendo discutida, propõe que se desenvolva em nível estadual e municipal.

E eu estava conversando com o meu companheiro de Pirenópolis, o Arnaldo, o Presidente do partido, que disse estar ficando difícil, os compromissos que estamos assumindo começam a interferir nas nossas vidas particulares. Até iria adiante: os senhores vão ver que esse conceito de sustentabilidade é tão interessante que se aplica até para auxiliar-nos a gerenciar esse mal-estar pela dificuldade de determinar quanto tempo se vai dedicar a uma atividade política coletiva aos seus interesses profissionais, aos seus interesses particulares. E aí vai. Se extrapolarem filosoficamente, podemos até criar um Padre Marcelo em cima da Agenda 21.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. FERNANDO MADUEÑO (Vice-Presidente do PSB de Pirenópolis-GO) – Não se preocupem. Na realidade eu vou ler direto o que acho importante, porque na minha interpretação a comissão que elaborou esses documentos preparou e encaminhou uma nota sobre a compatibilização entre o Plano Plurianual 2000/2003 e a Agenda 21 brasileira, consolidando as conclusões e recomendações dos consórcios. Isso está sendo discutido e está no item do Plano Orçamentário Nacional. Adiante vamos ver quais os procedimentos, a importância de participar disso, porque quem não participar vai ficar fora da divisão do bolo, do dinheiro que está sendo disponibilizado para investimentos nesse tipo de assunto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Não ideintificado) – Você tocou agora num assunto que acho importante para quem vai ser candidato a prefeito e tal, que é a questão da divisão do bolo. É um detalhe importante. Quando um município pode trabalhar com esse assunto e ao mesmo tempo trazer recurso.

O SR. FERNANDO MADUEÑO (Vice-Presidente do PSB de Pirenópolis-GO) – Naquele momento da sua explanação você fala sobre ampliar os recursos, é dessa forma. Acredito que os meios de obtenção de verba tradicionais não contemplam essa possibilidade.

Aqui tem uma coisa interessante. É indispensável conhecer a capacidade de sustentação dos ecossistemas e de seus recursos, porque eles abordam que a problemática que a gestão compartilhada implica co-responsabilidade dos diferentes atores sociais do processo. Nessas condições, é indispensável

conhecer a capacidade de sustentação dos ecossistemas e de seus recursos, assim como as possibilidades desse processo no desenvolvimento. Pesquisa, informação, construção de indicadores, disseminação das informações, são passos indispensáveis para que a sociedade e seus atores engajados na tarefa possam construir o desenvolvimento sustentável.

Para você poder planejar é a história do diagnóstico: tem de ir atrás dos elementos que dêem suporte para dar os próximos passos.

Há perguntas que precisam ser respondidas, com urgência, quanto à forma e à velocidade de recomposição dos recursos florestais, da fauna terrestre, fluvial e marítima, quanto à capacidade de depuração dos cursos d'agua, quanto à capacidade de suporte do solo em uso intensivo, quanto à população que um ambiente pode suportar.

É um absurdo como é tratada a reforma agrária neste País. De onde esse povo vai tirar água para, primeiro beber; segundo para irrigar suas lavouras? É fundamental que se contemple no planejamento, que se ache respostas para essas perguntas.

Os documentos sobre cidades sustentáveis, para alguns pensadores, é uma posição difícil de ser desfeita entre o desenvolvimento e a sustentabilidade. Para eles, o conceito de sustentabilidade é fruto de um movimento histórico recente, altamente questionador da sociedade industrial, enquanto o conceito de desenvolvimento é o conceito síntese dessa mesma sociedade com o atual modelo, já evidenciando seu esgotamento.

É o lado socialista que proponho seja interpretado como tal.

Parece adequado partir do princípio de que o conceito de desenvolvimento sustentável está em processo de construção. Essa concepção processual e gradativa de validação do conceito implica assumir que os princípios e premissas que devem orientar a implementação de uma Agenda 21 não constituem um rol completo e acabado. Torná-la realidade é, antes de tudo, um processo social em que os atores pactuam gradativa e sucessivamente novos consensos e montam uma agenda possível rumo ao futuro que se deseja ser sustentado.

Bom, já dei as pinceladas.

Voltando ao texto que está na pasta dos senhores, faço uma pergunta: os prefeitos têm o dever de saber o que é essa Agenda 21 local? Sim, e devem começar dando o exemplo, aplicando os princípios do desenvolvimento sustentável a serviço da prefeitura. Como, por exemplo? Reduzindo desperdício

de energia elétrica nos prédios públicos, incentivando a reciclagem, comprando produtos menos agressivos ao meio ambiente. E por aí vai.

O que acontecerá com os municípios que não elaborarem suas agendas locais? Primeiro, terão dificuldades em receber os recursos, tanto externos, porque existe toda uma movimentação internacional através de ONGs, que, por vislumbrarem nos países subdesenvolvidos, principalmente o Brasil, que tem uma Amazônia, que tem biomas definidos como agora foi reconhecido o serrado e tudo o mais e que são verdadeiras bibliotecas vivas de pesquisa de remédio alternativo, de especiarias, enfim, não domino exatamente o assunto, mas basta ler um pouco que os senhores vão concordar comigo.

Esses recursos externos, que estão cada vez se disponibilizando mais, só vão chegar às mãos de quem se cadastrar no processo formal. E como é esse procedimento de formalização para isso?

Também quero frisar que, além disso, vão perder o bonde do desenvolvimento, pois os administradores que pretenderem acompanhar o movimento histórico de nossa civilização devem governar suas cidades sintonizados com essa proposta atual e desafiadora.

Respondendo a principal pergunta, como entrar nessa história? Como participar de uma Agenda 21 local? Através das iniciativas comunitárias ao nível de bairro, da escola, da empresa, de sindicato, o que for. Através do Fórum da Agenda 21.

Esse fórum na realidade é um decreto-lei municipal, que deve, portanto, tramitar na câmara, ser aprovado e ter a participação dos grupos de trabalho.

A comunidade deve acompanhar e participar das audiências públicas e discussões do fórum, através de seus representantes, ONGs, sindicatos, escolas. E aí vai.

Encerro sobre a Agenda 21, mas ela é a principal das ferramentas que vamos elencar.

Uma segunda ferramenta bastante importante, e acho que deveria ser um procedimento assumido como programa de trabalho, e já foi citado pelo Sr. Edmundo, é o plano diretor. O que é um plano diretor?

Um plano diretor é um instrumento legal e eficaz, que disciplina o uso do solo no município, ordenando o desenvolvimento urbano, otimizando as atividades econômicas com a preservação do meio ambiente, através da utilização racional dos recursos naturais, culturais e patrimoniais.

Como é produzido o plano diretor?:

Não vou ler tudo isso, só vou dizer as seis etapas. A primeira delas é a preparação, é justamente a definição dos conceitos. Estabelecer os objetivos que se pretende contemplar com aquele plano diretor. Por exemplo, no nosso caso de Pirenópolis, faço parte da equipe que está desenvolvendo o plano diretor. Fomos presenteados pelo Governador do Estado, Marconi Perillo, com a verba necessária para a elaboração do plano. Só que até então estávamos, um grupo de pessoas interessadas no plano diretor, nos preparando para apresentar uma proposta para um Fundo Nacional do Meio Ambiente, o mesmo que o companheiro Edmundo citou, que foi buscar recursos para fazer um trabalho de educação ambiental. Eles orientam as pessoas a que façam uma carta-proposta, ou seja, para você não fazer todo um trabalho e de repente chegar lá e descobrir que o que está querendo não é financiado por eles etc.

Quando fizemos essa carta-proposta, eles nos mandaram chamar lá, pessoalmente, e nos disseram que devíamos estar entre 300 municípios que apresentaram propostas, batalhando recursos para desenvolver um plano diretor. Só que nós éramos os primeiros que nos propúnhamos a desenvolver uma metodologia baseada na Agenda 21, que pudesse ser reaplicada em outras localidades do País. Exatamente isso que eles querem. Então, não usamos desse artifício mas estamos guardando esse cartucho para que, quando chegarmos à fase de implantação das diretrizes do plano diretor, tenhamos onde bater para buscar recursos.

A segunda etapa seria o diagnóstico da cidade, a leitura da cidade. É aí que tem de haver a vontade política, para que os fatores ambientais sejam contemplados, respeitados. É um problema, geralmente a própria condição subdesenvolvida do povo brasileiro dá a ele uma insensibilidade em relação à proteção dos mananciais etc, não porque ele queira, mas é que ele está muito mais preocupado em como fazer para encher a barriga, como cozinhar, preparar seus alimentos; não pode pagar o gás, entra na mata e derruba o pau. E aí vai. A conjuntura econômica brasileira é muito ingrata.

Passa então a ser luxo pensar em meio ambiente. Inclusive, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, a nossa experiência em Pirenópolis, até brincamos nas reuniões, o meio ambiente é considerado como o luxo a ser democratizado. Por exemplo, estamos propondo uma situação de parques lineares, em que a cidade tem o grande rio das Almas, o principal rio, e tem dois afluentes que são o Córrego Lava Pés e o Córrego Pratinha. Por causa dos parcelamentos clandestinos, as construções e habitações dão as costas para o rio. Então, o que estamos propondo? A elaboração de parques lineares, que

seria uma espécie de ciclovias dentro do fundo do vale, respeitando a legislação, o afastamento ou o recuo, de maneira que sirvam como limitadoras da expansão imobiliária, digamos, da instalação dos lotes. Ao mesmo tempo, dentro do conceito de diminuir a dependência das fontes de energia etc., possibilitar que as pessoas se locomovam da sua residência para o seu trabalho de bicicleta ou a pé, passeando por um lugar arborizado, bonito, sombreado, não dependendo do transporte coletivo.

Aí você elabora as propostas preliminares. Detalhe: é imprescindível a efetiva participação da comunidade durante todo o processo do plano diretor, é uma premissa básica para sua eficácia e legitimidade.

Inclusive temos uma pessoa que integra nossa equipe que tem um método, espécie de um *workshop,* em que se coloca as questões em pedaços de papel num quadro-negro e pede às pessoas convidadas, representantes dos segmentos da sociedade, que se manifestem em relação àquelas perguntas por escrito. Então, depois faz-se uma seleção e cria-se um produto dessa reunião, independente de aquilo ser coerente ou não. Mas o importante é sentir que você busca na comunidade a legitimidade, com o compromisso de atender às expectativas da comunidade. Isso volta para as reuniões e, dentro da medida do possível, é claro, com caráter técnico, você vai deliberando e contemplando o que é possível.

Depois que você passa por essa fase de elaboração das propostas com liminares e apreciação pela comunidade, a próxima etapa é a elaboração do projeto de lei, que depois tem sua tramitação na câmara de vereadores e depois vem a fase mais difícil, que é a implementação e monitoramento. Nessa hora é importante que se estabeleça um quadro de prioridades onde as atitudes são essenciais. Tendo ou não verba você tem de dar solução.

Depois têm as que são importantes mas podem aguardar um pouco e depois as que são mais suaves e que podem ficar para um momento posterior.

Dentro dessa concepção de cidade sustentável, dentro do desenvolvimento sustentável, existe um conceito de cidade sustentável, cidade ecologicamente correta.

Ela se baseia em três estágios muito importantes de serem absorvidos pelos administradores nos tempos modernos. Esses três estágios estão comprometidos com a redução do consumo de energia, haja vista a escassez para a qual estamos caminhando, principalmente a água, a própria dependência do petróleo etc, a busca de energias alternativas e eliminar o desperdício.

Esse primeiro estágio é chamado de redução. São pequenas soluções rápidas sobre como utilizar lâmpadas mais econômicas, utilizar-se de isolamento térmico nas moradias ou de ventilação cruzada. É um absurdo quando andamos em bairros populares e, por causa da economia, vemos aquela pessoa de origem humilde que faz seu barraco e coloca aquelas telhas Eternit com dois centímetros de beiral. Precisava haver um planejamento, por parte do administrador, de quem for construir para que já desse uma planta básica com algumas orientações, que podem melhorar o conforto térmico e sem gastar mais dinheiro. Se você colocar no alto da cumeeira de uma casa que é quente, porque tem telhado Eternit, primeiro se você pintar a telha de branco, pelo lado de cima, e colocar no alto da cumeeira uns quadrinhos de madeira, para que o ar quente que tende a subir tenha por onde escapar, já melhora em 30, 40% aquele problema térmico. E essas informações tão simples não são passadas para a população carente. Então dá no que dá.

Imaginem alguém que sai às 5 horas da manhã de casa e chega às 9 por causa do transporte coletivo, está atrasado, ainda vai cozinhar, chega em casa ainda é um forno! Essas pessoas vivem massacradas em todos os seus momentos, mesmo no momento de estar com sua família. Nesse ponto é que digo que devemos democratizar o filé. Quando se faz o planejamento de um conjunto habitacional, a gente vê aquelas casas todas reproduzidas uma ao lado da outra. Tudo bem, mas não custa nada você introduzir essas pequenas variáveis que vão dar um padrão de conforto que vai deixar esse cidadão mais disposto para trabalhar, vai melhorar a produtividade do município. É toda uma corrente, uma cadeia.

Para encurtar, os três estágios são: redução, "reuso" e reciclagem. Redução eu já expliquei. O "reuso" seria dar um uso criativo a espaços urbanos, como prédios comerciais decadentes, que podem ser convertidos em armazéns ou unidades residenciais. Telhados podem produzir alimentos, principalmente essas lajes impermeabilizadas em que botam jardim em cima, você pode fazer uma horta, por exemplo. Coletar água, produzir energia elétrica através das placas de energia solar. Paisagens ornamentais podem virar pomares, e aí vai.

O terceiro estágio, que seria o amadurecimento e fechamento de tudo isso, cujo principal tópico é a reciclagem, mas a reciclagem dentro de um contexto em que se fecha o circuito desse conceito, onde as edificações do espaço urbano seriam circundadas por cinturões verdes, onde as necessidades de áreas de trabalho, lazer e compras estariam atendidas dentro de uma distância à qual se possa chegar caminhando. Ou seja, você tira a dependência dos equipamentos públicos: caminhão, lixo; você diminui a quantidade de lixo a ser coletada com

adubo orgânico composto, que é gerado a partir disso; você melhora a condição das hortas comunitárias. Então, basta esbarrar nesses assuntos que um leque enorme de atitudes baratas vão ter resultados práticos bastante significativos e podem vir a colaborar com o planejamento de uma cidade.

Outro recurso é o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, organizado pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e a Embratur. Tem nas suas prerrogativas os mesmos conceitos da sustentabilidade de uma forma mais superficial, é claro.

Dentro dessa proposta de incrementar o turismo como uma atividade que está enquadrada no desenvolvimento sustentável, na realidade eu queria me deter no ecoturismo, porque o conceito de ecoturismo visa, por exemplo, permitir que a pessoa que é da região participe do processo. Num empreendimento turístico, geralmente, o empresário chega a uma região, já avalia onde está a cachoeira, porque vai fazer um hotel-fazenda, e precisa ter um atrativo natural. Ele já compra aquilo, o proprietário já perde a única oportunidade de arrumar sua vida, o caboclo sai fora da jogada e fica à margem do processo. Compra um carro, satisfaz as necessidades de consumo que nunca pôde realizar e não sabe dirigir, bate o carro, acaba, vira sucata, já vira uma confusão, e a grana foi embora.

O ecoturismo é um procedimento cujo planejamento contempla a valorização do que chamamos o minhoca da terra, o cidadão do lugar. No conceito turístico sempre se fala que se tem de melhorar acomodações, alimentação, infra-estrutura. Mas, às vezes, você desrespeita o valor cultural, folclórico, regional da região. Temos o exemplo de Pirenópolis, em que uma fazenda organizou-se para cobrar ingresso para visita nas cachoeiras. Imediatamente, fizeram um restaurante que serve comida por quilo, com aqueles frízeres, mesas expositoras e tal. Quando o turista que ia para aquela região queria na realidade comer à beira do fogão caipira uma comidinha cabocla, porque comida por quilo ele encontra na cidade, é a sua rotina. Então é muito importante que, quando se vai organizar um produto ecoturístico, existam profissionais sensibilizados para isso. É normal, por exemplo, um dono de fazenda que tem uma cachoeira, a primeira coisa que pensa que tem de fazer é abrir uma estrada que leva ao pé da cachoeira. Dessa forma ele já facilita o transporte do cidadão que chega da sua confusão mental, com o som ligado, janelas fechadas, porque chega no ar condicionado, abre a porta e toma um banho na cachoeira, larga o lixo... No ecoturismo tem de haver uma graduação no contato com o produto final. É fundamental, por exemplo, que ele caminhe pelo menos uns quinhentos metros, um quilômetro, sue, que sinta a necessidade

de se refrescar com água fresca, vai até a cachoeira e é contemplado com aquela situação. Depois ele volta, caminhando, e está compartilhando com as pessoas aquela experiência. Volta e vai se lembrar de que está com fome, tem uma comidinha à beira do fogão caipira etc. Estou dando esse exemplo porque é o exemplo que vivemos em Pirenópolis. Mas a idéia deve ser utilizada para ser aplicada seja lá qual for o produto ecoturístico que possa existir nos municípios dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiro, o tempo está-se esgotando.

O SR. FERNANDO MADUEÑO (Vice-Presidente do PSB de Pirenópolis-GO) – A última situação que gostaria de expor são as RPPN (Reserva Particular de Patrimônio Natural). É um procedimento, por exemplo, em que, na busca de recursos para desapropriar uma área ambientalmente interessante, para a melhoria da qualidade de vida da cidade, você não tem recursos. Então, através da criação das RPPN, você pode permitir ao proprietário, desde que assuma o compromisso por uma RPPN, que lavre em cartório eternamente a garantia de que não vai derrubar aquela mata, não vai poluir aquelas águas etc.

Em contrapartida, ele tem a isenção do ITR, adquire a prioridade na análise de concessão de recursos por parte do Fundo Nacional do Meio Ambiente, que é essa fonte de recursos que o Edmundo citou. Ele tem preferência na concessão de créditos agrícolas nas áreas contíguas, porque às vezes é uma grande fazenda e ele faz RPPN só em uma parte dela. Só o fato de ele ter feito essa RPPN facilita a obtenção de financiamentos nos agentes que financiam a agricultura, a agropecuária etc. Isenção do DR(?) para quem possui criadores de animais silvestres, que é um imposto específico, e apoio técnico e financeiro das ONGs nacionais e internacionais, porque se você faz uma RPPN você tem um acervo que interessa ser preservado. Às vezes esse acervo é rico em determinado assunto, espécies endêmicas, que as ONGs internacionais estão interessadas em pesquisar. Automaticamente, surge um leque enorme de recursos e aí vai.

Para terminar, gostaria de ler um texto curto, do frei Leonardo Boff. Esse texto vem escrito a partir de uma perspectiva de urgência, que diz o seguinte:

> *"Por toda parte apontam sintomas que sinalizam grandes devastações no Planeta Terra e na humanidade. O projeto de crescimento material ilimitado, mundialmente integrado, sacrifica dois terços da humanidade. Extenua recursos da terra e compromete o futuro das gerações vindouras.*

Encontramo-nos no limiar de bifurcações fenomenais. Qual é o limite de suportabilidade do superorganismo Terra? Estamos rumando na direção de uma civilização do caos? A Terra, em sua biografia, conheceu cataclismos inimagináveis, mas sempre sobreviveu, sempre salvaguardou o princípio da vida e de sua diversidade. Estimamos que agora não será diferente. Há chance de salvamento. Mas para isso devemos percorrer um longo caminho de conversão de nossos hábitos cotidianos e políticos, privados e públicos, culturais e espirituais.

A degradação crescente de nossa casa comum, a Terra, denuncia a nossa crise de adolescência. Importa que entremos na idade madura e mostremos sinais de sabedoria. Sem isso, não garantiremos o futuro promissor.

Leonardo Boff".

Obrigado. (Palmas.)

Painel V

A IMPORTÂNCIA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS E DOS VEREADORES NA FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DE GOVERNO OU NO APOIO ÀS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS DO PSB

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Vamos passar ao companheiro Pedro Dallari.

O SR. PEDRO DALLARI (Presidente do Diretório Nacional do PSB em São Paulo) – Companheiras, companheiros, vou procurar ser breve, porque o auditório, após esse conjunto de palestras, certamente não deve estar querendo que a reunião se prolongue muito, e é natural.

Quero inicialmente saudar o Senador Saturnino Braga, o nosso comandante Carlos Siqueira, demais companheiros de Mesa, Edmundo Carvalho, Raimundo, Fernando Maduenho, e iniciar saudando a Fundação João Mangabeira por esta iniciativa.

O Partido Socialista Brasileiro vive um momento muito importante da sua história. Há no horizonte político do País e no horizonte legal uma propensão à restrição das condições de funcionamento das chamadas legendas menores ou dos partidos pequenos. Já se discutiu bastante neste ano a possibilidade do fim das coligações proporcionais e quem aqui tem mais militância na trincheira eleitoral sabe do impacto que isso tem para os partidos menores, e estamos no horizonte também com a chamada cláusula de barreira, os chamados 5%...

(troca de fita)

... sobre as cabeças dos integrantes dos chamados pequenos partidos.

O PSB, no ano de 1994, teve 2,6% dos votos para as eleições para a Câmara dos Deputados, que é o critério que se usa para se aferir esse percentual de 5%. No ano passado, em 98, esse índice subiu. É um crescimento espantoso do partido para 3,7%, ou seja, de 2,6% para 3,7%. Agora, se esse ruído for profético, vamos quebrar a barreira, se Deus quiser, passando então para 5%. Mas é uma tarefa difícil, árdua.

Aí essa iniciativa de começarmos a discutir com antecedência o processo eleitoral que se vai dar daqui a um ano é extremamente relevante e importante. Aqui, com a responsabilidade de ser atualmente Presidente do Diretório Municipal do PSB na Capital de São Paulo, que é o maior colégio eleitoral das eleições do ano que vem. Serão 6 milhões de eleitores nas eleições municipais na capital ano que vem e quero inclusive aproveitar, Senador, para dar alguns registros sobre São Paulo, porque essa vai ser uma eleição muito importante.

Na cidade de São Paulo, fazemos um mea culpa porque estamos devendo para os companheiros dos outros Estados. Pelo peso que a Capital de São Paulo tem, do ponto de vista político e eleitoral, os resultados obtidos pelo Partido Socialista Brasileiro não têm sido tão significativos e tão relevantes, inclusive para ajudar o partido como um todo no plano nacional.

Por isso, houve uma grande convergência de forças e deu-se prioridade ao fortalecimento do PSB na cidade de São Paulo. É uma eleição que, embora municipal, tem impacto nacional e, nesse sentido, já em setembro realizamos o nosso congresso municipal, o partido, hoje, está organizado em 39 zonais das 42, estamos com 2 vereadores, não tínhamos nenhum até ano passado, um era suplente, que assumiu, já era do PSB; o outro veio do PDT, e estamos apostando firmemente na candidatura de Luiza Erundina à Prefeitura de São Paulo. Não só por causa da cidade de São Paulo, porque achamos que o fato de Luiza Erundina ser candidata na cidade de São Paulo será um estímulo à veiculação das bandeiras do PSB no Brasil inteiro, porque a eleição na cidade de São Paulo adquire um caráter nacional.

Então esse empenho que estamos assumindo na cidade de São Paulo tem e procura ter coerência com esse projeto nacional de afirmação do PSB e de obtenção desses 5% que são fundamentais para que o partido se consolide como um grande partido, não só do ponto de vista político, isso ele já é, mas do ponto de vista eleitoral, inclusive, no País.

Daí porque nós, na eleição estadual do ano passado, já queríamos ter um projeto próprio para o Estado de São Paulo, infelizmente isso não foi possível. A Executiva Nacional de um lado e, para ser justo, parcela importante das lideranças do PSB no Estado de São Paulo não concordaram com um projeto político que os socialistas de São Paulo tinham para o partido. Acabamos sendo jogados a uma aliança dramática com o candidato do PDT, Francisco Rossi, que depois acabou apoiando Maluf e deverá ser o candidato de Paulo Maluf à Prefeitura de São Paulo ano que vem, para vocês imaginarem quão dramática foi para o partido essa decisão, mas estamos muito firmes no empenho de assumir a candidatura própria para o ano que vem.

Já peço desculpas, um companheiro meu, querido amigo do Piauí, já dizia: mas será que a Luiza Erundina não poderá ir lá para o Piauí ajudar minha campanha e tudo? Se depender deste companheiro, Luiza Erundina não sai mais das divisas de São Paulo até a eleição do ano que vem. Sei que estou desagradando a muita gente, mas não dá para fazer campanha eleitoral sem estar lá. Liguei para minha chefa, outro dia, ela estava em Fortaleza. Esse negócio de celular você liga e acha a pessoa onde está. Só que você não sabe aonde e começa perguntando onde está. Um dia no Ceará, outro dia em Sergipe, outro no Rio Grande do Sul, com meu amigo Bernardo. É ótimo! Para todo mundo é bom, mas e nós, em São Paulo, só conhecemos Luiza Erundina de fotografia no jornal, porque estamos sem ela lá.

Então, estamos realmente com esse projeto e sempre sintonizados com o projeto nacional do partido, aprovado em 97, de construção de uma ampla articulação de centro-esquerda. Nós não queremos disputar eleição para marcar posição. Isso há outros que fazem. Nós estamos querendo é disputar para ganhar. Partido político tem de ter projeto de poder. Se ele não tiver não é partido político, pode ser uma associação comunitária, uma ONG, pode ser uma universidade. Partido é para disputar poder e para influenciar nos rumos da vida do Brasil.

Nesse sentido, quero pautar minha breve intervenção dentro do tema em que Carlos Siqueira achou que eu poderia, ousadamente da parte dele, dar alguma contribuição, que é a preparação das candidaturas dos nossos candidatos a vereador na eleição do ano que vem.

Vejam, companheiros, que estou falando que muitos poderão ser candidatos a vereadores, mas estou imaginando que caberá a esse grupo que está aqui formar essas candidaturas, preparar os candidatos e depois preparar o exercício da vereança. Aí o mais importante é identificar o papel do vereador para podermos identificar inclusive quais são as condições, os critérios que deveremos adotar para formar nossas bancadas de candidatos e para orientar a ação dos vereadores.

Aí quero fazer um breve relato histórico do próprio exercício da vereança de Luiza Erundina. Luiza Erundina foi eleita vereadora da cidade de São Paulo, e isso explica em grande parte por que ela conhece a cidade, por que foi uma grande prefeita. Meu amigo Raimundo já falava aqui como vai sendo reconhecida na sociedade paulistana a gestão de Luiza Erundina, e isso é evidente para as pessoas.

O PT, inclusive, encontra-se numa situação muito difícil, porque ele que hostilizou muito e fortemente a gestão de Luiza Erundina entre 1982 a

1989, agora reivindica, na contradição com a atual gestão, o legado daquela administração. E como não pode falar em administração de Luiza Erundina, fala que foi uma administração do PT. A sociedade, em primeiro lugar, não acredita, porque tem na memória que um dos problemas de Luiza Erundina foi que o partido não deu a sustentação devida ao seu governo. E depois é algo que não se sustenta pelo próprio ridículo de a prefeita estar disputando a eleição do ano que vem pela legenda do Partido Socialista Brasileiro. Que história é essa?

Então vejam que nessa vivência de Luiza Erundina foi muito importante, a memória que vai ficando da sua administração vai-se recuperando em função de a população estar mais do que claramente lúcida, hoje, na cidade de São Paulo do desastre que foi o malufismo que se seguiu à gestão de Luiza Erundina.

Quando Luiza Erundina assumiu o mandato de vereadora, em 1982, reuniu um grupo de pessoas, do qual eu fazia parte naquela época, para pensar o mandato. O que seria o mandato de vereador? Ela desenvolveu com esse grupo o que chamou depois, talvez tenha até falado sobre isso aqui, do tripé, quer dizer, que a ação do vereador deveria fincar-se em três pernas, em três dimensões, em três campos de ação: primeiro a relação com os movimentos sociais. Não há exercício de vereança que não tenha vínculo com grupos sociais, com questões concretas colocadas. Isso é que gera movimento, energia, organização.

Em segundo lugar, o partido, porque senão se cai num demandismo muito grande. O partido é que dá coerência, viabilidade a que aquela energia que flui dos movimentos sociais possa ensejar um projeto de poder global, de gestão para a sociedade e isso é fundamental.

Em terceiro, a dimensão institucional naquela época, 82, ainda estava muito fortemente colocada na esquerda, e era até compreensível uma vez que não estava posta no horizonte a disputa real do poder. O papel dos parlamentares era de resistência; de porta-voz dos movimentos sociais, mas a esquerda já tinha a clareza naquele momento de que a legitimação do mandato passava pela discussão de políticas públicas, o que não era comum. O parlamentar clássico de esquerda — e a conjuntura, a ditadura obrigava a isso — que estava na luta social, na manifestação, procurando tirar os companheiros que estavam presos na cadeia, era esse o papel do parlamentar. E ela identificava, em 1982, ainda sob regime militar, no governo Figueiredo, que havia uma discussão de questões concretas da cidade da qual ela, esquerda, não podia estar dissociada.. Daí, ia abdicando um pouco daquela visão de que a tribuna parlamentar seria

meramente uma trincheira para a revolução, a gente ia lá agitar bastante para ver se depois fazia a revolução. Quando a revolução viesse, aí sim, iríamos nos preocupar com as questões do governo, e não as questões de governo, de saúde, de educação, de cultura, de transporte, de saneamento aqui discutidas, e com as quais a esquerda já tinha de estar se envolvendo.

Isso foi decisivo, naquela época era o PT um partido pequeno, eram 5 vereadores numa câmara de 33 vereadores. Em 1982, ela inicia esse projeto e em 1985 organiza um grande seminário para discutir alternativas políticas na cidade de São Paulo. Mais de 800 pessoas participaram da formulação do programa de governo que àquela época a esquerda, representada pela candidatura do hoje Senador Eduardo Suplicy, ofereceu na eleição de 1985. E Luiza Erundina era candidata a vice-prefeita de Eduardo Suplicy naquela eleição. E foi uma eleição surpreendente. Suplicy teve 20% dos votos, foi quando Fernando Henrique disputou a capital de São Paulo e Jânio acabou sendo eleito. É uma questão muito polêmica até hoje, porque era um turno só da eleição e muitos imaginam que se Suplicy não tivesse disputado, Fernando Henrique poderia ter ganho a eleição. E naquela época se imaginava que isso teria sido bom para São Paulo. Hoje não sei avaliar.

Em 1988, disputa a eleição. Claro que a vitória eleitoral de Luiza Erundina em São Paulo, em 88, foi fruto de circunstâncias. Mas o que quero mostrar a vocês, porque a história não mostra, é que quando ela ganhou em 88 havia seis anos de trabalho, efetuado em discussão de políticas públicas, de preparação de organização do partido. E aquela bancada de cinco vereadores foi fundamental para construir esse projeto de poder do partido. Então, embora haja uma especificidade na atuação dos vereadores nas campanhas municipais, elas são fundamentais para criar movimento, para criar essa sinergia, essa articulação, visando a disputa do poder político. E a prova evidente é Luiza Erundina, aqui no caso de São Paulo, a nossa maior líder de massa, que é fruto desse processo de crescimento.

Como é hoje? Vamos resgatar a atualidade desse tripé. Acho que mais do que nunca, na preparação dos nossos candidatos a vereadores no exercício do mandato, é esse tripé: movimentos sociais, partido e ação institucional, como sendo foco de preocupação dos candidatos a vereadores têm de estar presentes.

Os movimentos sociais nem se diga. Nós, que vivemos as disputas eleitorais, sabemos que há um processo muito acentuado na sociedade, e isso tem aspectos positivos e negativos de fortalecimento do chamado voto regional ou do voto corporativo. Cada vez mais está sendo decisivo para viabilizar eleições o vínculo do candidato ou com uma região específica ou com uma

categoria específica ou funcional, ou de igreja, enfim, algum tipo de corporação, algum tipo de organização que viabilize esses projetos.

E aqui já vou falando de critérios. Não dá para o Partido Socialista Brasileiro ter candidatos a vereadores e ter vereadores que não tenham conexão com os movimentos sociais. Isso é um critério de escolha. Quando o diretório se reunir para saber se o João, o Pedro ou o Alberto tem de ser candidato qual é a luta social que tem fora do partido? Qual é o movimento social sindical, ecológico, de bairro, alguma coisa tem de ter. Não se admite mais, hoje, na sociedade complexa uma figura que pretenda dirigir a sociedade se ela não tiver esse nível de enraizamento.

A questão partidária. Essa é fundamental, porque se a dimensão partidária não estiver presente a dimensão local se empobrece e vira uma mera paralisação de discussão de temas. O vereador não vai ser mais um líder político, ele vai ser uma espécie de representante do seu movimento, da sua região. Ele tem de ser mais do que isso. Essa força, essa legitimidade que traz da luta social tem de estar a serviço de um projeto de poder, de um projeto global para a sociedade. E não se inventou ainda outra estrutura que possa fazer isso que não seja partido político.

Está aí o PFL, que não tem reunião que não faça com que a Executiva chame os economistas, que chame o pessoal para discutir, porque sabem que o partido tem de ter clareza sobre qual projeto quer ter para a sociedade se organizar para isso e ter esse rumo.

No nosso caso é fundamental, porque a esquerda resiste. Quanto mais forte e mais estruturado está o partido, mais é possível resistir nos momentos eleitorais ao poder econômico, mais se cria identidade, mais se cria consciência. Então isso é fundamental.

As razões legais também. Já mencionei aos companheiros o problema da cláusula de barreira, as restrições que se vão colocar futuramente, não tenho dúvida disso, às coligações proporcionais. Portanto, o candidato — e esse é um segundo critério — tem de ter vínculos com o partido. É aí sábia lei até que prevê um ano antes de filiação. É claro que o candidato que vem é bem-vindo. Nesse ponto o Partido Socialista Brasileiro está de parabéns porque está de portas abertas, ele não é sectário. Eu mesmo sou prova disso. Vim do Partido dos Trabalhadores e três meses depois de estar no partido fui eleito para a Comissão Executiva do meu Estado. Então isso é um respeito, mas ao mesmo tempo senti que aquilo gerava uma responsabilidade.

Então, quem é candidato pelo partido que não tiver vida partidária

não pode ser candidato pelo partido. E não é um problema de ser chato ou não, é que isso vai ter efeitos depois. Isso não gera compromisso.

O segundo critério na enquete, na sabatina que terá de ser aplicada ao candidato é o seguinte: tem vida partidária ou não? Freqüenta as reuniões, lê os documentos, participa do partido? Isso pode parecer meio antigo, mas para nós da esquerda é vital. Se a gente não tiver essa consistência, essa argamassa baseada na consciência e na identidade onde vamos parar?

A terceira dimensão, que também é atualíssima, é a da vida institucional. Cada vez mais claro que o parlamentar, em especial o vereador, não pode ser apenas um tribuno de determinadas posições. Ele tem de estar inserido na discussão e na definição das questões institucionais que afetam a sua cidade, ou no caso de um deputado o seu Estado, o deputado federal o País. Ou seja, ele não pode ser apenas um candidato e um parlamentar de idéias, ele tem de ter propostas e intervenção concreta para a vida cotidiana dos cidadãos. E isso é muito importante.

De um lado, a Constituição de 1988 tem muitas virtudes, e o fim da ditadura, que estamos completando 15 anos, contribuiu para fazer com que a esquerda passasse a ter alternativas de governo, experiências. Ontem se discutiram várias delas. Portanto, não se admite mais aquela idéia de que o exercício da atividade parlamentar seja meramente para uma retórica política. Há, hoje, co-responsabilidade nossa na gestão. O que quero dizer é o seguinte: nós somos governo e, aos olhos do povo, somos governo. Está certo o constitucionalismo americano quando fala que o governo é formado pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo. Nós temos uma visão de que o governo é formado pelo Poder Executivo. Não é verdade. Quem governa a sociedade, o povo é sábio, porque o povo quando fala o seguinte: eles não fazem as coisas, o povo está se referindo inclusive a nós, que podemos estar na Oposição eventualmente, porque nós temos co-responsabilidade nisso, nós somos os eles de que o povo fala quando quer falar mal dos políticos do governo. Nós somos governo, mesmo no exercício da Oposição ao Poder Executivo. Temos de ter propostas, negociar, dialogar, votar contra, estar participando, porque a sociedade espera isso de nós.

De certa maneira o muro que caiu na nossa cabeça reforçou isso, porque nem há mais a certeza em relação a uma grande alternativa ideológica que possa então legitimar uma certa posição passiva nossa. Não, vamos aqui ficar articulando, articulando porque um dia vem a revolução e aí vamos discutir políticas públicas. Como o muro de Berlim de certa maneira trouxe muita dúvida sobre isso, é melhor cuidarmos agora das coisas, não esperar a revolu-

ção vir porque não sei se vem, ou talvez venha exatamente nesse processo de construção de melhores alternativas.

Vou ficando por aqui antes que me chamem de reformista. Mas é isso mesmo. O povo quando elege um vereador está com a expectativa de melhorar sua vida. Não sua vida no sentido mesquinho, embora isso possa acontecer também, mas melhorar no sentido de que a sua comunidade viva melhor, de que possa ter mais emprego, se desenvolver melhor, que seus filhos possam ter uma cidade melhor. O problema que sinto como paulistano de forte oposição ao governo é que a minha cidade é uma droga, hoje, com franqueza. Morar ali na cidade é realmente uma situação muito difícil. E eu, como milhões, achamos isso.

A nossa proposta de intervenção tem de ser voltada para saber o que vamos poder melhorar não quando vier a revolução, mas no dia seguinte da eleição. Que medidas concretas podem ser tomadas para melhorar a vida das pessoas agora? Porque senão, se a gente ficar apostando também na evolução, viramos religião. Aí vamos apostar no que vem para a vida eterna. O que vem depois eu não sei, mas partido não é universidade, não é uma ONG, não é movimento social e também não é igreja, também não pode vender ilusão e milagre, tem de ter compromisso com o exercício do poder num prazo mais curto.

Essa idéia inclusive, essa terceira dimensão da vereança como serviço público, vai-se consolidando inclusive do ponto de vista funcional. Um fato que ocorre muito no meu Estado, São Paulo, não sei se em outro Estado, é por exemplo a presença do Ministério Público na fiscalização do exercício de câmaras municipais da atividade parlamentar, que é uma coisa até discutível do ponto de vista político mas que é fato. São Paulo tem uma cidade, por exemplo, Taboão da Serra, fica na grande São Paulo, em que o Ministério Público entrou com uma ação civil pública por irregularidades na câmara municipal. Os vereadores simulavam viagens para fazer congressos, emitiam notas frias e tiravam dinheiro da câmara. Dos 11 vereadores, o Ministério Público pediu o afastamento de 10. E o juiz deferiu. Então, dos 11 vereadores, 10 são suplentes, por conta de irregularidades. E isso está-se disseminando no Estado de São Paulo.

O Ministério Público está agora com uma sanha, e tenho inclusive receio disso, embora todos os fatos que tenham sido trazidos realmente sejam fatos de lascar. Dá até para entender. Mas o que está começando a acontecer? A idéia de que o exercício da representação popular também tem de se circunscrever a determinadas finalidades a que serve. Isso traz riscos mas de outro lado traz uma certa responsabilidade, um certo compromisso.

Além dessa tutela institucional, vamos dizer assim, sobre os vereadores, fruto desse papel que eles têm de zelar pela coisa pública, pela administração pública, é uma tutela social. São Paulo está vivendo uma situação dramática. Dois vereadores foram cassados, outro que se elegeu deputado estadual foram buscar na Assembléia para cassar por problema de um crescimento da consciência da sociedade em relação ao papel que um parlamentar tem de ter. Ele não pode controlar regiões na cidade, porque São Paulo é dividida em administrações regionais e a prática do malufismo foi de entregar o comando dessas administrações regionais para vereadores. E o vereador estipula, é um processo bastante ilógico. Ele estipula uma caixinha que ele tem de receber do regional e da sua equipe. Ele quer tanto por mês. Aí os regionais, então, a serviço do vereador e legitimado pelo vereador, vão achacar os comerciantes, os ambulantes, a aprovação de planta, para dar a mesada do vereador. E em troca disso o vereador vota nos projetos dos prefeitos na câmara. Olha que maluquice! Mas é extremamente estruturado isso.

E sabe por que está mudando em São Paulo? De certa maneira a população já estava começando a ter consciência disso, porque a burguesia não está agüentando mais. O processo de globalização gerou a questão não só do Custo Brasil, mas do custo da cidade. São Paulo é uma cidade que vem perdendo arrecadação, vem ocorrendo a migração de empresas, e um problema hoje: o mesmo especulador imobiliário que dava dinheiro para a campanha do vereador, agora está passando a questionar esse tipo de política, porque essa lógica mudou uma cidade, um sistema gerencial que passou a ser muito caro, ilógico, irracional. Então a própria burguesia está bancando.

Não é por outra razão, por exemplo, que o principal fator que levou à mudança que está ocorrendo na cidade de São Paulo foi a entrada da Rede Globo na campanha contra a corrupção na Câmara Municipal de São Paulo. E a Globo reflete esse movimento que se dá na própria burguesia, em busca de racionalidade, em busca de mais lógica, por quê? Porque esse tipo de gerenciamento está começando a gerar um custo que ela não está mais conseguindo bancar. Então vai haver um tipo de demanda, porque a própria burguesia, e os meios de comunicação vão fortalecer isso por uma gestão mais eficiente, porque a lógica do jogo vai exigir esse tipo de coisa.

Portanto, companheiros, parece-me que para a seleção dos candidatos a vereadores e para o acompanhamento do partido em relação aos seus parlamentares eleitos esses três critérios têm de ser observados. Qual é o vínculo que o candidato, e depois um vereador, mantém com os movimentos sociais? Qual é o vínculo e o compromisso que tem com a vida partidária? Qual é o

preparo que esse candidato tem para lidar com as questões institucionais? Não é o preparo no sentido tecnocrático, no sentido de ser formado, mas de ter preocupação e conhecer as leis da cidade, como funcionam os sistemas de prestação dos serviços públicos, porque ele vai ser chamado a se posicionar em relação a isso. Parece-me que esses três critérios são atualíssimos, importantes e vão ganhando cada vez mais sentido.

Concluindo, a preocupação com as eleições do ano que vem — e aí saúdo novamente a Fundação João Mangabeira por este seminário — deve se voltar para a fixação de critérios, para a seleção de candidatos, com a preparação desses candidatos. Vou fazer até uma proposta depois nesse sentido. Falo até com certa experiência porque fui vereador na minha cidade e também na cidade de São Paulo — a peça angular, fundamental de um partido político é o vereador. Explico por quê. Temos um País enorme, uma população que vai chegar a 180 milhões de habitantes proximamente, mais de 100 milhões de eleitores. E temos uma população com um grau de organização ainda relativamente fraco, ou seja, se verificarmos o índice de filiação a partidos, o índice de filiados a sindicatos ou de entidades e a efetiva atuação das entidades vamos ver que é uma minoria que participa da vida comunitária. Nós não temos tradição disso no Brasil. As elites que dominaram o Brasil neutralizaram qualquer esforço que se voltasse a fortalecer essa idéia de uma participação comunitária mais intensa da sociedade.

Então, elegemos nossos deputados, senadores, governadores, prefeitos que operam na macropolítica e têm que lidar com as grandes questões. Temos ainda aquele povão, muito desorganizado, que não participa do processo eleitoral mas que muitas vezes não sabe como dialogar com esses dirigentes maiores dos Estados e do País. Aí a importância vital dos vereadores.

Os vereadores representam uma rede capilar, uma rede que se espalha pelo partido e pelo País inteiro, que faz a mediação, a ligação dessa base social muito espalhada com os deputados, senadores, prefeitos, governantes. O vereador tem acesso ao deputado, ao governo. Se for correligionário de partido, com mais facilidade ainda. Num evento como este temos aqui deputados, um senador da República. Então alguém que é vereador pode chegar aqui e cobrar do seu senador uma questão: olha, o pessoal lá está comentando isso. Isso é vital. Essa estrutura é vital.

Ano que vem teremos, Carlos Siqueira sabe de cabeça os dados do partido e dirá melhor do que eu, mais de 10 mil candidatos a vereadores do PSB, seguramente. No Estado de São Paulo vamos entrar com uma cota de mais ou menos 1.600 a 2 mil candidatos. Há Estados onde o partido está muito

estruturado e certamente os resultados proporcionalmente ao eleitorado serão muito mais significativos ainda. Então vejam a quantidade de gente que teremos, defendendo as bandeiras do partido. Os outros poderão ter mais, mas se organizarmos essa tropa, o salto de qualidade que poderemos ter é extraordinário.

Portanto, quero encerrar com uma proposta à direção da Fundação. Aproveitando até essa elite de dirigentes do partido que aqui está, poderíamos montar um curso — na verdade o curso é mais um instrumento — de formação política para os candidatos a vereadores. A Fundação, no plano nacional, poderia organizar, e ela prepara essas cartilhas que são excelentes, nós usamos muito em São Paulo, Senador, uma para fazer cursos sobre socialismo, até com texto seu, elaborada pela Fundação João Mangabeira, volume I dos cursos da Fundação. Uma cartilha modelo de um curso padrão que durasse um dia. Aqui durou três dias, mas tem de durar um dia, porque as pessoas têm dificuldade de locomoção, se dura dois dias já tem de arrumar hospedagem, é muito trabalhoso. Um dia. E que fosse um curso aplicado pelas seções locais, ou até pelos diretórios municipais ou até organizado regionalmente, não precisa ser em cada localidade. O partido é muito organizado na maior parte dos Estados e se organiza em regiões. O curso sendo em um só dia, os candidatos poderiam até deslocar-se para determinada cidade, que ficasse no centro da região ou que oferecesse alguma estrutura. Um curso de um dia que contivesse numa primeira parte alguma exposição sobre o papel do vereador, o que ele deve fazer, e numa segunda parte dicas e sugestões sobre a organização da campanha. Porque um partido pobre como o nosso, com candidatos de menor recurso, isso vale ouro. Oferecer e até ver que tipo de material o partido pode ajudar, vai variar muito de local para local. E os diretórios municipais, os diretórios estaduais e as seções estaduais da Fundação João Mangabeira ajudariam a promover esses cursos. Se conseguirmos dar qualidade a essa tropa de mais de 10 mil candidatos, poderemos ter um salto de qualidade realmente muito significativo.

Em São Paulo, estamos nos comprometendo a isso e na cidade de São Paulo vamos fazer isso, já estamos começando a discutir. Vamos fazer como se fosse um edital para candidato. Para nós é ótimo porque estamos com cerca de 200 pré-candidatos para uma chapa que deverá ter, se houver coligação com outro partido, uns 30 ou 40 candidatos. Se não houver coligação vamos a 60 ou 70. Então vamos selecionar, vamos fazer edital exatamente para criar essa consciência de que ser candidato é uma função de responsabilidade; ser parlamentar, mais ainda. Ou seja, nós queremos...

(troca de fita)

... comportou bem na vida partidária e nós temos uma certa respon-

sabilidade em relação a isso e queremos nos redimir disso. Acho que essa proposta de um curso padrão, de um modelo, porque a Fundação nem terá recursos nem condições de fazer isso, de maneira centralizada, mas se ela criar um mecanismo que possa ser disseminado pelo Brasil inteiro, teremos quadros em todo o Brasil que poderão ajudar a organizar esses eventos. O que falta é o impresso e como a Fundação produz um material de excelente qualidade, o que queremos é isso mesmo: eu me disponho a participar da elaboração, outros companheiros podem se dispor também. Criamos um grupo, podemos fazer isso e é uma contribuição extremamente valiosa para o partido poder fazer um material dessa natureza.

Peço desculpas por não ter estado aqui nos outros dias, mas falei com o Carlos Siqueira, a minha esposa está grávida. Embora esse meu terceiro filho esteja para nascer só daqui a uns vinte dias, ele já andou dando uns alarmes. Para mim é incompreensível, mas ele está com uma vontade irresistível de vir ao Brasil. Então eu já tive que há dois dias correr para a paternidade, mas não era nada e fiz um acerto justo com minha mulher, porque o socialismo começa em casa, de que eu não dormiria fora. Então venho de manhã, volto daqui a pouco por conta disso. Então peço desculpas por não ter participado do evento e encerro por aqui com essa contribuição, agradecendo muito a atenção de vocês.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Agradeço ao companheiro Dallari. Quero participar a ele e aos demais, já nos referimos a isso, que nós, no Estado do Rio, vamos organizar esses cursos, mas queríamos que esse assunto fosse discutido num congresso nacional para que seja dada uma certa uniformização, porque evidentemente esses cursos terão de ser feitos e ministrados nas seções estaduais e regionalizadamente, como disse o Dallari. E nós até em cima da hora, por isso que não deu tempo, os companheiros no Estado do Rio elaboraram uma cartilha do vereador e eu queria que o Dallari a levasse e fizesse as suas críticas e sugestões, para que no congresso nacional discutíssemos esse assunto e estabelecêssemos algumas diretrizes gerais do que seriam esses cursos e essas cartilhas.

Companheiros, vamos iniciar os debates, mas antes que haja um certo e natural esvaziamento, pela fome, queria em dois minutos dar posse a duas diretorias regionais de fundação que já estão constituídas, cujos diretores-gerais estão aqui, cujos presidentes dos diretórios regionais também estão presentes.

Chamo à mesa a Profa. Margarida, a nossa diretora de cursos. Vamos dar posse à seção da Fundação de Pernambuco. (Palmas.)

Chamo o Presidente do Diretório Regional, Deputado Djalma Paes e a Diretora-Geral da Fundação João Mangabeira, em Pernambuco, Rosa Maria Ferreira Medeiros. (Palmas.)

Agora o do Distrito Federal, o Presidente Gustavo Balduíno e o Diretor-Geral Sebastião de Barros Abreu. (Palmas.)



Diante dos companheiros e da diretoria da Fundação Nacional, declaro empossados como Diretores-Gerais da Fundação nos respectivos Estados de Pernambuco e Distrito Federal, Rosa Maria Ferreira Medeiros e Sebastião de Barros Abreu. Meus cumprimentos. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Gostaria de saudar a criação de mais essas duas seções da Fundação Estadual, que completam a 11ª Seção da nossa Fundação João Mangabeira, e para nós todos é, sem dúvida alguma, uma grande satisfação. Esperávamos, é verdade, que essas duas seções tivessem sido as primeiras a serem criadas, porque foram os primeiros Estados, logo que a Fundação começou a renascer, com quem tivemos contato. Mas a realidade é que hoje, para nossa satisfação, esse fato está se concretizando e, sabemos, pela qualidade.

Gostaríamos também de ressaltar que o companheiro Sebastião Abreu, durante muito tempo também foi Diretor da Fundação João Mangabeira Nacional e num momento em que, lamentavelmente, por uma falta de apoio

da direção da Executiva Nacional do Partido, ele não pôde desenvolver um trabalho que hoje estamos desenvolvendo, porque esse aqui não é um trabalho que se possa fazer sem que a própria direção partidária possa dar o necessário e indispensável apoio para que ele seja realizado.

Hoje está aqui e creio que o companheiro Sebastião Abreu, pela experiência que tem, sendo um socialista histórico como é, e a Profa. Rosa Maria, minha conterrânea, amiga e companheira, pela competência e pelos cargos que já exerceu na vida pública, irão dar enorme contribuição, tanto no Distrito Federal, Unidade da Federação que dispõe de quadros da melhor qualidade, tanto no partido quanto fora dele, de quadros vinculados e simpatizantes, quanto em Pernambuco, Estado que, modéstia à parte é um orgulho da política nacional.

Parabéns a vocês todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Uma vez mais os cumprimentos e estão empossados, respectivamente.

Vou pedir agora que se recomponha a nossa Mesa com os expositores, e vamos aos debates com as inscrições já feitas. Aviso aos companheiros o seguinte: são 12h30min. Às 14 horas terei de me ausentar. Então, vou pedir desculpas, vamos fazer todo esforço para encerrar até 14 horas porque é mais do que razoável, o estômago de cada um há de estar reclamando. Vou pedir aos companheiros a necessária objetividade e concisão nas intervenções e nas indagações, para que possamos encerrar às 14 horas. Agora, vou ter de me ausentar de qualquer maneira nesse horário porque tenho compromisso.

O primeiro inscrito é o companheiro Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (Membro da Executiva Nacional do PSB) – Quero mais uma vez parabenizar a nossa Fundação e o nosso esforço muito revelador da nossa disposição de ser um partido de verdade.

Passo às mãos dos membros da Mesa um pequeno documento com algumas idéias e propostas para o PSB, muitas delas já tratadas aqui em algumas intervenções, outras ainda não tratadas, que só não distribuí porque ainda continham alguns erros que precisei corrigir manualmente. Passo, então, às mãos do companheiro Carlos Siqueira. Sistematizei muito rapidamente algumas propostas, algumas idéias e sugestões de ordem conceitual e também de ordem prática do nosso partido, que procurarei fazer rapidamente, dentro do tempo limitado.

Primeiro, devemos recompor uma terminologia socialista fundamental, com a qual consigamos precisar a nossa conceituação. Ouvi na excelente posição do companheiro Dallari a idéia de que não podíamos ficar aguardando a revolução. A primeira coisa é redefinir o conceito de revolução. Revolução para nós, acredito, é um processo, é um conceito de revolução processual já definido por Carlos Nelson Coutinho, baseado no pensamento (ininteligível), mas como necessidade. A grande questão histórica brasileira é que nós somos um País com muitas revoluções e sem a revolução..., segundo o nosso Marco Aurélio Nogueira, num excelente livro sobre as possibilidades da política.

Em segundo lugar, creio que temos de definir que esquerda queremos ver. Penso que, apesar de termos presença sindical, organizativa, devemos dar prioridade a tentarmos ser uma esquerda popular, com vínculos com a comunidade, com as grandes massas que ainda não têm nível de organização sindical e corporativa. Devemos dar prioridade a isso, embora participando com idéias não-corporativas do movimento sindical incorporativo.

Em terceiro lugar, penso que devemos eleger temas nacionais para as nossas campanhas de vereadores. Tem razão o Dallari quando diz que o vereador é a pedra angular de uma organização partidária. No nosso caso, que não temos a nossa presença mais forte na estrutura sindical, corporativa, temos de compreender a natureza do nosso partido e até definir um pouco a função do vereador de forma muito prática. Sugiro que adotemos como uma visão, até mesmo com vistas a reformular o nosso Estatuto, que privilegia, por exemplo, os núcleos de base. Conheço poucos lugares onde isso se implantou. Talvez sem abandonar essa idéia, mas já aproveitar a campanha municipal para fazer com que nossos candidatos a vereador tenham comitês permanentes, não desapareçam depois da eleição, tanto os que se elegeram como os que não se elegeram, ou seja, manter um comitê como estrutura de base, porque esse é o vínculo real de um partido que tem uma extração parlamentar muito forte, de um partido que é de uma esquerda que tem coragem de governar. Então precisa dar uma certa organicidade aos mandatos de vereador e às candidaturas, para que elas permaneçam, mesmo os não-eleitos, como lideranças organizadas em suas respectivas áreas e não percam o vínculo com aquilo que defenderam. Porque se o cara recebeu 500 votos, não se elegeu, mas tem uma representação e precisa honrá-la com uma atividade permanente.

Penso que devemos definir o que é um gabinete socialista dos nossos parlamentares, é importante isso, diferenciar. Acho que devemos, nessas próximas eleições, não é uma questão conceitual mas estratégica, para nós não existir mais coligação proporcional, independente do que a lei diga ou não, realizar-

mos coligação proporcional em raríssimos casos, muito específicos, darmos prioridade a ter nossa chapa própria, para consolidar o partido, para que todos os votos socialistas convirjam para os vereadores eleitos socialistas, para que não tenhamos a sensação de fazer uma massa forte, grande, e que um candidato de um partido que tem um candidato só — não quero lembrar qual, mas que já conhecemos todos — eleja esse candidato com os nossos votos. E dar uma sensação de partido, transmitir a nós mesmos que nós somos parte da sociedade.

Devemos repensar a função de associação de moradores do movimento comunitário. Devemos, sim, Pedro, ter um vínculo profundo com movimentos sociais e exigir de nossos candidatos que tenham esse vínculo. Agora, não podemos deixar de repensar revolucionariamente a questão das organizações comunitárias que estão, como todos sabemos, fortemente comprometidas e neste instante sem muito rumo. Vivemos uma crise dessa forma de organização e acho que nosso partido tem exemplos de governo que estão indicando. No Amapá, temos a experiência concreta, objetiva, de um percentual de 40 milhões de reais em um ano passados para as associações comunitárias realizarem obras, terem responsabilidade na construção da própria cidade. Isso é uma coisa que temos de discutir. Isso já está sendo feito em algumas áreas, temos de dar novas funções a essas associações.

Devemos, ao lado disso, eleger os temas nacionais. Não dá para termos toda uma temática de tudo que é nacional. Sugiro algumas prioridades. Acho que temos aqui a questão da água, que vamos ter uma batalha nacional, tentar unificar nossas lutas. Em todos os Estados a tentativa é privatizar as empresas de fornecimento de água e esgoto. E acho que essa é uma guerra que temos de enfrentar com muita disposição. Não tenho preconceito algum contra privatização. Algumas áreas podem e devem ser privatizadas até, nosso partido não deve ser um partido socialista estatista, até porque a estatização não foi feita pela esquerda, já disse e repito, mas pela direita que se aproveitou da estatização para enriquecer e repassar recursos públicos para privatizar o Estado via estatais. Mas nesse caso concreto trata-se de um crime contra as nossas populações mais pobres, trata-se de uma ameaça concreta à vida urbana e estamos vivendo o que foram as privatizações.

Eu não tenho o menor amor pelo meu Estado ter banco, mas sou contra que se gaste 1 bilhão e 500 milhões de reais para sanear o BANESPA e revendê-lo por 250 milhões. Isso é crime, é roubo. O crime da privatização está nessa forma como foi entregue o nosso patrimônio. Na questão da água é estratégico. Penso que temos de levantar essa bandeira nacional para nossos vereadores.

Para a questão do transporte e do trânsito temos contribuições, está aqui o Capi .o Tadeu, Deputado Estadual do nosso Estado, que tem um trabalho teórico e prático a esse respeito, tem propostas elaboradas que podem nos servir enormemente em todos os Estados. É uma questão estratégica e também social, não se trata de um mero detalhe da vida urbana.

Devemos eleger como bandeira nacional do nosso partido a luta contra a corrupção como questão ideológica e não moralista. Nada próximo do que foi a UDN. Temos de entender a corrupção como uma super mais-valia. O trabalhador normal dá a sua mais-valia na exploração entre capital e trabalho. O trabalhador brasileiro e da América Latina de maneira geral, dá uma super mais-valia na medida em que dá aquela mais-valia àquela empresa pela qual trabalha e é roubado do seu salário, de uma parte da sua renda para uma apropriação daquela mesma empresa que já se apropriou da renda dos seus trabalhadores. É uma questão ideológica que temos de enfrentar como socialistas e não como moralistas. E isso afeta inclusive o funcionamento das nossas câmaras de vereadores.

Também acho que devemos colocar a questão do desenvolvimento sustentável, meu companheiro a quem assisti com muita atenção, mas quero desdobrar essa questão. Essa ou é uma questão central ou é um tema central do nosso partido ou ele não deve adotá-lo como mais um tema como a questão ecológica, como mais um programa dos nossos governos, como mais um pequeno cuidado com a vida urbana e rural, com as árvores, com os bichinhos etc. O desenvolvimento sustentável é uma questão mundial e é onde o capital se bate com o trabalho. E muito mais do que o trabalho, onde o capital se contradiz com a vida. A posição a favor do desenvolvimento sustentável não é uma mera postura ecológica localizada, trata-se da grande batalha mundial entre o capital e a vida. O capitalismo está demonstrando que põe a vida do planeta em risco no mundo inteiro e em cada local. Daí entender que o nosso lema de pensar global e agir local é um pensamento revolucionário da moderna revolução democrática brasileira e mundial.

Nós temos em nosso partido a melhor e mais rica experiência levada à prática. O único governo no Brasil e talvez na América Latina inteira e poucos lugares no mundo que estão levando a Agenda 21 integralmente, não como um programa de uma secretaria de meio ambiente, mas como um programa de governo. E a nossa Executiva Nacional verificou in loco que temos no Amapá uma experiência moderna, revolucionária e democrática que está transformando a realidade daquele estado e por isso mesmo confrontando de maneira profunda com as elites dominantes lá, a ponto de o nosso governador

chegar a ter 90% da assembléia contra ele, todo o Poder Judiciário, toda a estrutura de poder montada pela ditadura no Amapá contra um governo que tem uma característica democrática, revolucionária, porque o desenvolvimento sustentável tem em si a questão-chave da participação popular permanente, em todos os níveis de decisão. E é isso que está acontecendo no Amapá, hoje.

Acho que os nossos têm que ser os vereadores da Agenda 21, um documento profundamente interessante. Se em alguns dos seus trechos elogia até o FMI, no essencial propõe mudança na forma de produzir e consumir. Como fazer isso sem transformar as estruturas? Como fazer isso sem bulir no âmago do regime capitalista? Só que o enfrentamento do capitalismo, hoje, não pode ser mais com a substituição do Estado burguês por um ataque ao palácio de inverno e a sua substituição no outro dia por uma estrutura de trabalhadores. É um processo de contestação e de guerra permanente. Acho que temos de adotar o desenvolvimento sustentável como uma bandeira central do nosso partido, como um tema central.

Finalmente, proponho que os nossos companheiros examinem. Não retomarei a polêmica que ontem levantei aqui, amparado no meu Presidente, tomando exemplos, mas acho que temos de reexaminar, companheiro Bernardo Souza, a questão da câmara de vereadores. Do Poder Legislativo municipal ele é muito importante. Pena que meu amigo João Santana não esteja aqui hoje, mas é fundamental discutirmos essa questão profundamente, sem fazer concessões mútuas. Não amadurecemos ainda entre nós a idéia por exemplo da gratuidade do mandato de vereador e da ampliação das câmaras. Não estou propondo isso. Mas temos de repensar e propor um repensar para essas câmaras. Porque também não podemos conviver com uma espécie de demagogia populista. Não é o caso do meu companheiro João Santana, absolutamente, mas pode-se repetir você estabelecer orçamento participativo, conselhos populares etc., amplos, porque isso pode ser muito cômodo, você ter um conselhão amplo, mas esse conselhão tem a participação, você recebe toda a comunidade ali, mas não desaprova suas contas, não fiscaliza suas contas, não tem base legal para contestá-lo. Então, precisa ser muito cuidadoso nisso.

Proponho, então, a ampliação e a transformação dos poderes legislativos municipais com a maior participação popular e se possível começarmos a discutir desde já a questão do parlamentarismo municipal.

Muito obrigado e a nossa luta continua. Desculpem-me. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bem, companheiros, temos 25 inscrições. Não sei como vamos dar conta disso.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Vou chamar o nosso companheiro, Deputado Bernardo de Souza.

O SR. BERNARDO DE SOUZA (Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira/RS) – Caros amigos, peço desculpas porque hoje não estou no melhor dos meus dias do ponto de vista de saúde, até por isso vou ser muito breve. Penitenciando-me até por não ter assistido, como tinha prometido, a exposição do Dr. Edmundo e da nossa Fundação Seção de São Paulo, que só posso presumir que tenha sido de qualidade.

No alinhavamento de um conjunto de tópicos, como sugestões básicas para as eleições municipais, uma questão apenas de *marketing*, que pudéssemos centralizar em 40 tópicos essenciais, já que 40 é o nosso partido. Podem ser 50, 20, 1000, mas seriam as 40 propostas básicas do Partido Socialista Brasileiro. Não sei se já não disseram isso, mas tenho sustentado essa idéia.

Isso me remete a algumas questões que se entrecruzam. Vou ser muito rápido, como tentei ser ontem, mas vi que algumas coisas que disse não foram bem compreendidas e vou tentar rapidamente voltar ao tema. Primeiro, fiquei confortadíssimo com a manifestação desse grande valor do nosso partido, a quem tanto já devemos, que é o Pedro Dallari, que nos brindou com uma lúcida, inteligente e profunda reflexão sobre a câmara de vereadores, o seu papel na ordem democrática. Foram recolocadas as coisas nos seus pontos cruciais.

Compreendi a exposição do Dr. Pedro Dallari, até vou repetir o que disse ontem só que com uma outra categorização. É bom lembrar que o parlamentar de todos os níveis tem quatro missões. Não é só legislar, é legislar também que ele enquadra como atividade, é representar uma certa comunidade, um certo movimento ou uma certa região que tem legitimidade ou até, o que acho meio desagradável, alguma corporação às vezes o parlamentar pode estar representando.

A outra missão é fiscalizar o Poder Executivo, porque é preciso que ele, com a gama tão grande de poderes e força que tem na nossa ordem constitucional, apesar de todos os ditames de limitações a sua atuação irresponsável ainda acontece assim, é no Poder Legislativo que nós temos a grande arma de fiscalização do Poder Executivo. Vou citar um caso da minha cidade de Pelotas, que alguns dizem que é apenas rio-grandense, a verdade não fomos nós que nos chamamos um dia de ateno-rio-grandenses, foi um forasteiro. Mas a nossa cidade está muito decadente e o fato que vou contar registra isso.

O prefeito eleito em Pelotas, por uma comissão parlamentar de inquérito desencadeada por um vereador do Partido Socialista Brasileiro, teve apontado um conjunto grande e grave de irregularidades, gravíssimas, muitas! Isso gerou um procedimento judicial de iniciativa do promotor e, por decisão judicial, o prefeito está afastado do cargo. É a ordem democrática funcionando. Até a câmara tem poderes para afastar o prefeito. Mas não foi isso que aconteceu. Apenas a coleta de dados que eu falava na fiscalização.

Então é legislar, fiscalizar, representar um segmento e fazer o discurso correspondente ao segmento que constitui aquele vereador. Esse é um papel transcendental do legislador. Se está havendo uma invasão em Kosovo, onde nenhum parlamentar brasileiro pode interferir de fato, nós entretanto queremos saber a opinião dos nossos parlamentares sobre a invasão de Kosovo ou sobre o exército em Timor. Eu não posso admitir que o meu deputado, o meu senador, o meu vereador não tenha opinião sobre um assunto tão importante da sociedade nos tempos atuais. Isso compõe o quadro de responsabilidades do legislador. E no município isso muito especialmente.

Agora, é importante registrar o seguinte — com isso vou tentar arrematar o meu raciocínio —: o nosso modelo legislativo é o chamado modelo representativo clássico, tradicional. Não é perfeito, concordo plenamente com o Deputado Leonelli de que temos de pensar em formas de qualificação, de ampliação, de aprofundamento e de contenção de distorções. Mas ampliação, qualificação, aprimoramento. Por quê? Isso eu quero registrar, embora seja um defensor intransigente da chamada democracia direta. Em todos os exemplos da história, e não há exceção até hoje, quando se tentou suprimir a democracia representativa, em busca de um modelo mais democrático, o resultado sempre foi não-democracia. Não há exceção na história. Agora, há casos em que a democracia representativa pode ser ampliada, qualificada, aperfeiçoada, melhorada, aprofundada por mecanismos participativos e devemos buscá-los. Mas suprimir instância representativa nunca deu certo.

É importante registrar que no mundo moderno convivem duas figuras que são importantes: a ordem democrática, que é a soberania do povo e da maioria, e o Estado de Direito, que é a preponderância da ordem e da estabilidade das instituições. O que vai dar à minoria de hoje a chance de sonhar e um dia ser maioria, porque se a maioria de hoje acabar com as regras nós, Partido Socialista Brasileiro, seremos maioria. Isso seria impossível. Então o Estado de Direito não é a mesma coisa que Estado Democrático. Nós não ...

(troca de fita)

... e seus anseios no Poder Executivo, que pelo nosso sistema capitaneia

a ação governamental, é claro, mas também deposita no parlamentar. E não há como negar isso. E o vereador tem esse papel. É claro que há vereadores corruptos e safados, como há deputados, senadores, presidentes, governadores, mas e daí? Nós vamos suprimir o processo democrático? Temos de criar mais mecanismos de controle, ainda se os que existem, que são muitos, não sejam suficientes e não são. Porque se cairmos nesse discurso — quero fazer uma reflexão até subjetiva e afetiva mas acho importante —, se sucumbirmos à idéia de que o processo democrático eleitoral livre, como em "princípio", entre aspas, temos, gera distorções e corrupção, não podemos cair no oposto que é suprimir esse processo eleitoral. Esse é o discurso da direita que, aliás, sempre se agarrou com teses moralistas, que defendo, sustento as teses da moralidade pública, porque é o povo que ganha, analisou bem o Leonelli essa questão da corrupção, mas é importante que não podem ficar nisso tentando suprimir a coisa essencial, que é o povo participando e escolhendo. Se as instituições existentes, a câmara não é suficiente para controlar o prefeito, se o tribunal de contas não é suficiente para controlar o governante, se a CPI não dá todos os resultados, se a imprensa está comprometida, se o Ministério Público comete equívocos, sei lá, vamos pensar, mas na multiplicidade de ações e na transparência e publicidade dos atos é que vamos conseguir contornar a corrupção. Porque prefeito sem câmara eu não sei se a corrupção não será maior, com toda franqueza. As ditaduras se aproveitam exatamente disso e são o pasto da mais ferrenha corrupção, porque não há mecanismos de controle, ainda que defeituosos. Vide exemplos até bem recentes na história do Brasil.

Quero dizer que sou um encarniçado defensor e nosso partido tem de fazer fileira na sustentação da causa da democracia, inclusive da democracia parlamentar e talvez especialmente não lhe dando um atestado de santidade. Claro que não tem. Buscando qualificar, aperfeiçoar mas nunca pensando em suprimir essa instância.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – É porque temos de respeitar os demais companheiros que estão inscritos e não vão ter tempo. Já estamos com 25 inscritos.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (Membro da Executiva Nacional do PSB) – (Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. BERNARDO DE SOUZA (Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira/RS) – Claro, eu entendi perfeitamente. Até usei o seu argumento para dizer que era isso que eu pensava também. É que acho que ontem não fui claro na minha exposição.

Por final, só quero deixar uma reflexão. É um inglês que diz uma expressão muito importante e que me fez refletir muito. "As utopias de final fechado, em que se sabe qual é o final, só fazem uma pessoa feliz: quem inventou aquela utopia. Porque os outros só têm que aderir ou ir embora". Então as utopias dos processos, a democracia dos processos e dos caminhos me parecem realmente muito mais importantes para construirmos modos de chegar ao que queremos no fim das contas: a soberania popular e a construção de uma ordem jurídica institucional, democrática, em que, respeitando o direito do dono de tudo que é o povo, possamos conseguir finalmente construir um mundo melhor. Mundo melhor na cabeça de iluminados acaba sendo um mundo melhor na cabeça de iluminados. E nós, acho, não nos pretendemos iluminados, apenas carregamos as ferramentas para fazer um mundo melhor.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Carlos Siqueira.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Quero cumprimentar os expositores de hoje, o meu amigo e companheiro Pedro Dallari, como sempre brilhante e colaborador já assíduo da Fundação e do partido, companheiros e companheiras. A questão abordada pelo Bernardo é uma das questões que eu iria levantar, e como sempre temos identidade de pontos de vista. Não é a primeira vez que determinados companheiros querem que o partido tenha uma fórmula de socialismo. O socialismo nosso é esse, como se fosse possível termos uma fórmula como se tem fórmula de medicamento. Na verdade nós temos um ideário, temos compromissos éticos, democráticos, socialistas e entendemos o socialismo como um processo, porque o socialismo de receita infelizmente não deu certo. Foi um desastre absoluto, no que pese reconhecermos todas as conquistas alcançadas durante esses últimos 70 anos em função do primeiro Estado socialista, que foi a União Soviética, mas na verdade o desastre do ponto de vista político, do ponto de vista democrático, realmente não deixa saudades a ninguém. Pelo menos a mim e a quem deixar já perdeu o trem da história, porque o socialismo que queremos certamente não é aquele, é o socialismo democrático e isso foi o fundamento do nosso partido, porque surgiu exatamente por ter uma visão que não era aquela do socialismo real, demolido felizmente.

Gostaria também de aproveitar a oportunidade para parabenizar os companheiros da Fundação João Mangabeira de São Paulo, o Maduenho também, e dizer que o que se falou aqui sobre programas de governo, e aqui foi o início, como dissemos na abertura deste encontro, de uma discussão so-

bre a idéia de termos um programa de governo para os nossos candidatos, uma plataforma comum, e tudo que foi dito está gravado, será publicado e colocado à disposição dos companheiros. Esperamos, antes do Congresso Nacional, se possível for, e durante aquele encontro, aprofundar essa discussão porque nessa plataforma comum temos de ter algumas coisas inovadoras, porque as coisas comuns de uma administração, que têm de ter o dia-a-dia, nada obstante isso ter de ser discutido e, digamos assim, aperfeiçoado, o mais que temos de procurar são marcas que identifiquem e sejam identificadas ao longo do tempo e da execução de uma administração do partido socialista como coisas do partido. feitas lá em Pelotas, no Rio Grande do Sul e no Amapá ou Itaueira, lá no Joaquim, que vai ser o prefeito de Itaueira, ou Picos, não sei, ele está indeciso.

Se formos capazes de dar essa orientação para o partido aí, sim, teremos dado um passo significativo para daqui a quatro anos também podermos cobrar. Não é apenas formular, dar diretriz política, acompanhar e colaborar com as administrações, mas sobretudo também ao final cobrar dos nossos companheiros que usam e devem usar corretamente a nossa legenda e as suas administrações, para fortalecer a construção do partido, porque a imagem do PSB em Itaueira ou em Pelotas ou no interior da Bahia ou de Pernambuco, ou em Tabira, nosso prefeito aqui presente também, será a imagem do Partido Socialista Brasileiro. Se conseguirmos, com um número razoavelmente grande, executar determinados programas que sejam comuns a essas administrações e decidirmos também comunicar que estamos fazendo isso, porque como assistimos ontem, muitas coisas que estão sendo feitas pelo Partido Socialista nas suas administrações não foram comunicadas sequer aos filiados ao partido. Então precisamos nos preocupar também com esse veículo de comunicação, que possa ser interno mas também externo, porque mais do que sabermos o que está sendo feito pelo nosso partido a sociedade precisa saber como exemplo. E pegarmos certas administrações emblemáticas e darmos o destaque que merece. Ao contrário do prêmio que se propôs aqui para a imprensa, porque é quase impossível que tenhamos essa condição e que mude alguma coisa nisso, o partido tem de oferecer um prêmio aos prefeitos que conseguirem fazer administrações exemplares, de acordo com a plataforma comum que aqui for deliberada. (Palmas.) Aí sim, esse prefeito merece realmente um prêmio e eles precisam ser premiados com o apoio decidido do partido e da nossa Fundação.

Gostaria de falar várias outras coisas, mas em respeito ao tempo, que penso que a Mesa já está sendo tolerante comigo, quero mais uma vez agradecer aos companheiros e dizer que estamos muito felizes com a participação de todos vocês aqui, sobretudo pela empolgação, pela atenção, pela capacidade que aqui demonstraram, vindo à frente trazer sugestões e colaborar com esse

esforço que foi feito pela Fundação João Mangabeira no sentido de dar alguma contribuição a um dos temas de debate do VII Congresso Nacional do nosso partido, esperando reencontrá-los, principalmente no grupo que for debater esses temas aqui em Brasília, nos dias 26, 27 e 28 de novembro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Paulo Viana.

O SR. PAULO VIANA (Presidente do Diretório Municipal de Aracaju-SE) – Queremos parabenizar a Fundação João Mangabeira pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo e fortalecendo o partido em nível dos Estados. Temos participado desses eventos que têm sido uma grande contribuição e que temos levado para os nossos Estados.

A questão hoje debatida sobre água e saneamento achamos dois assuntos altamente relevantes. Daí ainda continuamos a assistir a morte do rio São Francisco que, em decorrência da CHESF, não vir cumprindo a vazão que deveria ser regularizada normalmente, hoje temos a penetração do oceano no rio São Francisco, podendo comprometer inclusive o abastecimento de água da cidade de Aracaju. Hoje já é possível pescar peixe de água salgada nas mediações da cidade de Neópolis, que fica mais ou menos a 40, 50 quilômetros do oceano.

A nossa formação é de Engenheiro Agrônomo, Economista Rural, fomos inclusive Secretário de Agricultura no governo Valadares, hoje Senador da República. Mas em função dessa nossa aproximação com o PSB, fomos já duas vezes participar da administração da prefeitura de Aracaju. Uma vez, como Diretor de Abastecimento e mais recentemente como Presidente da Empresa de Serviços Urbanos, EMSURB. Quando chegamos à EMSURB, na condição de presidente, Aracaju, uma cidade com uma população de 500 mil habitantes, nos deparamos com uma coleta diária de lixo e entulho da ordem de 1.200 toneladas, 1 milhão e 200 mil quilos por dia. Verificamos que isso consumia em torno de 10 a 15% da receita do município. Uma coisa fundamental para a população e normalmente os administradores não dão a devida atenção nem a população tem o entendimento do custo que representa a coleta e a destinação final dos resíduos sólidos.

Passamos, então, a desenvolver um programa de educação ambiental, com palestras nas escolas, elegemos por bairro, e mesmo no curto espaço de tempo, passamos apenas um ano à frente da administração, tendo em vista que o PSB resolveu não mais participar da administração municipal, em decorrência dos rumos assumidos pelo atual prefeito, que continua na administração, e renunciamos então à presidência da EMURB.

Mas durante esse trabalho de educação ambiental foi dada uma grande contribuição no sentido de reduzir esse custo da coleta de lixo. Houve um livro, que inclusive tivemos a oportunidade de ler na época e deu uma grande contribuição, que foi "O Gerenciamento Ecológico", de Capra, que aconselho até que seja lido pelos companheiros, porque realmente dá uma luz muito grande no que diz respeito à preservação do meio ambiente, um assunto realmente que o partido deve abraçar.

A questão do lixo hospitalar, por exemplo, que tem uma resolução do CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente, porque a sua coleta é caríssima e não é justo que a sociedade pague por um serviço que é produzido por empresas particulares, tipo clínicas particulares. O CONAMA diz que no caso do lixo hospitalar é de responsabilidade a sua coleta e destinação final do gerador. Colocamos isso em prática, trazendo também a redução de custo para o Erário Público, para a sociedade.

No lixo residual comum, deixamos inclusive em fase de implantação, que aquelas unidades que gerassem acima de 100 litros por dia tinham um pagamento. Isso foi aceito pela sociedade, porque noventa e tantos por cento da população era isenta, mas aqueles estabelecimentos comerciais que faturavam inclusive em função da geração de resíduo sólido começaram a pagar, reduzindo também essa questão do custo do município com a coleta de lixo.

Dentro da exposição do companheiro Edmundo, bem interessante, que me veio em mente e me lembrei também, em face dessa nossa vinculação sempre com o meio rural, no momento da diretoria de abastecimento, já na gestão anterior da prefeitura, que é do PDT, introduzimos um programa que não tinha custo algum para o município que foi extremamente importante para a população, um programa que denominamos de "Boa Safra, Mesa Farta", porque normalmente no período de safra os preços agrícolas baixam a níveis irrisórios. Os preços altamente aviltados, mas esses preços normalmente não refletem em nível da população consumidora nos centros urbanos. Com esse programa, passamos a incorporar uma parcela significativa da população para certos produtos que até então estavam à margem do mercado consumidor e passaram a ser incorporados ao mercado consumidor, contribuindo inclusive para que preços em nível das unidades de produção fossem regularizados, com ampliação do consumo.

São experiências realmente dentro dessa contribuição que a Fundação João Mangabeira vem desenvolvendo que nos dão enriquecimento. Estamos inclusive com seminários programados, já a partir do último domingo deste mês, a realização de cursos de um dia, como já foi proposto aqui, para companheiros do interior em nível regional e mesmo em Aracaju.

Finalizando, parabéns a todos vocês pela realização deste seminário. Realmente é visível o crescimento do nosso partido perante toda a sociedade brasileira. Em Sergipe mesmo tivemos fortes adesões de diversos municípios a um partido de oposição e vocês sabem que não é fácil, mas é pela credibilidade que a população vem associando com as principais lideranças do partido.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Companheiro Joaquim, de Itaueira, grande maratonista!

O SR. JOAQUIM – Companheiros, companheiro Carlinhos parabéns por ter feito esse evento para dar informações e muitas explicações para nós, principalmente para nós do Nordeste, que somos de uma parte isolada, e quero aproveitar essa oportunidade e fazer um pedido ao meu ilustre Senador Saturnino para que continue pedindo o apoio dos nossos parlamentares em relação ao meu Estado, o Piauí, onde o que estamos vivendo hoje é motivo de matéria de jornais, do crime organizado em nosso Estado. Isso é triste para nosso Estado porque está partindo de pessoas, porque há muito tempo esse crime organizado está em nosso Estado. Tenho plena certeza de que estourou hoje nas mãos do atual Governador Mão Santa porque o Sr. Hugo Napoleão não agüenta ter sido derrotado duas vezes por ele e com isso fizeram com que estourasse esse escândalo do crime organizado em nosso Estado, com ameaças de morte de muitas pessoas que estão querendo acabar com ele.

Falaram aqui em corrupção. Olha, Pedrinho, você citou que em Taboão da Serra, dos 11 vereadores 10 foram cassados. No nosso Estado, das 222 prefeituras temos 170 envolvidas com esquema de notas fiscais frias. Aí os vereadores às vezes querem falar mas têm medo, porque não há proteção, porque o Estado do Piauí, acredito, como o de Sergipe, o da Paraíba, o de Alagoas e o de parte do Maranhão foi centrado ali um poder tanto de organização de criminosos e mafiosos que amedronta a população e nós, políticos, lá somos salvos pela bênção de Deus, nós que fazemos política no dia-a-dia, nós da oposição. Vocês que são do Nordeste, que estão aqui sabem muito bem que temos coragem de fazer política porque não temos proteção, apenas a divina e de mais ninguém, porque viver num Estado onde predomina a bandidagem realmente não temos como nos prevenir.

Quero apenas dizer, meu companheiro Pedro Dallari, uma pessoa que conheço desde 82, também em 86 quando vereador de São Paulo, escrevi um livro, você fez a explanação, foi apresentador do prefácio do meu livro e hoje aqui deu um exemplo realmente de a Fundação criar esse tipo de curso em cidades pequenas, como bateu com o nosso pensamento. Por isso, convidei o

Saturnino, que vai ao Piauí em novembro nos dar um apoio, porque vamos fazer um seminário desse. O Carlinhos vai estar presente, se Deus quiser, em um seminário na minha cidade de Itaueira e em cidades vizinhas, exatamente para desenvolvermos a cultura da política em nossa região.

Quero dizer também que acredito que a companheira Erundina não vai deixar de ir a Itaueira porque ela sabe muito bem que o Piauí, hoje, está dentro de São Paulo. Tem mais piauiense, hoje, dentro de São Paulo.

Quero agradecer e parabéns, companheiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Carlos Zimmer.

O SR. CARLOS ZIMMER – Primeiramente quero parabenizar novamente a Fundação João Mangabeira, na figura do nosso Senador Saturnino Braga, por mais esse belíssimo evento, e me furtei de falar nesses dois dias não por falta de vontade, só vim aqui agora externar isso realmente, mas pelo nível que acompanhamos esses dois dias dos nossos socialistas no âmbito do Brasil. Desde a Erundina, em São Paulo, até o companheiro Ailton Santana, do Acaraú, que já foi embora. É esse o socialismo que fazemos realmente.

Vim externar a posição do Movimento Sindical dentro do PSB. Estamos sendo colocados como um entrave, no bom sentido, a Erundina enfatizou, a Kátia Born também, que a partir do momento em que o socialista assume o poder, os dirigentes sindicais que geralmente são desse campo socialista também podem-se colocar como um atrapalho para os dirigentes do Poder Executivo. Teremos agora o nosso congresso sindical, no dia 26 de novembro, nosso II Congresso Nacional, aqui em Brasília, e com certeza discutiremos esse tema, porque de maneira alguma queremos ser entrave para os nossos prefeitos e governadores, enquanto dirigentes sindicais.

Quero dizer também que nós do Movimento Sindical também temos os mesmos problemas que todos têm aqui, ou seja, temos aqueles que vieram do PT, da CUT para dentro do PSB e trazem ainda aquele rastro, aquelas práticas do PT e da CUT. Precisamos discutir profundamente essa questão e com certeza chegaremos a uma solução para que o Movimento Sindical do PSB possa realmente somar nessa nossa caminhada de consolidação do socialismo no Brasil.

Reafirmo duas propostas: uma do Dallari, que já tinha até anotado para apresentar, que é a edição de uma cartilha para trabalharmos nos nossos municípios. E aí está o exemplo dessa cartilha do Rio de Janeiro que está excelente, com a qual poderemos trabalhar. A segunda é relembrar aquela

proposta ontem colocada pela Erundina, que também tínhamos anotado para falar, que é ir para São Vicente, no dia da comemoração dos 500 anos do Brasil. O primeiro município brasileiro e nós, socialistas, poderemos fazer um grande movimento em São Vicente, a proposta seria até aprovarmos um congresso nacional, caravanas de todo o País, o maior número possível de companheiros nossos para nos deslocarmos para São Vicente.

Seria isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Messias Júnior.

O SR. MESSIAS JÚNIOR (Presidente do Diretório Municipal do PSB-Terezina/PI) – Primeiramente parabenizo a coordenação da Fundação João Mangabeira por este excelente seminário que, com certeza, vai trazer muitos frutos para o nosso partido.

Em especial parabenizo a explanação do Pedro Dallari, que veio ao encontro do trabalho que estamos desenvolvendo em Terezina, Piauí. Estamos muito preocupados, claro, "preocupados" entre aspas com esse crescimento do partido para a entrada de alguns oportunistas, o partido servir de legenda de aluguel, como servem alguns partidos, inclusive não tenho cerimônia de dizer, está aí o PPS para dar o exemplo.

Dentro dessa questão é fundamental na disputa eleitoral do ano 2000 levantar essa questão dos critérios eleitorais, do critério para ser candidato dentro do partido e vínhamos trabalhando isso. Começamos a trabalhar em Terezina com essa questão da lei eleitoral que poderíamos ter candidatura própria. Não sei agora como vamos fazer aqui. Na eleição passada fomos apenas quatro candidatos a vereadores, o partido pequeno na capital. Temos de lançar candidatura própria, colocar minha mulher, meu primo, todo mundo para ser candidato, é o jeito.

Começamos a trabalhar, tivemos 156 novos filiados nos dois últimos meses, que antecediam ao dia 30 de setembro, temos 33 candidatos a vereadores em Terezina. Hoje vamos aplicar os critérios e dentro deles também, coincidentemente ou não, vimos três eleitorais. O primeiro a questão do partido, a empatia com o nosso partido, porque esse critério é fundamental. Aí como vamos medir essa empatia para com o partido? Participação nas reuniões, nos seminários, nas atividades em que o partido está presente. A exemplo do 7 de setembro no "Grito dos Excluídos", onde estivemos presentes e com uma

boa participação do nosso partido. Trouxe fotos e depois passarei para a direção também.

Outro critério é a densidade eleitoral. Sabemos que na época da eleição alguns querem entrar no partido para ser candidatos, passar três meses sem trabalhar ou ter alguns votos, pleitear algum cargo depois, coisa parecida. Então a gente tem de ver esse também como um dos critérios, do nosso ponto de vista. E como vamos medir a densidade eleitoral se o cara nunca foi candidato? É justamente pela sua inserção no movimento popular, no movimento social, e também, claro, a pesquisa interna. Estamos tentando viabilizar uma pesquisa na região que ele atua.

O terceiro critério seria a estrutura mímina de campanha. Também não dá para o camarada ser candidato sem estrutura mínima. Qual é essa estrutura mínima? A de locomoção seja de bicicleta, de ônibus, mas tem de pagar o transporte coletivo para se locomover e ter condições de trabalhar e produzir material para propaganda eleitoral gratuita, porque é gratuita entre aspas, porque tem a produção, e o partido não tem dinheiro. Nesse sentido o cara tem de ter um mínimo também de estrutura para trabalhar essa questão. Venho só ressaltar essa questão dos critérios, bem reforçada pelo Pedro Dallari.

Mais uma vez quero parabenizar a Fundação e todos que estão presentes e dizer que Terezina, com certeza, no ano 2000, vai ter o seu primeiro vereador eleito pelo Partido Socialista Brasileiro.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Serafim Correia.

Enquanto ele caminha até o microfone, vou sugerir aos companheiros que economizem alguns segundos. A Fundação e a Mesa já se sentem parabenizadas. (Palmas.)

O SR. SERAFIM CORREIA (Economista e Auditor Fiscal da Receita Federal) – Tudo bem. Na verdade quero apenas dar uma informação, até para evitar que cometamos um escorregão mais na frente. O Raimundo de Oliveira já foi embora, mas ele falou aqui que o Tony Blair, na Inglaterra, criou uma sobretaxa, um adicional de imposto de renda sobre as empresas que tiveram grandes lucros. Seis meses atrás o Leonel Brizola defendeu essa proposta e, o mais gozado, Arminio Fraga manifestou-se contra. Por que o mais gozado? Porque isso existe no Brasil desde 1984, há 15 anos, e nem o Brizola nem o Arminio Fraga sabem. Então não podemos entrar nessa canoa de novamente

propor isso, até porque quem fez isso foi exatamente o Delfim Netto, ele ainda vai gozar da nossa cara. Vai dizer: eu fiz isso em 84, vocês estão defendendo agora? Estão 15 anos atrasados.

Era essa a informação que tinha a passar a todos e sugerir à Mesa que se estabeleça um tempo menor agora para todos, até porque falei menos de 1 minuto.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Núbia.

A SRA. NÚBIA – Companheiras e companheiros, já não posso mais cumprimentar novamente a Fundação, mas permitam-me cumprimentar duas vezes o companheiro Dallari, porque também foi, naturalmente nem todos são ex-petistas como eu e ele, por isso a deferência, fui do PT dez anos, dentre esses dez, cinco dirigente e estou no PSB há quase dois meses e satisfeita, tranqüila, também querendo deixar essa tranqüilidade para os companheiros. Do PT, trouxe uma experiência certamente entre elas não veio a truculência, que foi um dos motivos que me afastou do partido.

Sou da região metropolitana de São Luiz e quero colocar para os companheiros, e certamente um fato que muitos já abordaram, mas vou me valer da prerrogativa de que a platéia é composta em sua maioria de candidatos e candidato sempre acha que seu discurso é um pouquinho melhor do que o outro e sempre tem alguma coisa a arremedar.

... para sucumbir um elemento chamado emoção. Eu percebi, ontem, e quero abordar três momentos que me engrandeceram, entre tantos que muito me engrandeceram também, a companheira Erundina, que quase se engasga quando relata as suas experiências, e eu que sou sua amiga, já há muito tempo, posso dizer quanto sofrimento passou. A companheira Kátia, que quase chega às lágrimas quando falou da solidariedade imprescindível que devemos ter cada companheiro com o outro. E hoje o companheiro que demonstrou com toda humildade que suas pernas pareciam varas de bambu. Isso resgata em mim uma certeza de que nós não podemos deixar sucumbir um elemento humano, que é a emoção, pois se tivéssemos que ser somente racionais certamente a emoção habitaria em um espírito e a razão em outro. Naturalmente, se os dois habitam num mesmo ser, é importante que tenhamos também a capacidade de socializar o nosso espírito, o nosso corpo e deixar fluir também na política a emoção. (Palmas.)

Por conta disso, trago uma pequena fábula que vocês devem conhecer

muito. Não é a fábula, a fábula é depois, vocês vão ter que me tolerar. Eu já ouvi muito homem falar aqui esses dois dias. Vou me valer da prerrogativa. Mas um grande psiquiatra, que agora me foge o nome, disse que a mesma pessoa não toma dois banhos no mesmo rio. Eu tenho certeza de que nós, que chegamos há dois dias, cheios de experiência, certamente com algumas certezas de que éramos grandes socialistas, saímos daqui renovados. E essa Fundação, que tanto nos estimulou, certamente também foi estimulada a fazer outros eventos como este, para nos enriquecer com a sua grandeza, com seus depoimentos, com seus expositores, para que possamos cada um de nós levar para nosso Estado, para outros companheiros que não puderam vir, muitos deles por conta da estrutura financeira, esses conhecimentos e elevar o nosso partido.

Para finalizar, quero colocar pela ordem dois pensamentos, até porque não sou tão extremada oradora, faltam-me também argumentos. Quero utilizar dois pensamentos que certamente irão demonstrar aquilo que eu sinto. Na ordem, James Lewis e Eleanor Roosevelt . Ele, quando disse que a maior descoberta do século foi revelar que a pessoa pode transformar a sua vida, alterando a sua atitude mental. E ela, maravilhosa, disse que é preciso acreditar na grandeza de nossos sonhos. E eu acho que socialismo também é utopia.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Rinaldo.

O SR. RINALDO BARROS (Secretário de Administração e Planejamento de Natal-RN) – Economizando tempo, vou simplificar. Vou resumir dois pontos: um é a explicação sobre o material distribuído pela prefeitura de Natal não possuir a marca do PSB. Eu quero explicar a vocês que fui voto vencido, continuo sendo, mas o conjunto do partido em Natal foi convencido pelo *marketing* de que a prefeita não era do PSB e ela tinha sido eleita para administrar a cidade toda. Portanto a marca do partido não deveria aparecer. Não é justificativa eu só estou explicando.

O segundo ponto é uma proposta para a Fundação.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. RINALDO BARROS (Secretário de Administração e Planejamento de Natal-RN) – Não, não é da prefeita, foi o *marketing* que convenceu. Bom, eu não estou polemizando porque eu sou a favor da posição que você está dizendo. Então eu fui voto vencido.

Há uma proposta para a Fundação no sentido daquela questão que o Raimundo levantou, com relação à água, chegou até nos chamar atenção de

que a concentração da água era maior ainda do que a concentração de renda. E essa privatização parece que vai ser inevitável. De uma forma ou de outra acho que ela virá. Acho que a Fundação deveria orientar as suas prefeituras, no sentido de terem um manual de orientação para modelagem que vai controlar isso depois. Vai ter de ter uma modelagem que controlará a privatização. Então eu acho que essa orientação é fundamental. Seria produzido facilmente com a consultoria do Raimundo.

Por último, com relação à fala do Leonelli, aquela reflexão que fez sobre a questão ambiental. É fundamental e realmente deveria ser, no meu ponto de vista, a bandeira do partido. Já que com todas as reflexões nós sabemos que a questão ambiental é a única forma, hoje, que denuncia que o capitalismo ameaça a vida no planeta, nós só podemos ter uma bandeira, que é a favor da vida. Então proponho que a bandeira do PSB seja a favor da vida.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Armando Raggio.

O SR. ARMANDO RAGGIO (Secretário de Saúde do Estado do Paraná e Presidente do PSB de Curitiba) – Bom dia, eu estava refletindo um dia desses a respeito do que se transformou a nossa sociedade e acho que a Mesa foi muito estimulante nessa reflexão. O nosso companheiro de Pirenópolis, que se benzeu ao ocupar a Mesa, dizendo que nunca tinha falado e falou tão bem, imagina se tivesse treinamento, não é?

Acredito que o Partido Socialista tem o caminho da vida em sociedade na sua legenda mais primitiva, mais ancestral extremamente clara para combater esse equívoco da sociedade que considera que existe quanto mais consome. Com a permissão do abuso do método científico, nós vivemos a era do consumo ergo sum e não do cogito ergo sum. E com isso nós estamos jogando fora o pensar cientificamente sobre a vida. Embora a ciência não dê conta de toda a globalidade da existência ela é um instrumento fundamental e os partidos de orientação socialista, como é o nosso, brasileiro desde a sua origem e democrático, não podem abrir mão do pensamento científico da reflexão do reconhecimento, da reflexão e da proposta de transformação.

Tenho receio de que tenhamos um diagnóstico muito severo com o exercício do Estado pelos outros, mas não cogitamos da transformação desse Estado. O Estado brasileiro é exótico. Não é um Estado autenticamente construído pela sociedade brasileira. Assim como os programas de governo

não primam necessariamente pelo compromisso bioético, com a sacralidade e com a qualidade da vida. Assim como descuidando desse aspecto podemos depois ter de reverter a nossa atitude quando nos transformamos em autoridade.

Era sobre esses três aspectos que eu gostaria de deixar um texto que produzi aqui de ontem para hoje, com essa denominação contra a expressão cogito *ergo sum,* penso, logo existo, criou-se essa expectativa de que o cidadão só é cidadão enquanto consome. E essa ansiedade de consumo é impossível, e nós para governar prometemos loclupletar as pessoas de remédios, como médico eu sei disso, de cirurgias, de internações de todas as coisas boas e ruins. E depois quando nos tornamos autoridades, às vezes temos de mudar porque estávamos equivocados.

Então, se a sociedade é produto da natureza, e se a natureza é entrópica, é distributiva, por que a sociedade ainda não é distributiva? A gente tem que somar a ação humana com a ação da natureza. Fazer uma coisa que seja antrópica e entrópica, fazer uma coisa que seja defensora da sacralidade da vida. A vida é sagrada e a vida tem de ser de qualidade para todos, em vez de querer ocupar um Estado exótico para fazer dele escada para o poder sempre restritivo e absoluto das elites, criar um novo Estado, construir uma nova forma, com base no que eu disse desde o início e nunca pronuncio no que há de mais singelo e mais radical do socialismo: a cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo a sua necessidade.

Portanto, não vamos fazer campanhas que prometem a salvação. Não vamos fazer campanhas que fiquem apenas no moralismo opinativo sobre a conduta das pessoas. Claro que moral precisa existir, é obvio, porque a moral é baseada na justiça da distribuição de bens e serviços, para que haja melhor qualidade de vida. Claro que é preciso primar pelo respeito à essencialidade da vida. Mas muito cuidado, por exemplo esse discurso entre público e privado. Por que não fazemos o privado virar público? Não é pela estatização. É chamando poupanças privadas, chamando iniciativa do cidadão que tem energia em casa sobrando, que se transforma em violência. Para construir o bem-estar social. É muito perigoso prometer que esse Estado exótico, aparelhado pelas elites e dominado por nós vai ser um Estado melhor. Porque ele não tem nada a ver com a sociedade. Então é preciso construir comunidades saudáveis, não município saudável, prefeitura saudável. O prefeito, o vereador, a prefeitura, a câmara são, no meu entendimento, o lugar em que se colocam autoridades para ministrar a vida dos cidadãos. Sejam organizados ou não, sejam seus eleitores ou não. E ministrar isso, tenham eles consciência ou não, é a principal responsabilidade desse fim de século da reconstrução da democracia, da reconstrução

da vida. A vida, acima de tudo, a vida como norte é capaz de se desdobrar em iniciativas as mais criativas, como tivemos oportunidade de ver aqui.

É essa a reflexão que eu queria compartilhar com a Mesa e os companheiros destes dois dias de trabalho.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Paulo, outro Piauiense.

O SR. PAULO – Bom dia. Aliás, boa tarde. Lá no Nordeste a gente costuma dizer que a tarde é só depois que a gente almoça. Então bom dia. A gente se sente de certa forma, como dizia o Senador, não queremos aqui parabenizar a Fundação. Mas eu quero estender meus parabéns a nós, socialistas.

Na fala do nosso companheiro lá de Pirenópolis, desculpe-me não ter gravado seu nome, ele abordou a questão da água. Mas antes, eu não quero aqui imitar o nosso governador Mão Santa, inclusive porque é da minha terra lá de Parnaíba, lá do norte. Mas quero dizer que a TV Globo ela está expondo o Piauí. É uma pena que a Globo só exponha o nosso Estado em calamidades.

O Piauí tem três prefeitos do partido, inclusive na cidade de São Raimundo Nonato o padre Herculano. São Raimundo Nonato é tido como o berço da civilização americana, em Boqueirão da Pedra Lascada existem os pesquisadores, porque eu sou formado em História. Então o Piauí não tem só a pistolagem, ele é o berço da civilização americana, segundo as pesquisas. Nós temos a Parnaíba também e lá existe o Delta, que é o único das Américas. E aí eu convido vocês a conhecerem o nosso Delta. Também tem maravilhas. É uma pena que às vezes a gente seja mostrado só por esse lado trágico, como a Globo tenta expor o nosso Estado.

Mas eu queria me ater a dois pontos. Primeiro essa questão da fala do nosso amigo Dallari sobre a questão da água. O Piauí é um Estado muito diverso, temos o seguinte: a questão da água eu até imagino quando ele falava que a água talvez seja um dos motivos da Terceira Guerra Mundial. Eu fico preocupado com o seguinte: se vai explodir uma Terceira Guerra Mundial por falta de água acho que ela vai começar no Piauí.

Isso não é brincadeira, gente. A gente que viaja pelo Estado fazendo a construção partidária, o Vale do Gurguea(?) ali na região do próprio município de Gurguea, é um dos maiores lençóis freáticos das Américas, dessa parte da América Latina aqui. Então se a causa for essa, eu acho que nós vamos começar por lá.

Mas tudo bem. Na questão dos municípios, ele dizia da questão do meio ambiente. E eu me preocupo com o seguinte: não saiu uma proposta. Naquele outro encontro que a gente teve essa questão da reforma agrária que para algumas pessoas do partido, hoje, não é mais um princípio basilar, como uma forma de transformação, uma forma de mudança. E aí nós discordávamos na época que a reforma agrária do ponto de vista de garantia, a permanência do homem na terra, de fixação, de cidadania e hoje a gente volta novamente com essa preocupação da questão da agricultura.

E eu encaminharia o seguinte: que o partido tirasse nossos colegas aqui do Maranhão, do Ceará, se bem que o Maranhão não tem muito esse problema da seca, mas o Ceará é muito mais castigado do que o Piauí, que no congresso nacional que vem do partido que a gente tirasse uma diretriz nessa questão de um desenvolvimento sustentável para a agricultura, do ponto de vista de fixar o homem a seu habitat. Imaginem o seguinte: o Piauí, hoje, tem 222 municípios e estão querendo colocar mais um município. Vai dar uma briga danada. Então temos cidades em que a gente vai num carrinho e quando você pensa que está entrando na cidade, você está é saindo. Porque é só uma rua, é só uma avenida. Os políticos, de forma irresponsável, criaram cidades quase que artificiais. Tiveram que edificar 100 casas, botar uma praça, uma igreja. Não que eu seja contra essa história de dividir, eu acho até que o drama social se dá mesmo na cidade, no município. E um município pequeno, bem organizado, é a melhor coisa, é melhor do que uma metrópole.

Então, que a gente possa elaborar, nós do Nordeste, uma diretriz que aponte para uma via sustentável para fixação dos nossos irmãos nordestinos no seu solo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bernardo.

O SR. BERNARDO – Quero ser bem rápido para dar oportunidade a outras pessoas. Dois pontos que eu acho fundamentais aqui abordados, aliás, um foi abordado e o outro não, precisava ter sido abordado. Primeiro, a abordagem do Deputado Domingos Leonelli sobre a questão dos núcleos de base. O partido precisa fazer um estudo, eu até encaminho isso à Mesa, porque existe uma certa confusão no nosso Estatuto quando a gente trata dos núcleos de base. Quem já viu vai poder comprovar isso. Os núcleos de base, no nosso partido, têm uma função de organização, que é uma função de nuclearização do partido. Agora infelizmente não foi dado aos núcleos de base a possibilidade de participar das instâncias decisórias do partido. O núcleo de base, por exemplo,

eu vou ser mais objetivo: o partido mantém duas estruturas. Isso é muito curioso e até confuso às vezes. Porque o partido mantém a estrutura tradicional que é necessária, de zonal, de diretórios municipais, e cria a possibilidade dos núcleos de base. Agora, por exemplo, quem está militando numa zonal, num diretório distrital, tudo bem, aí é perfeito. O partido vai lá se organiza. Agora, quem está organizado em outras instâncias, por exemplo, tipo a universidade, eu que faço política na universidade vou me organizar dentro da universidade onde eu sou referência ou dentro do meu bairro , onde não tenho um trabalho tão grande.

Então tem uma coisa que nós precisamos aprofundar, talvez seja um dos temas importantes para trazermos para o próximo congresso, para que a gente possa ter um enraizamento maior do partido, porque se a gente continuar com essa dicotomia fica um negócio estranho.

E a outra questão a qual quero me ater mais — e acho que devia ter sido falada aqui, infelizmente, mas eu vou falar — é a questão do emprego e, principalmente, a questão emprego na juventude. Também o Deputado Domingos Leonelli tem um projeto sobre o primeiro emprego da juventude, que eu já tive a felicidade de ler e estudar. Agora, acho que todos os candidatos a prefeito do partido, e já existem experiências interessantes, por exemplo, eu li um material da prefeitura de Natal, nós precisamos ter como uma das bandeiras do Partido Socialista nas próximas eleições, tanto para vereadores quanto para prefeitos, essa questão da criação de empregos para a juventude do primeiro emprego. Porque o município assume nesse caso um papel fundamental até porque ele está mais próximo da comunidade. Ele pode criar frentes de trabalho, ele pode estimular a criação de pequenas empresas. Eu tenho discutido muito com o Senador e até torno pública essa idéia, para as pessoas que se interessem. A gente tentar por exemplo pegar as experiências das encubadoras das universidades. A gente esteve discutindo nos últimos tempos a possibilidade de uma encubadora de empresas de serviço, criadas por jovens que estejam saindo do ensino técnico ou do ensino universitário, o que acho que pode ser bastante interessante.

Então, além das bandeiras colocadas como desenvolvimento sustentável, a questão da água, eu acho fundamental até porque é uma questão conjuntural. Se nós não cuidamos da inserção do jovem no mercado de trabalho, mercado de trabalho esse que até já tem grandes alterações, vamos perder uma grande oportunidade de mostrar que o partido luta pela justiça social. E essa questão do primeiro emprego é fundamental até porque a gente que está na universidade, que está nas escolas tem uma grande dificuldade, porque todos os movimentos

de juventude se organizam, os partidos de esquerda se organizam e principalmente pelo movimento estudantil. Mas eu acho que o PSB podia ter a ousadia nesse momento de dizer o seguinte: o PSB é o partido do primeiro emprego para a juventude, que luta pelo primeiro emprego do jovem. Isso é fundamental.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bernardino.

O SR. BERNARDINO (Vereador de Santa Rita-PB) – Quero apenas conclamar a todos os companheiros para que toda essa aprendizagem que nós tivemos neste final de semana fosse realmente socializada. Fosse levada e levada com muito ânimo a todos os recantos deste País. Precisamos realmente, como disse o Mário, mostrar ao nosso povo não apenas as crises, mas principalmente que o PSB tem a solução, tem uma proposta socialista real, concreta, e este País tem tudo para crescer e ser melhor para os nossos filhos. Portanto, a nossa conclamação é no sentido de que não apenas a Fundação Mangabeira nos Estados onde está organizada, mas o partido, através de seus diretórios, realize reuniões, seminários, vamos nos organizar e apresentar ao nosso povo uma proposta alegre, de solução, mostrar que este País é viável, que tem futuro e que nós vamos vencer.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Arnaldo.

O SR. ARNALDO (Presidente do Diretório de Pirenópolis) – Companheiros, quero falar aqui sobre o que já foi falado pelos companheiros, que é a questão ambiental. Eu gostaria de frisar que a sociedade de consumo, na qual nós estamos imbuídos até a cabeça, realmente não dá para continuar mais do modo como está sendo dirigida.

Sabemos que o capitalismo é a grande mortandade da vida. E o que me preocupa bastante e que todos nós consumimos e descapitalizamos a natureza, a água, o ar etc. e tal. Quer dizer, todas essas questões são fundamentais para que nós, sejamos socialistas, capitalistas ou não, vamos viver no futuro próximo, que é a questão da água, a questão do ar, da comida etc. e tal.

Então, vejo que se tira da natureza as matérias-primas, os minerais, o petróleo, a água, mas nada se repõe. Com o tempo, esses recursos são finitos, o petróleo, a água, tudo acaba. Quer dizer, como vamos continuar daqui a mais 20 anos do jeito como estamos vivendo hoje? Se não houver um pensamento nesse sentido de que a vida continue nesse planeta não vamos ter o que fazer daqui aos próximos 20 anos. Porque da maneira como está a coisa hoje

no planeta, as sociedades, sejam elas pós capitalistas sejam primitivas, não terão continuação de sobrevivência. Porque dada a situação em que nós vivemos hoje, se as autoridades, os partidos ou a sociedade não atentarem para a questão ambiental, não teremos o que comer muito menos água para beber. Então é fundamental que se previna e se preocupe com a questão da descapitalização da natureza. O que se tira tem de se repor, porque senão nossos recursos são finitos e a vida também é a partir desse princípio.

Gostaria também de falar sobre a questão que já foi levantada pelos nossos companheiros aqui, a questão do nacionalismo. Nós no País estamos numa baixo estima muito grande. Nós precisamos reverter a questão nacional, a estima, temos que saber que somos brasileiros. Precisamos saber que somos latino-americanos, porque isso é de fundamental importância para o resto do mundo. Quer dizer, sem esse referencial da cultura, sem esse referencial do que nós temos de bom, de melhor para oferecer ao mundo, se não vendermos esse peixe para o resto do mundo o que nos resta? Consumir, consumir até morrer?

Essa reflexão tem de ser ponderada, centralizada na questão de que a sobrevivência do Brasil é de importância para o mundo. A questão da Amazônia, a questão do cerrado, fala-se demais na Amazônia, fala-se demais na questão da sua preservação, mas esquece-se de que o Planalto Central, que os cerrados são os formadores na bacia hidrográfica (Ininteligível) do Brasil. Quer dizer, nós temos o São Francisco, o Prata, as águas nascem nesses territórios, nascem nessa condição. Se nós não cuidarmos dos nossos lençóis freáticos, da origem dessas águas, todo o resto dessas águas se contaminarão. Se não cuidarmos do que nós temos, que são as fontes principais, todo o resto tende a uma contaminação generalizada.

Temos de cuidar, porque o Brasil não é só pulmão do mundo, mas é o refrigério da humanidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Lairson.

O SR. LAIRSON RODRIGUES BUENO (Vice-Presidente do PSB de Campo Grande/MS) – Quero aproveitar a deixa do companheiro do Piauí para dizer que também lá no Pantanal nós temos pistoleiros. Não é prerrogativa do Piauí. Mas nós pedimos para fazer essa intervenção de um modo rápido, para perguntar ao Pedro Dallari se para um partido socialista existiriam mecanismos alternativos para o partido tentar alavancar recursos para as campanhas municipais. Coisa que realmente incomoda muito os candidatos

a vereador que, apesar do trabalho socialista, é indiscutível que a gente não pode fugir da questão financeira.

Quero também aproveitar para dizer que nós, do Mato Grosso do Sul, concordamos que devemos evitar as coligações proporcionais, abordadas pelo companheiro Domingos Leonelli, porque nós entendemos que se queremos chegar ao poder um dia, em qualquer nível, municipal, estadual ou federal, não temos o direito de brincar de fazer partidos e precisamos realmente ter um chapa de vereadores para começar a sonhar com essa possibilidade, para que esse sonho se torne realidade.

Quero sugerir ainda à Fundação que sejam feitas fitas de vídeo dos nossos prefeitos e dessa palestra do Dr. Edmundo Carvalho, que na nossa avaliação, hoje, foi muito rápida. E era uma palestra que poderia ser melhor explorada pela sua qualidade e pela sua necessidade.

Por último, quero dizer que o Deputado Bernardo de Souza, que não está mais presente, foi muito feliz aqui nesta manhã quando disse que o político, neste momento, tem que ter opinião de um modo até institucional sobre assuntos até que a princípio a gente entenda que não dizem respeito a ele, ao seu município, como o caso de Kosovo. Porque com a globalização é fundamental que o político emita a sua opinião com tintas mais fortes, de um modo mais preciso.

Então era isso que eu queria falar, muito obrigado, e convidá-los a ir ao Mato Grosso do Sul, o Estado do Pantanal.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiro Gustavo Balduíno.

O SR. GUSTAVO BALDUÍNO – ... de fato é uma questão que nós temos de analisar. Se por um lado nosso companheiro que milita no movimento sindical não está lá por delegação do partido, o prefeito ou a prefeita que for eleita está por delegação do partido. Então ele pode até não defender a posição do partido no movimento sindical, mas não é possível que a prefeita ou o prefeito não bote a logomarca no material da prefeitura. Esse é um ponto.

Outro ponto interessante foi sobre a questão dos critérios, levantados pelo Pedro e pelos companheiros lá do Piauí. Como disse o Pedro, nós não temos eleições aqui em Brasília. Eu sou de Brasília, até ontem à noite presidente da regional, a partir de hoje sou da Executiva Nacional, elegemos nosso companheiro Rodrigo Rollemberg, que com certeza vai fazer um belo trabalho nesses próximos dois anos. Mas no ano passado, no ano das eleições presidenciais, nós discutimos critérios e aí eu me lembrei disso porque o Pedro estava do

meu lado uma vez que estávamos analisando um recurso de um critério e entre os critérios estabelecemos alguns que eu me recordo agora.

Por exemplo, nós fizemos o processo de pré-candidaturas, aproximadamente um ano antes das eleições. Quem quisesse tinha de se inscrever no partido. Para se inscrever ele tinha que apresentar uma lista de pelo menos 100 pessoas do partido indicando o nome dele. Para ninguém ser candidato de si próprio. Um número que nós utilizamos lá.

A questão financeira. Cada um tinha que contribuir a partir daquele momento com 200 reais por mês até o momento da eleição, para a gente fazer o programa de televisão comum do partido, produzir material para todo mundo, pelo menos minimamente. Aqueles que não tivessem condições de fazer isso já seria até uma análise desse próprio critério.

Agora, para esse critério ter validade, tem de haver também a compreensão da nacional do partido, e me recordo agora de forma pitoresca que um dos companheiros que não atendeu ao critério, não quis se inscrever naquele momento, no final ele queria ser candidato, até tínhamos a vaga, fez um recurso e foi atendido pela direção nacional do partido. Esse mesmo companheiro, vamos dizer assim, que não atendeu aos critérios e era provado que não tinha compromisso com partido, teve cento e cinqüenta e poucos votos, deu um cano no partido de mil reais e nunca mais apareceu. Então, um critério importante justamente para identificar o compromisso que a pessoa tem com o partido, entre outras questões.

Quero ressaltar na minha breve intervenção que eu tive a oportunidade, por delegação da Comissão Executiva Nacional, de elaborar uma pré-proposta de tática eleitoral para o ano que vem, mesmo não tendo eleições em Brasília, que ainda não conseguimos discutir na Executiva mas que foi objeto de um artigo no penúltimo jornal, se não me engano, preparatório do congresso e divulgado para vários companheiros dirigentes, onde nós propúnhamos o seguinte: enquanto tática eleitoral que hoje percebi que tem de ser muito mais ampla, até pela palestra do Pedro, e me perdoem os outros que eu cheguei tarde não pude observar a palestra do Edmundo e do companheiro de Pirenópolis.

Nós temos como tática eleitoral construir de fato um projeto de poder para o PSB, com vistas, num primeiro momento, a 2002, afirmando uma identidade partidária, consolidando o partido em todo o Brasil e superando as cláusulas de barreira. Seriam os objetivos dessa tática eleitoral, como fazer isso. Primeiro, com chapa própria de vereadores em todos os lugares. Fico satisfeito

com o companheiro Leonelli, não sei se por coincidência ou por leitura ou até anterior concorda com essa posição. Nós devemos usar este momento para poder fazer chapas próprias de vereadores em todo os lugares.

Também procurar ter o maior número possível de candidatos majoritários. Não com a expectativa de elegê-los, assim como também não de vereadores.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GUSTAVO BALDUÍNO – Quanto mais, melhor. O resultado é melhor positivo. Veja bem o que eu quero dizer é o seguinte: se o companheiro sabe que não vai se eleger prefeito, e eu acho que na tática que nós estamos propondo tem um papel para esse companheiro desde que ele seja partidário, tenha um programa mínimo para o Brasil inteiro, naturalmente adaptado a cada realidade municipal, cujo eixo central nós propusemos que fosse a questão de emprego e renda. O PSB no Brasil inteiro tendo um programa mínimo, mas que tivesse em cada programa a questão do emprego e da renda.

Que popularizasse a marca do PSB e o número. Que no Brasil inteiro tivéssemos bandeira, material com o número 40, com a pomba, com PSB. E também que nós aproveitássemos no processo eleitoral, inclusive nos programas de rádio e televisão, e pedíssemos o voto da legenda. Porque, a partir do momento em que o PSB tiver em si e seus candidatos sobretudo a consciência da importância do voto na legenda, ele ainda está pedindo voto no programa, no projeto de poder, e isso tudo como instrumento preparatório para 2002, para que a gente possa disputar as eleições presidenciais e as eleições para governador e para deputado federal e estadual numa condição muito melhor da que tivemos na vez anterior.

E, finalmente, companheiros, tenho a impressão de que qualquer projeto de poder tem de pressupor uma tática eleitoral, nacional. Não dá para a gente achar que cada um pode fazer a sua, que cada um tem a melhor experiência, tem, sim, que adaptar um eixo nacional. E mais ainda: propúnhamos nesse mesmo documento que nas eleições de capitais, como nas cidades mais importantes, deveria ser feita a sua tática eleitoral, inclusive processo de coligação que introduzi na discussão, para poder ser breve, a partir de uma relação muito íntima, vamos chamar assim do ponto de vista político, com a direção nacional do partido. Não dá para deixar, pegando o exemplo do companheiro Pedro, a comissão municipal de São Paulo decidir por São Paulo qual vai ser a tática do partido nesse Estado, porque é tão importante São Paulo para a construção do partido, é tão importante Belo Horizonte, tão importante Natal, tão

importante São Luís, que é necessário que o partido opine, tenha discussão política para pòder fazer essa tática dar certo e construir o partido no Brasil inteiro.

Consolidar o PSB em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, sem desmerecer qualquer outro Estado da Federação, é condição necessária para que este se torne um partido verdadeiro, nacional, com chance real de disputar o poder e ter um candidato a Presidência da Republica o mais breve possível. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO – Senhores, foi uma honra muito grande estar aqui com os senhores nestes três dias e, em nome do PSB de Luziânia, gostaria de agradecer o convite que nos foi feito e dizer aos senhores o seguinte: gostaria de saudar a todas as autoridades do Partido Socialista Brasileiro, inclusive os exilados que foram na ocasião, porque esses cidadãos merecem o nosso respeito e são o exemplo da nossa dedicação ao Partido Socialista Brasileiro.

Mas confesso aos senhores que, a partir deste momento, quem falar mais alguma coisa torna-se chato. Por falar em chato, a minha sogra era chata demais, chata demais! Um dia ela faleceu, tinha uma fila de 10 quilômetros, eu estava lá ao lado do caixão. Chegou um cidadão, furou a fila e disse assim: quem morreu? Eu disse: minha sogra. Como? Eu disse: o Pit Bull matou! Rapaz, me empresta esse cachorro! Eu disse: entra no rabo da fila. (Palmas.)

Obrigado senhores, amado Senador. Digo amado porque V.Exa. tem sido o símbolo do Partido Socialista Brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (Vereador do PSB de Fortaleza-CE) – Vou fazer tudo para não ser chato e ser bem objetivo. Eu acho que o fato de estarmos aqui já no domingo, na solidão aqui do Planalto Central, discutindo os problemas, já nos identifica muito bem com a nossa preocupação com o Brasil, com a sociedade e com a construção do socialismo. Em todos esses dias tivemos palestras brilhantes, mas dentre as de hoje quero destacar a do ex-vereador Dallari, que abordou muito bem uma questão que me preocupa, que é a questão da atuação do candidato, da inserção do candidato. É indispensável que alguém que se proponha a ser vereador, seja de uma cidade grande, seja média ou pequena, que ele tenha anteriormente um trabalho prestado à sociedade. Não se justifica o cara chegar de repente, como ocorreu na eleição em 98 lá em

Fortaleza, duas horas antes de terminar o prazo, eu vi um cidadão chegar de camiseta numa bicicleta, muito suado, jogou a bicicleta no quintal e disse: olha, onde é que se inscreve aqui para ser candidato e tal? Quer dizer, uma situação curiosa que não deve permanecer.

Quero dizer também que a questão da privatização do sistema de água e esgoto é preocupante. Mas, em Fortaleza, o Sr. Tasso Jereissati vai encontrar uma barreira porque nós, os vereadores, já aprovamos, de minha iniciativa, um decreto legislativo em que vamos criar um plebiscito. Vai ser o primeiro plebiscito no Brasil desse gênero a ser feito, que será em Fortaleza. Lá é a CAGECE que explora o sistema de água e nós vamos dar ao povo de Fortaleza a chance, através de um plebiscito, de dizer sim ou não à privatização. Está dependendo de uma decisão do Tribunal Regional Eleitoral.

Quero também dizer que é importante o candidato ter argumentos importantes na campanha. Porque nós nos expomos a todo tipo de indagação, todo tipo de perguntas. Eu me recordo aqui, rapidamente, para não ser chato, que na campanha, bem próximo da eleição, uma senhora chegou à minha casa, já um pouco tarde da noite, e disse: Sr. Mário Maia, eu ouvi o senhor falando, ontem, na praça, em esgoto e tal e eu vim aqui procurar se o senhor podia me arranjar quatro anéis de cimento para eu fazer uma fossa. Eu disse: minha senhora, eu estava falando na praça ontem, defendendo 4 mil anéis para toda a população ter direito ao saneamento básico. Então a gente tem de ter argumentos para convencer o eleitor, nunca ficar titubeando. É importante o cara pensar no que vai dizer durante a campanha eleitoral.

E, por último, acho compreensível, Dallari, a sua preocupação com a Luiza Erundina. Acho que ela deve ficar mais em São Paulo. Ela deve viajar pelos Estados em 2002, quando for nossa candidata a Presidência da República. (Palmas.)

Agora, essa questão de os candidatos começarem a campanha, fazerem alguma coisa dentro da campanha, seja um abaixo assinado, qualquer coisa, porque tem uma frase que diz o seguinte: o PSB tem que partir na frente nessa eleição, porque para os que partem na frente, companheiros, correm o risco de ser mordidos pelas cobras. Mas é sobre os pés de quem parte na frente que as borboletas se levantam.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Gladir.

O SR. GLADIR – Boa tarde. Gostaria, antes de mais nada, de deixar uma sugestão à Fundação de que nas próximas oportunidades o tempo fosse proporcional aos oradores, sob pena de que os últimos sempre sejam prejudi-

cados em detrimento de alguns, que usam a estrutura de fazer a sua oratória demasiadamente em função do tempo e depois acabam se ausentando do plenário, em total desrespeito às propostas que são levantadas na seqüência por pessoas que estão interessadas em fazer uma discussão importante. (Palmas.)

Com relação ao partido, parece-me fundamental que nós tenhamos, a exemplo do que a Fundação vem fazendo, um trabalho extremamente importante na discussão de temas que envolvem a situação no âmbito nacional. Dessa forma, evidentemente se desenha um quadro onde as prioridades são definidas como estratégias, mas é preciso que, antes de mais nada, os candidatos e os ocupantes dos cargos eletivos estejam exatamente comprometidos com o programa do partido, sob pena de comprometê-lo em nível de algumas alianças extremamente desastrosas e comprometedoras, principalmente em nível de PFL e de outros partidos "direitosos", que estão acabando com o País.

Dentro dessa situação, é interessante que o partido elabore, a exemplo deste seminário, um seminário com todos os vereadores do País e com todos os prefeitos, evidentemente em seminários separados, para passar uma linha de atuação e uma discussão, até para sentir o comprometimento deles em relação à proposta principal do partido, para que não comprometam a imagem do partido, principalmente algumas cidades menores, onde as pessoas confundem o PSB com o PSDB, com o PCB, porque não têm muito a linha de não entender na verdade a sigla em relação ao seu programa e à sua proposta. A partir do instante em que as pessoas ocupam cargo eletivo, estão comprometidas com o programa do partido, começam a fazer a diferença em relação à sociedade. É esse ponto prioritário que é preciso definir, em relação a estabelecer no compromisso do partido, disputar uma eleição presidencial, é preciso que ele tenha a sua proposta já concretizada em todos os cantos do País. É aí onde vamos fazer a grande diferença na hora da campanha e na hora das ações, principalmente nos assuntos que foram levantados ontem, aqui.

É interessante que o partido, quando tiver oportunidade de colocar no programa em nível nacional, faça referência aos trabalhos importantes desenvolvidos nas prefeituras e nos Estados onde ocupe o governo, para que isso sirva de referência em relação aos demais partidos. Onde está a diferença do PSB em relação aos demais partidos da Federação?

Em cima disso, como Vice-Presidente Nacional do DIAP, gostaria de deixar para o partido a condição de que possamos usar do subsídio técnico do DIAP em relação ao que acontece na Câmara dos Deputados e no Senado, que é um trabalho que o DIAP faz de levantar as votações de todos os parlamentares e mostrar para o eleitorado do Brasil qual a conduta e o posicionamento

dos parlamentares em relação aos projetos apresentados, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

É importante, então, que o nosso partido se utilize desse trabalho que fazemos em nível nacional para auxiliar na hora de mostrar quem é quem dentro do Congresso Nacional. É imprescindível que o DIAP possa nos subsidiar ainda mais para trabalhar nesse sentido.

Em relação à questão dos bancos, disse o Leonelli que o BANEB utilizou 1.5 bilhão mas na verdade o sistema financeiro utilizou mais de 22 bilhões já para saneamento do sistema, dos quais na verdade quem vai pagar será a população brasileira ao longo de 30 anos. No caso do Paraná, o banco do Estado foi buscar 4.2 bilhões e evidentemente essa dívida será paga por 30 anos e é a sociedade que vai pagar. O partido então deve ter uma linha de atuação forte contra a privatização, até porque as estatais de forma geral foram construídas com o suor, com o trabalho, com os impostos do trabalho do povo brasileiro e, portanto, não podem ser colocadas da forma como estão sendo entregues ao capital internacional, às transnacionais, e nós ficamos apenas com o desemprego e os países lá de fora ficam com as empresas, que estão recebendo de graça, além do dinheiro do BNDES, financiando a permanência no país, com isenção de impostos e, na verdade, ainda no final de cada mês mandando os lucros para fora, onerando ainda mais a sociedade brasileira. E o povo brasileiro, que precisa de saneamento, educação, saúde e outras coisas, não tem absolutamente nada porque o caixa do Tesouro foi comprometido para dar suporte aos grupos transnacionais.

É importante que façamos aqui uma referência de uma discussão do partido em relação aos projetos prioritários: o emprego, a preservação das empresas estatais, principalmente colocando aí a cidadania de uma forma geral da defesa de interesses maiores. É importante que tenhamos essa compreensão consolidando a cada dia que passa esse trabalho fundamental que a Fundação João Mangabeira vem fazendo, principalmente nos últimos meses, e isso vai canalizando e dando um suporte extremamente importante na consolidação a cada dia que passa do nosso caminho, para que possamos assumir o governo e fazer a grande diferença, devolvendo ao povo brasileiro o respeito e a dignidade que todos merecemos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Jairon.

O SR. JAIRON NASCIMENTO (Representante do PSB no Governo do Estado do Acre. Subsecretário da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente) – Tenho uma sugestão à Fundação de que

numa outra oportunidade, breve, promova um seminário ou um encontro onde discutamos desenvolvimento e meio ambiente. A visão catastrófica sobre desenvolvimento e meio ambiente é uma das visões apresentadas. A visão desenvolvimentista Tasso Jereissati sabe fazer muito bem lá no Ceará e o tem feito, como sempre falando de sustentabilidade. Outros falam de sustentabilidade do ponto de vista catastrófico, como em alguns momentos apareceu aqui.

A sustentabilidade sem eqüidade social, parece-me estar manca. Sustentabilidade sem considerar a sócio-diversidade, na minha terra, por exemplo, que é o Acre, nos perguntamos: qual é a universidade do mundo que ensina o homem a cheirar uma casca de pau e dizer a quantas horas e que tipo de bicho passou por ali. Os índios têm isso lá no Acre. Esse é um tipo de diversidade cultural que nenhuma universidade do mundo ensina e que precisa ser discutido também. A sustentabilidade tem muitas variáves e precisamos, com tempo e com coragem, discuti-las. Essa é a minha sugestão.

No mais eu estou aqui fazendo parte de um grande esforço que o meu partido faz de um programa de se integrar de forma definitiva às grandes discussões do PSB em nível nacional. A propósito dessa discussão da sustentabilidade, estamos apresentando uma tese ao Congresso do próximo mês de novembro, onde discutiremos isso. Aliás, essa tese de forma adaptada faz parte nos nove meses em que estamos no governo da política ambiental que estamos tentando implementar no Estado do Acre. É a nossa contribuição ao PSB, num acúmulo de quase 20 anos de luta na trincheira da universidade, onde agora temos a oportunidade de colocar tudo aquilo que construímos nesses 20 anos de luta em prol do povo do Acre e em prol do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Jailton.

O SR. JAILTON – Alagoas não tem pistoleiro, todo mundo sabe disso. Estamos naturalmente encerrando com chave de ouro e estou muito feliz, alagoano também é feliz.

Deixo claro que achamos muito interessante e poderia ser repetido, não sei como, mas o subsídio, esse trabalho feito pelo Edmundo inicialmente para nós de Alagoas foi de suma importância. Não sei como, mas se pudéssemos convidá-lo um dia seria muito importante para nós.

Não vou parabenizar a todos porque todos realmente já disseram isso aqui, mas quero deixar claro que não podemos ter idéia fixa, mas é preciso dentro da democracia, sem ódio, sem ira, com muito amor, mas sem medo, mas temos de saber que se vamos discutir um programa de poder, por que

não colocar um item desse, com todo esse brilhantismo, com toda essa intelectualidade, toda essa competência? Por que não discutirmos capitalismo *versus* socialismo? Por que não?

Dizer que não há socialismo de receita, com todo carinho e respeito que tenho pelo Dr. Carlos Siqueira, é preciso ter cuidado, porque não existe nenhuma ideologia sem realmente preparo, idéia, conjunto de idéias. Para tudo tem de ter realmente receita. Estou deixando bem claro.

Entre a questão prática e teórica é muito confuso sabermos definir em determinados momentos a base teórica, a base prática da coisa. É preciso ter um certo cuidado e com muito zelo, muito critério vamos tentar discutir, porque, companheiros, continuo dizendo que sou socialista. Estamos num partido socialista, temos estatuto, regimento, enfim, mas por que termos esse medo de discutir que somos contra o capitalismo? Não estou dizendo contra, termos de ser radicais, não termos mais de trabalhar, que fazer todos esses seminários, não termos mais de trabalhar as prefeituras, os governos, os municípios. Temos de fazer todo um trabalho e continuarmos trabalhando.

Agora, vou dizer que sou humanista, solidarista, cooperativista. Dentro do nosso sistema capitalista, numa sociedade capitalista, temos de chegar a algum lugar. Tenho esta dúvida: por que não tirarmos no âmbito de partido, de fundação? Quero que o meu equívoco, por exemplo, posso sair daqui com o meu equívoco sanado em outra oportunidade. Eu posso estar errado e democraticamente aceitar todo o conjunto de idéias que vierem contra o meu argumento. Mas eu preciso colocar isso como sugestão.

Democraticamente, dentro desse tema abordado, que se coloque um item. Vamos discutir a questão capitalismo versus socialismo ou vice-versa. O que podemos fazer como socialistas para discutir essa questão de forma mais inteligente no futuro? Não pode ser daqui a um ano, mas que possamos ir devagarinho, paulatinamente, mas a questão tem de ser discutida, porque daqui a um tempo, com a dispersão que estamos tendo, vamos ver o que vimos em Pernambuco. E continuo dizendo: eu estudante, a minha alegria, a minha ousadia de defender o país, a democracia: meu amigo, o Arraes para mim aquela bandeira. E realmente ainda continua sendo.

Agora, três governos! O que é Pernambuco, hoje, em nível de democracia, de Estado preparado? Não houve um processo de aculturação, não aprendemos em Estado algum o melhor que temos de aprender em nível de povo, de massa. Não sei como deverá ser feito. Não estou dizendo que tenho a idéia, mas gostaria que isso fosse discutido. Mas sem idéia fixa, é uma sugestão.

Meu muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Jaci Proença.

A SRA. JACI PROENÇA – Já que o nosso companheiro Pedro Dallari dispensa, parabenizo os outros dois companheiros pelas valiosas contribuições que nos trouxeram.

Eu gostaria de dizer para o companheiro Edmundo que o trabalho por ele desenvolvido é muito bom, excelente, e gostaria de saber se seria possível, no tocante às atribuições, onde se diz: ao poder político compete definir as diretrizes, se poderia desenvolver um complemento para esse maior, definindo as diretrizes básicos que nós do nosso Partido Socialista Brasileiro devemos definir para nortear as nossas ações.

Com relação ao companheiro Fernando, ontem você fez uma indagação que me pareceu não foi respondida. Qual a posição do PSB com relação ao ICMS ecológico? Seria possível também o companheiro poder desenvolver um estudo mais detalhado com relação ao ICMS ecológico para nos subsidiar? Acho que não vai dar para responder agora, não é?

O SR. FERNANDO MADUENHO (Vice-Presidente do PSB de Pirenópolis-GO) – Eu não vou responder, vou-lhe dar o caminho das pedras. A minha observação ficou incompleta por causa do tempo, mas a última página do tema "Desenvolvimento Sustentável" que foi distribuída na pasta tem uma relação de fonte de consulta e a principal que obtive foi a WWF, que tem o seu *e-mail* e tudo o mais, que vai te dar subsídio justamente sobre o ICMS ecológico.

A SRA. JACI PROENÇA – Mas se pudesse o partido ter uma posição com relação a isso eu agradeceria.

Abro agora um parêntese. Percebemos durante todo o seminário que, por elenco de atribuições de solicitações que foram à Fundação, haja trabalho para ser desenvolvido, Dr. Saturnino e Dr. Carlos. A Fundação tem de fazer isso e aquilo, uma série de coisas.

Parece-me que tudo isso, e pelo menos é o sentimento que tenho, tratou-se na verdade de uma manifestação muito sincera e muito profunda da esperança que se está depositando nesse organismo do partido, em torno da Fundação, e que o nosso querido amigo, companheiro, Prof. Adriano Sandri coloca com muito brilhantismo no *folder* deste seminário. Essa manifestação de esperança em torno da Fundação enquanto espaço de pensar, de repensar, imaginar, sonhar, refletir e, sobretudo, na questão do construir, do reconstruir. Nesse sentido eu colocaria aqui restabelecer uma questão, que até a companhei-

ra frisou muito bem que dá a impressão de que só pelo fato de ingressarmos no PSB já nos consideramos prontos socialistas e nato já está embutida em nós elementos essenciais, que é a questão da solidariedade e do companheirismo.

Vejo que por todas as atividades que a Fundação já teve em nível nacional e algumas que tem desenvolvido em seus Estados ela é acima de tudo esse restabelecer dentro do nosso Partido Socialista Brasileiro estes elementos fundamentais: a solidariedade e o exercício, a prática, a vivência, o reconstruir desse companheirismo.

Digo isso com base até em experiência própria, porque no Partido Socialista do Mato Grosso nos sentíamos meio desprestigiados, abandonados, solitários, e, através desse trabalho da Fundação, durante esses dois anos, nunca nos sentimos tão prestigiados, tão queridos pelos companheiros que nos têm visitado para contribuir concretamente com as suas ações, lá participando dos nossos seminários, cursos de formação política, do ciclo de palestras inclusive. Antes era muito centrado em torno do Carlos, da Profa. Margarida, do Prof. Adriano, e agora com essa nova direção percebemos que essa questão da solidariedade e do apoio moral, logístico, temos recebido de diversos companheiros de outros Estados. Inclusive estaremos brevemente recebendo o nosso companheiro Domingos Leonelli e o Presidente da Fundação, Dr. Saturnino Braga, nesses próximos 28, 29 e 30 desse mês.

Nesse sentido, gostaria de colocar mais uma atividade, mais uma proposta para a Fundação desenvolver, num elenco de tantas. Nesse espírito do resgate, do restabelecer a solidariedade e o companheirismo, tocou-me muito também a fala da nossa companheira Kátia Born. Não me pareceu que ela fez aqui um convite simplesmente por um convite ou simplesmente nos pediu para que estivéssemos dando um apoio moral e logístico. Pareceu-me que ela nos fez um apelo. Eles estão pedindo um S.O.S, eles estão sentindo a necessidade de mostrarmos a nossa solidariedade e o nosso companheirismo. Acredito que a Fundação poderia, espero eu que possamos, desenvolver alguma ação, até o mais rápido possível lá no Alagoas, seja discutindo uma problemática muito local, muito regionalizada, para que nós, o máximo possível de companheiros do PSB de todos os Estados, pudéssemos lá estar demonstrando concretamente. Talvez essa não seja nem a solução do problema, mas acho que em parte eles não vão se sentir tão isolados, desprestigiados, abandonados. Senti que precisamos falar: companheiros, nós estamos com vocês na alegria e na tristeza.

É a proposta que apresento. (Palmas.)

... nosso companheiro Sebastião Abreu, nosso companheiro Jamil

Haddad, o nosso companheiro Carlos Siqueira, em 97, quando constituímos a nossa Fundação no Mato Grosso, receberam um certificado de honra ao mérito por todo trabalho que vêm desenvolvendo em prol da construção do socialismo no Mato Grosso, no Brasil, na América Latina e no Mundo. Então foi uma simples homenagem, mas fizemos essa demonstração através desses certificados. E certamente outros estarão recebendo isso.

Mato Grosso, dia 30 deste mês, nesses 13 anos vai estar constituindo seu primeiro diretório. Eu sei que para muitos isso parece apenas um detalhe ou pouca coisa: já fizemos isso, agora que eles vão fazer. Mas para nós isso tem um significado muito grande. Significa que, ao longo desses 13 anos, a gente conseguiu não só crescer, mas estamos conseguindo consolidar uma proposta socialista dentro do nosso Estado. Estamos conseguindo consolidar um partido que pretendemos ser diferente dos demais, com uma proposta diferenciada. Então vamos constituir nosso primeiro diretório, teremos a honra da presença Dr. Saturnino lá conosco, e gostaríamos muito que inclusive aqueles companheiros vizinhos de Mato Grosso do Sul pudessem estar lá com a gente, também mostrando esse apoio moral, logístico, animando esse grande momento que para nós é muito importante.

Então era isso que eu queria dizer. Obrigada.(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Manoel Costa.

O SR. MANOEL COSTA – Bom, companheiros do PSB, Senador e demais membros da Mesa. Eu não sei por que, eu sou um lavrador lá do meu interior do Brejo, vejo em todos os programas de governo, não só do PSB, mas é uma coisa tão triste a gente olhar em cada programa e a agricultura familiar é o item lá para a segunda, terceira ou quarta instância. O prefeito da minha cidade também fez isso. E eu assumi isso com unhas e dentes, porque a agricultura familiar é o passo importante para o município, para o Estado, para o Brasil e para o Mundo.

Verificando nessa proposta do programa de governo para as eleições de 2000, em que essa pessoa aqui é candidato a prefeito pelo PSB, e teve já 13 candidatos a vereadores do nosso município preparados para serem candidatos a vereadores. (Palmas.)

Mas como vice-prefeito assumi a luta na defesa do trabalhador rural, que é o homem mais perseguido pela miséria, onde se lê na história do inesquecível João Mangabeira, quando ele defendia os miseráveis. Eu quero fazer um apelo no momento em cada proposta de governo em termos nacionais que coloque no seu documento que a agricultura é o caminho da riqueza deste País. Primeiro porque não existe educação nem sabedoria com a pessoa com fome.

Por isso eu acho que é a prioridade do meu governo no município de Brejo e será o exemplo deste País a agricultura familiar, porque nós queremos o homem do campo lá onde ele mora, onde nasceu e onde trabalha. (Palmas.)

Porque, senhores, quando nós vemos São Paulo com milhões de nordestinos, verificamos Osasco com tantos milhões de eleitores e a maioria é de nordestinos. A gente verifica o abandono que os governos anteriores fizeram com esse povo, deixaram de fazer alguma coisa pela agricultura e eles vieram atrás da busca de soluções de emprego na cidade grande.

Um dia eu pretendo chegar à prefeitura da minha cidade e dar exemplo a meu Estado de que nenhum governo é voltado para o sistema da alimentação e da agricultura. E isso é triste quando se verifica que o prefeito monta uma *marketing* da sua cidade urbanizando-a, fazendo tudo e lá está convocando aquele povo do interior para ir para a sua cidade, para estar enchendo de miseráveis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Qual é a sua cidade, companheiro?

O SR. MANOEL COSTA – É Brejo do Maranhão, extremando com o Piauí. Então, companheiros, essa observação eu quero deixar aqui e dizer que o PSB tem crescido não só na minha cidade mas na região, graças a nossa luta recentemente. Tenho certeza de que o PSB vai ser a história deste País. Já é e vai continuar sendo o grande partido deste País. Por isso, parabenizo essa história de João Mangabeira e digo que os feitores do PSB têm muito trabalho ainda para fazer este País crescer.

Muito Obrigado (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Último orador o nosso prefeito de Tabira, Joset.

O SR. JOSET AMARAL (Prefeito de Tabira-PE) – Bom, sem a eloqüência de Pedro Dallari, o conhecimento de Domingos Leonelli e o nosso também companheiro Bernardo de Souza, gostaria de, em poucas palavras, de também enumerar algumas observações feitas por mim.

Eu vejo o seguinte: todos os partidos, sejam eles de direita ou de esquerda, sempre pregam praticamente a mesma coisa: diminuição das desigualdades sociais, combate à pobreza, e por aí se perdem todos nessa lenga-lenga a que nós estamos acostumados a assistir. Mas, na realidade, nenhum pegou realmente a bater na necessidade do povo. Hoje, os maiores partidos políticos são as igrejas evangélicas, porque elas passam o dia e a noite pregando a miséria, que aquele miserável, aquele desesperado vai encontrar a solução naquela

igreja. Então eles é que estão trazendo multidões para as suas igrejas para ouvir muitas vezes pastores que não têm um milésimo de conhecimento de tão nobres autoridades que nós temos no País.

E nós, hoje, fazemos um discurso para intelectuais, o voto de um intelectual tem o mesmo valor do voto de um miserável. Nós temos no nosso País 16% de analfabetos. Regiões que chegam a superar a marca dos 60%. Na minha cidade em Tabira, que fica perto do Piauí, são 43% de analfabetos. Eu não vi nenhum partido defender esta bandeira: combate ao analfabetismo, trazer a educação. Nós temos 100 milhões de eleitores, nós temos 16 milhões de eleitores que elegem qualquer candidato de analfabetos.

Tivemos uma preocupação na eleição do Dr. Arraes, em Pernambuco, porque a militância descobriu que nós tínhamos uma grande porporção de eleitores que desejavam votar no Dr. Arraes, mas que eram analfabetos e não tinham, naquela lista enorme da votação, como acertar o voto.

Então em Tabira, o ano passado, formamos 20 turmas de analfabetos. Hoje, estamos com mais 15 turmas de analfabetos, trazendo educação de jovens e adultos. Então é uma bandeira o combate ao analfabetismo tão premente, tão urgente no nosso País que cabe ao PSB pegar uma bandeira dessa. Porque os analfabetos geralmente são os excluídos das comunidades. Aquelas comunidades que por pobres que sejam, geralmente aquele que sabe ler, fazer uma conta, é quem é o chefe daquela comunidade, é quem guarda o seu dinheiro, é quem o deposita no banco, é quem pega pelo braço e leva às instituições do País. Então é o analfabetismo, é a educação que nós devemos defender.

As questões básicas da sociedade nenhum partido enfrentou. Eu disse ontem, aqui, que já tinha construído cerca de 9 quilômetros de galerias de esgoto. Será que Tabira cresceu 9 quilômetros depois da minha administração? Não, simplesmente esgoto, nenhuma administração gosta de fazer, porque não está visível, está debaixo da terra.

Nós vivemos de uma região da seca, como o Piauí, Alagoas, o Ceará. Mas em dois anos e oito meses construí mais açudes do que em 50 anos que Tabira é município. Construí mais de 100 açudes e barreiras. Mas por que não construíram? Porque não é interessante se construir numa comunidade de 50, 60, 100 pessoas, um açude. É mais importante e é mais visível fazer o calçamento de uma rua, construir uma praça.

Conhecemos na Bahia, eu e o Leonelli, Campo Formoso, Irecê, Jacobina, são cidades importantes, cidades ricas. O esgoto correndo a céu aberto nas ruas. Isso aí por quê? Porque o prefeito, as administrações preferem fazer praças ou fazer outras obras que sejam visíveis. Então é isso que eu chamo para o

partido, é esse discurso intelectualizado. Esse discurso tem que cair na realidade. Nós não podemos fazer política sem trazer as massas que hoje são excluídas até do processo democrático do País. E só através da educação é que nós poderemos trazer esses 16 milhões de eleitores analfabetos para decidir os destinos do País, porque hoje simplesmente já estão, como diz o linguajar popular, comendo na mão dos outros. Essa é que é a minha posição.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bem, companheiros, agora vamos também, da maneira mais condensada possível, ouvir os três expositores deste nosso painel. Primeiro o Edmundo Carvalho.

O SR. EDMUNDO CARVALHO (Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira/SP) – É só para agradecer e parabenizar a todos que aqui compareceram e até esta hora estiveram bravamente defendendo as nossas causas e dar um pequeno retorno a algumas pessoas que fizeram algum tipo de manifestação.

O Rinaldo, sobre a questão da bandeira a favor da vida, que é uma tese que nós estamos defendendo também, na tese do Congresso Estadual de São Paulo, o socialismo em defesa da vida.

O Lairson e o Jailton, que perguntaram sobre o melhor aproveitamento desse material, e aí a gente se coloca à disposição dos companheiros de todo o Brasil e que poderíamos, como eu disse no começo da apresentação, ela realmente foi rápida para poder dar uma passada porque o material é extenso, é volumoso e merece até um seminário exclusivo a seu respeito. A gente se coloca à disposição dos companheiros do Brasil estarmos podendo fazer um debate específico em regiões, por exemplo: fazer uma no Nordeste, outra no Norte, outra no Sul, no Mato Grosso, quer dizer, para poder facilitar um aproveitamento melhor desse material. Colocamo-nos à disposição.

O Manoel Costa que falou sobre agricultura familiar. Eu acho extremamente importante. No nosso programa de governo, quando disputamos a prefeitura de São José dos Campos, tínhamos um programa específico sobre esse assunto. Aqui a gente tem duas frasezinhas sobre o assunto, mas é um assunto que realmente carece de maior ênfase por parte dos poderes constituídos. Esse programa também é aproveitável para os candidatos a vereadores. Acho que os candidatos a vereadores, lendo esse material, tirarão muito proveito sobre ele.

E a Jaci Proença falou aqui sobre a questão do poder às diretrizes. Então quais seriam essas diretrizes? Também é um assunto que merece um tratamento especial, concordo com você.

E quero ainda dizer ao companheiro Jairon, do Acre, que realmente ele tem razão, nós precisamos sentir o cheiro da casca dessa população e procurar, através disso, os caminhos melhores para conduzir nosso socialismo no Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Fernando Maduenho.

O SR. FERNANDO MADUENHO (Vice-Presidente do PSB de Pirenópolis-GO) – Bom, eu queria agradecer a oportunidade de ter participado deste seminário, que muito me honrou, e quero fazer uma observação em relação ao item que eu desenvolvi, o plano diretor.

Pela Constituinte de 88, todo município que tiver mais de 20 mil habitantes é obrigado a desenvolver seu plano diretor. Só que não se atenham a esse número, porque será muito mais fácil resolver problemas quando a quantidade de habitantes for inferior a esse número. Seria fundamental que se fizesse, apesar de toda sistemática às vezes um pouco complicada e dificuldade de obtenção de recursos na elaboração desse plano diretor, que se fizesse um planejamento mesmo que mais superficial, mas de cara a cidade já saia sabendo onde deve colocar os seus setores, quanto menor o número de habitantes mais fácil vai ser coordenar isso. E a cidade estará planejada para o resto de seu futuro.

Muito obrigado a todos vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Pedro Dallari.

O SR. PEDRO DALLARI (Presidente do Diretório Nacional do PSB em São Paulo) – Só agradecer a atenção. Foram feitas algumas questões, mas como eu vou estar com os outros companheiros, para não esticar mais, vamos bater papo depois na seqüência. Acho mais saudável.

Então um abraço a todos e muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Saturnino Braga) – Bem, companheiros, eu vou fazer um encerramento sem discurso, mas com a consciência de que é um sentimento de todos, que eu senti perfeitamente, de que nós todos realizamos um evento muito importante de construção da cultura socialista, do pensamento do nosso partido. Claro que há muitas lacunas a preencher, mas é de evento em evento, de seminário em seminário, de debate em debate, que nós vamos peenchendo essas lacunas faltantes.

Estamos todos de parabéns.

Está encerrado nosso seminário. (Palmas.)

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Conselho Curador

ARRAES, MIGUEL ALENCAR - Presidente
ARIANO VILAR SUASSUNA
CARLILY GUERRA DE MACÊDO
CARLOS SIQUEIRA
DALVINO TROCCOLI FRANCA
EDMEIA FERREIRA PASSOS
EDMUNDO CARLOS DE ANDRADE CARVALHO
EDUARDO ACCIOLY CAMPOS
HENRIQUE JOSÉ ANTÃO DE CARVALHO
JACY RIBEIRO DE PROENÇA
JAMES LEWIS GORMAN JÚNIOR
JOSÉ HENRIQUE PEREIRA E SILVA
JOSÉ RENATO CASAGRANDE
JOSÉ REINALDO DA SILVA
LUIZA ERUNDINA DE SOUSA
MARGARIDA VIEIRA LUIZA DE MATOS
MURILO SÉRGIO DA SILVA NETO
ODMAR PÉRICLES NASCIMENTO
PEDRO EUGÊNIO DE CASTRO TOLEDO CABRAL
ROBERTO AMARAL
ROBERTO SATURNINO BRAGA
SÉRGIO MACHADO RESENDE
TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO
SONIA MARIA AZEVEDO PRUDENTE
STAEL CAVALCANTI ALENCAR
KÁTIA BORN RIBEIRO
WALDO SILVA

Suplentes do Conselho Curador

ADILSON GOMES DA SILVA
ALFREDO PEREIRA DE FIGUEIREDO JUNIOR
BERNARD BRITO
ELIANE MARTINS BREITENBACH
FELIPE AUGUSTO LYRA CARRERAS
FRANCISCO RAFAEL GONÇALVES
JACÓ BITTAR
JEFFERSON ARRUDA
LUIZ CARLOS DE CÉSARO
MARCELO BOMTEMPO
MÁRCIA ANITA SPRANDEL
MARCUS ALEXANDRE QUINTINO VIEIRA

Conselho Fiscal

ANTÔNIO MARLOS FERREIRA DUARTE
IVAN RODRIGUES
LEDA LEOCÁDIA DA SILVA ALVES
MARCELO CAVINATO
SEBASTIÃO DE BARROS ABREU
YVES RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Fundação João Mangabeira



Espaço de pensar, repensar, construir, reconstruir, imaginar, sonhar, refletir, se encontrar e contribuir na arquitetura e na estética do partido, que já tem nas suas instâncias organizativas o espaço da engenharia. A Fundação João Mangabeira é o sonho de muitos de nós, ou de parte de cada um de nós, pois não queremos mais a esquerda raivosa, agressiva, cinzenta, que não emplaca porque não sabe transmitir felicidade, sonhos, esperanças para uma sociedade massacrada pelo tecnologismo, competição-rivalidade, exclusões e injustiças.

A FJM é hoje uma realidade porque inspirada por valores estéticos e éticos, porque se tornou prioridade para socialistas que não priorizam em sua vida e no partido posições políticas de comando, e sim intensidades, profundezas e sentimentos de liberdade na luta pela construção do socialismo.





A FJM veio para ficar porque representa uma parte da organização partidária que é assumida com a mesma intensidade e profissionalismo que merecem todas as outras funções de direção, de ocupantes de mandatos eleitorais políticos e administrativos.

A FJM não é um 'anexo' das outras atividades partidárias: é uma parte orgânica, igual e talvez mais importante do que o Conselho de Ética, pois tem a função de construir as dimensões éticas e estéticas do partido, e não de corrigí-las.

Professor Adriano Sandri
Ex-diretor de cursos
da FJM/Nacional